



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARIA CÉLIA SANTIAGO

**CLANDESTINIDADE E MOBILIZAÇÃO
NAS LINHAS DE MONTAGEM:
A CONSTRUÇÃO DA GREVE DOS METALÚRGICOS
DE 1985, EM MANAUS.**

Manaus
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARIA CÉLIA SANTIAGO

**CLANDESTINIDADE E MOBILIZAÇÃO
NAS LINHAS DE MONTAGEM:
A CONSTRUÇÃO DA GREVE DOS METALÚRGICOS
DE 1985, EM MANAUS.**

Orientador:
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

*Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal do Amazonas, como requisito
para a obtenção do título de Mestre em
História.*

Manaus
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Santiago, Maria Célia

Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus / Maria Célia Santiago. [s.n.], 2010, 293p.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História

1. História Social. 2. História do Trabalho. 3. Movimentos Sociais.
4. História Operária. 5. História da Imprensa.
6. História do Amazonas

I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto

II. Universidade Federal do Amazonas

III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
(Orientador – UFAM)

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira
(Membro – UFAM)

Prof^ª Dr^a Kátia Cilene do Couto
(Membro – UFAM)

Amadeu Guedes, Domicio Gamenha, Flávia Carneiro, Gorete Barbosa, Hamilton Madeira, Isabel Guimarães, João Batista, Lindemberg Pereira, Luzarina Varela, Nonato Neves, Ricardo Moraes e Silvestre Paiva são mais que personagens da história que será contada nas próximas páginas. São companheiros nesta tarefa de registrar as vivências de um grupo de jovens operários que com ousadia, determinação e coragem “revolucionaram” a história dos trabalhadores amazonenses.

A eles e a todos os trabalhadores – das mais diversas categorias profissionais – que optaram em algum momento de suas vidas pelo coletivo, em detrimento dos seus interesses pessoais, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Por mais longa que seja a caminhada ela sempre tem início com um primeiro passo. E no caso deste projeto o primeiro passo foi a observação feita pela professora Cristiane Barreto de que uma simples proposta de pesquisa para uma disciplina poderia vir a se tornar um projeto de pesquisa de mestrado. Sem esta observação com certeza este projeto não existiria. Por isso meus agradecimentos iniciais são dirigidos a quem primeiro me estimulou a continuar nas trilhas de Clio.

Na sequência muitos outros incentivadores se somaram à Cristiane, entre eles os professores Benedito Maciel, Elisângela Maciel, Ana Lúcia Vieira, Arcângelo Ferreira, da fase da graduação, citados na ordem em que tomaram conhecimento do projeto. Todos foram importantes e me auxiliaram com suas observações e apoio.

No mestrado – esta aventura compartilhada com vários colegas e professores – agradeço especialmente aos professores Luís Balkar (meu orientador) e Maria Luíza Ugarte Pinheiro. Apaixonados, tanto quanto eu, pela história operária, foram importantes incentivadores deste projeto. Mesmo sem nominá-los, não posso deixar de agradecer a tantos outros professores e colegas que deram a sua contribuição com pequenos e/ou breves comentários ou mesmo questionamentos, que me fizeram repensar os caminhos que estava trilhando.

Devo palavras de agradecimentos aos trabalhadores das diversas instituições onde consegui as fontes que utilizo neste trabalho: os funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos, da Câmara Municipal de Manaus, da Assembléia Legislativa e da Secretaria de Estado da Cultura, responsável pelo acervo dos jornais. Agradeço também à professora Francisca Deuza, responsável pelo Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região e à CAPES, pela concessão de bolsa de estudo, em novembro de 2009, que permitiu retardar meu retorno ao mercado trabalho e concluir esta dissertação. Sem a bolsa provavelmente a jornada ainda estaria inconclusa.

Finalmente agradeço aos familiares e amigos que ao longo desta caminhada contribuíram com palavras de incentivo e apoio. Elas foram importantes para que eu seguisse em frente.

RESUMO

Este trabalho analisa a greve dos metalúrgicos ocorrida em agosto de 1985, em Manaus, Amazonas. Seu objetivo foi conhecer e compreender a forma de mobilização e organização dos operários amazonenses, protagonistas da mais importante greve registrada na cidade. Utilizamos como metodologia a história oral, que nos permitiu compreender o processo da formação da Oposição Sindical Metalúrgica, a conquista do sindicato e a organização dos trabalhadores dentro e fora das fábricas, que garantiu a grande adesão dos trabalhadores à paralisação. A partir do registro da memória de algumas das lideranças da paralisação, da cobertura dada pela imprensa local, através das matérias divulgadas pelos jornais *A Crítica*, *Jornal do Comércio* e *A Notícia* e outros documentos encontrados em acervos pessoais, do Sindicato dos Metalúrgicos e de outras instituições públicas, também foi possível perceber o papel central exercido pela Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastoral Operária, na formação política das lideranças do movimento, além da contribuição significativa da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) durante a organização da greve.

Palavras- Chave: Movimento Operário, Greve, Sindicato.

ABSTRACT

This work examines the metallurgical strike that occurred in August 1985 in Manaus, Amazonas. Its goal was to know and understand how mobilization and organization of amazon workers, protagonists of the most important strike registered in the city. We use a oral history methodology, which enabled us to understand the process of formation of *Oposição Sindical Metalúrgica*, the conquest of the Union and the organization of workers inside and outside of the factories, which ensured the large membership of workers to the outage. From the registry in memory of some of the leaders of the outage, coverage by the local press, through the materials disseminated by newspapers *A Crítica*, *Jornal do Comércio* and *A Notícia* and other documents found in personal holdings of Union of Metallurgical and other public institutions, could also understand the central role played by the Catholic Church through *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)* and *Pastoral Operária*, training policy of the leaders of the movement, in addition to the significant contribution of the *Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)* during the organization of the strike.

Keywords: Movement of Workers, Strike, Union.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	08
CAPÍTULO 1– O CONTEXTO DOS ANOS 80, NO BRASIL E NO AMAZONAS	29
1.1– A Mobilização dos Trabalhadores Brasileiros até a Década de 1980	30
1.2 – O ABC Paulista e a Longa e Crítica Década de 1980	49
1.3 – A História de Luta dos Trabalhadores Manauaras	60
1.4 – Os Protagonistas da Grande Greve	71
1.5 – A Grande Caminhada	82
CAPÍTULO 2 – A GREVE	94
2.1 – A Paralisação Como Projeto	95
2.2 – A Construção das Lideranças	102
2.3 – Na Clandestinidade, a Tomada de Consciência	127
2.4 – O Dia a Dia da Greve	156
2.5 – A Reação da Classe Política	171
2.6 – Entre Vitórias e Derrotas, o Aprendizado	189
CAPÍTULO 3 – TRÊS JORNAIS, TRÊS OLHARES SOBRE A GREVE	205
3.1 – A Imprensa Manauara	206
3.2 – A Vitória Eleitoral da <i>Puxirum</i>	217
3.3 – A Greve Piloto	226
3.4 – Negociação e Impasse	237
3.5 – Sete Dias de Manchetes nos Jornais	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
FONTES	277
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281
ANEXOS	286

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A greve dos metalúrgicos¹, deflagrada em assembléia geral realizada no dia 31 de julho de 1985, no pátio do Colégio Domingos Sávio, com a presença de aproximadamente 10 mil trabalhadores, é sem dúvida um marco nas relações de trabalho entre os operários e as grandes empresas instaladas em Manaus. Entendemos que ela deve estar inserida dentro de um contexto maior de “rebeldia” do operariado brasileiro na década de 1980, que teve início com paralisações no ABC paulista e se espalhou por todo o país². O movimento manauara foi além da mobilização de uma categoria específica. Contou com o apoio, inclusive financeiro, de outras entidades sindicais e religiosas e de certa forma mobilizou parte da sociedade local, com o envolvimento de vários segmentos.

Apesar da sua importância e decorridas duas décadas, a greve dos metalúrgicos parece ter sido esquecida. Raramente se vê referência ao movimento, inclusive nas falas dos dirigentes sindicais atuais. Nas retrospectivas divulgadas anualmente pelos jornais por ocasião do aniversário do modelo Zona Franca de Manaus também há um absoluto silêncio sobre as mobilizações dos trabalhadores. A história “oficial”, patrocinada em boa parte pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e/ou pelo Governo do Estado do Amazonas, destaca apenas os idealizadores do projeto e os números, sempre recordes, da produção e do faturamento das empresas.

Embora “esquecida” pela história oficial, a greve de agosto de 1985 permanece viva na memória dos trabalhadores que dela participaram e na minha, que a acompanhei na condição de repórter do *Jornal do Commercio*, como jornalista recém formada e recém chegada à Manaus. Ideologicamente comprometida com os movimentos sociais e de trabalhadores, depois de ter vivenciado pelo menos quatro grandes greves dos docentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde me graduei em Comunicação Social – Opção Jornalismo, e ter participado de algumas outras como estudante e como servidora pública do hoje extinto Inamps, vi na greve dos

¹ A denominação “metalúrgicos” se aplica aos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Manaus, que envolve três segmentos de trabalhadores: os metalúrgicos, os navais e os eletroeletrônicos, que naquele momento já eram a maioria dos trabalhadores empregados nas indústrias instaladas com incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus. A denominação deve-se ao fato do sindicato ser conhecido apenas como Sindicato dos Metalúrgicos.

² ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. Campinas, SP: Editora Ensaio/Editora da Unicamp, 1988.

metalúrgicos de Manaus uma organização que ainda não havia testemunhado e uma determinação por parte dos trabalhadores participantes que lembrava em muito as manifestações do ABC paulista, que acompanhara através dos meios de comunicação e das informações que circulavam na universidade.

A possibilidade de investigar de forma historiográfica o movimento surgiu em 2005 ao ingressar no curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário do Norte (Uninorte), com a apresentação de um projeto de pesquisa apresentado na disciplina de Teoria e Investigação Histórica, quando fui estimulada a buscar algumas leituras, com o objetivo de apresentar projeto de pesquisa para uma futura pós-graduação. No ano seguinte, quando convidada pelo jornal *A Crítica* para pesquisar alguns fatos marcantes divulgados pelo jornal, para uma edição especial em comemoração a 20 mil edições, sugeri a inclusão da greve dos metalúrgicos. Ao me deparar com os jornais do período, reacendeu o desejo de pesquisar mais profundamente aquele momento tão importante para os trabalhadores amazonenses. Por outro lado, percebia a urgência do registro historiográfico da greve, uma vez que os documentos/fontes estavam se perdendo. Deixar para mais tarde poderia significar a perda em definitivo de documentos importantes para a compreensão daquele momento. Também sentia a necessidade de registrar a memória das pessoas que participaram ativamente da organização do movimento e de revisitar o movimento paredista dos operários amazonenses, o que pode ser um alento para aqueles que ainda acreditam na capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores brasileiros.

O movimento que parou o segundo maior pólo industrial do país e levou o governo do Estado a colocar nas ruas do Distrito Industrial todo o contingente da Polícia Militar, além de mobilizar o ministro do Trabalho em busca de uma solução negociada, a nosso ver carecia de análise e registro historiográfico. Eram muitas as interrogações sobre o movimento: Como se construiu a paralisação? Quando a greve passou a ser vista como uma possibilidade? Quem participou efetivamente da decisão de parar a produção das empresas? Como foi feita a articulação com outros sindicatos e com setores da Igreja, como a Pastoral Operária, que deram apoio ao movimento? A greve enquanto forma de luta foi uma “criação” da elite intelectual local, da atuação de segmentos da Igreja Católica ou fruto da situação vivida pelos trabalhadores no chão das fábricas? Ou, ainda, a somatória dos três?

A afirmação de Jim Sharpe, quando discute a “história vista de baixo”, de que “quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição”³, nos serviu de alerta sobre o papel dos historiadores, que entendemos devem buscar para si a responsabilidade de discutir este tipo de movimento. Caso contrário podem estar contribuindo para silenciar a história das classes populares, ou, na melhor das hipóteses estarão permitindo a destruição de documentos importantes.

Imbuídos deste compromisso buscamos pelo cotidiano daqueles que comandaram a organização e a paralisação, dentro do sindicato e no chão das fábricas – aqueles a quem chamamos de lideranças. Também procuramos observar o posicionamento de outros atores sociais sobre o movimento como a imprensa, a classe política e representantes de outras entidades sociais.

Acreditamos que a história operária, a partir dos novos olhares historiográficos, tem muito a contribuir para com a historiografia brasileira. Os movimentos operários, como o que levou os metalúrgicos de Manaus à greve de 1985, precisam ser analisados por historiadores. Este trabalho tem como norte a busca desta história dos trabalhadores, da sua organização, ou do seu fazer histórico, trazendo para o registro historiográfico aqueles que normalmente são “esquecidos” ou relegados ao esquecimento pela história oficial. Portanto, nossa opção é pela “história vista de baixo”, na perspectiva de que esta é a história da gente comum, ou que tem a origem no povo, conforme Eric Hobsbawm⁴.

A nossa preocupação em buscar por estes operários e pela sua organização deve-se ainda a atualidade das afirmações de Pinheiro de que há “forte defasagem nos estudos de História Operária”⁵ na região Norte do Brasil, e consequentemente no Amazonas. Este trabalho, portanto, a nosso ver, pode constituir-se numa importante fonte para novas abordagens, inclusive traçando um paralelo entre os fatos registrados em Manaus e no ABC paulista, ou mesmo sobre o processo de construção das lideranças dos dois movimentos. Entendemos que ao abordamos uma greve como a registrada em Manaus em 1985 estamos atendendo à multiplicidade de temas e abordagens que estão colocadas na atualidade pela historiografia como a

³ SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p.43.

⁴ HOBSBAWM, E.J. A História de Baixo para Cima. In: *Sobre História*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.216.

⁵ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). In: *Canoa do Tempo*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, vol.1, n.1, Edua, 2007, p.17.

formação de classe, lutas nos locais de trabalho, movimento operário, sindicatos e correspondentes orientações ideológicas, ações coletivas, relações com o Estado, ideologia estatal e empresarial, formas de organização da produção e gestão da força de trabalho⁶.

E por não termos a pretensão de esgotar o assunto, desejamos que este trabalho, com o registro da memória das lideranças e levantamento da documentação do Sindicato dos Metalúrgicos e de outras entidades como a Pastoral Operária, sirva de fonte e inspiração para outros trabalhos acadêmicos, uma vez que o tema é vasto e precisa ser revisitado por historiadores.

Nosso objetivo foi tentar compreender, através da memória das lideranças, dos registros da época – jornais, boletins e atas do sindicato – e da bibliografia disponível, o movimento reivindicatório dos trabalhadores metalúrgicos de Manaus que culminou com a greve, buscando pela organização dos trabalhadores dentro e fora das fábricas, através das reuniões e encontros realizados durante todo o período de organização, da criação da Oposição Sindical Metalúrgica no final da década de 1970 até a paralisação que teve início no dia 1º de agosto de 1985. Tentamos identificar como eram as relações de trabalho nas indústrias instaladas no Distrito Industrial de Manaus⁷ e perceber quais eram as expectativas dos trabalhadores e qual o grau de interferência e participação de outras entidades sindicais e da sociedade civil no movimento. Buscamos também identificar os elementos que influenciaram as lideranças do movimento, as formas de organização dos trabalhadores e a rede de solidariedade construída a partir da deflagração do movimento paredista, com o envolvimento de outras categorias profissionais, de entidades religiosas e a sociedade em geral.

Lembramos que a greve tem sido um dos recursos utilizados há mais de dois séculos pelos trabalhadores na luta contra a exploração por parte da classe patronal. As primeiras formas de solidariedade da classe operária européia tiveram início com a Revolução Industrial e os trabalhos nas fábricas. Para enfrentar os donos dos meios de produção cruzar os braços se recusando a trabalhar por um determinado período até que suas reivindicações fossem atendidas, foi o caminho encontrado por aqueles que tinham como capital apenas a sua força de trabalho.

⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

⁷ Embora utilizemos o termo Distrito Industrial como o espaço onde estavam instaladas as indústrias, havia empresas que não estavam neste espaço geográfico, estando localizadas em outras áreas urbanas na cidade de Manaus, como a Philips, instalada na avenida Torquato Tapajós, zona Norte da cidade.

Reflexões sobre greve são apresentadas desde o século XIX por diversos teóricos, segundo o sociólogo Frederico Romão. Frederick Engels em 1844 afirmou que ela era o treinamento dos operários para a guerra social que estava sendo travada na Inglaterra. Já neste período há discussões sobre se a greve era boa ou não para os trabalhadores, sendo que Karl Marx questionava os demais analistas que criticavam a ação. Lênin acreditava que a greve era apenas uma das formas de luta dos trabalhadores até que a Revolução Russa de 1905 o fez mudar de idéia e passar a defender a greve como uma forma de subverter o sistema capitalista, um meio para se chegar à revolução. Este debate se estende até o século XX, envolvendo vários pensadores⁸.

A rebeldia dos menos aquinhoados financeiramente também se dava no século XVIII na Inglaterra com os “motins”, que exigiam a fixação dos preços razoáveis para os cereais, contando inclusive com a participação de um grande número de mulheres⁹, além dos trabalhadores nas minas e até trabalhadores rurais. Eram movimentos que tinham diversas formas, mas que visavam sempre garantir a sobrevivência dos mais pobres e tendo como justificativa a idéia de que se alimentar era um direito básico de todos os segmentos sociais. Com base neste pressuposto em 1740 os mineiros deixaram o trabalho para garantir a fixação dos preços dos cereais, afirmando que assim agiam em nome dos pobres. Segundo o historiador Edward P. Thompson “uma das funções do motim era moderar o apetite de lucro desencadeado pelo livre mercado em desenvolvimento”¹⁰.

Cruzar os braços também foi a forma mais eficaz de mobilização dos operários brasileiros na década de 1980, notadamente após 1978, com as grandes manifestações nas montadoras automobilísticas do ABC paulista. Com o avanço do processo de democratização do país, outras categorias profissionais passaram a utilizar a greve como forma de pressão, para obrigar a classe patronal a negociar. Foram muitas as greves registradas no período e a grande mobilização levou o sociólogo Ricardo Antunes a classificar a década de 80 como sendo a mais crítica do século XX, ao analisar o movimento operário que resultou ou foi resultante do “novo sindicalismo”¹¹, que levou

⁸ ROMÃO, Frederico Lisbôa. *A Greve do Fim do Mundo. Petroleiros 1995*. Tese de doutorado em Sociologia pela Unicamp, 2006.

⁹ THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰ THOMPSON, Edward P. Economia Moral Revisitada. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.228.

¹¹ ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

um novo grupo de trabalhadores à direção dos organismos sindicais em vários estados brasileiros.

No Amazonas, os trabalhadores das indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus começaram com paralisações em determinadas fábricas, na maioria dos casos por melhores condições de alimentação, transporte e de trabalho, ainda no final dos anos de 1970. No primeiro dia do mês de agosto de 1985 realizaram uma greve de caráter geral, envolvendo um grande número de empresas diante do impasse registrado durante as negociações da Convenção Coletiva de Trabalho. Foi o primeiro grande confronto ocorrido no Estado entre os operários e o capital internacional instalado com incentivos fiscais. Mais um *round* na luta dos trabalhadores que teve início antes mesmo do triunfo do capitalismo no mundo ocidental, com o objetivo de conquistar melhores condições de vida, e em alguns casos em busca de transformações sociais e políticas, ou ainda objetivando mudar a estrutura político-econômica vigente.

Em sua tese de doutorado, para apresentar os diversos tipos de greves, Frederico Romão recorre a trabalhos de Ricardo Antunes, seu orientador, definindo que greve espontânea é a que nasce “do próprio movimento instintivo de classe, sem a presença da direção consciente” e que a greve não-espontânea é a que “se insere no universo de um movimento previamente concebido e politicamente dirigido”. A greve política é a que se contrapõe ao Estado e a greve econômica é “quando suas reivindicações são parciais, limitadas, contra os efeitos e não as causas do regime de salários”, sendo incapazes de ferir o sistema capitalista. Estas visam o atendimento de necessidades básicas dos trabalhadores e não têm como objetivo a revolução socialista.

Embora sirva para fazermos uma classificação das greves a partir da sua origem ou motivação, estas definições não podem ser vistas como uma coisa estanque porque o próprio Romão afirma que as greves podem se metamorfosear.

Movimentos surgidos de forma espontânea com um viés puramente econômico crescem, adquirem direção consciente ou não, transformando-se em greves políticas. Outras vezes, greves surgidas por interesses políticos avançam sobre os elementos da economia e a sinergia desses fatores provoca verdadeiras insurreições¹².

O trabalho de Romão tem como objetivo demonstrar que a greve dos petroleiros no Brasil em 1995, assim como a greve dos mineiros na Inglaterra em 1984/1985 e a

¹² ROMÃO, Frederico. Lisboa. Op.cit., p. 270

dos controladores de vôo americanos em 1981 nos Estados Unidos, são exemplos de greves políticas, porque todas se “contrapunham a elementos do neoliberalismo, que estruturavam econômica, política, social e ideologicamente os Estados e as sociedades desses países”. Para Romão as greves dos anos 90 são de caráter reformista, podendo ser classificadas também como greves políticas “porque tiveram capacidade de ferir elementos vitais da política capitalista”, embora não tivessem como objetivo a tomada do poder. Elas não tinham a proposta de levar o Estado capitalista à derrocada para a construção de uma sociedade socialista.

Para o sociólogo a greve permanece sendo fundamental instrumento da classe trabalhadora por conquistas e/ou defesa dos seus direitos. Como ação coletiva a greve revela “o âmago da sociedade do capital”, mostrando aos trabalhadores os limites da democracia e do Estado. Romão também afirma que durante a greve os trabalhadores percebem que o arcabouço jurídico-político-institucional do Estado não lhe é favorável, estando a serviço do capital. Portanto, resta aos trabalhadores lutar por seus interesses, contando apenas com a sua capacidade de organização, ressaltando que os petroleiros na greve de 1995 lutavam contra a empresa, o Poder Judiciário e a imprensa.

Atualmente, pelo menos no Brasil, parece haver uma impossibilidade dos trabalhadores de recorrer a paralisações uma vez que houve uma desmobilização do movimento sindical durante a década de 1990. A exceção fica para alguns casos isolados, onde os trabalhadores apresentam reivindicações pontuais como o pagamento de salários atrasados ou o cumprimento por parte das empresas de acordos firmados anteriormente, como está acontecendo atualmente no Distrito Industrial de Manaus, fenômeno que ainda carece de estudos.

Os primeiros estudos historiográficos sobre a classe operária no Brasil foram feitos por sindicalistas e ativistas de esquerda, classificada como sendo uma “historiografia militante” pelo historiador Claudio Batalha. Com relação ao trabalho desenvolvido por esses militantes, Batalha afirma que ele tem seu valor e que “esses autores militantes são os primeiros a escrever uma história, ainda que idealizada e hagiográfica, da classe operária em uma época em que os artigos foram escritos, ou seja, com uma distância de mais de vinte anos”¹³.

¹³ BATALHA, Cláudio H.M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 148.

Na historiografia brasileira a classe operária aparece nos trabalhos acadêmicos nas décadas de 1950/60. Chega à academia através da Sociologia nos anos 60 e na História através dos brasilianistas que discutem o papel dos operários estrangeiros no início do século XX na organização da classe. Batalha questiona as versões destes pesquisadores mostrando que os imigrantes eram em sua maioria de origem rural e, portanto, não tinham experiência em movimentos urbanos, não podendo ser atribuído a eles a organização do movimento operário brasileiro, desfazendo o mito de que o movimento operário brasileiro deu-se a partir da experiência trazida pelos imigrantes europeus, em especial os anarquistas.

Para Cláudio Batalha, a chegada tardia dos operários à historiografia brasileira deve-se também, e em parte, à ditadura militar, que dificultava a vida dos pesquisadores que se dedicavam a “temas considerados sensíveis pelas autoridades”. Segundo ele, mexer nestes temas era muitas vezes “assumir riscos exagerados” o que levou muitos pesquisadores a adiar seus projetos de pesquisa e a buscar novos temas que não oferecessem tantos riscos e que pudessem ser levados até o final. Com o processo de democratização do país e as greves do ABC paulista a história operária ganhou seu espaço nas academias, estimulada também por produções de historiadores estrangeiros como o inglês Edward Thompson, em especial a obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*¹⁴.

Marco Aurélio Garcia em seu artigo *Tradição, Memória e História dos Trabalhadores* lembra que na historiografia brasileira houve primeiro um esforço no sentido de silenciar os trabalhadores e depois de transformar a sua história na história da sua institucionalização:

Esta institucionalização, agenciada pela legislação trabalhista corporativa implantada gradativamente desde 1930, aparecia como momento fundante da história operária no Brasil. O período anterior era reduzido a uma espécie de pré-história, onde a classe aparece como ‘desassistida’ e ‘estrangeira’. Desassistida porque pareceria que antes de 30 a ‘questão social’ se reduzia a uma ‘questão de polícia’, o que é falso. Estrangeira, não só porque composta predominantemente por estrangeiros, como estranha à ‘realidade’ e a ‘problemática’ nacionais”.¹⁵

¹⁴ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

¹⁵ GARCIA, Marco Aurélio. *Tradição, Memória e História dos Trabalhadores*. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*/ DPH. São Paulo: DPH, 1992, p. 170.

Com as abordagens historiográficas, surgidas a partir da História Social, estas temáticas têm sido revisitadas. Os trabalhadores aparecem então como seres históricos, pessoas que constroem no seu dia-a-dia não só sua identidade como classe, mas se confronta com aqueles que lhes impõem exaustivas jornadas de trabalho, salários aviltantes e muitas vezes conquistam melhorias no chão da fábrica que leva à transformação de suas vidas, inclusive para além do ambiente de trabalho, alterando suas expectativas com relação ao seu futuro, enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos¹⁶.

Optamos pela história oral para investigar a forma de organização do movimento grevista dos metalúrgicos de 1985 e as suas repercussões nas relações de trabalho no Distrito Industrial por a entendermos como uma metodologia e “como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho”¹⁷, ou como nos diz Verena Alberti: “Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento”¹⁸.

Para justificar e embasar a nossa busca da memória dos operários nos apoiamos nos trabalhos de Michael Pollak, em que são trabalhados conceitos como memória coletiva, memória enquadrada e memórias subterrâneas. A memória coletiva, a partir de Maurice Halbwachs, segundo Pollak, apresenta o que é comum a cada grupo – reforça o sentimento de pertencimento e tem como ponto positivo a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. Esta memória, no entanto, é uma importante arma de silenciamento das outras memórias, em especial daqueles que não estão entre as camadas mais abastadas da sociedade. A memória coletiva tem como pontos de referência, por exemplo, os monumentos, o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas e personagens históricos, além de manifestações culturais.

Pollak afirma que pela tendência à uniformização e à opressão, a memória coletiva vem sendo questionada por pesquisadores, que atualmente têm suas reflexões voltadas para os processos e os atores que a constroem. Henry Rousso, por exemplo, fala em memória enquadrada em vez de memória coletiva, segundo Pollak. O trabalho

¹⁶ Dentro desta nova abordagem podem ser observados os trabalhos de Edward P. Thompson, em especial *A Formação da Classe Social Inglesa*; o de Eric Hobsbawm, *Os Trabalhadores: Estudo sobre a História do Operariado*; de Foot Hardman e Victor Leonardi, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*; e ainda Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim*.

¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. 2ª edição. RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. P.xvi.

¹⁸ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Este texto está disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: www.arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf. p.29.

de enquadramento não se dá apenas para a construção de uma memória nacional. Ele se dá também com relação aos grupos como associações e sindicatos. Mas, este enquadramento tem limites e nem sempre o tempo favorece o esquecimento. Pollak ressalta que o enquadramento da memória também pode ser visto a partir do trabalho de preservação de uma imagem desenvolvido por uma instituição, um partido político ou mesmo um sindicato. É preciso ter claro que o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e de grupo. “Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão”¹⁹.

Neste trabalho, a nosso ver fugimos do enquadramento da memória na medida em que buscamos entrevistar pessoas que ocuparam posições diferentes durante e depois da greve na organização do movimento metalúrgico, sendo que alguns sequer vieram a fazer parte da direção da entidade sindical. Ressaltamos que até o momento o Sindicato dos Metalúrgicos não teve a preocupação de “construir” uma memória ou história. Pelo contrário, até o momento em que realizamos nossa pesquisa não havia preocupação com a guarda de documentos.

Em conferência publicada na Revista Estudos Históricos em 1992, Pollak ressalta que os elementos constitutivos da memória coletiva “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”²⁰. Como veremos no capítulo 2 deste trabalho temos casos de memória coletiva reveladas por um dos entrevistados, mas, conforme as definições de Pollak, podemos classificar o conjunto das memórias dos trabalhadores como os metalúrgicos de Manaus, como memórias subterrâneas, que permanecem subsumidas enquanto seus detentores não são provocados a revelá-las. São memórias que na maioria das vezes não são levadas em conta no momento da fixação da memória coletiva, enquanto memória nacional ou memória dos detentores do poder.

Sobre a memória coletiva, nacional ou histórica, Paulo Roberto de Almeida que trabalha com a memória de ex-moradores da cidade de Uberlândia, em Minas Gerais - e que na época da pesquisa viviam às margens das estradas, em acampamentos de sem

¹⁹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.2, nº 3, 1989, p.10.

²⁰ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Conferência publicada na Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.2.

terras -, afirma que a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação da legitimação do poder. Conforme está expresso na justificativa do projeto Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias:

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de classificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais²¹.

Célia Rocha Calvo reforça esta idéia afirmando que “tem sido sempre o poder estabelecido que define ao longo do tempo histórico quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que fosse possível estabelecer uma certa Memória capaz de cunhar uma História ‘certa’”²².

Como reação a uma história que guarda apenas a memória das elites, Madeleine Rébérioux afirma que a busca da memória patrimonial visa na atualidade uma abordagem renovada dos grupos sociais. Ela lembra que a partir de Halbwachs, que iniciou as reflexões sobre memória coletiva, há uma busca pelas memórias de segmentos diversificados da sociedade, como a memória das mulheres e dos trabalhadores. Para Rébérioux a busca das outras memórias, que não as oficializadas pelas elites, tem estreita correlação com a chegada ao poder de governantes com tendências socialistas, no caso da França, com o orçamento ampliado e o “direcionamento da memória para os explorados urbanos do mundo operário pôde ser levado adiante e associado à grandeza industrial”²³. No caso do Brasil podemos associar esta busca ao fim do regime ditatorial, embora não haja uma atitude deliberada do Governo para que isto seja feito, partindo as iniciativas dos acadêmicos e militantes. Podemos deduzir que sem os riscos apontados por Batalha os pesquisadores das academias brasileiras se sentiram mais a vontade para dar voz aos trabalhadores.

Dalva Maria de Oliveira Silva ressalta que “no trabalho com memórias, no esforço para analisá-las e interpretá-las, não se pode perder de vista suas

²¹ ALMEIDA, Paulo Roberto. Encantos e desencantos da cidade: Trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia (1970-2000). In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p.144.

²² CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In:). In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p.155.

²³ RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da Memória Operária. In: *O Direito à Memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 49.

especificidades, sua seletividade e a forma como são compostas por cada sujeito”²⁴. Ela nos diz também que a cada provocação as memórias são re-elaboradas, ganhando novo sentido cada vez que é narrada. Heloísa Helena Pacheco Cardoso ao relatar o trabalho feito com sertanejos que ajudaram construir a cidade de Brasília e que foram vítimas de uma chacina em 1959, diz que a violência sofrida pelos trabalhadores ocupa espaços diferentes nas memórias das pessoas envolvidas com a construção da cidade²⁵.

“Lidamos com uma memória ‘dividida’, não só como oposição entre uma hegemônica, de um lado, e a dos trabalhadores, de outro, mas também porque ambas são múltiplas”²⁶, afirma Cardoso para nos lembrar que as memórias são diferentes mesmo quando são oriundas de um mesmo segmento e de pessoas que viveram um mesmo momento histórico e compartilharam sonhos e práticas. Portanto, quem trabalha com memória tem que estar atento para garantir que esta multiplicidade seja revelada. Também nos cabe lembrar aqui a afirmação de Jacques Le Goff de que a memória coletiva “foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”. Ressalta ele que:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva²⁷.

Para a realização deste trabalho nos apoiamos na ideia de que a História Social, que em relação aos movimentos operários tem como destaque os trabalhos produzidos por historiadores ingleses como Edward Thompson e Eric Hobsbawm, trouxe a flexibilização no conceito de fontes históricas. O documento escrito perdeu a primazia e fonte passou a ser tudo o que pode “falar” sobre o objeto pesquisado. Assim sendo, a iconografia, os monumentos, a imprensa passou a ser considerados como acervos e objetos para análise a partir de trabalhos historiográficos. E, a nosso ver o uso da história oral, como método, é imprescindível para a construção de trabalhos historiográficos tidos como de “história do tempo presente”.

²⁴ SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Algumas experiências no diálogo com memórias. In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004. p.192.

²⁵ CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Memórias de um trauma: o massacre da GEB (Brasília – 1959). In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004

²⁶ CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Idem, p. 189.

²⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. 5ª edição, p.422.

Ressaltamos, no entanto, que o termo “história do tempo presente” ainda suscita dúvidas e discussões, especialmente quando se tenta delimitar que tempo é este. A periodização histórica, como sabemos, varia de sociedade para sociedade, de país para país, dependendo da importância que se dá a cada acontecimento. Entendemos que são as preocupações do presente que nos faz buscar a história, os acontecimentos passados, e, portanto, todo trabalho historiográfico tem um forte componente do presente. Por outro lado, esta denominação se torna ainda mais complexa na medida em que no Dicionário das Ciências Históricas aparece como sinônimo de História Imediata e Contemporânea²⁸.

Segundo Cristiani Bereta da Silva a história do tempo presente retira dos historiadores “uma história que possuía começo, meio e fim. Para os historiadores do presente, sempre vai faltar o fim. A história será sempre, portanto, inacabada”.²⁹ Por esta definição poderíamos afirmar que nosso trabalho não trata de história do tempo presente porque a greve dos metalúrgicos de agosto de 1985, em Manaus, se deu dentro de um processo histórico concluído. Portanto, uma história acabada, uma vez que o processo vivenciado pelos trabalhadores amazonenses na atualidade não é o mesmo daquele momento. Por todas estas dificuldades em enquadrar a história preferimos dizer apenas que tentamos fazer um trabalho historiográfico, sem nos preocuparmos muito em rotulá-lo.

É através das lembranças destes operários que podemos resgatar informações fundamentais para entender como se deram os processos que culminaram com uma grande mobilização. Para Heloísa Cardoso a história oral é um método que mostra a presença do popular na história, sendo importante para contestar a ideologia hegemônica. O próprio Alessandro Portelli, que é referência na defesa da história oral, nos alerta para um problema intransponível para a história oral, o enfraquecimento ou mesmo o esquecimento dos personagens, vitimados pelo tempo. Ele relata a experiência de ter perdido a oportunidade de registrar as lembranças da secretária, de 93 anos, do sindicato anarcossindicalista, porque ela estava debilitada e não conseguiu nem mesmo articular as palavras necessárias para revelar suas histórias.

Então, sua estória continuará não contada, o que talvez não seria o caso se eu, ou alguma outra pessoa, a tivesse encontrado e entrevistado vinte anos

²⁸ BURGUIÈRE, André(org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. RJ: Imago, 1993, p. 736-740.

²⁹ SILVA, Cristiani Bereta da. Escrever histórias do tempo presente. Algumas questões e possibilidades. *Revista Tempos Históricos*, v.09. Mal. Candido Rondon/Pr: Gráfica Líder, 2006, p.268.

antes. O que ‘falhou’ não foi sua memória, mas o fato de nós termos perdido o momento oportuno³⁰.

É neste “lamento” de Portelli que nos apegamos para defender a importância e a urgência de pesquisarmos a greve dos metalúrgicos através da história oral. Precisávamos registrar as memórias daqueles que construíram o movimento paredista e fazer a leitura do movimento através delas, antes que se perdessem e/ou não pudessem mais ser reveladas. O parágrafo inicial do artigo de Alessandro Portelli mostra que há muitas memórias a serem resgatadas e que elas são contribuições importantes para o futuro. Afirma ele que:

Contar uma história é tomar as armas contra a ameaça do tempo, resistir ao tempo ou controlar o tempo. O contar uma estória preserva o narrador do esquecimento: a estória constrói a identidade do narrador e o legado que ela ou ele deixa para o futuro³¹.

Esta é a nossa visão com relação às memórias dos trabalhadores. Conhecer as suas vivências, em especial durante os movimentos de confronto com os donos dos meios de produção, embora árdua tarefa, é uma necessidade para entender as relações dos trabalhadores e empresas ao longo da história do Brasil.

Sabemos, porém, que trabalhar com a memória é ter sempre o cuidado para não perder o norte da pesquisa e não se deixar envolver pela emoção da fonte ou mesmo perder a meta que é levantar o maior número de elementos possíveis para compreender o objeto pesquisado. Ecléa Bosi nos diz que: “Na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.”³². Portanto, ao buscar ouvir essas fontes é preciso ter claro que se trata de memórias, que estão carregadas de subjetividade, como aliás qualquer outra fonte consultada por historiadores. E mais uma vez nos apoiamos na fala de Pollak, que ao ser questionado sobre o uso da história oral, afirmou:

Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu

³⁰ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. SP: Olho D’Água, 2004. p. 299.

³¹ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. p. 296.

³² BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. (p.54)

ver, ser aplicada a fonte de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta³³.

Para identificar as pessoas que seriam ouvidas para o resgate de memória seguimos a orientação da historiadora Verena Alberti sobre a escolha dos entrevistados, quando diz que

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos.³⁴

O primeiro contato feito foi com o ex-presidente do sindicato que fez algumas indicações. Através das conversas realizadas na sede da Pastoral Operária surgiram outros nomes. Destes primeiros indicados fomos colhendo sugestão de outros nomes até fecharmos um número de 16 possíveis entrevistados. Acabamos ouvindo 11 operários que lideraram a paralisação e uma funcionária do Sindicato dos Metalúrgicos. As entrevistas tiveram que ser realizadas nos mais diferentes locais, uma vez que os entrevistados sempre manifestavam dificuldade de tempo. Amadeu Guedes, por exemplo, foi ouvido durante mais de uma hora em uma praça. Local escolhido por ele, por ser via de acesso à sua residência. Isabel Guimarães foi ouvida no Sindicato dos Rodoviários, onde é secretária atualmente.

Para a realização das entrevistas contou a experiência de 20 anos como jornalista. Optamos pelas entrevistas abertas, onde muitas vezes demora-se mais para chegar ao ponto que se quer, mas é mais rica porque permite aos entrevistados falar sobre as suas lembranças sem maiores interferências. É talvez mais trabalhoso, mas com certeza o resultado é mais satisfatório. A primeira entrevista, da série de 12, foi realizada no dia 18 de setembro e a última no dia 19 de dezembro de 2009. Neste meio tempo muitos imprevistos aconteceram e alguns entrevistados desistiram. Como tinha programado para trabalhar com um número próximo a dez entrevistados me contentei, a contra gosto, com os 12 que consegui. Acredito, no entanto, que muitos outros nomes poderiam surgir e suas memórias seriam interessantes, mas o tempo não é tão elástico

³³ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.8.

³⁴ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*, p 31/32.

que permita este alongamento de prazo para as entrevistas. Fica a esperança de num outro momento poder retomar estes contatos e quem sabe alargar a base desta pesquisa.

Aos entrevistados solicitamos que respondessem as seguintes questões: 1. Como você chegou ao movimento? 2. Como foi a organização para a greve dentro da empresa e qual o seu papel? 3. Havia resistência ao movimento e/ou delação dos colegas de trabalho? 4. Como foi o dia-a-dia da greve dentro da fábrica? Para Ricardo Moraes, que presidiu o sindicato no período, foi pedido que ele falasse sobre como chegou ao movimento, como foi a rotina das lideranças durante a greve, qual foi a participação das entidades que apoiavam o movimento e como era o relacionamento dos metalúrgicos de Manaus com o movimento operário nacional.

A partir destas entrevistas acreditamos ter elementos para entender como o movimento foi pensado, como foi construído e como foi percebido pelo conjunto dos trabalhadores. As memórias destes trabalhadores analisadas em conjunto com outros documentos como atas das reuniões e assembléias que decidiram pelo movimento paredista e a cobertura dos jornais, formam um conjunto de fontes precioso para nosso estudo. Infelizmente algumas instituições como a Central Única dos Trabalhadores - CUT e o Partido dos Trabalhadores – PT não têm qualquer documento do período.

Além das fontes orais³⁵ utilizamos neste trabalho documentos como as atas das assembléias gerais do Sindicato dos Metalúrgicos, em que se decidiu pela greve, os jornais diários *A Crítica*, *A Notícia* e *Jornal do Commercio*, que fizeram a cobertura jornalística do movimento, além de alguns poucos boletins da entidade sindical e jornais alternativos como *O Parafuso* editado pela Comissão Pastoral Operária, que circulou de 1980 a 1989 e estimulava a organização sindical dos trabalhadores de Manaus, denunciando as precárias condições de trabalho e a exploração por parte das grandes indústrias.

Com a grande imprensa manauara trabalhamos tendo por base a reflexão de Marlene de Fáveri, que vê o jornal como um meio para observar as subjetividades que estão sendo vivenciadas. “Ao serem analisados corretamente e com os cuidados

³⁵ Embora a maior parte da biografia utilizada por nós utilize a expressão história oral preferimos “fontes orais” por entendermos que se trata de um tipo de fonte, como existem muitas outras. Concordamos com Philippe Joutard quando diz que a expressão fontes orais é metodologicamente preferível. JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.56.

necessários, os jornais são ricas fontes de pesquisa”³⁶, afirma. Também neste sentido podemos citar a argumentação de Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro na apresentação do trabalho “Imprensa Operária no Amazonas”, em que são reeditados jornais operários do final do século XIX:

Se enquanto objeto de estudo, a imprensa é ainda tema novo entre os historiadores, seu uso enquanto suporte documental ao processo e construção historiográfica já se faz sentir há pelo menos quatro décadas, tendo os historiadores superado, neste ínterim, antigas suspeitas, notadamente aquelas que supunham mero instrumento dos segmentos dominantes. Localizada socialmente, a diversidade da imprensa expressa a própria heterogeneidade do contexto social que a produziu³⁷.

As publicações aqui chamadas de alternativas, por não terem uma periodicidade determinada, normalmente atenderam a uma demanda do momento como a divulgação de um movimento ou a convocação para uma ação, direcionadas sempre a um público específico e com um objetivo imediato - em especial os boletins do Sindicato dos Metalúrgicos e da Pastoral Operária-, que denunciavam as precárias condições de trabalho nas fábricas de Manaus e instigavam à luta, também foram fontes importantes.

Em termos bibliográficos utilizamos fundamentalmente como fonte o trabalho de Marlene Pardo Ribeiro, *De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, o trabalho da professora Iraídes Caldas *As Novas Amazonidas* e a dissertação de mestrado em Sociedade e Cultura de Milton Melo dos Reis Filho *Quem vai descer a Acará? Processo de construção do fazer-se classe do operariado do Parque Industrial de Manaus – anos 1980*. O primeiro persegue a trajetória dos trabalhadores amazonenses desde os tempos do seringal até o momento em que surge a primeira geração de operários empregados nas transnacionais instaladas dentro do modelo Zona Franca de Manaus. O segundo aborda a história das mulheres operárias e por isso mesmo se refere às mobilizações ocorridas nos anos 80 e traz entrevista com ex-dirigentes da entidade sindical. O terceiro faz uma reflexão sociológica sobre o movimento sindical dentro do contexto do capitalismo implantado no Distrito Industrial de Manaus.

³⁶ FÁVERI, Marlene de. *Revista Alance*, da Editora Univali, de Itajaí, 1997.

³⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus, Edua, 1994.

Entendemos que todas as fontes têm a sua verdade. Poderíamos ter optado pelas fontes escritas, pelos jornais ou pelas fontes orais. Mas entendemos que elas se somam e formam um corpo único que permite uma melhor compreensão no nosso objeto, ou seja, a greve dos metalúrgicos. Por isso não nos restringimos a apenas uma, mas procuramos utilizar todas. Como nos diz Portelli

Na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra³⁸

Precisamos ressaltar ainda que no início das reflexões sobre o movimento operário de Manaus e a greve dos metalúrgicos foram fundamentais as leituras dos textos de Edward P. Thompson, em especial os contidos em *As peculiaridades dos Ingleses*³⁹ e o Prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa*⁴⁰, “*A história vista de baixo*” de Jim Sharpe⁴¹ e “*A Outra História – Algumas Reflexões*” de Eric J. Hobsbawm⁴². Eles foram determinantes neste momento, me apontando o norte da jornada que seguiria a partir de então. Estes e tantos outros textos nos fizeram refletir sobre a importância de pesquisar a greve dos metalúrgicos. A cada novo texto um novo desafio e uma certeza: não seria uma tarefa fácil.

Com as disciplinas oferecidas durante o mestrado veio a oportunidade de conhecer ou rever alguns autores importantes para a discussão do “trabalho” enquanto objeto de pesquisa. Refuto muito importante para este momento o reencontro com Thompson, agora com o texto “A Economia Moral da Multidão na Inglaterra no Século XVIII”, além de textos de Hobsbawm como “Os Rebeldes Primitivos”. Tive contato com o trabalho de Claudio Batalha⁴³ e Ricardo Antunes⁴⁴, entre outros, que contribuíram para as reflexões sobre o tema.

³⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, n.14, fev.1997.

³⁹ THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

⁴⁰ THOMPSON, Edward P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁴¹ SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

⁴² HOBSBAWM, Eric J. A Outra História – Algumas Reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org). *A outra história: Ideologia e Protesto Popular nos Séculos XVII a XIX*. RJ: Zahar, 1988.

⁴³ BATALHA, Claudio. História do Trabalho: Um olhar sobre os anos 1990. In: História. São Paulo: Unesp, 2002; Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, M.C. (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

Tão importante ou mais foi o contato com a tese de doutorado de Frederico Lisbôa Romão “A Greve do fim do Mundo, 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil”. O tema da tese defendida no Departamento de Sociologia da Unicamp, em 2006, é a greve dos petroleiros de 1995, que pelo olhar do autor fecha o ciclo do movimento operário brasileiro que tem início no ano de 1978. Um trabalho importantíssimo para ajudar a pensar a greve. Foi no mestrado também que tivemos contato com autores como Carlo Ginzburg, Sidney Chalhoub, Lená Medeiros de Meneses, Maria Odila da Silva Leite, Sandra Jatahy Pesavento e Fernando Teixeira da Silva, para citar apenas alguns.

Ao final da análise das fontes, reflexões e leituras decidimos por ordenar este trabalho em três capítulos. No primeiro tentamos contextualizar o momento histórico vivido em 1985. Recorremos a vários autores, historiadores ou não, para fazer um breve histórico do movimento dos trabalhadores no Brasil e no Amazonas. No caso do Estado entendemos que ainda faltam fontes, ou seja, trabalhos disponíveis, para que a contextualização tivesse a mesma consistência do panorama nacional. Também buscamos traçar um breve perfil de instituições que consideramos importantes neste momento e que de uma forma ou outra estavam envolvidas no processo, como as Comissões Eclesiais de Base, a Pastoral Operária Nacional e de Manaus, o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores e a Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional – FASE.

A “construção” da greve a partir da memória daqueles que participaram do movimento é o tema do segundo capítulo. Falamos sobre o trabalho realizado extra fábrica, com a organização dos grupos que de forma clandestina iam espalhando entre os trabalhadores a “consciência”, o trabalho de formiguinha e as alternativas encontradas para a divulgação dos informativos da Oposição Sindical Metalúrgica e depois do Sindicato dos Metalúrgicos, quando este é conquistado pela chapa de oposição denominada *Puxirum*. Contamos resumidamente a trajetória pessoal de cada um dos entrevistados, a sua chegada ao movimento e a participação efetiva nos dias de greve. Ao final abordamos como o movimento paredista repercutiu dentro dos parlamentos municipal e estadual e os avanços conquistados pelos trabalhadores a partir da análise das Convenções Coletivas de Trabalho.

⁴⁴ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

O terceiro e último capítulo tem como fonte central a imprensa. Primeiro fizemos um breve relato sobre a imprensa manauara e como ela estava constituída naquele ano de 1985. Em seguida tentamos perceber a “construção” do movimento paredista, na medida em que dispomos das edições relativas às eleições no Sindicato dos Metalúrgicos no dia 31 de janeiro de 1984, a divulgação da greve realizada pelos trabalhadores da Sanyo no final do mês de março, além das matérias veiculadas durante o processo de negociação com a classe patronal. Por fim, acompanhamos a divulgação diária da greve.

CAPÍTULO 1
O CONTEXTO DOS ANOS 80,
NO BRASIL E NO AMAZONAS



CAPÍTULO 1

O CONTEXTO DOS ANOS 80, NO BRASIL E NO AMAZONAS

1.1 - A Mobilização dos Trabalhadores Brasileiros até a Década de 1980

Ao decidirem cruzar os braços, na noite de 31 de julho de 1985, dando início a mais importante greve já registrada no Pólo Industrial de Manaus, os metalúrgicos manauaras estavam se somando a milhares de trabalhadores brasileiros que optavam pela greve, ou a tinham como último recurso, para verem suas reivindicações atendidas pela classe patronal. Professores, bancários, petroleiros e uma série de outros trabalhadores, além dos metalúrgicos do ABC paulista, já haviam concluído o mesmo percurso de organização e paralisado suas atividades, depois do processo de silenciamento imposto pela ditadura implantada pelo Golpe de Estado de 1964.

A greve, que segundo o sociólogo Frederico Lisbôa Romão pode ser definida como “um grupo de trabalhadores que decide parar por iniciativa própria ou por orientação da direção sindical ou partidária ou de grupo”⁴⁵ sempre esteve entre os recursos utilizados pelos trabalhadores brasileiros desde o início da sua organização, sendo que a primeira paralisação registrada foi a dos tipógrafos do Rio de Janeiro, ocorrida em 1858⁴⁶.

A organização dos trabalhadores, que se dá através de entidades como os sindicatos, segue a história da industrialização, ou do nascimento do capitalismo na Europa e no Brasil. Os sindicatos nasceram no século XIX na Inglaterra após a aprovação da Lei de 1824, que permitia aos trabalhadores a livre associação, o que até então era permitido apenas ao setor empresarial. Para Edward P. Thompson o texto fundante do movimento operário inglês é “Direitos do Homem” de Thomas Paine. Ele registra que as primeiras ações sindicais dos trabalhadores ocorreram entre 1815 e 1835 e que em 1835 ocorreu a grande greve dos cardadores que mobilizou 1.500 trabalhadores. Segundo Thompson, para Karl Marx a primeira grande vitória da classe operária inglesa foi em 1847 com a conquista da jornada de 10 horas diárias de trabalho.

⁴⁵ ROMÃO, Frederico Lisbôa. *A Greve do fim do Mundo: Petroleiros, 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. Tese de doutorado em Sociologia apresentado à Unicamp, 2006, p.256.

⁴⁶ ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985, Coleção Primeiros Passos, p.48.

No volume 3 de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson diz que a revolta dos trabalhadores com a destruição das máquinas “eram maioria das vezes uma forma de fazer valer condições consagradas pelo costume, de intimidar os fura-greves, os trabalhadores ‘ilegais’ ou os patrões”⁴⁷. Thompson também afirma que o levante de Pentridge, ocorrido em 1817, pode ser visto como uma das primeiras tentativas de insurreição dos proletários, sem participação da classe média. É o início da tomada de consciência de classe dos operários ingleses.

Como a industrialização brasileira se deu tardiamente, a partir da segunda metade do século XIX, o nascimento dos sindicatos de trabalhadores no país também é tardio. As primeiras organizações formadas por trabalhadores foram as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo. Essas associações tinham como objetivo socorrer os trabalhadores em momentos de dificuldades econômicas. Mais tarde elas foram sendo substituídas por novas formas de organização como as Uniões Operárias, resultantes do agrupamento dos operários em ramos de atividades, a partir do desenvolvimento das indústrias. O primeiro Congresso Operário Brasileiro aconteceu somente em 1906 e contou com a presença de 43 delegados, quando se tentou organizar a Confederação Operária Brasileira. O segundo e terceiro congressos aconteceram em 1913 e 1920, respectivamente. Em 1907 foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB).

O movimento operário brasileiro nasceu com os anarquistas⁴⁸, comunistas e reformistas, no início do século XX. Pelo menos é isto que nos diz, por enquanto, a historiografia que na atualidade começa a olhar para as relações de trabalho existentes durante o império e a colônia, para além das relações escravistas. Segundo Cláudio Batalha os primeiros estudos sobre a classe operária foram feitos por sindicalistas e ativistas de esquerda, que ele classifica como sendo uma “historiografia militante”. Esta historiografia atribui aos imigrantes os primeiros movimentos, mas Batalha questiona o fato porque a maioria dos imigrantes era de origem rural e, portanto, não seriam os ideólogos dos movimentos por não terem, tanto quanto os brasileiros, experiência em movimentos urbanos⁴⁹.

⁴⁷ THOMPSON, Edward P. *A formação da Classe Operária Inglesa* III: A Força dos Trabalhadores. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987, p.124.

⁴⁸ Sobre o Anarquismo, cabe conferir os trabalhos TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e Militantes em São Paulo na 1ª República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004; TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: Idéias e Militantes Sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

⁴⁹ BATALHA, Cláudio. A Historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, 2005, p.148.

Marco Aurélio Santana ao analisar a trajetória do sindicalismo brasileiro nas duas últimas décadas do século passado afirma que ao longo da história os sindicatos têm sido um importante instrumento de luta dos trabalhadores. “Embora marcado por muitas distinções e tensões internas, e portador de grande heterogeneidade, o sindicalismo brasileiro, em seu conjunto, já figura no rol das instituições de relevo na história republicana nacional”⁵⁰. A nosso ver no caso específico dos metalúrgicos de Manaus o sindicato é o instrumento de luta essencial, tanto que é a sua conquista por novas lideranças que determina a grande transformação que ocorre nos primeiros anos da década de 1980 e leva inclusive às greves, que são o recurso empregado pela classe operária amazonense para o confronto com o capital internacional.

Para Vito Giannotti “os anos de 1900 a 1920 são o período em que realmente se formou a nossa (brasileira) classe operária”. Sua argumentação tem como base a ampliação do número de trabalhadores neste momento, que faz surgir de fato uma massa operária. Em 1900 eram 85 mil operários e em 1920 chegam a 200 mil. Neste período o movimento dos trabalhadores também é intenso com o registro de mais de 400 greves nos 20 anos, sendo que a maioria delas exigia direitos básicos como melhoria salarial e o direito à livre negociação.⁵¹ Em 1º de maio de 1907, em São Paulo, várias greves foram iniciadas tendo como principal reivindicação a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. No Rio Grande do Sul as paralisações resultaram na redução para 9 horas diárias. Neste ano foi baixado o Decreto Governamental nº 1.637, que regulou a criação de sindicatos e cooperativas. No entendimento de Giannotti foi a primeira medida governamental contra a livre organização dos trabalhadores, porque embora aparentemente reconhecesse a existência dos sindicatos, na prática, tinha como objetivo o controle das entidades dos trabalhadores.

Este Decreto, assinado pelo presidente Affonso Augusto Moreira Penna, em 5 de janeiro de 1907, previa “a livre sindicalização”, mas os estrangeiros somente poderiam participar da direção sob algumas condições.

Art. 1º - É facultado aos profissionaes de profissões similares ou connexas, inclusive as profissões liberaes, organizarem entre si syndicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses geraes da profissão e dos seus interesses profissionaes de seus membros.

⁵⁰ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. IN: FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, 2ª edição. RJ: Civilização Brasileira, 2007, p. 285.

⁵¹ GIANNOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. R. Janeiro: Mauad X, 2007, p. 61.

Paragrapho único. São considerados como continuando a pertencer à profissão, embora não o pertençam mais, os profissionaes que tiverem exercido a profissão durante cinco annos e que não a tenham abandonado desde mais de dez annos, comtanto que não exerçam outra profissão e residam no paiz desde mais de três annos.⁵²

Mas, a liberdade aparente se revela frágil no que se refere a entidades de trabalhadores tendo como base o Artigo 8º que “cria” uma espécie de híbrido, uma entidade que seria representante de todos os envolvidos em algum tipo de atividade, uma espécie de sindicato dos trabalhadores e dos patrões ao mesmo tempo.

Art. 8º Os syndicatos que se constituírem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerado como representante legais da classe integral dos homens do trabalho e, como taes, poderão ser consultados em todos os assumptos da profissão.⁵³

A segunda lei que tenta atrelar o sindicalismo é a que define a expulsão dos estrangeiros que “compromettessem a segurança nacional e a tranquilidade pública”. Sabendo-se que movimentos reivindicatórios, e em especial greves, sempre foram tidos como desordens e, portanto, uma perturbação da tranquilidade pública, é possível imaginar qual era o destino dos imigrantes que se envolviam em manifestações ou em sindicatos operários.

Em seu trabalho *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*, Giannotti lista uma série de greves registradas em vários estados brasileiros, como a dos sapateiros e carroceiros ocorrida em 1914 no Pará, além de relatar que em 1912 o filho do Presidente Hermes da Fonseca convocou um congresso operário, realizado no Rio de Janeiro, que apresentou propostas que eram na verdade as grandes bandeiras de lutas das classes trabalhadoras naquele momento: “indenização para acidentes de trabalho; limitação da jornada para mulheres e crianças; seguro de vida e pensão para a velhice; salário-mínimo; e educação primária obrigatória”⁵⁴. Hermes da Fonseca usou uma tática que será muito comum nos governos populistas como o de Getúlio Vargas, em que as reivindicações dos trabalhadores são apresentadas como concessão do governo.

⁵² O texto do Decreto 1.637, de 5 de janeiro de 1907, está disponível no site www.cooperi.com.br/noticia.php.

⁵³ Idem.

⁵⁴ GIANNOTTI, Vito. Op.cit., p. 67.

O ano de 1917 é emblemático na história do movimento operário brasileiro. A grande greve em São Paulo, registrada no mês de junho, contra a carestia, que tem início no bairro da Mooca e se estende a outros bairros operários, atinge 50 mil trabalhadores. A repressão e o assassinato do operário Antonio Martinez têm como resposta a presença de dez mil pessoas no enterro. É uma reação em cadeia que acaba com a intermediação do conflito pelo governo paulista.

Como resultado desta greve, os trabalhadores conseguem 20% de aumento e a promessa, não cumprida, da jornada de 8 horas. Foram necessários 35 dias de greve para obter estas conquistas. Podemos dizer que esta foi a greve que mais se aproximou de uma greve geral. Durante mais de um mês, a greve atingiu toda a cidade de São Paulo e se estendeu a várias cidades vizinhas, como Itu, Sorocaba e Campinas, entre outras. Além disso, logo após o fim da greve em São Paulo, várias outras capitais, como Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, tiveram movimentos semelhantes⁵⁵.

Em agosto do mesmo ano novas greves atingem Recife, Salvador, Joinville, Santa Catarina e três cidades gaúchas: Pelotas, Bagé e Santa Maria. Em outubro, nova onda de greves em São Paulo atinge as fábricas do Grupo Matarazzo, poderoso grupo empresarial paulista. Em reação às greves no Rio de Janeiro, a capital da República, o governo decreta Estado de Sítio, permitindo que a repressão aos trabalhadores seja ainda mais dura.

Os anos seguintes não são mais brandos. Ao contrário, as ondas de greves e manifestações dos trabalhadores continuam a acontecer em vários pontos do país. Intensificam-se também a repressão e os imigrantes são expulsos em grande número acusados de agitação. Em 1920 também acontecem dezenas de greves. No Rio de Janeiro a greve dos ferroviários recebe o apoio da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e dos Condutores de Veículos que chamam uma greve geral, atingindo várias categorias como metalúrgicos, alfaiates, padeiros, comerciários e trabalhadores da construção civil. A repressão incluiu a prisão de mais de 1.200 operários.

Mas, para além da intimidação e da eliminação física de alguns trabalhadores, o governo brasileiro tenta se apropriar não só das propostas de luta dos trabalhadores mas também das suas comemorações/manifestações. Em 1924, conforme nos relata Giannotti, o governo federal edita um decreto considerando o dia 1º de maio como feriado nacional, mas tentando mudar a sua motivação, manipulando com o significado da data que a partir de então deixaria de ser um dia de “protestos subversivos” para se

⁵⁵ GIANNOTTI, Vito. Idem, p. 69.

tornar um dia de “glorificação do trabalho ordeiro”. Apesar das investidas do poder, os trabalhadores resistiram ainda por muito tempo, até que se chegasse ao que é hoje: uma grande festa promovida pelas centrais sindicais, com sorteios de brindes e shows de cantores populares. Ou seja, aquilo que os governantes queriam no início do século passado acabou se tornando realidade por obra das lideranças sindicais.

Embora na década de 1920 tenha havido um enfraquecimento dos movimentos de massa, em parte por causa da forte repressão, é nesta década também que nasce o primeiro partido político criado por trabalhadores no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, em 25 de março de 1922. Ele nasce com a denominação de Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista, criado por nove delegados (8 operários e um jornalista) e 73 militantes. O nascimento do partido é na verdade o desdobramento das ações que já vinham sendo realizadas desde 1918, com a criação de círculos comunistas organizados. Os comunistas naquele momento eram mais expressivos entre os trabalhadores, tendo superado em número os anarquistas que haviam sido maioria desde o início dos movimentos operários, no final do século XIX. Na verdade muitos dos comunistas deste momento são ex-anarquistas⁵⁶. No campo político a década de 1920 é marcada por ações fortes, como Estado de Sítio que se estendeu de 1922 a 1927.

Ainda novo o movimento operário e o sindicalismo brasileiro não chegaram a amadurecer antes que Getúlio Vargas chegasse ao poder, em 1930. Com a crise internacional, provocada pela queda da Bolsa de Nova York, o governo que tinha como propósito proteger a elite cafeeira brasileira lançou mão de recursos públicos para a compra da produção do café que se destinava ao mercado internacional e manteve a economia local funcionando, inclusive estimulando a industrialização, uma vez que os recursos excedentes precisavam ter alguma destinação. Ao mesmo tempo os produtos importados tornaram-se mais caros por causa da desvalorização cambial e isto também serviu de estímulo para o incremento da produção nacional, em substituição a produtos importados⁵⁷. Com o estímulo governamental surgem novas indústrias e o cenário

⁵⁶ A obra de Giannotti traz contribuições importantes para a reflexão sobre as várias ideologias a que se filiavam os operários brasileiros. Ele trata especialmente da questão no seu quarto capítulo: Do anarquismo ao Partido Comunista e a Getúlio Vargas (1920-1930).

⁵⁷ Uma análise sobre as implicações econômicas das medidas adotadas pelo governo getulista em defesa dos cafeicultores pode ser encontrada no capítulo II da Tese: *A greve do fim do mundo*, do sociólogo Frederico Lisbôa Romão, quando faz uma retrospectiva das medidas econômicas adotadas pelos governos brasileiros, de Getúlio Vargas a Fernando Henrique Cardoso.

nacional, de um país predominantemente agrícola, começa a mudar. Mais indústrias, mais trabalhadores.

A chegada de Getúlio Vargas ao governo é um marco para a história do movimento operário brasileiro, até porque, como vimos, a política getulista estimula a indústria nacional e com isso amplia a base operária nacional. A importância deste momento é tanta que Claudio Batalha ressalta que Leôncio Martins Rodrigues

Divide a história do movimento operário brasileiro em pré e pós-1930. A passagem de um momento para outro seria caracterizada pela mudança na composição sociológica da classe operária, que teria como consequência mudanças nas aspirações e no comportamento político da classe⁵⁸.

No período Getulista as conquistas trabalhistas, fruto de anos de esforços e organização, foram transformadas em “bênçãos” do Estado ou dádiva do “pai dos pobres”. Com esta postura de Estado “protetor” os conflitos de classe passaram a ser “resolvidos” pelo Estado, que certamente elegia os seus parceiros conforme se apresentava a composição dos campos de força do momento. A mão forte do Estado sobre as entidades e movimentos sindicais se fez sentir desde os primeiros momentos do governo getulista, mesmo ele tendo inicialmente um caráter provisório. Fruto de um golpe que pretendia ou anunciava que teria vida curta, o governo getulista deveria terminar em 1934, quando haveria eleições gerais. Mas, muito antes de se tornar permanente ou definitivo o governo já adotava medidas para atender à elite empresarial e tentar estabelecer o controle dos trabalhadores.

O Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC foi criado antes do governo completar um mês. Era a disposição de regular o trabalho e os trabalhadores que se apresentava e que foi uma das marcas deste governante. É estimulado o surgimento de um novo tipo de sindicalismo, com sindicatos oficiais, que os opositores passam a apelidar de sindicatos ‘ministerialista’. Eram os sindicatos que compartilhavam da idéia de harmonia entre capital e trabalho, negando a luta de classes, e que buscavam a “paz social”.

Fruto de uma cisão na classe dominante, o Estado varguista procurou, numa primeira fase, controlar o movimento operário e sindical trazendo-o para dentro do aparelho do Estado. Uma de suas primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, com o nítido objetivo de elaborar uma

⁵⁸ BATALHA, Claudio H.M. A Historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. SP: Contexto, 2005, p. 149.

política sindical visando conter a classe operária dentro dos limites do Estado e formular uma política de conciliação entre capital e o trabalho.⁵⁹

Com uma legislação que não oferecia espaços para uma atuação mais forte dos sindicalistas, algumas cooptações, e, ainda, com uma propaganda maciça, o governo tentou silenciar os trabalhadores. Embora tenha havido resistência, o sindicalismo nascente foi sendo sufocado, com o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, através da Lei de Sindicalização, de 1931 (Decreto 19.770), que determinava que até mesmo as alterações nos estatutos das entidades precisavam passar pela aprovação governamental.

Segundo Antunes “somente 25% dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aceitaram as normas desta Lei de Sindicalização”. Foi neste período, através de forte mobilização, inclusive com greves, que os operários conquistaram “inúmeras vantagens trabalhistas, como a lei de férias, descanso semanal remunerado, jornada de 8 horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor etc”⁶⁰. Algumas destas conquistas já estavam incorporadas a algumas categorias de trabalhadores antes de 1930.

A Constituição de 1934, convocada por Vargas por causa das pressões, não representou alteração para as organizações dos trabalhadores, criando apenas a Justiça do Trabalho. Neste mesmo ano aconteceu a primeira greve de servidores públicos, com a paralisação dos funcionários dos Correios e Telégrafos. Em 1935, com a crescente mobilização das classes trabalhadoras foi criada a Aliança Nacional Libertadora, união política que se contrapunha aos integralistas, que “em poucos meses atingiu 400 000 membros e a dimensão de um amplo movimento de massas”⁶¹. A ALN tinha como propostas, segundo Giannotti, a implantação de um governo popular, recusa ao pagamento da dívida externa, reforma agrária nas terras dos latifundiários e nacionalização das empresas estrangeiras. Um projeto que poderia ser considerado revolucionário ou subversivo pelos aliados de Vargas, mas que tinha grande apelo popular na medida em que a luta pela terra já estava posta no cenário nacional e as condições de trabalho na cidade em nada atendiam às expectativas dos brasileiros.

A repressão veio com a Lei de Segurança Nacional, em 4 de abril de 1935, “que proibia o direito de greve e dissolvia a Confederação Sindical Unitária, tida como

⁵⁹ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, p.58/59.

⁶⁰ ANTUNES, Ricardo. *Idem*, p. 60.

⁶¹ ANTUNES, Ricardo. *Idem*, p. 61.

clandestina, por se constituir à margem dos sindicatos oficiais”. Meses depois a Aliança Nacional Libertadora tem a sua ilegalidade decretada por Felinto Müller, chefe da polícia do Distrito Federal.

Em novembro de 1937, depois de uma forte campanha anticomunista e com o apoio da elite brasileira Vargas deu um novo golpe, desta vez implantando a ditadura do Estado Novo, fechando o Congresso Nacional e encarcerando grande número de trabalhadores. “Os sindicatos tiveram suas atividades suspensas e a greve passou a ser definida como ‘um instrumento anti-social’. Foi imposta a censura à imprensa”⁶². Dois anos depois, em 1939, foi promulgado o Decreto-Lei 1.401, que previa o enquadramento dos sindicatos a partir de uma Comissão de Enquadramento Sindical vinculada ao Ministério do Trabalho. Neste ano também foi criado Imposto Sindical, “estabelecido à revelia do movimento operário”, que propiciou a transformação do sindicato de uma estrutura de luta dos trabalhadores para um órgão de assistência social, descaracterizando a entidade e favorecendo a permanência nos cargos de direção dos dirigentes pelegos.⁶³

No período getulista, em especial durante a vigência do Estado Novo, o governo atuava em duas frentes: a propaganda através do famoso Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP e a repressão pura e simples através do Departamento Estadual de Ordem Política e Social -DOPS. “O governo podia ficar tranquilo. O que o DIP não conseguia fazer através de sua máquina de censura e propaganda, o Dops sabia resolver através de torturas e prisões”, como nos lembra Giannotti⁶⁴.

A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que representou a conclusão de um grande programa varguista na área do trabalho, foi publicada em 1º de maio de 1943. A CLT, segundo Giannotti reunia em seus cem artigos muitas proibições e imposições e garantia ao Ministério do Trabalho o controle dos sindicatos.

As contas dos sindicatos deveriam ser monitoradas pelo governo e até a lista de presença, com o número da carteirinha dos sócios que frequentavam

⁶² GIANNOTTI, Vito. Op.cit., p. 123

⁶³ Segundo o Minidicionário da Língua Portuguesa, da PTD, pelego na gíria política significa pessoa que se vende por vantagens pessoais. Com relação ao movimento sindical pelego pode ser definido como o dirigente que não é combativo, que opta pelo não enfrentamento com a classe patronal e o governo, que opta por um sindicalismo assistencialista ou que é simplesmente cooptado pelo poder (estatal ou empresarial) e ainda recebe benefícios pessoais em troca do imobilismo e abandono da defesa das causas dos trabalhadores.

⁶⁴ GIANNOTTI, Vito. Op. Cit., p. 123.

cada assembléia, deveria ser enviada ao Ministério do Trabalho. O Dops teria, assim, seu trabalho facilitado⁶⁵.

No ano anterior, em 1942, o regime havia se decidido pelos “aliados” no confronto mundial e as pressões internas pelo fim da ditadura se fazia sentir mais forte. Era uma equação difícil de ser feita: no cenário externo o país se colocava como aliado dos países ditos democratas e internamente vivia sob uma ditadura que tentava silenciar a todos. Eram muitas as contradições vividas no Brasil neste momento – como, aliás, em todos os momentos de sua história. Não menos contraditória era a relação do governo Vargas com os trabalhadores. Se por um lado o governo era centralizador, ditatorial, é nele que os trabalhadores vêm algumas conquistas serem efetivadas. Muitas delas aspirações de muitos anos antes, portanto, uma conquista, não um presente do “pai dos pobres”.

Findo o governo ditatorial getulista, e com o processo de democratização do país, o movimento sindical brasileiro ganha novo fôlego. No período entre 1945 e 1964 foram muitas as conquistas, que tiveram início ainda no governo Vargas.

No mesmo ano em que foi deposto, Vargas eliminou não só os dispositivos legais que obrigavam a presença de representantes do Ministério do Trabalho nas assembléias sindicais, como também aqueles que exigiam a aprovação prévia do Ministério para a realização de eleições e posse das direções sindicais eleitas.⁶⁶

Também em 1945, os trabalhadores brasileiros conseguiram criar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), cujo manifesto foi assinado por 300 líderes sindicais representando 13 Estados brasileiros. O MUT cobrava a eliminação do Estatuto Padrão e o fim da dependência dos sindicatos com relação ao Ministério do Trabalho, autonomia administrativa dos fundos e soberania para as assembléias. Neste ano aconteceram, no mês de maio, 365 greves, com os trabalhadores conquistando aumentos salariais que variam de 30% a 40%⁶⁷. Em 1946 aconteceu no Rio de Janeiro, no Teatro Municipal, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, “com cerca de 2.400 delegados”, quando foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Mas, ao mesmo tempo em que avançava a organização das massas, não tardaram as medidas repressivas do Governo antidemocrático de Dutra que, já em 1946, proibiu a existência do MUT, decretou a

⁶⁵ GIANNOTTI, Vito. Op.cit., p.133.

⁶⁶ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, p. 65

⁶⁷ GIANNOTTI, Vito. Op. cit, p. 148.

intervenção e a suspensão das eleições sindicais e, em 1947, determinou a ilegalidade do PCB, cassando também o mandato de seus representantes no Parlamento.⁶⁸

O governo Dutra intensificou em 1947 a repressão aos sindicatos. Ampliou a violência contra os movimentos paredistas que desafiavam inclusive as orientações de algumas lideranças sindicais, como as que haviam fechado acordo com setores da burguesia nacional. Dos 944 sindicatos existentes no país 134 sofreram intervenção neste mesmo ano. Até o final do governo Dutra foram 400 intervenções. A repressão, que tem o anticomunismo como mote, se estende para além das entidades sindicais, atinge inclusive os jornais do PCB, e segundo Giannotti “a organização operária se reduz à clandestinidade nas fábricas”.

Passado o governo Dutra, Getúlio Vargas retorna ao governo, eleito pelas massas e tendo pela frente o desafio de suprir as deficiências do capital privado nacional e o desinteresse do capital internacional⁶⁹. Com isso foi incrementada a indústria pesada e o Estado passou a ser proprietário de empresas estratégicas como a Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Álcalis e a Petrobrás. Um novo tipo de trabalho e um novo tipo de trabalhador entram em cena, os servidores das estatais. Esta nova categoria multiplica seus membros rapidamente. Nas décadas de 1980 e 1990 estarão entre os trabalhadores que mais se movimentam em busca de melhorias salariais e de condições de trabalho e participam ativamente da luta pela democratização do país.

Com o retorno de Getúlio Vargas ao Governo, agora como Presidente eleito, as massas operárias receberam um novo fôlego e como estava se expandindo, atingindo em 1953 cerca de um milhão e meio de trabalhadores nas indústrias, suas manifestações ganhavam cada vez mais amplitude. No ano de 1951 são realizadas cerca de 200 paralisações atingindo quase 400 mil trabalhadores e em 1953 os movimentos da classe operária contra a fome e a carestia atingiram cerca de 800 mil operários.

O avanço das lutas operárias atingiu, no início dos anos 60, o seu ápice quando, após imensas manifestações grevistas, realizou-se o III Congresso Sindical Nacional, onde os trabalhadores brasileiros unificaram suas forças sob uma única organização nacional de coordenação da luta sindical: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁷⁰

⁶⁸ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, p.68.

⁶⁹ ROMÃO, Frederico Lisboa. Op. cit., p. 87

⁷⁰ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, p. 70

Os trabalhadores cobram de Vargas as promessas feitas por ele durante a campanha eleitoral de aumentar em 100% o salário-mínimo, que estava congelado durante o governo Dutra. Mais uma vez o governo Vargas se mostra contraditório com relação aos trabalhadores. Nos anos seguintes acontecem muitas greves e são reprimidas, mas no discurso o governo chama os trabalhadores de aliados e afirma que precisa deles para governar.

Também em 1953 a cidade de São Paulo ficou paralisada por um mês com a “greve dos 300mil”, que reuniu em um mesmo movimento os trabalhadores metalúrgicos, têxteis, gráficos e os do setor de alimentação.

Podemos dizer que essa greve foi o resultado da organização clandestina dos trabalhadores desde os anos repressivos de 1946-1950. A organização, dentro das empresas, dava seus frutos. Os grupos de trabalhadores organizados nos locais de trabalho eram chamados de ‘comitês de fábrica’⁷¹.

Giannotti nos diz que esta greve vai servir de modelo para todas as ações realizadas a partir de então até o Golpe de 1964. Mas, a nosso ver esta forma de organização se estende para além do período ditatorial e chega aos anos 80. Quadro semelhante vamos encontrar em Manaus, em 1985, quando a organização da greve dos metalúrgicos se dá também desta forma. Ações clandestinas dentro das fábricas e o uso de diversos tipos de subterfúgios e pretextos, como estudos bíblicos, são utilizados com o objetivo de reunir os trabalhadores dentro e fora das empresas para discutir as condições de trabalho a que estavam submetidos, conforme vamos ver no capítulo 2.

A eleição de Juscelino Kubitschek em 1955, com o lema desenvolvimentista de “50 anos em 5” embora não tenha agradado os mais conservadores e tenha sido marcada de ameaças de golpe não representou melhorias significativas para os trabalhadores. A migração interna que atingiu altos índices favoreceu a mudança do perfil do operariado nacional, que passou a ser formado em sua maioria por nacionais, em especial pessoas vindas de lugares mais pobres que se aglomeravam nas grandes cidades em busca do sonho de uma vida melhor e encantados pelo discurso populista de JK que prometia um país mais próspero.

Em 1957 acontece em São Paulo uma grande greve que reúne 500 mil trabalhadores de várias categorias. As negociações são feitas por uma comissão e

⁷¹ GIANNOTTI, Vito. Op. Cit., p. 155

narradas por alto-falantes para uma assembléia de mais de 10 mil trabalhadores. Dois anos depois, em 1959, quase mil greves chegam a envolver um milhão e meio de trabalhadores. O clima só esquentava, com o crescimento do setor industrial e com ampliação do número de trabalhadores e sua organização através de seus sindicatos. Como consequência de maior organização as greves também se intensificavam. O CGT neste contexto, por unificar as lutas dos trabalhadores, tem papel importante, em especial durante o curto governo de João Goulart. Segundo Antunes, sua presença foi decisiva na “Greve da Paridade” em 1960 quando trabalhadores civis – marítimos, ferroviários e portuários - lutaram para terem seus salários equiparados aos militares.

As greves se sucediam com grande rapidez. Em 1963 a célebre greve dos 700 000 que, entre outras reivindicações, pretendia a unificação da data-base dos acordos salariais, com o fim de evitar que os reajustes fossem realizados em épocas diferentes para as várias categorias⁷².

As greves em solidariedade a João Goulart, popularmente chamado de Jango, durante o processo de indefinição após a renúncia de Jânio Quadros, também são apontadas como importantes para garantir a posse do vice-presidente. As grandes manifestações de rua marcaram os últimos meses do governo João Goulart. Os trabalhadores organizados em sindicatos e centrais sindicais esticavam a corda em busca da consolidação de novas conquistas e se dividiam em várias correntes político-ideológicas. Até mesmo os sindicalistas ligados a Igreja Católica se dividiam entre os mais a direita e os mais a esquerda⁷³. A elite brasileira pressionava o governo com o apoio da Igreja Católica e do governo norte-americano. Sob a inspiração de Washington prevaleceu a ideia de que era preciso romper com a ordem constitucional e cassar o Presidente, apresentado como comunista.

O papel dos trabalhadores neste momento, inclusive apoiando a Campanha da Legalidade, iniciada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foi fundamental. Greves são convocadas por alguns sindicatos e lideranças de esquerda organizam o que ficou conhecida como a “Greve da Legalidade” exigindo o respeito à Constituição e a posse do vice-presidente. É durante o governo de Jango, em 5 de julho de 1962, que acontece a primeira greve de caráter nacional, que tem como objetivo

⁷² ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, p.72

⁷³ Informações sobre as correntes políticas ideológicas dos sindicalistas deste momento podem ser encontradas na obra de Vito Giannotti, em especial no capítulo 6: Do fim da Segunda Guerra à Ditadura Militar (1945-1964).

cobrar do Presidente a reforma do Ministério, considerado pela lideranças trabalhistas como muito conservador. O Ministério foi mudado e em seguida o Congresso Nacional aprovou a criação do 13º Salário para todo o território nacional, que já havia sido conquistado em São Paulo um ano antes, depois de um confronto entre trabalhadores e governo paulista.

O clima no país era tenso, especialmente por causa das campanhas contra a esquerda desenvolvida pela imprensa e pela Igreja.

O governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, principal porta-voz da direita, alertava diariamente contra o perigo comunista e apelava, de forma declarada, por uma intervenção militar.

A hierarquia católica, quase unânime, fazia coro contra o “perigo comunista”. Nas rádios católicas, o programa “Terço em Família” transforma-se num programa claramente contra a esquerda. A palavra de ordem era “Livrai-nos do comunismo”. Espalha-se o terror contra a “República Sindicalista” que estaria transformando o país numa baderna. Essas palavras não saíam das manchetes de jornais e da boca dos radialistas⁷⁴.

Uma nova ditadura se impõe ao país. Com apoio da grande imprensa e da Igreja Católica, castra os sonhos dos trabalhadores brasileiros que perdem momentaneamente sua capacidade de luta por novas conquistas. “A quartelada cívico-militar-religiosa de 64 foi um golpe antidemocrático, anticomunista, antiprogresso, anticivilização, anti-Brasil”, afirma Luís Mir, comunista, crítico da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores⁷⁵. Giannotti vê o quadro que se apresenta como o início de um longo período de violência contra o trabalhador brasileiro.

Assim, no dia 1º de abril, desarmado e confuso, o proletariado brasileiro foi rapidamente esmagado pelo Golpe Militar. Junto com ele, sofrerão as consequências a classe média, que, em sua maioria, havia aderido ao Golpe, e amplas camadas da sociedade.

O Golpe deixou clara a falência da política baseada no nacionalismo, no populismo e no reformismo que permitiu a chegada dos golpistas ao poder, sem qualquer contestação da massa trabalhadora. Como boa parte da esquerda dizia, nas avaliações após a implantação da ditadura, esta política confusa ideologicamente, “desarmou a classe trabalhadora”.

A fraqueza da organização de base dos trabalhadores evidenciou-se quando o CGT não mais conseguiu fazer seus comícios, que tanto assustavam a burguesia e a classe média⁷⁶.

⁷⁴ GIANNOTTI, Vito. Idem, p. 176.

⁷⁵ MIR, Luis. *Partido de Deus – Fé, Poder e Política*. São Paulo: Alaúde, 2007, p. 179.

⁷⁶ GIANNOTTI, Vito. Op. cit., p.178.

Não foi preciso muito tempo para que a ditadura calasse os operários e de sobra todo o movimento social. Prenderam as lideranças sindicais e as bases não reagiram como era esperado pelos que as comandavam e as massas foram silenciadas. Para Ricardo Antunes com a deposição de João Goulart

O CGT e as demais organizações populares foram tolhidas de qualquer possibilidade de atuação, sendo suas lideranças imediatamente presas. Se de um lado essa liderança sindical tinha profunda consciência dos reais interesses populares, ela não soube preparar as bases para uma resistência mais efetiva. Uma vez contida a liderança, as bases ficaram aturdidas.⁷⁷

Como parte da legislação getulista ainda existia passou a ser cumprida integralmente pelos novos ditadores. Novas leis foram criadas para transformar os sindicatos em meros operadores da política assistencialista do governo. A Lei 4.330, de junho de 1964, estabelece a nova forma de atuação possível, muito distante daquela que era o ideal defendido pelos sindicalistas que queriam mais independência para os trabalhadores. Com 32 artigos que limitavam a possibilidade dos trabalhadores organizarem legalmente uma paralisação esta lei foi chamada de Lei Antigreve e resistiu até mesmo à fase inicial do processo de democratização do país, sendo revogada apenas em 1989, pela Lei 7783, após a promulgação da Constituição de 1988, chamada então de Constituição Cidadã. É a dependência total dos sindicatos, que não podiam nem mesmo discutir com o setor empresarial aumentos de salário. A definição dos percentuais de reajuste salarial passaram a fazer parte das atribuições do governo, com o controle dos aumentos e o estabelecimento da política chamada de “arrocho salarial”.

Mas, a ditadura de 64 não calou apenas os trabalhadores. Calou também a academia. Segundo reflexão de Claudio Batalha os primeiros estudos sobre a classe operária brasileira foram feitos por sindicalistas e ativistas de esquerdas, que ele chama de “historiografia militante”. Como vimos anteriormente, na historiografia brasileira a classe operária aparece nos anos 1950/60, chegando na História através dos brasilianistas que discutiam o papel dos imigrantes na organização dos trabalhadores brasileiros. Com relação a pesquisadores brasileiros o pioneirismo cabe a Maria Cecília Baeta Neves que em 1973 apresenta o trabalho *Greve dos Sapateiros em 1906*.

Para Batalha esta chegada tardia dos operários à historiografia nacional se deve em parte à repressão da ditadura implantada com o Golpe de 1964 uma vez que este tipo

⁷⁷ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, p.75

de tema era considerado sensível pelas autoridades”⁷⁸. Somente no final dos anos de 1970 a história operária conquista seu espaço na academia, navegando nos mares turbulentos de uma nova tentativa de democratização do País, quando são registradas as grandes greves, em especial as deflagradas na região do ABC paulista.

Se não bastasse o entulho legislativo deixado pelo getulismo e as novas leis que limitavam suas ações, os trabalhadores ainda tiveram que conviver com o fim do regime de estabilidade no emprego, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966. Tratava-se do primeiro direito garantido pela CLT retirado dos trabalhadores na segunda ditadura brasileira. Isto fragilizou ainda mais as entidades sindicais, especialmente por causa da grande quantidade de demissões que ocorriam em datas próximas aos reajustes salariais. Muitos empregados eram demitidos e depois contratados com salários menores, uma vez que não recebiam o reajuste determinado na data base da categoria. Neste quadro de dependência e impotência do movimento sindical, a política de arrocho salarial da ditadura floresceu, com uma aparente calma dos movimentos. Na fala de Antunes esta política representou para muitos trabalhadores não o “milagre econômico”, mas o inferno e a miséria.

A Lei 4.725, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, chamada de “lei do Arrocho” foi promulgada já em 1965. Ela determinava, entre outras coisas, que se a empresa estivesse deficitária não teria que dar aumento aos seus empregados e que aumentos não podiam ser pleiteados antes de um ano do dissídio coletivo. Proibia, portanto, qualquer ação dos trabalhadores no sentido de garantirem melhores salários.

Segundo Vito Giannotti as medidas adotadas pelos ditadores no poder tinham como objetivo paralisar a luta da classe operária e garantir a retomada da produção, que caiu por causa das incertezas dos primeiros meses da ditadura. Entre as medidas adotadas pelo novo governo estava a de considerar a greve um crime contra o Estado; a exigência de que os sindicatos excluíssem de seus quadros os comunistas; a destruição de todas as organizações sindicais que visavam unificar as lutas operárias; e ainda a prisão e a eliminação de delegados de fábricas e líderes sindicais. Com a nova ditadura “inicia-se uma nova fase de arrocho salarial, para garantir uma nova acumulação capitalista, ligada ao imperialismo”. É a política da concentração de renda que responde

⁷⁸ BATALHA, Claudio. *A Historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e Tendências*, p. 153.

satisfatoriamente ao imperialismo multinacional e que penaliza ainda mais os trabalhadores brasileiros.

Para garantir o lugar do Brasil entre os associados ao capital internacional e reforçar a sua conduta de aliado dos Estados Unidos era preciso calar os discordantes.

Foi com estes objetivos que o governo formulou as diretrizes da política sindical, que visavam acabar com a participação da classe assalariada nas decisões políticas do país. O sindicalismo deveria ser amordaçado e deveria ser levado um combate mortal às lideranças de esquerda. Prisões, perseguições e assassinatos passaram, então, a ser rotina. Essas eram as medidas que a Ditadura julgava necessárias para poder restaurar o controle da classe dominante sobre o proletariado⁷⁹.

Mesmo com a precarização das relações de trabalho, a redução dos salários e a situação de penúria dos trabalhadores e apesar de toda a repressão exercida pelo poder, a reação das classes trabalhadoras se deu através da organização de um novo movimento, criado em 1967, denominado Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Seu objetivo era pressionar por mudanças na política econômica e salarial. O surgimento desta organização e a discordância da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco da proposta de conciliação dos demais sindicatos, resultaram na greve de julho de 1968, em São Paulo, que durou quatro dias, mas que foi declarada ilegal pelo Ministério do Trabalho que determinou a intervenção no sindicato.

Também em 1968, outra greve registrada em Contagem obteve êxito, porque conseguiu 10% de abono salarial, que acabou sendo estendido para todo o país como “Abono de Emergência”. Da greve de Osasco Giannotti afirma que ficou a demonstração de resistência e o exemplo da Comissão de Fábrica da Cobrasma, que mais tarde serviu de inspiração para outras organizações dos trabalhadores. Em outubro uma nova greve em Contagem também durou igualmente quatro dias e por causa da repressão violenta aos trabalhadores terminou sem vitórias. Para este mês, estava marcada uma greve geral, envolvendo os sindicatos ligados ao MIA, segundo Ricardo Antunes. Esta greve acabou não ocorrendo em função da repressão das greves de Osasco e Contagem. Era o regime fechando ainda mais.

Em 13 de dezembro é promulgado o Ato Institucional número 5, o chamado AI-5, que representou o recrudescimento do regime e a perseguição implacável contra os sindicalistas e outras lideranças da sociedade. Até mesmo trabalhadores que não

⁷⁹ GIANNOTTI, Vito. Op. cit., p. 181.

poderiam ser considerados militantes acabaram sendo assassinados nos porões da ditadura, como foi o caso do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho morto no DOI/CODI do II Exército, em São Paulo, no dia 16 de janeiro de 1976⁸⁰.

Dez anos. Este é o tempo que separa as greves de Contagem e Osasco das greves do ABC Paulista. Foram tempos de tortura, exílios e assassinatos nos aparelhos criados pelos ditadores para destruir a resistência. “Entre 1964 e 1984, há quem fale de oitenta a cem mil presos políticos; de dez a vinte mil exilados, além de 130 banidos do país”⁸¹. Os sindicatos assumiram, praticamente sem restrições, a condição de entidade assistencialista, tão cara aos governos ditatoriais. Mas, em maio de 1978 uma nova greve acontece.

Era a volta da classe operária à cena política nacional, de onde, aliás, nunca saiu, mas que, especialmente depois do desastre de 68, teve sua atuação extremamente limitada e isolada, através de lutas esparsas dentro das fábricas, como as ‘operações tartaruga’(...) A ‘operação tartaruga’ foi uma prática largamente utilizada durante os anos mais violentos do arrocho salarial⁸²

O movimento paredista que teve início no ABC paulista, assunto ao qual voltaremos mais adiante, foi o detonador de um amplo movimento de trabalhadores, com os protestos contra o arrocho salarial se estendendo as mais diferentes categorias, “como médicos, bancários, professores, funcionários públicos etc, segmentos médios da sociedade que passaram, com o fim do ‘milagre’, a sofrer com o ônus da exploração, proletarizando-se cada vez mais rapidamente”, nas palavras de Antunes⁸³.

Desde 1973/74, com a crise do petróleo, as categorias profissionais classificadas como médias vinham sentindo no bolso o preço do arrocho salarial. “E o que até então era o cotidiano do operariado industrial, qual seja, a superexploração do trabalho e o arrocho salarial, passou a atormentar e a fazer parte do dia-a-dia dos assalariados médios”⁸⁴. Uma tabela compilada por Antunes mostra que em 1978 dos 137 setores atingidos por greves oito eram de assalariados de classe média e 104 de trabalhadores industriais. Já no ano seguinte são 66 setores da classe média e 61 dos trabalhadores industriais. Classe média aqui entendida como médicos, professores e bancários e outros profissionais de nível superior ou servidores públicos.

⁸⁰ LUPPI, Carlos Alberto. *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?* S.P: editora Escrita, 1980. Na apresentação deste livro o autor relaciona 16 operários que foram torturados e mortos nos órgãos de repressão do Estado brasileiro entre 1969 e 1976.

⁸¹ GIANNOTTI, Vito. Op.cit, p. 208.

⁸² ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo, p. 82.

⁸³ ANTUNES, Ricardo. Idem, p. 84

⁸⁴ ANTUNES, Ricardo. Idem, p. 135.

A reação visível da sociedade brasileira ao regime militar se dá a partir das eleições de 1974 quando o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, o partido tido como de “oposição consentida”, vence as eleições para o governo de 24 estados e amplia a sua base na Câmara Federal, passando de 94 para 185 deputados federais. Giannotti nos diz que foi a partir desta eleição que a sociedade civil volta a se organizar e até entidades que apoiaram o Golpe de 64 começam a pedir o fim do regime.

Em 1975, como novas formas de protestos, começam os quebra-quebras de trens e ônibus. Era a população que se revoltava contra os baixos salários, as péssimas condições de moradia, contra o preço e a qualidade dos transportes públicos e o elevado custo de vida.

Ao mesmo tempo, aumentavam as passeatas estudantis e a manifestação de intelectuais, artistas e outros profissionais contra o Regime⁸⁵.

Setores da Igreja Católica desempenharam importante papel neste momento, tanto a partir das manifestações públicas de alguns bispos quanto das ações desenvolvidas junto aos leigos através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em 1975 é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) que passa a lutar pela anistia aos presos e exilados políticos e pelo fim da ditadura. Outros movimentos se somam a este. Estudantes e intelectuais das mais diversas correntes políticas participam ativamente do movimento pela democratização do país. O Brasil parecia clamar por liberdade e os diversos segmentos sociais demonstravam que estavam dispostos a conquistá-la. Entre os trabalhadores surge uma nova organização, e a década de 1970 é fechada com um grande número de greves e protestos contra as precárias condições de vida, especialmente daqueles que viviam nas periferias das grandes cidades. Em Manaus proliferam os grupos de jovens e organizações de bairros que lutam pelos mais variados direitos, que vão da moradia ao emprego, passando pela educação.

Num clima totalmente favorável à luta, os trabalhadores tomam conhecimento em agosto de 1977 de que o Governo Federal havia abocanhado parte de seus salários com a publicação de dados irreais sobre a inflação de 1973-1974. Esta operação ficou conhecida, segundo Giannotti, como o “roubo do Delfim”. A reação da classe trabalhadora neste momento é destacada por Marlene Pardo Ribeiro como um marco para a mudança que se operaria em seguida.

⁸⁵ GIANNOTTI, Vito. Op. Cit., p.214.

Vistos até então, como individualistas, desorganizados e sem consciência, em 1978, os trabalhadores desafiaram a vigilância, a repressão e as concepções acabadas de classe com que eram caracterizados, fazendo greves, protestos, atos públicos e passeatas. A força e a organização desses movimentos obrigaram ao Governo a mudar suas estratégias e aos historiadores a rever suas análises⁸⁶

Mesmo com o registro de um refluxo no início da década de 1980, as greves que marcaram o final da década de 1970, voltam com força a partir de 1983. Sem dúvida a década de 80, do século XX, pode ser considerada como uma das mais profícuas para o operariado. Neste momento da história nacional novas lideranças começaram a “tomar” os sindicatos e a mobilizar centenas de trabalhadores no chão das fábricas. O movimento se espalha, ganha as ruas e dá início a um novo processo histórico.

1.2 – O ABC Paulista e a Longa e Crítica Década de 1980

Referência para os trabalhadores metalúrgicos manauaras, a organização, e em especial as greves desencadeadas pelos metalúrgicos do ABC paulista, são um marco na história do movimento operário brasileiro. Registradas na segunda metade dos anos de 1970, as greves chamam atenção tanto pela sua amplitude quanto pelo pioneirismo dentro do quadro repressivo estabelecido pelo governo pós-64. A greve de 1978, exatamente dez anos após as greves de Osasco e Contagem, que marcaram o fim do período inicial de resistência dos trabalhadores à política de arrocho salarial imposta pela ditadura, é ainda um símbolo da luta pela democratização do país e da retomada da busca de melhorias salariais e de condições de trabalho pelos operários brasileiros.

Ricardo Antunes enumera cinco pontos pelos quais afirma que as greves de maio de 1978 representaram “magnífica vitória para a classe operária”. Primeiro porque os patrões estavam desprevenidos; segundo, porque com a vitória iniciaram uma luta contra o arrocho salarial que era o pilar da ditadura; terceiro, porque se impuseram contra a legislação sindical e iniciaram o processo de ruptura da estrutura sindical atrelada ao governo; quarto, porque incorporaram a luta pela democratização da sociedade brasileira; e quinto, porque “preparava o terreno para futuras participações políticas”, saindo da fase de resistência para a fase de movimento de massas.

⁸⁶ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 1987. Datilografada. Disponível em condições precárias na Biblioteca Setor Norte da Ufam, p. 37.

O movimento de massas, que a indústria automobilística de São Bernardo viu eclodir nos meses de maio e junho de 1978, pela sua dimensão, marcou o ressurgimento da ação reivindicatória grevista no Brasil depois de uma década de resistência operária. Dava-se início à paralisação do trabalho dentro das fábricas, onde os operários cruzavam os braços e paravam as máquinas sem que houvesse sequer a recorrência aos piquetes, as greves fabris expandiram-se até atingir o conjunto da indústria metalúrgica. Os operários não mais aceitavam uma política salarial que, ao articular as formas relativa e absoluta da mais-valia, exprimia um cotidiano imerso no mundo da superexploração do trabalho.

Assim, a partir das greves de 1978 e 1979, o sindicalismo passou a reassumir um papel preponderante na mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses econômicos. Iniciava-se uma nova etapa da luta sindical, era a fase das negociações diretas entre empresas e trabalhadores⁸⁷.

Embora seja um marco na história operária brasileira a greve dos metalúrgicos do ABC de 1978 foi resultante, ou seja, faz parte de um processo que vinha sendo desencadeado a partir de uma série de outros movimentos de resistência dos trabalhadores da região automotiva de São Paulo no início da década de 1970, como nos conta Ricardo Antunes. Ele lembra que os operários fizeram algumas tentativas de paralisações na Mercedes e na Ferramentaria da Ford, mas que foram desestimulados pela direção do sindicato, que então estava nas mãos dos chamados pelegos.

Ocorreu uma greve de características singulares na Villares, em 1973, em São Paulo, onde os operários realizaram um movimento pendular de paralisia e retomada do trabalho, deixando o patronato sem condições de impedir a sua eclosão. Esse movimento durou uma semana e denominou-se ‘operação gato-selvagem’⁸⁸.

Portanto, a greve de 1978, embora segundo relato dos trabalhadores tenha pego os patrões desprevenidos porque eles não acreditavam na capacidade de organização dos operários – como aconteceu em Manaus em 1985 – já vinha sendo gestada nas linhas de montagens há algum tempo. A precariedade das relações trabalhistas, os péssimos salários e a política de arrocho salarial do governo brasileiro foram sedimentando entre os trabalhadores a convicção de que somente eles próprios, e a partir de um movimento forte, poderiam mudar aquela situação que a cada ano ficava pior.

⁸⁷ REIS FILHO, Milton Melo dos. *Quem Vai Descer a Acará? Processo de Construção do Fazer-se Classe do Operariado do Parque Industrial de Manaus – anos 1980*. Dissertação de Mestrado do Programa Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, 2008, p. 21/22.

⁸⁸ ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho: (O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. Campinas, Editora Unicamp, 1988, p. 15. Sobre as diversas formas de resistência e os tipos de greve também pode ser consultado do mesmo autor *O que é sindicalismo* e *Novo Sindicalismo*.

“Uma ação sindical embrionária”, segundo as palavras de Antunes, já se revelava nos primeiros anos da década de 1970, que começou com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema se separando da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo durante o processo de campanha salarial. Em 1974 foi realizado o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo que apresentou as propostas que seriam encaminhadas pelos trabalhadores a partir daí, tendo como um dos pontos principais a liberdade sindical.

A possibilidade da greve de 1978, portanto, já estava posta desde o início da década e foi se tornando cada vez mais factível com o endurecimento da classe patronal nas negociações salariais. Na recusa sistemática de recompor as perdas salariais a classe empresarial foi empurrando os trabalhadores para a radicalização. Quando em 1977 os trabalhadores tomaram conhecimento das perdas encobertas em 1973, quando o governo ditatorial maquiou os dados e retirou dos trabalhadores 34,1% do valor de seus salários, o clima de insatisfação tomou conta de todos e já havia uma organização das bases que permitia dar os primeiros passos para a realização de uma greve.

Em 1974, ano das eleições para governadores e legislativos, aconteceu o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, onde a questão da superexploração do trabalho e a lucratividade das empresas foi colocada de forma clara pelos operários. É neste ano que Luis Inácio da Silva, o Lula, se elege presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. A liderança de Lula consolida-se nos anos seguintes e depois da passagem por apenas um mandato de deputado federal chega, 28 anos depois, à Presidência da República. Mas os primeiros anos de trabalho (1974/77) foram de poucos avanços nas negociações com os patrões, que tinham no governo ditatorial seu importante aliado, disposto sempre a reprimir os trabalhadores em nome da governabilidade e da necessidade de crescimento de um país que se tornava cada vez mais injusto e com concentração de renda cada vez maior.

A greve de 12 de maio de 1978, em São Bernardo do Campo, na multinacional Scania, começou segundo os relatos dos operários de forma espontânea, mas na verdade era o explodir da panela de pressão em que se transformara o ABC paulista, a área mais industrializada do país. Antes dela, aconteceu uma greve na Mercedes-Benz, também em São Bernardo, quando 17 trabalhadores foram demitidos. Outras paralisações por empresa foram registradas, a maioria em função de atraso no pagamento de salários e na negação da empresa de cumprir com promessas feitas. Esta greve tem também como

característica o fato de ter começado à revelia da direção sindicato, embora ele já estivesse nas mãos do “novo sindicalismo”. Com a greve consumada a entidade sindical foi chamada para negociar com a empresa. As reivindicações eram: aumento de 20% a partir de 1º de maio para quem recebia até 10 salários mínimos, igualdade salarial para trabalhos iguais, redução do trabalho noturno e pagamento dos dias parados em função da greve. Era a primeira experiência com greve daquele grupo de sindicalista, conforme relata o próprio Lula em entrevista no trabalho de Antunes.

Na primeira semana a greve atingiu 60 mil metalúrgicos de 24 empresas. No dia 26 para a Toshiba da capital São Paulo. Até o mês seguinte a onda de greves atingiu todo o Estado, lideradas por trabalhadores que já atuavam clandestinamente em grupos dentro das fábricas. Uma das principais reivindicações era a organização de Comissões de Fábricas, como aconteceu em Manaus alguns anos depois. A comissão, ou comitês de fábricas, era o caminho que os novos líderes sindicais encontravam para organizar os trabalhadores em especial naqueles setores em que a direção das entidades sindicais ainda estava nas mãos dos pelegos.

Para Giannotti esta greve teve um alcance enorme, transformando o ano de 1978 em um ano decisivo para o movimento sindical brasileiro.

As greves iniciadas em maio na Scania Vabis, em São Bernardo do campo, na Grande São Paulo, rapidamente se espalharam para as grandes fábricas montadoras de automóveis, coordenadas pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Duas semanas após, as greves chegaram à capital paulista, lideradas pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e, em seguida, atingem outros sindicatos. Começa uma nova efervescência e diversos sindicatos do país se articulam, provocando profundas mudanças no quadro sindical brasileiro⁸⁹

Ricardo Antunes ressalta que apesar das peculiaridades de cada uma das greves ocorridas em maio e junho de 1978 elas tinham em comum o fato de que era uma declaração dos trabalhadores de que não aceitavam mais “uma política salarial que, ao articular as formas relativa e absoluta da mais-valia, exprimia um cotidiano imerso no mundo da superexploração do trabalho”⁹⁰. A espontaneidade das greves do ABC, a nosso ver, mostra que as bases iam à frente dos organismos sindicais mesmo em São Bernardo do Campo. Havia uma urgência de ação que brotava das bases e que atropelou num primeiro momento até mesmo as lideranças mais ativas. Antunes ressalta que até

⁸⁹ GIANNOTTI, Vito. Op. Cit., p. 235/236.

⁹⁰ ANTUNES, Ricardo. A Rebeldia do Trabalho, p. 26.

mesmo o sindicato surpreendeu-se com a greve e que teve dificuldade em lidar com a situação por causa da inexperiência dos membros de sua direção.

Quadro diferente é o apresentado em Manaus em 1985. A greve dos metalúrgicos foi sendo “costurada” em reuniões realizadas pelos grupos de fábricas de forma clandestina tanto fora quanto dentro das fábricas, numa composição que eles denominavam de diretoria ampliada do sindicato, como veremos no próximo capítulo.

Na medida em que os trabalhadores iam aprendendo na prática a fazer greve e a buscar armas para o confronto com os patrões estes também se organizavam. É o fazer-se classe, que nos coloca E. P. Thompson. É a tomada de consciência dos trabalhadores de que somente eles poderiam mudar as suas histórias e que juntos poderiam dar um basta à superexploração feita pelo setor industrial. O mesmo acontece com os patrões que passam a ter diretrizes de como lidar com os trabalhadores. Antunes conta que na campanha salarial de 1979 a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP encaminhou às empresas uma carta-circular orientando como elas deveriam enfrentar as greves. As sugestões iam da demissão de lideranças ao não pagamento das horas paradas. Mas a principal orientação, a nosso ver, era para que impedissem que os trabalhadores permanecessem dentro das fábricas, “criando, ante a presença dos operários em praça pública, a inevitabilidade da ação repressiva policial”⁹¹.

A partir da greve de maio de 78 aconteceram outras paralisações, com os trabalhadores buscando novas formas de organização para superar as investidas da classe patronal e do governo. Se em 1978 a greve dos metalúrgicos aconteceu dentro das fábricas, com os trabalhadores cruzando os braços dentro das linhas de produção/montagem, em março do ano seguinte ela se deu fora das empresas, com os trabalhadores recorrendo aos piquetes⁹², expediente utilizado pelos movimentos paredistas antes de 64 e que em Manaus vai ser largamente utilizado apenas na greve de 1986. Outro fato marcante da greve de 1979 foi a organização das bases, uma vez que mesmo com a decretação da intervenção nos sindicatos os metalúrgicos continuaram

⁹¹ ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho*, p. 40.

⁹² Piquetes é aqui entendido como a ação desencadeada por um determinado grupo de pessoas com o objetivo de impedir que trabalhadores que não estão participando do movimento paredista tenham acesso aos locais de trabalho. São usados em especial nas greves que acontecem fora das fábricas. Em Manaus há um episódio marcante registrado na greve dos metalúrgicos de 1986 quando uma trabalhadora deitou-se na via de acesso à empresa impedindo que o ônibus que transportava os empregados pudesse entrar na empresa. Pela definição do Minidicionário de Língua Portuguesa piquete, por extensão, significa grupo de grevistas encarregado de provocar o alastramento da greve.

parados e “a greve continuou ainda mais forte, agora com o apoio e solidariedade de todos os setores democráticos da sociedade brasileira”.⁹³

A greve de 1979 como nos conta Ricardo Antunes também teve um alto grau de espontaneidade, embora a paralisação tenha sido decidida em assembléia geral da categoria realizada no dia 12 de março. O quadro apresentado por um dos depoimentos colhidos por Antunes nos apresenta um paralelo ao que aconteceria em Manaus seis anos depois. Embora houvesse uma decisão de greve a própria entidade foi surpreendida pelo número de empresas atingidas e o número de trabalhadores que aderiram à paralisação. No caso de São Bernardo havia inclusive a expectativa de uma nova rodada de negociações com a classe patronal quando os trabalhadores começaram a parar as empresas, “antes da hora marcada”, atingindo a Ford e a Woskswagem e com a realização de gigantescos piquetes. A assembléia realizada neste dia contou com a presença de 60 mil trabalhadores. Foi nesta greve que os trabalhadores do ABC paulista instituíram o fundo de greve que contou com a solidariedade de praticamente todo o país e garantiu a arrecadação de recursos e alimentos para os trabalhadores em greve.

A solidariedade da sociedade brasileira resultou na organização de um grande movimento em comemoração ao Dia do Trabalhador, o 1º de Maio Unitário, realizado com a participação de um grande número de trabalhadores e representantes de vários estados. Um dia de apoio aos grevistas e de alerta para o governo e setor empresarial.

Marco Aurélio Santana afirma que a década de 1980, caracterizada pela abertura política, “pode ser considerada um período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, reintroduzindo este importante ator na cena política nacional”.⁹⁴ A grande mobilização dos trabalhadores e os confrontos a que estiveram expostos neste período levou Ricardo Antunes a classificar a década de 1980 como sendo a mais crítica do século XX, ao analisar o movimento operário que resultou ou foi resultante do “novo sindicalismo”.

Novo sindicalismo é um conceito que se emprega para definir a conduta das novas lideranças que organizaram as oposições sindicais em todo o país e começaram a ganhar as entidades sindicais no final dos anos 70 ou início dos anos 80. Com novas táticas e novo repertório de reivindicações esta forma nova de se organizar de parte

⁹³ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*, p. 85.

⁹⁴ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. IN: FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, 2ª edição. RJ: Civilização Brasileira, 2007, p.285.

importante do conjunto de trabalhadores brasileiros foi denominado de “novo sindicalismo” para contrapor-se ao “sindicalismo atrelado”, que não lutava contra a superexploração do trabalho e contra a legislação repressiva do estado. Esta nova forma sindical tinha como prática o enfrentamento com os patrões através das greves e outros tipos de mobilizações. No repertório aparecem as mais diferentes ações como operações “tartaruga”, “vaca louca” e tantas outras, que não tinham uma duração determinada e as vezes podia ser desencadeada por horas, por turno ou mesmo por um ou alguns dias.

Outra característica deste “novo” sindicalismo é a busca da autonomia, com o afastamento do Estado das negociações salariais, implantada a partir do estado paternalista de Getúlio Vargas. Os trabalhadores (ou suas lideranças) tinham a clara percepção de que o Estado trabalhava em prol da burguesia, portanto contra os seus interesses.

O movimento operário e sindical brasileiro experimentou, no fim da década de 1970, um momento marcante para sua história. Submergido após o duro impacto promovido pelo golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco ou quase nenhum espaço para manobra, senão aquele no silencioso trabalho no interior das empresas e de pontuais tentativas mais visíveis de contestação, o sindicalismo de corte progressista emergia, cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. No cenário político mais amplo, a emergência do movimento dos trabalhadores acabou estremecendo os arranjos políticos da transição para o regime democrático, que iam sendo pensados sem eles. [...] O retorno dos trabalhadores foi marcado, também, pelo aparecimento do que se convencionou a chamar de “novo sindicalismo”, supostamente caracterizado por práticas que indicariam sua novidade na recente história sindical brasileira⁹⁵.

Ângela Castro Gomes afirma que o fenômeno sócio-político batizado como “novo sindicalismo”, teve como marco a ascensão da liderança do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, e

era constituído em distinção e em oposição ao velho sindicalismo populista do pós-30, na mesma dinâmica em que este o fora em relação ao sindicalismo heróico dos anos 10 e 20 deste século. As razões para tal emergência enraizavam-se nas condições de desenvolvimento e colapso do “milagre econômico” do pós-64, e o destino desta nova materialidade da classe trabalhadora brasileira era resgatar o seu heroísmo, questionando o corporativismo sindical e lutando pela democracia⁹⁶.

⁹⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Op.cit, p. 286/287.

⁹⁶ GOMES, Ângela Castro. *Política: história, ciência, cultura etc.* Texto apresentado para prova de concurso. RJ, 1995, p.22.

Este movimento teve como bandeiras a organização sindical livre; a negociação coletiva; e a negociação direta com o empresariado, sem a tutela ou intermediação do governo. Segundo Gomes, estas bandeiras “anunciariam uma nova identidade, finalmente autônoma, para a classe trabalhadora”.

Com a reestruturação produtiva ocorrida no mundo do trabalho a nível mundial a partir dos anos de 1980, e as transformações determinadas pelo Governo Collor de Melo – abertura das importações -, além de uma série de outros fatores que precisam ser melhor analisados, este modelo de sindicalismo foi nos anos de 1990 substituído pelo “sindicalismo de resultado”, segundo avaliação de Ricardo Antunes.

No Amazonas este novo sindicalismo é representado pela atuação das oposições sindicais que nasceram a partir de reuniões realizadas por um grupo de operários e intelectuais que buscavam a organização dos trabalhadores amazonenses. Várias entidades sindicais ao longo deste período passaram a contar com este tipo de liderança, entre elas a Associação de Professores Profissionais do Estado do Amazonas – APPAM, Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas – Adua e os sindicatos dos Bancários e Metalúrgicos, nosso objeto de estudo.

Para Vito Giannotti a década de 1980 foi longa.

Podemos dizer que começou antecipadamente, em 1978, quando a onda de greves de maio deu início a uma nova era no país. Estavam sendo superados os anos mais difíceis da Ditadura. Entre 1969 e 1975, qualquer simples menção à palavra greve deveria ser feita baixinho, entre os trabalhadores, para que não fossem descobertos pela polícia política infiltrada nos locais de trabalho⁹⁷.

Essa observação de Giannotti bem pode ser percebida no período que antecedeu a greve dos metalúrgicos em Manaus, quando de forma clandestina as informações sobre a organização sindical eram passadas de trabalhador a trabalhador dentro das empresas. Esta atuação dos operários que participavam do processo inicial de organização dentro das fábricas instaladas na Zona Franca de Manaus, nós observaremos no Capítulo 2 deste trabalho.

As lutas dos trabalhadores, as greves e as contestações do regime ditatorial também deram novo alento à produção acadêmica, segundo Claudio Batalha: “a diminuição da repressão política com o crescimento do movimento de contestação

⁹⁷ GIANNOTTI, Vito. Op. cit. p.227.

aberta à ditadura militar, se refletia, inclusive, na maior liberdade acadêmica”⁹⁸. Com mais liberdade houve um aumento do número de programas de pós-graduação e novos espaços para o estudo da história operária foram criados, ampliando consequentemente o número de trabalhos produzidos e publicados. Outro fator preponderante para que nos anos de 1980 a historiografia olhasse para os operários com mais vigor foi a contribuição externa, representada pela chegada ao Brasil de textos de historiadores como E.P. Thompson, em especial *A formação da classe operária inglesa* e de Eric Hobsbawm. Estes historiadores traziam para o palco dos grandes trabalhos historiográficos a classe operária, dando visibilidade para os trabalhadores e para as suas lutas, estimulando a produção local.

Nos anos de 1978/1979 quando do recrudescimento do movimento paredista, o regime autoritário se via acuado com o fim do “milagre econômico” e com as contas dos grandes empréstimos internacionais batendo às portas, findo o período de carência de dez anos. O governo optou pela velha receita dos conservadores para pagar os juros da dívida: redução nos investimentos sociais e na taxa de crescimento. Para os trabalhadores representou arrocho salarial e desemprego. A década de 1980, nesta perspectiva, nasce com os trabalhadores se organizando e a ditadura enfraquecida. Sem contar com o apoio direto de antigos aliados, como os Estados Unidos, que não tinham mais interesse em apoiar ditadores; com a dívida externa imensa e uma massa de trabalhadores cada vez mais insatisfeita, os ditadores começam a negociar a volta dos militares-ditadores aos quartéis e a permanência dos civis-ditadores em vários postos do poder, situação que permanece até os dias atuais, como podemos ver pela composição do Congresso Nacional. Era o fim do regime com a abertura gradual.

Adotamos, como Giannotti, a ideia de que a década de 1980 começou em 1978, por ter sido este um ano decisivo na luta dos trabalhadores contra o capital e determinante para o que viria depois. Seguimos assim também a lógica de Eric Hobsbawm que fala do longo século XIX e do breve século XX. Entendemos, portanto, que são as transformações, os momentos de ruptura, que datam a história. Claro que o processo histórico se complementa com os momentos de estabilidade, de continuísmo. Para os trabalhadores brasileiros o ano de 1978 foi o primeiro de uma escalada de conscientização e de movimentos que levaram ao fim da ditadura militar e o

⁹⁸ BATALHA, Claudio. *A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências*, p. 152.

estabelecimento de novas bases nas negociações salariais no país, com perspectivas futuras bastante promissoras, que acabaram não se concretizando.

As grandes mudanças nas estruturas sindicais também começaram em 1978, com a proposta do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG) de construir uma oposição à diretoria da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que pretendia realizar o seu Congresso no Rio de Janeiro, que acabou abafado pela organização dos opositores. Deste encontro foram tiradas como propostas a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o fim da censura, eleições diretas para Presidente, anistia aos presos políticos e reforma agrária. Destas, apenas a reforma agrária, ainda não foi conquistada pela nação brasileira. As demais foram conquistadas na longa década de 1980.

Em setembro, em Niterói (RJ), no Campo de Gragoatá, realiza-se o Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais. Era mais um passo rumo à unificação do movimento sindical brasileiro. Os fundos para custear as despesas desse encontro vieram de um show de Chico Buarque de Holanda e das contribuições do arquiteto comunista Oscar Niemeyer. Nesse encontro, novamente é reafirmada a decisão de criar uma Central Única dos Trabalhadores.⁹⁹

Mas a unidade começa a ruir quando no início do ano seguinte, no 9º Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, é aprovada a criação do Partido dos Trabalhadores – PT, criado oficialmente em fevereiro de 1980. O movimento sindical se divide em Unidade Sindical, que foi chamado de “reformistas” e “Bloco dos autênticos”. O primeiro defendia a negociação, se colocava contra as greves e dizia temer um retrocesso no processo político, contava com a presença dos sindicalistas ligados ao PCB, PC do B e MR-8. O segundo investia nas greves longas como forma de confrontação com os patrões e Governo. Do bloco dos autênticos participavam lideranças importantes fora de São Paulo que formavam as oposições sindicais em todo o país, como a Oposição dos Rurais de Santarém (PA). Deste grupo vieram alguns ideólogos para atuar na organização do movimento sindical dos metalúrgicos de Manaus, através da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, como veremos mais a frente.

As divergências também existiam quando se tratava da condução das greves e isto ficou evidente na greve dos metalúrgicos de São Bernardo em 1980. Os partidários

⁹⁹ GIANNOTTI, Vito. Op. cit, p. 237.

do PCB tentaram evitar a paralisação, que acabou acontecendo e foi duramente reprimida com a detenção de mais de sessenta pessoas. Mas, a prisão das lideranças, ao contrário do que esperava o regime, fortaleceu ainda mais o movimento, com a criação do Fundo de Greve “que aglutinava as forças dos trabalhadores e garantia a continuidade da greve”, que se estendeu por 41 dias e provocou um movimento de solidariedade que se espalhou por todo o país e até internacionalmente.

No dia 1º de Maio, a Ditadura monta um forte aparato para impedir a grande manifestação programada para o estádio da Vila Euclides, em São Paulo. Foi inútil. Mais de cem mil manifestantes invadiram as ruas e ocuparam o estádio. Estiveram presentes representantes de todos os setores que haviam realizado ou apoiado as greves de 1978 e 1979¹⁰⁰.

Neste encontro do Dia do Trabalhador reuniram-se lideranças sindicais de praticamente todo o país numa demonstração de força e de enfrentamento ao regime ditatorial. Essas mesmas lideranças estariam dois anos depois na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mantendo-se atentos e de certa forma unidos através de inúmeros encontros realizados em vários Estados brasileiros, com destaque para a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), realizada na Praia Grande, São Paulo, em agosto de 1981. Entre os mais de cinco mil participantes estavam os membros da Oposição Sindical Metalúrgica de Manaus, que já mantinham contato com o movimento nacional de oposição sindical, inclusive com intercambio constante de informações. Da Conclat saiu a comissão pró-Cut, que deveria trabalhar para a criação da central no ano seguinte, o que não foi possível por causa das divergências internas.

Em Manaus, a organização dos trabalhadores metalúrgicos naquele momento estava preparada para ganhar o sindicato e iniciar um novo processo de lutas no Estado. Muitas foram as lideranças que se desdobraram, se dividindo entre as atuações no sindicato, no Partido dos Trabalhadores - PT e na CUT. O partido político tanto quanto a central em muitos momentos se confundia com o Sindicato dos Metalúrgicos, na medida em que os dirigentes das três entidades eram os mesmos, ou muito próximos uns dos outros, assunto a que voltaremos mais adiante.

Dentro do processo de criação da CUT acontece o que alguns consideram a primeira greve geral convocada nacionalmente, em que foram chamadas para participar todas as categorias de trabalhadores. Ela acontece no dia 21 de julho de 1983. Pouco

¹⁰⁰ GIANNOTTI, Vito. Op. cit., p. 239.

mais de um mês depois nasce a CUT, no dia 28 de agosto de 1983, com a presença de 5.059 delegados e 912 entidades¹⁰¹. A outra corrente sindical cria três anos depois a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT.

Milton Reis, por sua vez, classifica a década de 1980 como sendo a década do sindicalismo combativo.

Se fôssemos classificar os anos oitenta, em relação a sua importância como processo, poderíamos dizer que foi a década do sindicalismo combativo. O povo queria o melhor, havia mais unificação das oposições, dos movimentos. Tudo numa finalidade. Se era para melhorar, todos se uniam. Não tinha hora, era na madrugada, era nos finais da semana. Na madrugada porque todos tinham que dormir coletivamente, por exemplo, na época de greve, da campanha salarial, para cedo estarem todos juntos para fazerem um apanhado. Portanto, tomavam café juntos e saíam para porta da fábrica para panfletar, todos os períodos de campanha salarial.¹⁰² (grifo nosso)

Como podemos observar pela passagem acima, pelo olhar de alguns estudiosos a década de 1980 se apresenta com um toque de nostalgia, com uma forte tendência a generalizar a atuação dos trabalhadores, sem levar em conta as fortes contradições que marcaram o período. Há muitas vezes uma tendência a fixarmos o olhar nos trabalhadores participativos, esquecendo os delatores e cooptados que também faziam parte das categorias.

1.3 – A História de Luta dos Trabalhadores Manauaras

Nascida como um porto de lenha, como lembra a canção¹⁰³, Manaus foi durante um longo período apenas um porto, ou um entreposto para chegada e saída de mercadorias. Ganhou as características de cidade no século XIX e somente no final deste, com o chamado *boom* da borracha, passou a reunir em seu espaço urbano um número significativo de trabalhadores, mas nunca suficiente para atender as suas necessidades, em especial com relação à construção das obras de embelezamento da cidade que pretendia fazer-se vitrine para atrair mais e mais imigrantes. O objetivo era trazer mão-de-obra suficiente para trabalhar na construção do grande projeto da “Paris

¹⁰¹ Sobre as divergências das correntes sindicais, as negociações e rompimentos que fizeram parte do processo de criação da CUT e posteriormente da CGT há muitos dados nos trabalhos de Marco Aurélio Santana, Vito Giannotti e Ricardo Antunes, anteriormente referenciados aqui. Todos citam datas e nomes dos sindicalistas envolvidos.

¹⁰² REIS FILHO, Milton Melo. *Quem vai descer a Acará?*, p. 61.

¹⁰³ Esta característica da cidade de Manaus é apresentada na música Porto de Lenha, composição de Aldísio Filgueiras e Torrinho.

dos Trópicos”, mas a tarefa era difícil porque muitos vinham para o Amazonas em busca dos seringais, onde acreditavam que poderiam fazer fortuna e outros tantos eram requisitados para trabalharem na exportação do látex. Portanto, sobrava pouca mão-de-obra para as construções reclamadas pela nova elite que se fixava na cidade. Durante todo o processo de modernização vivido durante a *Belle Époque* Manaus enfrentou problemas com escassez de mão-de-obra.¹⁰⁴

Havia uma preferência por parte dos administradores da cidade por trabalhadores europeus, mas o número de imigrante sempre foi inferior as necessidades e por isso um grande contingente de trabalhadores de Manaus neste período era oriundo da região Nordeste do Brasil, muitos expulsos de sua terra pela grande seca que castigou a região em 1877. Mas, mesmo estes migrantes se dirigiam em grande número aos seringais que precisavam cada vez mais de braços para extrair a seiva que enriquecia os coronéis de barranco, nome dado ainda hoje aos detentores de poder no interior do Estado do Amazonas, fazendo alusão aos seringais que se estendiam ao longo dos rios.

Entre as muitas necessidades da cidade que crescia, com a expansão dos negócios, estava a modernização do porto, responsável pela chegada de bens e pessoas. Era preciso garantir a fluidez das mercadorias. Com o aumento do movimento no porto, no início do século XX uma nova categoria de trabalhadores se faz notar no resgate histórico feito pela historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro: os estivadores. Até então esses personagens eram inexpressivos, ou mesmo inexistentes¹⁰⁵. Pelo que temos conhecimento os estivadores são os únicos trabalhadores que até o momento foram detalhadamente estudados pela historiografia local. E é a partir deles que tentamos fazer este pequeno e frágil resgate da história de luta dos trabalhadores em Manaus, uma vez que ainda há poucas informações sobre as demais categorias durante todo o século XX.

É através do trabalho de Pinheiro que podemos visualizar os primeiros embates dos trabalhadores manauaras com seus patrões ou contra o governo, como é o caso dos catraeiros que em 1887 fazem uma greve contra o aumento dos impostos municipais. Neste período a atividade dos catraeiros era fundamental para o trabalho de carga e descarga no porto, que ainda não havia passado pelo processo de modernização

¹⁰⁴ Há várias e importantes obras produzidas por historiadores amazonenses sobre o período denominado de fausto, a Belle Époque, mas que abordam aspectos relacionados aos segmentos da sociedade normalmente não retratados pelos livros de história oficiais. Entre as obras consultadas por nós destacamos Quando Viver Ameaça Ordem Urbana, de Francisca Deusa Sena da Costa, A Ilusão do Fausto de Edneia Dias e Manaus: História e Arquitetura, de Otoni Mesquita.

¹⁰⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus 1899-1925*. Manaus: Edua, 2ª edição, 2003, p.39.

promovido nos primeiros anos do século XX, quando o processo de carga e descarga das embarcações não necessitava mais do concurso dos catraeiros, o que fez com que esta categoria profissional fosse reduzindo o número de seus membros através dos tempos. O mesmo não acontece com os carroceiros, porque o seu trabalho continua sendo fundamental dentro do processo de recebimento de mercadorias, uma vez que eles faziam o transporte das cargas das empresas para o porto e deste para as empresas.

Por uma nota veiculada no jornal dos estudantes do Ginásio Amazonense, em 1911, em que está dito que: “A nossa Manaus está experimentando os seus efeitos de civilização. Em Manaus já se faz greve: elas começam com greves de braços cruzados e metamorfoseiam-se em verdadeiras revoltas”¹⁰⁶, podemos perceber a presença não só do conflito, mas especialmente da reação dos trabalhadores. A notícia do jornal nos faz crer que aí a história de luta dos trabalhadores amazonenses já havia começado, na medida em que as greves são historicamente a forma de pressão a que recorrem os trabalhadores quando se vêm diante da intransigência patronal e têm condições para um enfrentamento mais direto. Assim deve ter sido neste momento especialmente tenso de Manaus, com a chegada de um expressivo número de trabalhadores, migrantes e imigrantes, e o surgimento de uma série de novas atividades, isto dentro de um processo em que a cidade, por falta de infraestrutura, tinha muito pouco a oferecer a todos os segmentos sociais.

De fato, tanto para a extração do látex quanto para a edificação das obras de modernização da cidade – como a construção do porto – foi necessário enfrentar os problemas relacionados à escassez de mão-de-obra, só sanados com o apelo à migração de uma população nordestina assolada pela seca e pelo controle latifundiário. Boa parte desses migrantes acabava a meio caminho, engrossando as fileiras de elementos pauperizados que vagavam sem rumo pelas cidades do *caucho*, imprimindo-lhe sua marca, fazendo com que Manaus fosse, paulatinamente, perdendo um pouco de sua fisionomia tapuia. As cifras relativas a estas ondas migratórias são bastante rudimentares e imprecisas, mas é possível concordar com Celso Furtado quando calcula em pelo menos 500.000 o número de imigrantes chegados à região entre os anos de 1872 a 1910.¹⁰⁷

O crescimento demográfico no período é enorme. Em 1872 Manaus tinha 29.334 habitantes, em 1920 contava com 75.704 pessoas, o que representa um crescimento superior a 157%, ou seja, em 50 anos a cidade mais que dobrou. Crescimento ainda maior vamos encontrar em Manaus na década de 1980, quando o

¹⁰⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*, p.49.

¹⁰⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Idem*, p.54.

modelo Zona Franca de Manaus é consolidado e os trabalhadores metalúrgicos se transformam nos principais personagens do mundo do trabalho na cidade. Falta de infraestrutura aliada à grande expansão demográfica com certeza leva à escassez de alimento, aumenta o custo de vida e gera novos conflitos pelos espaços urbanos. Há o inevitável antagonismo entre a vontade da elite dirigente de acabar com as sub-habitações, os cortiços, e embelezar a cidade e a necessidade de sobrevivência das classes subalternas que não possuem condições de moradia adequadas, tendo que se submeter a viver em locais sem infraestrutura.

O alcoolismo entre os estivadores era uma preocupação inclusive para as suas lideranças e a entidade de classe que os representava. Isto também será percebido em algumas das entrevistas com líderes do movimento grevista dos metalúrgicos de 1985. Havia uma grande preocupação no sentido de não permitir, ou facilitar, a ingestão de álcool por parte dos grevistas, em especial naquelas fábricas em que os trabalhadores tiveram que ficar do lado de fora durante os dias de paralisação.

Também nos lembra os metalúrgicos dos anos 80 o apoio manifesto pela sociedade as greves dos estivadores. Após o fim das paralisações, nos conta Pinheiro que, em especial quando sentiam-se satisfeitos com os resultados, os estivadores saíam pelas ruas em festa, agradecendo o apoio e a solidariedade da população. “Ocupavam as praças e lançavam ao ar morteiros e girândolas de foguetes, numa manifestação que atraía a presença e a simpatia da população e de inúmeros membros de outras categorias que algumas vezes também paravam em solidariedade”¹⁰⁸. Em 85 vamos observar este apoio maciço da população e até mesmo greves em solidariedade aos metalúrgicos. Também nos faz lembrar a realidade de 1985 no Distrito Industrial as reclamações dos funcionários do “Pontão da Manáus Harbour” por causa da alimentação fornecida pela empresa, registradas pela imprensa em 1919. Uma das principais queixas era que haviam restaurantes separados para atender as diversas hierarquias funcionais, exatamente como acontecia no Distrito Industrial nos anos 80, o que motivou as primeiras greves dos metalúrgicos, como vamos observar no próximo capítulo.

As precárias condições de trabalho das classes populares eram inclusive objeto de reflexão dos sanitaristas no início do século. “O sanitarista Alfredo da Matta apontava as aglomerações em espaços coletivos (oficina, fábrica, escola), o trabalho exaustivo e fatigante, os baixos salários, além de uma alimentação deficiente tanto em

¹⁰⁸ PINHEIRO, Maria Luiza. *A Cidade Sobre os Ombros*, p. 66

quantidade quanto em qualidade”¹⁰⁹ como fator de expansão de doenças como a tuberculose e que acometiam as classes trabalhadoras.

Outra semelhança que nos chama atenção é fato de que o desenvolvimento da cidade de Manaus na primeira década do século está intimamente ligada às concessões feitas a empresas estrangeiras, sendo que todos os setores públicos acabaram nas mãos de ingleses que receberam a concessão para explorar o porto, a energia elétrica e o transporte coletivo. A concepção da Zona Franca de Manaus, com a criação de um parque industrial com base na concessão de incentivos fiscais às multinacionais, também coloca a economia amazonense na mão de estrangeiros.

Na obra de Maria Luiza Ugarte podemos observar, pelo uso que ela faz da obra *Manaus, amor e memória*, do poeta Thiago de Melo, que com a chegada do capital estrangeiro as mudanças no convívio social são enormes e o tempo que antes tinha uma forma de controle passa a ser controlado pelos apitos das empresas. Os trabalhadores passam a se mover durante o dia pelo relógio do patrão, que era traduzido através dos apitos da empresas. Nos relata o poeta:

É de justiça começar com o som do apito que chamava os operários para o trabalho, às 7 horas da manhã, na Serraria do Monte Cristo. [...] O apito – era grosso, zangado – tocava mais três vezes: às onze, à uma e às cinco da tarde. [...]

Era triste e prolongado o apito da Fábrica de Cerveja. [...] Um velho caboclo, que lá trabalhou mais de trinta anos [...], me garantiu que o último apito soava às seis da tarde, aumentando a jornada em uma hora.¹¹⁰

Nos conta ainda o poeta que o primeiro apito que se ouvia no dia soava às seis da manhã e “servia para acordar os operários”. Era o apito da sub-usina de Luz da Cachoeirinha. Pinheiro nos mostra, a partir das lembranças de Thiago de Melo, como as novas tecnologias e os novos serviços prestados pelos ingleses mudaram a vida da população local, em especial dos trabalhadores, mas não só deles.

A comunidade de ingleses que logo se formou na cidade, imprimiu fortemente hábitos elitizados que passaram a ditar normas à recente elite manauara que se formava, mas também atraiu sobre si a animosidade dos que, mesmo endinheirados, não eram encarados por ela como iguais¹¹¹.

¹⁰⁹ PINHEIRO, Maria Luiza. *A Cidade Sobre os Ombros*, p. 77.

¹¹⁰ Citação da obra de Thiago de Melo, *Manaus, Amor e Memória*, feita por Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em *Cidade Sobre os Ombros*, na página 119.

¹¹¹ PINHEIRO, Maria Luiza. *A Cidade Sobre os Ombros*, p.121/122.

O estabelecimento de novas relações de trabalho obviamente não foi feita de forma tranquila. Havia muitos interesses antagônicos em jogo. De um lado os dirigentes das empresas que se sentiam superiores – o confronto entre o mundo civilizado e os selvagens – e ofereciam condições precárias de trabalho a operários que não tinham o hábito da disciplina com horário e que se sentiam estranhos numa cidade que abrigava a todos, mas não acolhia ninguém. Por tudo isso é natural a reação dos trabalhadores a superexploração do seu trabalho, e no caso dos estivadores Pinheiro mapeou oito greves no período de 1899 a 1925, além de duas outras para as quais não existe documentação suficiente para o registro.

Ainda podemos traçar outro paralelo entre a greve dos metalúrgicos em 1985 e a grande greve dos estivadores ocorrida 74 anos antes, em 1911. Vejamos alguns aspectos da luta dos estivadores: eles lutavam por aumento na tabela de pagamento pelos seus serviços e pela redução da jornada de trabalho (eles queriam 10 horas diárias), seus principais patrões eram empresas estrangeiras e a adesão da categoria surpreendeu a sociedade que de uma forma geral apoiou o movimento. Todos estes aspectos, inclusive no que se refere às principais reivindicações e a reação da imprensa, que iremos estudar no capítulo 3, podem ser observados na greve metalúrgica.

O início da greve de 1911 é relatada assim pela historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro:

Já às 6 horas da manhã, os estivadores convocados a entrar para o serviço, recusaram-se ocupando a praça do Comércio. Perto dali, as lideranças do movimento começavam nesse momento as primeiras negociações. Por volta das 3 horas da tarde, mais de 2.000 pessoas acotovelavam-se nas dependências do “Alhambra”, importante teatro da cidade, transformado em palco das Assembléias dos grevistas. Foi uma verdadeira demonstração de força e os jornais do dia seguinte ressaltavam que a cidade não havia experimentado até então uma situação como essa, onde várias centenas de trabalhadores, “pacíficos e ordeiros” conseguiram conquistar a atenção e a simpatia de boa parte da população manauara¹¹²

Mas o paralelo termina aí. Os estivadores naquele momento tiveram que lutar inclusive contra a entidade que os representava, a *Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas*, que durante o processo de negociação acabou cedendo às pressões dos patrões e dez dias depois do fim da greve tiveram que parar novamente por causa do risco de ficarem sem empregos. As empresas estavam

¹¹² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*, p. 165.

contratando apenas portugueses para o desenvolvimento da atividade, em detrimento dos estivadores brasileiros.

O Sindicato dos Estivadores foi criado em 29 de março de 1914, depois que a categoria já estava organizada em diversos tipos de associações desde 1900 quando foi criada a *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro*. Apesar das divergências internas a entidade se manteve ao longo dos anos a frente de muitas negociações com a classe patronal sendo apontada como entidade “amarela”, que significa que optava pela negociação e não pelo confronto.

Percebe-se que neste período outras categorias já estavam organizadas em Manaus, como acontecia com os gráficos que em 1913, através da *Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas*, passaram a fazer parte da *Confederação Operária Brasileira*, de orientação anarquista, e mandaram um representante para o II Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, no período de 8 a 13 de setembro daquele ano. No ano seguinte a organização dos gráficos recebeu outra denominação: *Sindicato dos Trabalhadores Gráficos*. Em 1º de maio de 1914 foi criada a *Federação Marítima*, que reunia um grande número de trabalhadores porque congregava várias pequenas associações.

O grande momento dos trabalhadores amazonenses, pelo menos a partir dos trabalhos que tivemos acesso até aqui, foi o ano de 1919. Um ano de intensa mobilização e de união de diversas categorias. Neste ano os trabalhadores, através da organização de um *Comitê de Operários Amazonenses*, composto a partir de representantes de várias categorias, organizaram nos dias 13 a 17 de maio uma “greve geral” na cidade. O objetivo comum era a conquista da regulamentação das oito horas de trabalho, que estava em discussão no Congresso Nacional. Pararam “os padeiros, lixeiros, sapateiros, carroceiros choferes e boleiros, além dos trabalhadores e estivadores das principais firmas estrangeiras de Manaus”¹¹³.

A decisão dos trabalhadores em cruzar os braços mobilizou as autoridades locais e a Praça do Comércio foi ocupada por força militar, o que para Pinheiro demonstra que “as contradições do mundo do trabalho em Manaus não eram tão incipientes ou mesmo nulas como querem ver alguns historiadores”¹¹⁴, e corrobora com esta ideia o texto do telegrama encaminhado pelos grevistas ao Presidente da República

¹¹³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*, p. 172.

¹¹⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Idem*, p. 173.

e ao Congresso Nacional, defendendo as 8 horas. Eles afirmavam que os amazonenses eram solidários aos demais trabalhadores brasileiros, que lutavam pela redução da jornada de trabalho. A greve geral, que atingiu um grande número de categorias, acabou cinco dias depois com a interferência governamental.

O governador do Estado costurou um acordo com as empresas inglesas que na verdade não era um acordo porque partia da presunção de que as matrizes destas empresas em Londres aceitariam a redução da jornada de trabalho, o que acabou não acontecendo. O governo central dias depois mandou tropas para Manaus, que ficaram alojadas no Armazém Zero da Manáos Harbour, e restringiu ainda mais as liberdades dos trabalhadores, impedindo qualquer nova organização com vistas a uma nova greve geral. A portaria da Chefatura da Polícia, do dia 18 de maio de 1919, impedia aglomerações nas praças e ruas e prometia o emprego de “toda energia na repressão de qualquer movimento subversivo”¹¹⁵. A luta pela jornada diária de 8 horas é retomada pelos estivadores em 1923, quando realizaram uma nova greve e finalmente conquistaram a jornada almejada.

Por desconhecimento de outros trabalhos que apresentem a trajetória de outras categorias profissionais de Manaus, nos reportamos à década de 1970, quando novamente Manaus vive uma grande explosão demográfica e novos embates entre trabalhadores e governo/setor empresarial são desencadeados. Segundo dados apresentados por Marlene Pardo Ribeiro em sua dissertação de 1987, o crescimento populacional de Manaus em 1983 atingia 8,01% ao ano, com um crescimento de 336% da área urbana em pouco mais de 20 anos, de 1970 a 1982¹¹⁶. Neste período pode-se observar o grande êxodo do interior para a capital, com 36,69% dos habitantes de Manaus sendo migrantes.

O processo de transformação também pode ser observado pelos dados relacionados à atividade econômica, sendo que “em 1949 a indústria correspondia a 7,7% da renda interna do Estado, enquanto a agricultura chegava a 35,7% (cinco vezes mais)”. Em 1975 o quadro é completamente diferente: a agricultura reduziu-se a um terço (12%) e a indústria triplicou (24,6%). A indústria que representava um quinto da agricultura passa a representar dobro.

¹¹⁵ Portaria da Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas, de 18 de maio de 1919, citada por Pinheiro na página 177.

¹¹⁶ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 19.

No momento anterior ao êxodo rural registrado no Estado, em função da zona franca, a população que vivia no interior era constituída de:

Colhedores de seringa, balata, guaraná, cacau, castanha e de agricultores que cultivam principalmente: mandioca, juta, malva, café, pimenta do reino, feijão, arroz, frutas tropicais (cupuaçu, caju, goiaba, abiu, manga, graviola, pupunha, fruta-pão, banana, abacaxi), de pescadores e de produtores de farinha¹¹⁷.

No Amazonas a organização dos trabalhadores rurais também teve início na década de 1970, quando o Estado recebia um grande número de migrantes vindos especialmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, expulsos pelos latifúndios monocultores ou pela construção de grandes hidrelétricas, como a binacional Itaipu, no Paraná. A vinda deste grande contingente fazia parte da política do governo ditatorial de “ocupar” a Amazônia, dentro da visão de que a região era despovoada e que precisava dar a sua contribuição para o crescimento do país, transformando-se na mais nova fronteira agrícola. Esta visão que ainda está presente em vários discursos políticos, ignora completamente as populações tradicionais do interior do Estado como indígenas, quilombolas e caboclos.

É nesse contexto de conflito e exploração que os trabalhadores rurais do Amazonas começaram a se organizar, com o surgimento de algumas entidades comunitárias de posseiros. Mas, o sindicalismo nasceu de uma forma “atravessada” com os agricultores pagando contribuição sindical para a Federação da Agricultura como se fossem empregadores. As organizações destes trabalhadores começam a tomar um novo rumo, com a criação dos seus sindicatos, apenas no final da década a partir da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1978. Estes trabalhadores além de contarem com uma geografia desfavorável – as grandes distâncias – ainda tinham sobre suas cabeças as constantes ameaças dos fazendeiros e do Governo, que os inibiam na sua organização. Outra dificuldade para a organização sindical rural no Amazonas esteve na origem de suas organizações que nasceram da imposição governamental e, portanto, atreladas ao que determina a CLT, limitando a sua atuação ao assistencialismo, quando muito, e sem proposta de luta¹¹⁸.

¹¹⁷ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 81

¹¹⁸ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p.171-173.

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em caráter nacional em 1978 e no ano seguinte a CPT Norte 1, com sede em Manaus, começou a editar o informativo *Paneiro*, quando se dá o processo de reorganização dos trabalhadores rurais a partir do apoio da CPT e depois da CUT. A organização na época se dava pela necessidade destes trabalhadores em lutar para permanecer na terra uma vez que estavam sendo sistematicamente expulsos. Até mesmo o Distrito Agropecuário da Suframa, criado dentro do modelo Zona Franca de Manaus, foi fruto de grilagem de terras, segundo nos informa Marlene Pardo Ribeiro. “Para isso foram expulsas 28 famílias e pagas indenizações insignificantes para outras que teimaram em brigar”¹¹⁹.

Ao falar sobre o processo que traz o trabalhador rural do interior do Estado para a capital e a transformação do agricultor/pescador em metalúrgico, a educadora Marlene Ribeiro, depois de falar de forma geral da expropriação do homem do campo no Brasil, nos diz que a expropriação no Amazonas foi para além da questão da terra, com intervenções que mudaram a vida destas pessoas.

Refere-se não só à expulsão da terra, mas também dos rios, lagos, paranás e igarapés, de onde o caboclo retira, através da pesca, o alimento necessário à sustentação de sua família. Suas águas estão sendo invadidas por barcos pesqueiros e, as entradas dos lagos, fechadas por seringalistas e fazendeiros, proprietários das terras em suas margens, que impedem os pescadores de “pescar para sobreviver”.¹²⁰

Os projetos de colonização desenvolvidos durante o regime ditatorial trouxeram para o Amazonas um novo personagem na luta pela terra: o colono, que veio para a região e que passou a rivalizar com o caboclo que é o agricultor que aqui vivia, em geral filho de nordestinos e indígenas. Eles têm relações diferentes com a terra. O caboclo a tem como parte de sua vida e não como meio pra “enricar”, como mostra bem um depoimento colhido por Ribeiro, de um agricultor caboclo de Humaitá, um dos municípios mais afetados pela devastação na abertura da Br-319. A análise do amazonense é de uma atualidade incrível e pelo alerta que nos faz merece a transcrição completa. Disse ele:

Quem vem do sul chama o caboclo amazonense de preguiçoso. Diz que o nosso povo não gosta de trabalhá. Por isso o Amazonas não desenvolve. Nós não trabalhamos, nem roubamos, nem pedimos. Tem peixe, carne de caça, muita

¹¹⁹ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 181.

¹²⁰ RIBEIRO, Marlene. *Idem.*, p.73

fruta, qualquer criança pesca. O amazonense não tem ganância. Não sai da sua terra pra outro lugar. Daqui uns ano o Amazonas tá tudo desmatado¹²¹

Colocando colono contra caboclo o capital divide os explorados, que permanecem por um longo período “brigando” entre si. O quadro começava a apresentar mudanças a partir do trabalho de conscientização que é desenvolvido pela CPT. Analisando o caso do assentamento Esperança no município de Novo Aripuanã, Marlene Ribeiro, afirma que é na luta contra a exploração que estes dois segmentos “começam a se descobrir como iguais na miséria e na exploração e passam a lutar organizados nas suas comunidades”. Portanto, este é o quadro que se apresenta no início dos anos 80 no interior do Estado e na zona rural de Manaus.

Na zona urbana os trabalhadores das mais diversas categorias também se organizavam, integrados ao movimento nacional de luta por melhorias salariais, de condições vida e por liberdade política e sindical. É no final dos anos 70 que, apoiados pelos movimentos da Igreja Católica, como Comunidade Eclesiais de Base e Pastoral Operária, trabalhadores de várias categorias profissionais organizam as oposições sindicais em Manaus. Destes grupos que se entrecruzavam faziam parte representantes de várias categorias como a dos bancários, da construção civil, metalúrgicos e professores que em maio de 1985 realizaram uma grande greve, liderada pela Associação dos Professores Profissionais do Amazonas - APPAM. Na edição do dia 5 de maio o jornal *A Crítica* dedicou toda a página 9 ao movimento dos professores, que caminhava para o impasse. A matéria que teve como título “Professores amazonenses vão ao palácio” divulgou a assembléia realizada no dia anterior com um grande número de presentes apesar da forte chuva que caía sobre Manaus. A assembléia foi realizada no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos.

Era um período de efervescência política. A emenda que propunha a eleição direta para presidente, conhecida como Emenda Dante de Oliveira e que gerou o movimento “Diretas Já”, que mobilizou milhares de pessoas nas capitais e principais cidades brasileiras, havia sido rejeitada no ano anterior e Tancredo Neves havia sido eleito Presidente pela via indireta. Morto o presidente eleito, assumiu o vice. Começava a nível nacional o governo do presidente José Sarney, que recebeu o nome de “Nova República”.

¹²¹ Fala de um trabalhador rural do município de Humaitá colhido por Marlene Prado para a sua dissertação, transcrita na página 208, mas sem a identificação do trabalhador.

O Amazonas tinha como governador Gilberto Mestrinho, eleito em 1982 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, surgido de uma nova composição partidária com o fim do bipartidarismo, pela junção do MDB de Ulisses Guimarães e PP de Tancredo Neves e alguns aderentes vindos do processo de abertura política. Mestrinho havia sido alçado à condição de paladino da democracia por ter se viabilizado como candidato de oposição para enfrentar o radialista Josué Filho, candidato pelo PDS, novo nome da Arena, o partido de sustentação da ditadura¹²². A prefeitura de Manaus era comandada por Amazonino Mendes, nomeado prefeito por Mestrinho, uma vez que nas capitais dos Estados ainda não havia eleição direta para prefeito e o cargo era de livre nomeação do governador.

1.4 – Os Protagonistas da Grande Greve

Os metalúrgicos de Manaus, que em 1985 protagonizaram uma das mais importantes reações à superexploração do trabalho na Zona Franca de Manaus, eram em sua maioria oriundos do interior do Estado do Amazonas. Inclusive entre os nossos entrevistados os interioranos são a quase totalidade. Eram filhos de caboclos que viviam em áreas de seringais, ou em pequenas comunidades, vilas ou cidades. Muitos vieram para Manaus atraídos pela propaganda do governo de que em Manaus havia emprego em grande quantidade. O que naquele momento – final da década de 1970 - era verdade.

O Pólo Industrial ainda não estava consolidado e com a chegada das multinacionais e criação de empresas consorciadas com o capital internacional havia a exigência de um número cada vez mais crescente de trabalhadores. No ano da greve dos metalúrgicos (1985) o contingente de trabalhadores no Distrito Industrial de Manaus chegava, na estimativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, a quantia de 35.000. Isto pode ser observado inclusive pelos depoimentos dos trabalhadores que serão apresentados no próximo capítulo. Com o êxodo desencadeado no interior e a atração de trabalhadores de outros Estados brasileiros o “exército de reserva” foi sendo formado. As exigências para se conseguir emprego mesmo nas linhas de montagem foram aumentando, junto com os maus tratos e as precárias condições de trabalho, constituindo o quadro que se apresenta em 1985, quando acontece a greve.

¹²² Informações sobre as composições políticas feitas para as eleições no Amazonas desde 1974 podem ser encontradas no livro *A Dança dos Botos & Outros Mamíferos do Poder* do jornalista Orlando Farias, publicado pela Editora Valer.

A trajetória do trabalhador amazonense que deixa os seringais e se transforma em operário pode ser acompanhada no trabalho de mestrado da professora Marlene Pardo Ribeiro, apresentado em 1987. Ela relata esta transformação determinada pelo capitalismo, mostrando que ao se tornar um operário o trabalhador amazonense deixa de sofrer um tipo de exploração – expropriação da terra – por outro, uma vez que agora passa a viver sobre a superexploração da indústria.

Para entendermos a importância do trabalho de Marlene Pardo Ribeiro é preciso lembrarmos que ela era professora da Universidade do Amazonas, hoje Ufam, na década de 1970/80 e participou ativamente do processo de organização dos metalúrgicos através da Pastoral Operária. Marlene Pardo como é conhecida entre os sindicalistas e lideranças metalúrgicas de Manaus é a única pessoa lembrada por todos os entrevistados. Todos se referem a ela como um importante apoio para a organização das oposições no estado e em especial da Oposição Sindical Metalúrgica que em 1984 ganhou as eleições e assumiu o comando da mais importante categoria profissional naquele momento no Estado. Ela própria relata no primeiro capítulo de seu trabalho que militou em Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, na Comissão Pastoral da Terra – CPT, na Central Única dos Trabalhadores – CUT e no Partido dos Trabalhadores – PT, sendo, portanto, uma ativista de esquerda, que realiza uma “historiografia militante”, conforme reflexão do historiador Claudio Batalha a respeito dos primeiros estudos sobre os trabalhadores brasileiros.¹²³

A história de luta dos metalúrgicos de Manaus, embora seu sindicato tenha sido criado em 17 de agosto de 1933 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 10 de outubro de 1934, está obviamente ligada a implantação do modelo Zona Franca de Manaus, criada pelo Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, no governo do primeiro general-presidente, Castelo Branco. Com o projeto de atrair para o Amazonas as transnacionais para montagem de seus equipamentos nasceu o pólo eletro-eletrônico, que até o momento atual é o que emprega o maior número de trabalhadores no Parque Industrial de Manaus. Dentro desta nova formatação de “desenvolvimento”, a primeira indústria instalada na ZFM foi a Springer, em 1973. Portanto, “a especificidade da organização operária nos marcos do trabalho fabril só veio a se estabelecer com a implantação da Zona Franca de Manaus”, como afirma Iraíldes Caldas.¹²⁴

¹²³ BATALHA, Claudio H.M. *A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

¹²⁴ TORRES, Iraíldes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Edua, 2005. P.32.

Nos primeiros anos de industrialização foram sendo implantadas sucessivamente grandes empresas transnacionais, a maioria tendo como sede países europeus e os Estados Unidos, onde a classe operária já estava organizada e através de vários movimentos de pressão conquistava, a cada mobilização, novos direitos. Segundo Marlene Pardo

A pressão dos trabalhadores organizados eleva os salários e os encargos sociais, alterando a composição orgânica do capital, pelo aumento do capital variável. Isso obriga o capital a tomar duas direções: (a) emprego de tecnologia sofisticada que amplie os níveis de apropriação, ou mais valia relativa e (b) deslocamento para regiões onde exista mão-de-obra barata e abundante; regimes autoritários que exerçam controle sobre as organizações operárias; sejam condescendentes ao não cumprimento das leis trabalhistas; ofereçam incentivos fiscais e permitam o livre fluxo de capitais para o exterior.

É neste contexto que se insere a criação da Zona Franca. O custo menor do transporte e a exigência de mão-de-obra não qualificada para a montagem dos componentes, por isso mais barata, determinará a predominância do pólo eletro-eletrônico no Distrito Industrial implantado em Manaus. Os centros de decisão e produção de tecnologia permanecem nas matrizes, que empregam um número bem menor de trabalhadores, porém altamente especializados.¹²⁵

A implantação da Zona Franca em Manaus atendeu, portanto, as necessidades de uma nova divisão internacional do trabalho¹²⁶ e à política do governo ditatorial que tinha como base para o “progresso” a industrialização, mesmo que ela estivesse representada pelo capital internacional que traz para os países subdesenvolvidos ou periféricos suas empresas de “montagem de componentes excedentes e obsoletos em outros países, aproveitando a mão-de-obra amazonense, barata, abundante e controlada por aparelho repressivo forte”.¹²⁷ Alguns dos nossos entrevistados também ressaltam esta característica do produto industrial que chegava à Manaus e que precisava ser manipulado pelos trabalhadores amazonenses, afirmando que o trabalho realizado por eles era de excelente qualidade, resultando em bons produtos apesar da matéria-prima e condições de trabalho precários.

Ao fazer a crítica ao modelo implantado em Manaus que visa o aproveitamento da mão-de-obra barata, porque não especializada e não organizada, o sociólogo João Pinheiro Salazar, resalta que neste modelo,

¹²⁵ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 75/76

¹²⁶ Sobre o reordenamento da economia mundial e do papel de cada bloco neste novo momento podemos consultar a obra da socióloga Izabel Valle, *Globalização e Reestruturação Produtiva: Um estudo sobre a produção offshore em Manaus*, editado pela EDUA, em 2007, em especial o capítulo 3 - Globalização e Zona Franca.

¹²⁷ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 120

os trabalhadores podem ser mais explorados, forçados a trabalhar com maior intensidade espacial/temporal - mais velocidade – e desdobramento de jornadas de trabalho – horas extras – praticadas de maneira regular e permanente além de um enorme processo de rotatividade – dispensa em massa – sem qualquer problema¹²⁸.

Salazar também ressalta o fato de que as empresas aqui instaladas não utilizavam nenhuma matéria prima local quando o Estado é detentor de uma imensa biodiversidade invejada pela maioria dos países do mundo, além do fato de se tratar de empresas com “extrema mobilidade física”, que podem deixar o Distrito Industrial sem maiores problemas porque não têm “vínculos econômicos mais conseqüentes com o Estado e a Região”.

Sendo a Zona Franca uma economia “encravada, à maneira de um quisto, que se sustenta com a destruição do organismo no qual se instalou, a mesma só trouxe a dependência, o inchamento da capital com a formação de favelas e todos os seus resíduos (aumento da criminalidade, da prostituição e do menor abandonado) o encarecimento do custo de vida e a miséria da população trabalhadora. [...] fundadas exclusivamente sob a concessão de incentivos fiscais e mão-de-obra barata, o modelo industrial de desenvolvimento proposto para o Amazonas gera um dependência essencial à sobrevivência dos trabalhadores amazonenses.¹²⁹

Crítica semelhante faz Iraíldes Caldas quando ressalta que os incentivos às empresas transnacionais representaram a internacionalização da economia, embora tendo por base um discurso de que se estava promovendo o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional não se pode apontar um salto qualitativo advindo da Zona Franca. Da mesma forma que o Estado brasileiro criou incentivos para a expansão do capital na região, deveria também ter criado um incentivo correspondente no plano social¹³⁰.

Mas o governo não fez qualquer movimento no sentido de garantir alguma qualidade de vida para os braços que vieram sustentar estas indústrias e este modelo de “desenvolvimento”. Ao contrário, agiu sempre como parceiro das empresas no sentido de moldar os trabalhadores aos seus interesses. Neste processo de “domesticação” dos corpos – há horário para tudo, inclusive para as necessidades fisiológicas - e das “almas” (crenças e valores) dos amazonenses, para se adequarem as exigências do

¹²⁸ SALAZAR, João Pinheiro. *O Novo Proletariado Industrial de Manaus e as Transformações Sociais Possíveis*. Tese de doutorado em Sociologia pela USP, 1992, p.87.

¹²⁹ RIBEIRO, Marlene. Op. cit, p. 252.

¹³⁰ TORRES, Iraíldes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Edua, 2005, p. 142.

trabalho nas linhas de produção dentro das fábricas o operário vê diariamente a sua cultura ser aviltada. É “o tempo da máquina” e não mais da natureza que vai determinar o seu dia, forçando uma nova forma de viver que perpassa os mais diferentes aspectos da vida deste trabalhador como a forma de utilizar o transporte, o tempo destinado ao lazer, à escola e à sexualidade. A ingerência, como não podia deixar de ser, é sentida em todos os aspectos da vida do trabalhador.

Ao se inserir no processo produtivo da indústria, tudo se modifica para os trabalhadores rurais. Homens e mulheres entram num ritmo alucinado, marcado pela disciplina do relógio e do movimento da máquina, readaptando o ritmo do corpo com equilíbrio e rapidez no manuseio das peças; e reeducando as necessidades fisiológicas ao rigor da disciplina fabril¹³¹.

Ao refletir sobre as transformações do amazonense que deixa de ser seringueiro, e num processo de subordinação às exigências do capitalismo, se transforma em operário, Ribeiro nos fala sobre um aspecto importante da sujeição e resistência dos trabalhadores, que é o da alimentação dentro das fábricas, onde

a quebra do binômio peixe com farinha, que enfrenta a resistência constante dos operários, tem objetivos ainda mais específicos. O tempo como fator preponderante na produção condiciona refeições que possam ser ingeridas mais rapidamente, que exijam menor consumo de água após a ingestão para não interromper o trabalho na linha e que evitem o sono e a fadiga após o almoço¹³².

A péssima qualidade da alimentação oferecida pelas empresas instaladas em Manaus é motivo de várias manifestações dos trabalhadores, motivando as primeiras ações organizadas coletivamente. São vários os relatos de reações dos trabalhadores à alimentação estragada. Há inclusive greves de horas que foram desencadeadas espontaneamente pelos trabalhadores que não tinham qualquer liderança ou mesmo qualquer orientação política. Era a guerra pela sobrevivência física dentro das fábricas, sem qualquer conotação política ou mesmo qualquer outra pretensão a não ser garantir o direito a uma alimentação que os permitisse viver.

Ao mostrar o quanto as novas relações de trabalho interferiram na vida do trabalhador, a educadora fez um paralelo entre os dois momentos vivenciados pelo amazonense, que vale a pena ser reproduzido.

¹³¹ TORRES, Iraídes. *As Novas Amazôniaidas...*, p. 173.

¹³² RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p.6

O agricultor não tem móveis, come de pé ou sentado no chão, usa apenas a colher (remo – hábito de comer no barco) ou as mãos e a sua principal refeição é pela manhã, antes de sair para a roça ou para a pesca. Nas fábricas aprende a entrar em fila, a comer em intervalos regulares, a usar talheres, sentar a mesa e a comer mais rapidamente. O barco a remo usado no interior é substituído na cidade pelo transporte coletivo, mais rápido e eficiente para eliminar atrasos e quebrar o hábito de não trabalhar com chuva, próprio do trabalho agrícola. Perde-se a habilidade de ralar e torrar e aprende-se a montagem dos “kits”¹³³.

Mas, afinal quais são as características do trabalhador do Distrito Industrial no início dos anos 80? Ele era muito jovem, ganhava mal, tinha jornada de trabalho prolongada por constantes horas extras, morava em habitações precárias em favelas com parentes. Observamos, portanto, que o perfil do metalúrgico de Manaus na década de 1980 em muito se assemelhava aos demais trabalhadores submetidos ao processo inicial de industrialização, como na Europa no século XIX. Tanto os relatos dos operários entrevistados para este trabalho quanto as informações encontradas da dissertação de Marlene Pardo Ribeiro mostram que muitos chegavam às fábricas ainda adolescentes, com 13 ou 14 anos, e que os mais velhos estavam na faixa dos 25 anos. A maioria veio do interior do Estado em busca de educação ou emprego.

A pouca idade como exigência por este novo mercado de trabalho se dava pelo fato de que eram indivíduos ainda em formação e que, portanto, podendo ser moldados mais facilmente aos interesses das empresas, além de contarem com o pleno vigor físico para suportar as exaustivas jornadas de trabalho. Em muitos casos o trabalho se estendia pela noite adentro, num processo cada vez mais cruel de apropriação da vida do trabalhador, que não tinha a possibilidade sequer de buscar outras alternativas de sobrevivência. A maioria abandonava os estudos por absoluta incapacidade física para suportar quatro horas de aula depois de uma jornada de trabalho exaustiva, isso quando conseguia chegar à escola a tempo. Muitas vezes as horas extras, que eram impostas pelas empresas, impediam até mesmo a continuidade dos estudos por constantes reprovações por falta.

Para mapear a origem dos trabalhadores Marlene Pardo realizou levantamento no fichário de cadastramento do Sindicato dos Metalúrgicos. No momento da pesquisa estimava-se que a categoria totalizava 35 mil trabalhadores, sendo 14.436 sindicalizados. Foram observadas 3.469 fichas (24,03% dos sindicalizados e 9,91% da

¹³³ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 10.

categoria) do período de 1973, quando da instalação da primeira indústria da Zona Franca de Manaus, até 1984, ano anterior à greve geral. Foi constatado que 57% dos operários não eram nascidos em Manaus. Entre os migrantes havia uma predominância de pessoas vindas do interior do próprio Estado do Amazonas que totalizava 35,55% dos trabalhadores. De outros estados vieram 21,13% e de outros países 0,32%. Diz a educadora que havia metalúrgicos de quase todos os estados do país, porém a maioria era do Maranhão (16,32%), do Ceará (2,28%), do Acre (2,62%) e do Pará (10,11%)”¹³⁴.

Nas indústrias siderúrgicas, estaleiros e pólo de duas rodas os registros mostravam uma predominância de homens, com 91,31% dos empregados. Mas nas montadoras de eletroeletrônicos que empregavam, e ainda empregam, a maior parte da mão-de-obra operária, as mulheres ocupavam 57,29% das vagas. O levantamento também evidencia uma presença maciça de jovens, entre 15 e 25 anos. Em três fábricas de componentes havia uma predominância de mulheres de 13 a 18 anos. São várias as razões apresentadas para esta preferência como o fato das mulheres serem mais habilidosas no manuseio de peças pequenas, terem o salário como complementação de renda e por isso questionarem menos os seus vencimentos, aceitando perceber salários menores, além do fato da mulher estar acostumada à dupla jornada de trabalho e por isso serem mais resistentes à rotina da fábrica.

Outra característica do trabalho/emprego no Distrito Industrial no período era a rotatividade que chegava a 74%, segundo Marlene Ribeiro, que tem como base dados de pesquisa desenvolvida por Eufrásio Bezerra, no trabalho *Implicações do Sistema de FGTS na rotatividade da mão-de-obra na Indústria de Manaus*. A rotatividade era causada pelo fim da estabilidade no emprego determinado pela criação do FGTS como vimos anteriormente e ainda por decisão dos próprios trabalhadores que não resistem à pressão e ao cansaço e pedem demissão. Os levantamentos realizados em 1980 mostram que em 40% dos casos de demissões a iniciativa partiu dos próprios trabalhadores, motivados pelos baixos salários, péssimas condições de trabalho e conflitos com chefes imediatos.

Ao abordar as formas de resistência dos operários às imposições das novas relações de trabalho, em que seus valores são repudiados e onde eles precisavam se adequar a uma série de imposições, que lhes tiravam praticamente toda a autonomia como seres humanos, Marlene Pardo afirma que é neste confronto diário que a classe

¹³⁴ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 25.

operária vai se descobrindo enquanto classe, embora as primeiras formas de resistência se deem de forma individual, como os pedidos de demissão feitos a partir das práticas dos encarregados, chefes e gerentes que são classificadas de forma genérica como maus tratos. Na época ainda não havia a denominação ou a caracterização de assédio moral ou assédio sexual. Mas, estas decisões dos operários e operárias vão aos poucos “evoluindo para formas coletivas não organizadas de resistência, que se expressam em lutas por reivindicações concretas”.

Marlene Pardo Ribeiro ao enunciar a sua proposta, nos mostra como observa o fazer-se classe dos metalúrgicos manauaras. A proposta de seu trabalho era

enxergar o processo educativo iniciado na luta contra a expropriação/proletarização, que é marcado pelas práticas contraditórias daqueles que estruturam a consciência de classe à medida que se organizam, lutam, refletem, se reorganizam. Alguns voltam atrás. Alguns ficam no meio do caminho. Alguns tomam a dianteira, mas a maioria vai avançando, se disciplinando e reconhecendo como classe¹³⁵.

Os relatos de operárias ouvidas por Marlene Pardo nos mostram o quadro de humilhações a que eram submetidas desde o momento em que se dirigiam à fábrica em busca do emprego. Nas indústrias que produziam eletroeletrônicos as mulheres ocupavam a maior parte das vagas. Nas empresas do pólo de duas rodas a presença masculina era predominante e no setor naval a força de trabalho era praticamente toda masculina, como veremos mais adiante. No exame para admissão o médico investigava a vida íntima e as faziam desfilar nuas, dentro do processo descrito por elas de humilhação. O objetivo era perceber se as futuras montadoras davam mostras de que podiam suportar todo tipo de abuso por parte dos empregados hierarquicamente superiores a elas. Mesmo para executar os trabalhos menos especializados os candidatos a uma vaga no Distrito Industrial precisavam “fazer um relato minucioso de sua vida íntima aos médicos, respondendo sobre suas relações sexuais; suas necessidade de ir ao banheiro, seus filhos, abortos, vizinhos, desfilando nuas pra que os médicos lhes concedam o direito de montar rádios, gravadores, telefones, isqueiros e televisores”¹³⁶.

A estratégia de dominação do trabalhador também se estendia para além do tempo em que ele passava dentro da fábrica. O oferecimento pela empresa de transporte,

¹³⁵ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p.48.

¹³⁶ RIBEIRO, Marlene. *Idem*, p. 259

que num primeiro momento pode parecer um benefício, é na verdade apenas mais uma forma de controle. Com as rotas as empresas reduzem as faltas ao trabalho e controla o horário de chegada e saída dos trabalhadores, evitando os atrasos que seriam frequentes caso estes trabalhadores precisassem dispor do transporte coletivo regular da cidade que sempre foi, e continua sendo, de péssima qualidade. A rota também serve para segregar o trabalhador, que ao se dirigir à fábrica ou à sua casa no final do trabalho, não tem a oportunidade de conversar com trabalhadores de outras empresas. Vamos ver no próximo capítulo como um instrumento de dominação acaba sendo transformado pelos trabalhadores em um espaço para discussões e organização.

O outro benefício/controle é a alimentação. Todas as fábricas forneciam as refeições para seus empregados. Além de garantir a presença do trabalhador durante todo o expediente o fornecimento da alimentação no espaço da própria empresa servia para controlar o que os trabalhadores comiam e o tempo gasto para se alimentarem, além do óbvio controle sobre o relacionamento dos trabalhadores entre si, como forma de prevenção contra possíveis organizações, como nos conta Marlene Pardo:

Na Bosch, a indústria padrão, que serve de cartão de visita para empresários e gestores que desejam conhecer o Distrito Industrial, o restaurante é constituído de tal modo que os gerentes e supervisores conseguem, de um ponto estratégico, observar ao mesmo tempo todos os operários durante a hora do almoço, principalmente para prevenir “focos de organização”¹³⁷.

Neste período eram frequentes os casos de intoxicação de trabalhadores das indústrias do Pólo Industrial de Manaus por causa de alimentação estragada e alguns depoimentos indicam que foi por causa da comida que os trabalhadores começaram a se manifestar de forma mais efetiva dentro das empresas. Como eram manifestações espontâneas, desorganizadas, geravam muitas demissões.

Houve também a tentativa de introduzir a alimentação balanceada, cujo cardápio era elaborado por nutricionistas paulistas, que eliminaram a farinha de macaxeira por considerá-la de má qualidade. Foram obrigados a recolocá-la porque os operários traziam de casa e comiam fora de hora, ameaçando a qualidade dos produtos que fabricavam¹³⁸.

¹³⁷ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 263

¹³⁸ RIBEIRO, Marlene. *Idem*, p. 292.

Também eram frequentes as reclamações sobre o uso de produtos químicos para “amolecer” os alimentos, em especial as carnes. As altas temperaturas nos galpões das fábricas, que não contavam com condicionadores de ar, também geraram alguns protestos e uma greve na Philco em 1979, como podemos observar pelo relato de Hamilton Madeira, empregado da Philco. Ele conta que os trabalhadores da Philco pararam porque o setor na parte da tarde era muito quente

Eles fizeram os galpões, fizeram as linhas de montagem e o calor continuava, colocaram ventiladores insuficientes e os trabalhadores fazendo televisão a cada minuto. E daí o povo se revoltando, e o povo se revoltando, o suor batendo... Portanto a primeira greve foi por condições de trabalho¹³⁹.

Na Moto Honda, também motivados pela insalubridade do setor, os trabalhadores se organizaram e apresentaram uma pauta de reivindicações à empresa, mas não conseguiram atingir uma vitória maior porque os organizadores foram delatados pelos próprios companheiros e demitidos. A delação feita por operários era uma constante dentro das fábricas e fazia com que todos os envolvidos no trabalho de conquista do sindicato e depois na construção da greve de 1985 tivessem muito cuidado. Era preciso não se expor para continuar empregado, como vamos observar no próximo capítulo.

Estes movimentos iniciais, resultantes de atitudes individuais e/ou coletivas, mas espontâneas, não eram divulgados pela imprensa local, segundo avaliação de Marlene Pardo por causa da ditadura que ainda era forte até o início dos anos 80. “Por isso os jornais da época não noticiam os movimentos internos de quebra de pratos e paralisações, contadas pelos operários mais antigos”¹⁴⁰. O olhar da imprensa, através de três jornais diários, sobre a organização dos metalúrgicos e a cobertura da greve de 1985 serão objetos de reflexões no capítulo 3 deste trabalho.

Marlene Pardo também destaca em seu trabalho o serviço médico oferecido pelas empresas, que teria a função de ser um benefício para o trabalhador, mas que era na verdade um serviço de legitimação do processo de exploração das empresas, conforme inúmeras denúncias formuladas por operárias durante os eventos promovidos em função do Dia Internacional da Mulher. Há também relatos de vários problemas de saúde que são consequência da falta de condições adequadas de trabalho nas indústrias.

¹³⁹ MADEIRA, Hamilton. Entrevista gravada em 10 de novembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p.1.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Marlene. Op. cit, p, 293.

Tem sido constatado pelo SESI que o barulho ensurdecedor das máquinas, o calor excessivo nos galpões, o cheiro das tintas e dos elementos tóxicos que entram na composição da solda, a dieta alimentar, a rotina das atividades, a violência com que são impostos novos hábitos de trabalho, são responsáveis por perdas parciais de visão e audição, rinites alérgicas, amigdalites, úlceras gástricas, doenças pulmonares e desequilíbrio mental¹⁴¹.

Os problemas relatados por Marlene Pardo a partir da pesquisa realizada pelo Serviço Social da Indústria (SESI) aproximam a realidade vivida pelos metalúrgicos de Manaus nos anos 80 do século XX à vivenciada por trabalhadores europeus e norte-americanos no início do processo industrial, no século XIX. A discriminação e a violência, que na atualidade seriam classificadas como assédio moral, atingiam de forma ainda mais forte as mulheres, vítimas do preconceito por parte dos encarregados e chefes vindos de outros estados brasileiros. “Gracejos, insinuações e assédio sexual são peças de uma política sexista de depreciação da mulher operária, recriada pelo poder empresarial nos quadrantes da Zona Franca de Manaus”¹⁴².

A formação destes jovens trabalhadores, homens e mulheres, normalmente acontecia dentro das próprias fábricas que ofereciam cursos profissionalizantes e exploravam ainda mais o trabalhador no primeiro mês de atividade, quando a sua permanência na linha de produção era caracterizada como treinamento. Embora realizasse o trabalho como qualquer outro trabalhador ele recebia apenas uma ajuda de custo, que era bem menor que o salário do trabalhador já contratado. E esta era a única “formação” com que podia sonhar o operário porque a frequência à escola, como já comentamos, era impossibilitada pelo excesso de horas extras. “As fábricas incorporam os sábados ao tempo de trabalho dos cinco dias da semana, de modo que os (as) operários (as) trabalham realmente quase 10 horas diárias, sem contar o tempo que gastam em transporte”¹⁴³. Segundo dados de Marlene Pardo somente 30% dos trabalhadores do Distrito estudavam e estes tinham que se submeter a uma rotina estafante porque iam da fábrica direto para a escola sem jantar e cansados por causa da extensiva jornada, o que fazia com que poucos conseguissem um resultado satisfatório.

Uma pesquisa realizada pelo SESI para verificar o nível de escolaridade dos operários, em 10 indústrias, efetuando 5.144 entrevistas

¹⁴¹ RIBEIRO, Marlene. Op. cit, p. 265. Com base em artigo de Marilene Corrêa, de 1983, *O salto cultural na Industrialização da Amazônia e sua Repercussão como Obstáculo à Prevenção de Acidentes*, publicado no Boletim informativo ERGO.

¹⁴² TORRES, Iraíldes Caldas. Op. cit, p. 85.

¹⁴³ RIBEIRO, Marlene. Op. cit, p. 272.

chegou aos seguintes resultados: 103 analfabetos (2%), 643 frequentaram da 1ª a 4ª série (12%); 507 eram da 5ª a 8ª série (10%) e os 3.891 eram apenas alfabetizados e estavam fora da rede escolar, o que correspondia a 76%¹⁴⁴.

O quadro de escolaridade só vem a mudar no Distrito Industrial de Manaus com a crise do final da década de 1980 e início dos anos 90, quando há demissões em massa e as empresas passam a usar a escolaridade como critério para admissão, sendo exigido por um grande número delas o ensino de 2º grau, hoje Ensino Médio.

A organização dos trabalhadores avançou com o trabalho realizado a partir dos grupos de fábricas que através de um tipo de mobilização específica, com a disseminação de informações no boca-a-boca e no cuidado de não expor em demasia os envolvidos na organização, construíram a Oposição Sindical Metalúrgica e “tomaram” o sindicato com a vitória da chapa Puxirum¹⁴⁵. Eles começaram neste momento uma nova luta que é a da conquista dos direitos mínimos dentro das empresas como o de ter uma alimentação de qualidade, disponibilidade de tempo para usar o sanitário, respeito na relação com seus superiores e conquistas sociais que foram consolidadas no acordo coletivo de trabalho firmado após a primeira greve geral da categoria, a greve de 1985. Era o começo de uma movimentação sem precedentes dentro do Distrito Industrial. Nos anos seguintes à eleição da chapa Puxirum “o Distrito Industrial foi palco de grandes paralisações grevistas comparadas àquelas que aconteciam no ABC paulista”.¹⁴⁶

1.5 – A Grande Caminhada.

A participação dos segmentos progressistas da Igreja Católica nos movimentos operários das décadas de 1970 e 1980 é inegável. Mas, para entender esta “opção pelos pobres” é preciso voltarmos à criação das Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs, que deu origem às Pastorais, inclusive a Pastoral Operária, um braço da Igreja de apoio aos trabalhadores metalúrgicos, tanto no ABC paulista quanto em Manaus.

¹⁴⁴ RIBEIRO, Marlene. Idem, p. 273. Há neste mesmo capítulo (Da agricultura para a fábrica: um caminho sem volta) uma série de relatos sobre a exploração dos trabalhadores e as consequências como doenças mentais e até suicídio.

¹⁴⁵ Puxirum, ou ajuri, “é um sistema de ajuda mútua entre as diversas famílias de uma comunidade ou inter-comunidades, para executarem uma tarefa que exige esforço conjunto e beneficiará a todos (limpeza de caminhos, abertura de vicinais), ou que exige certa rapidez (colher, limpar, plantar, antes/após as chuvas)”, segundo Marlene Ribeiro, p. 85

¹⁴⁶ TORRES, Iraíldes Caldas. *As Novas Amazônia*, p. 62

As CEBs nasceram nos anos 60 como pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. O número de participantes variava de comunidade para comunidade, podendo congregarem dez a vinte pessoas ou mesmo centenas. A denominação é explicada por Frei Betto da seguinte forma:

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem em comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de luta por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados de setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares”.¹⁴⁷

Em 1981, segundo Frei Betto, havia no Brasil 80 mil CEBs que contavam com a participação de dois milhões de pessoas, em sua maioria pessoas com rendimentos inferiores a três salários mínimos e que moravam “em casebres alugados na periferia urbana ou construídos em áreas invadidas (favelas)”. Durante o regime ditatorial, na avaliação do religioso, houve um crescimento das CEBs porque na medida em que o regime cerceava as liberdades fazia com que o povo se aproximasse do canal aberto pela Igreja, que acolhia e apoiava os movimentos populares, contando obviamente com a blindagem da estrutura da Igreja mais importante do país, que detinha mais de 85% da população.

Por outro lado, a renovação da Igreja, iniciada com o Vaticano II e levada a efeito na América Latina a partir da reunião de Medellín, em 1968, fez com que a hierarquia eclesial se aproximasse sempre mais das classes populares, das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado¹⁴⁸.

Segundo Frei Betto as CEBs percorreram três etapas interligadas, sendo que a primeira tinha como alvo a comunidade em si, centrada na questão da religiosidade; a segunda, a dos movimentos populares que tinham como objetivo o coletivo; a terceira, o fortalecimento do movimento operário, com muitos dos membros da CEBs participando da Oposição Sindical e dos chamados sindicatos autênticos, “procurando valorizar o

¹⁴⁷ BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 17.

¹⁴⁸ BETTO, Frei. *Idem*, p. 22.

sindicato como verdadeiro órgão de classe, atuam nas greves e lutas de suas categorias”. O religioso vislumbrava então, no trabalho elaborado em 1981, que as CEBs estariam entrando numa quarta etapa, que era a da reformulação partidária, que faria parte da busca de novos canais de expressão política para a sociedade civil brasileira. Este é o momento em que estão nascendo ou se fortalecendo as Pastorais e o próprio Partido dos Trabalhadores – PT.

Com a “abertura”, a sociedade civil brasileira adquire uma nova configuração. O movimento popular e o movimento operário se emancipam, prescindindo de seus vínculos com a pastoral; os grupos políticos emergem da clandestinidade; muitos exilados retornam; novos canais de expressão política são criados; a reformulação partidária reflete a necessidade de se encontrar um novo palco para o embate das várias correntes e tendências que se formaram, ao longo desses anos, no seio da resistência e da oposição à ditadura¹⁴⁹.

A Pastoral Operária Nacional nasceu em 1976, mas desde 1973 já existia de fato, tanto que neste ano de uma reunião de bispos e padres nasceu o documento “Ouvi os clamores de meu povo – grito das lágrimas” e no ano seguinte em um encontro em Salvador, com trinta pessoas, foi formada uma comissão para “examinar e mapear as experiências de Pastoral Operária em curso na Igreja”¹⁵⁰. A Pastoral Operária Nacional nasceu oficialmente em um encontro realizado em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, com a presença de representantes de sete estados e alguns membros da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que já realizava trabalho em praticamente todo o país, inclusive no interior do Amazonas, como vamos perceber na fala dos entrevistados de origem rural.

O 1º Encontro Nacional da Pastoral Operária, realizado também em 1976, no seminário de Ipiranga, que solidificou a entidade “em substituição dos antigos organismos católicos que atuavam nesse segmento, dentre eles, dos Círculos dos Trabalhadores Cristãos, Ação Católica Operária e Juventude Operária Católica”. Novos encontros nacionais foram realizados em 1977 e em 1978, quando a denominação Comissão Pastoral Operária passa a ser utilizada. Neste ano o tema da Campanha da Fraternidade desenvolvida pela Igreja Católica foi “Justiça e Trabalho para Todos”. O primeiro boletim da CPO foi divulgado em maio/junho de 1979, ano em que é morto no dia 30 de outubro, Santos Dias da Silva, ex-bóia-fria, membro da CEB e da Oposição

¹⁴⁹ BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*, p. 91/92.

¹⁵⁰ Os dados são do livro que está em fase de conclusão, escrito por membros da Pastoral Operária de Manaus, com o objetivo de registrar a história da entidade e sua atuação junto aos trabalhadores do Estado, sem título definitivo.

Metalúrgica de São Paulo e fundador da Pastoral Operária Nacional. Santos Dias é tido como uma espécie de patrono da Pastoral Operária.

Em Manaus a Pastoral Operária nasceu em 1979, dentro de um processo de discussão que já vinha se dando sobre as condições de trabalho experimentadas pelos trabalhadores das empresas da Zona Franca de Manaus.

Um grupo de estudantes e professores universitários recém-saídos de um curso de formação de lideranças cristãs, alguns operários, seminaristas, e o Padre Renato, começaram a se reunir numa sala de aula do CENESC (Centro de Estudos Sociais e Comportamento Humano), para discutir questões do Distrito Industrial. Em janeiro de 1979, no 1 Congresso de Leigos promovido pela Arquidiocese de Manaus, foi criada a Pastoral Operária¹⁵¹

Segundo Marlene Pardo, as primeiras reuniões da Pastoral Operária de Manaus foram realizadas na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. No livro que está sendo organizado pela Pastoral Operária de Manaus o registro é de que as reuniões iniciais aconteceram na Igreja de Nossa Senhora Aparecida. As duas igrejas ficam no bairro de Aparecida. Os dados da Pastoral também apontam que a primeira coordenação foi composta por Aniceto Barroso (da Paróquia de Aparecida), Renato (PC do B), Marlene Pardo (da Ufam) e assessorada pelo padre jesuíta Renato Roque Barth, portanto, composta por quatro membros. Já Marlene Pardo afirma apenas que a primeira coordenação foi formada por seis pessoas, sendo três professores e três operários. A segunda coordenação, segundo a Pastoral, foi formada por Cleide Mota, Maria Auxiliadora, Aldemir, Jackson Castro, Amarildo Marinho Vilela, Silvestre Soares de Paiva, Adonay Sabbá, Carlos Rebouças, Públio Caio e Ricardo Moraes. Marlene Pardo diz que esta nova coordenação foi composta por cinco operários e um comerciante.

Vivia-se ainda em clima de medo e, logo que o trabalho, principalmente os panfletos e jornais, começou a surtir efeito, aumentando as reclamações nas fábricas, os operários perceberam a presença da Polícia Federal acompanhando missas e fotografando caminhadas e passeatas. Alguns domingos reuniam até mais de 50 operários, principalmente da Springer, Sharp, Philips, CCE e Evadin, que traziam seus problemas e esperavam soluções imediatas. Muito mais difícil do que identificar-se como operário é descobrir em si mesmo a força e a capacidade de encontrar a saída para acabar com a exploração. Muitos desistiam porque não encontravam ‘remédio pronto’ que curasse as suas queixas, por isso os grupos estavam constantemente se renovando¹⁵².

¹⁵¹ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p.296.

¹⁵² RIBEIRO, Marlene. Idem, p.297

Desde o início a Pastoral Operária de Manaus promoveu encontros para discutir a realidade dos trabalhadores, como retiros, jornadas de protestos e caminhadas. Também era responsável pela realização de cursos de sindicalismo, das comemorações do 1º de maio e a publicação do jornal *Parafuso*. Além do imediatismo de alguns trabalhadores e as dificuldades de organização por causa da pressão política e patronal a Pastoral Operária vivenciou logo no início de sua organização uma cisão ocasionada pelo distanciamento entre os intelectuais que “lideravam” a organização e os operários, que em última análise eram o objetivo de sua existência. “Os professores pensavam e decidiam e os operários executavam”, afirma Marlene Pardo. Ela explica que em uma reunião de avaliação feita em junho de 1980, após a constatação de que os operários estavam se afastando da Pastoral, eles fizeram “várias críticas à divisão das atribuições e exigiram o poder de decisão sobre a organização dos trabalhadores, antes entregue aos professores”¹⁵³. Esta afirmativa vem ao encontro do depoimento de Ricardo Moraes, que foi um dos coordenadores da Pastoral e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos por duas gestões. Ele conta que:

Um dia eu achei que a coordenação estava equivocada, tava falando o que não sentia, que era os intelectuais, os estudantes universitários falando pra nós e nós ouvindo. Como sempre estávamos ouvindo, e em outros momentos. Então eu propus a dissolução da direção e que fosse eleita uma direção operária e eles nos davam uma assessoria e não a direção. Eles não deviam assumir a direção, quem tinha que assumir eram os próprios operários¹⁵⁴.

Após este encontro, os intelectuais, segundo a fala de Ricardo Moraes, ou professores, segundo Marlene Pardo, passaram a ter um novo papel dentro da Pastoral Operária: assessorar os operários, que assumiram a condição de condutores do movimento operário, com ações dentro e fora das empresas, ancorados nas suas próprias vivências. Corrigida a rota, a Pastoral Operária teve forte presença junto ao operariado nos dois anos seguintes, exatamente quando se organizava a Oposição Sindical Metalúrgica.

A P.O. atuou intensivamente nos anos de 1980, 81 e 82. Os retiros de Fé e Política e os cursos de sindicalismo, realizados nos bairros, muitos deles junto com o PT, encaminhavam os operários para a militância nos partidos e

¹⁵³ RIBEIRO, Marlene. Op. cit, p.299.

¹⁵⁴ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago digitada, p.3.

nos sindicatos. Formou também 20 grupos de fábricas e de bairros para discutirem as questões de trabalho.

[...]

A Pastoral Operária foi em Manaus o fator de aglutinação dos operários, que experimentavam situações difíceis de exploração e não sabiam como resolvê-las. Muitos encaravam o movimento como um “pronto-socorro”, para os seus problemas e ao não serem atendidos, desiludiam-se. Muitos, devido a pouca idade, procuravam a P.O. como um grupo de jovens diferente, onde poderiam viver experiências mais adultas e as vezes até de lazer, nos retiros. Alguns operários foram cooptados. [...] Um grupo reduzido, mas disposto à luta, continuou o trabalho de organização¹⁵⁵.

O principal meio de divulgação de informações e conscientização dos trabalhadores utilizado pela Pastoral Operária foi o *Parafuso*, boletim que era distribuído dentro das fábricas e abordava temas que atendiam as expectativas do operariado, cada vez mais sufocado pelo arrocho salarial e pelas péssimas condições de trabalho e tratamento dentro das empresas da Zona Franca de Manaus. Tivemos acesso a algumas edições e através delas podemos observar que o tom das informações veiculadas é de estímulo à organização sindical e de denúncia dos abusos cometidos dentro das indústrias. O lema exposto logo abaixo do título do jornal, nas primeiras edições, dizia: “Uma produção do trabalhador para o trabalhador”¹⁵⁶.

Na edição de agosto de 1980, que é identificada como a de nº 3, a capa traz uma engrenagem onde o destaque é para a afirmação “salário de fome”, ao lado de uma série de outros temas retratando a situação nas indústrias sediadas em Manaus, além de uma pergunta: “Zona Franca: Progresso ou Exploração?”. A disposição das frases é circular, mostrando o círculo vicioso da exploração e da falta de organização dos trabalhadores. Com 12 páginas, o jornal da Pastoral Operária traz inúmeras críticas ao modelo Zona Franca que, segundo o próprio texto até por ser baseada em outras zonas-francas “só podendo existir mediante a exploração desumana dos trabalhadores, sugando-lhes até a última gota de sangue”¹⁵⁷. Poemas e pequenos textos falam da história do sindicalismo, do movimento operário e pregam a união dos trabalhadores.

Na edição de número 4, de novembro de 1980, *Parafuso* traz na página 4 um texto que mostra a importância da atuação das Pastorais da Igreja Católica naquele

¹⁵⁵ RIBEIRO, Marlene. Op. cit., p. 299 e 301

¹⁵⁶ O jornal *Parafuso* era uma publicação direcionada aos operários da indústria instalada em Manaus, mas trazia reflexões de cunho religioso, numa forma de adaptação dos Evangelhos à realidade local, criticando as péssimas condições de trabalho e estimulando a organização dos trabalhadores. Em alguns momentos ele aparece como “O Parafuso” e em outros apenas como “Parafuso” sem o uso do artigo.

¹⁵⁷ Jornal *Parafuso*, Ano I, nº 3, agosto/80, órgão da Pastoral Operária. Digitalizado do acervo da Pastoral Operária de Manaus, p.7.

momento. Intitulado “Os quatro ‘P’ do Povo” o artigo diz que “Assim espontaneamente sem que as Pastorais do Índio, da Terra, dos Jovens e dos Operários houvessem combinado surgiram no Amazonas em épocas diferentes os quatro “P” do povo: PORANTIM, PANEIRO, PORONGA E PARAFUSO”, se referindo aos jornais que eram editados pelas quatro pastorais mais atuantes naquele momento. Com relação ao *Parafuso*, diz o texto

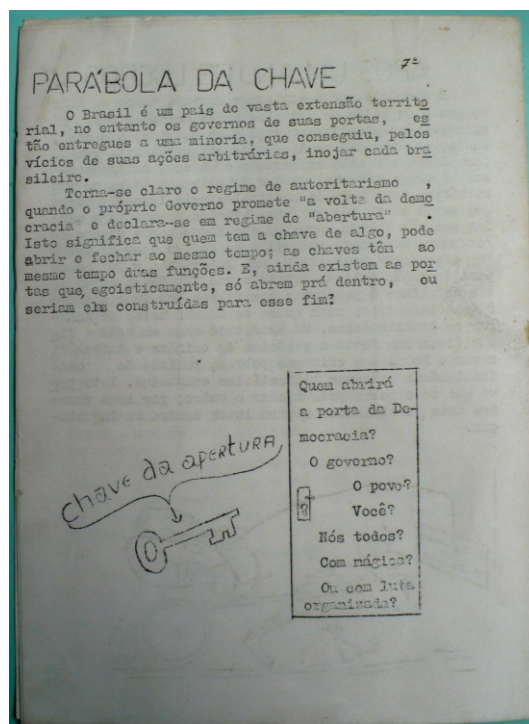
PARAFUSO, surge apertado, aconhado como o salário e as condições dos operários que deram nome ao seu jornal.

Neste jornal que apresenta a você o seu 4º número, continuamos a nossa linha de denúncias às injustiças para formar a consciência do operário Cristão que deve engajar-se nesta luta pela libertação do povo oprimido de Deus¹⁵⁸.

O ano de 1981 pelos relatos da própria Pastoral, foi de intensas atividades, com a realização de cursos de sindicalismo no bairro do Coroadó em janeiro, no bairro da Redenção em fevereiro, retiro de carnaval nos três primeiros dias de março e a realização no dia 8 do encontro “A mulher e o Trabalho; A mulher e a Família; A mulher na sociedade”, que teve como uma das palestrante a professora Marlene Pardo. Em abril foi realizado retiro de Páscoa e em maio a Semana Operária “com uma caminhada da Bola do Olímpico até a igreja de Santo Antônio, missa na igreja de Dom Bosco e palestra no Diretório Universitário, segundo dados da Pastoral que constam do livro em processo de construção.

Na edição especial de Natal, o título principal é exatamente “Natal dos pobres”. Com oito páginas, o *Parafuso*, traz uma forte crítica à situação vivenciada pelas classes mais pobres, afirmando que falta comida na mesa do pobre. Na página três é dito que foi lançada, pelo arcebispo de Manaus, a cartilha “Povo de Deus e educação política”, que tinha como objetivo mostrar a realidade para que a população exercesse o direito de voto com consciência. É dito ainda que haveria mais duas edições da cartilha. Em outra página falava diretamente da exploração praticada pelas indústrias que super exploravam o trabalhador e no final do ano os enganava com cesta básica, nominando empresas que tinham esta prática. No final do texto a afirmação de que “só o pobre pode ajudar o outro, por isso vamos nos unir, trabalhadores, para lutar contra as injustiças”.

¹⁵⁸ Jornal *Parafuso*, ano I, nº 4, novembro/80, digitalizado do acervo da Pastoral Operária, p.4.



Parafuso de 1981. Capa e contra-capas¹⁵⁹.

No ano seguinte, 1982, o número de atividades da Pastoral Operária não foi menor e registra a primeira vitória da organização no Estado: a eleição da oposição sindical dos madeireiros em Itacoatiara. Em Manaus, as comissões de fábrica já passavam de vinte e em algumas fábricas trabalhadores engajados no movimento já haviam conquistado as CIPAS.

Nestes primeiros anos de organização dos trabalhadores a presença e a orientação da Pastoral Operária foi evidente. Milton Melo Reis Filho reconhece o importante trabalho desenvolvido pela Pastoral Operária no Estado, afirmando que

a Pastoral Operária foi o organismo formador da concepção operária no Amazonas e no Brasil. Colocou-se como uma espécie de intelectual orgânico juntamente com os Partidos Políticos de esquerda, cujo desfecho deste processo tem sua síntese na criação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores, em 1983.¹⁶⁰

É neste contexto de muitas reflexões, participação da sociedade civil e Igreja, que nasce o Partido dos Trabalhadores a nível nacional e no Amazonas. Em alguns

¹⁵⁹ Edição especial de Natal do *Parafuso* de 1981. Digitalizado do acervo da Pastoral Operária de Manaus.

¹⁶⁰ REIS FILHO, Milton Melo. *Quem vai descer a Acará?*, p. 23.

depoimentos podemos perceber a proximidade da luta dentro da fábrica, a participação na Pastoral Operária e no Partido, como é o caso de Isabel Guimarães que ressalta que começou sua atuação política/sindical durante a greve de 1985 e que em seguida se filiou ao partido porque “parece que já era praxe você ter que ser filiada do PT”¹⁶¹. Já Marlene Pardo parece ter uma outra visão sobre isso, ao afirmar que embora muitos trabalhadores tenham se filiado ao partido, a maioria preferia participar só da Pastoral porque encaravam a política partidária com alguma relutância, “pois sempre foram afastados de seus processos e jogos de poder”. Mas é ela que nos conta que, em 1981,

a formalização da proposta de trabalho para a organização da oposição sindical metalúrgica surgiu na sede do PT, onde regularmente se reuniam de 30 a 50 pessoas para discutir os problemas das fábricas. Em dezembro deste mesmo ano o PT fez um Encontro de Sindicalistas, do qual participaram aproximadamente 150 trabalhadores de treze categorias, onde foi proposta a formação de oposições sindicais para a conquista dos sindicatos que estavam nas mãos dos “pelegos”. [...] A Pastoral Operária já estava desenvolvendo iniciativa semelhante, de modo que, do interior da P.O e do PT, surgiu a chapa de Oposição Sindical Metalúrgica PUXIRUM, embora a mesma não estivesse atrelada a nenhum credo ou a partido político¹⁶².

O PT servia também de elo de ligação com o movimento operário nacional e propiciava aos sindicalistas amazonenses a participação em eventos nacionais como cursos e, inclusive, a participação no Congresso que criou a Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983. Nestes eventos os operários amazonenses tinham a oportunidade de contato com as grandes lideranças nascentes e que chegariam ao poder através de cargos eletivos como deputados federais e senadores, entre eles Aluísio Mercadante, Eduardo Suplicy, José Dirceu e Luiz Inácio Lula da Silva, que também viriam à Manaus participar de cursos de formação promovidos pela FASE, conforme testemunham alguns dos metalúrgicos ouvidos para este trabalho.

Mas embora com este forte viés petista e religioso, a oposição sindical que compôs a chapa *Puxirum* era formada por pessoas filiadas ao PMDB, ao PDT, ao PT e algumas sem qualquer filiação partidária. Com este caráter supra partidário o grupo que até então se reunia na igreja passou a se reunir na sede da Pastoral Operária, no “porão” ao lado da Arquidiocese de Manaus.

¹⁶¹ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza. Gravada em 18 de setembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago. Digitada, p. 9.

¹⁶² RIBEIRO, Marlene. Op. cit., p. 302/303.

A Central Única dos Trabalhadores – CUT, criada em agosto de 1983, nasceu a partir da organização de várias correntes, tendências, grupamentos e individualidades, segundo Ricardo Antunes. Era fruto de um sindicalismo tido como independente, sem dependência política de qualquer partido e com várias ideologias de esquerda, além da chamada esquerda católica ligada à Teologia da Libertação, corrente da Igreja Católica que tinha como base uma prática cristã em defesa dos oprimidos.

Era um ideário diverso, multifacetado dentro das esquerdas, mas com um ponto básico convergente: estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se em um instrumental decisivo para a ação do trabalho em nosso país. Intimamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, contava, entretanto, com militantes de outros partidos, como o PDT, além de significativo contingente de militantes sindicais não-partidários. Era, pois, o esboço natural desses grupamentos que empenhavam-se, há muito, na constituição de uma entidade sindical nacional de corte autônomo e independente¹⁶³.

A Central trabalhava fundamentalmente em dois campos: na luta contra o arrocho salarial tanto no período ditatorial quanto no governo José Sarney, a “Nova República”, e na luta pela democratização das entidades sindicais e do desatrelamento do movimento sindical do Estado. Desde o nascimento, a CUT, segundo Antunes, criou raízes nos quatro maiores segmentos de trabalhadores: operariado industrial, trabalhadores rurais, funcionários públicos e trabalhadores da área de serviços.

Entre as várias siglas que surgiram desde 1983, foi a CUT aquela central que conseguiu estabelecer-se como representativa, pela adesão progressiva dos sindicatos à sua proposta. [...] A representatividade da CUT pode ser medida não apenas pelo número de filiações, mas também pelo papel representado pela Central no debate político nacional e por sua capacidade de levar, ao longo dos anos 1980, milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais¹⁶⁴.

No congresso de fundação da entidade, que contou com a presença de representantes de 912 entidades, foi divulgado o Plano de Lutas que tinha como temas centrais a luta contra o desemprego; pela reforma agrária; contra o arrocho salarial; pela liberdade e autonomia sindical e contra a política econômica do País. O eixo básico foi a

¹⁶³ ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991, p. 49.

¹⁶⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo Brasileiro após 1930*. R.J.: Jorge Zahar Editor, 2003, p.69

luta contra a “superexploração do trabalho, contra os Decretos-Lei que reduziam consideravelmente o *quantum* salarial dos trabalhadores”.¹⁶⁵

No Amazonas, a CUT nasceu umbilicalmente ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos, ou melhor, à Oposição Sindical Metalúrgica uma vez que a central foi criada cinco meses antes da chapa *Puxirum* ganhar as eleições e assumir a direção da entidade. Como nos conta Marlene Pardo, a CUT no Amazonas foi “carregada” pelos metalúrgicos durante os seus primeiros anos de existência, sendo que foram eles também que participaram da fundação da organização a nível nacional.

Os operários que construíram a Oposição Sindical Metalúrgica *Puxirum* faziam parte da delegação que participou em agosto de 1983 em São Bernardo do Campo, da criação da CUT. Retornando a Manaus, junto com outras categorias, iniciaram a divulgação do Plano de Lutas da CUT, preparando o 1º CECLAT. A CUT/AM funcionou até julho de 1986 numa sala do Sindicato dos Metalúrgicos. Foi este Sindicato também que sediou e se responsabilizou pela quase totalidade dos recursos materiais e financeiros para a realização dos dois congressos estaduais (CECLAT/84 E CECUT/86) e inclusive pelo deslocamento e acomodação das delegações de trabalhadores rurais, representantes de mais de uma dezena de municípios¹⁶⁶.

A Federação de Ordens para a Assistência Social e Educacional – FASE é uma organização não governamental, fundada em 1961 com o objetivo de trabalhar para o desenvolvimento local, comunitário e associativo. Hoje atua em seis estados brasileiros, tendo a sua sede no Rio de Janeiro. Informa o site da entidade que com o golpe de 1964 a ONG teve que redefinir seus rumos uma vez que havia sido criada para desenvolver trabalho com associativismo e cooperativismo. “A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade”¹⁶⁷. No histórico da entidade também consta que nos anos 70 atuou no enfrentamento à carestia, ao trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais, tendo grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil e aos trabalhadores rurais do nordeste. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas.

Segundo Iraildes Caldas a FASE

¹⁶⁵ ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*, p. 52

¹⁶⁶ RIBEIRO, Marlene. Op. cit, p. 335.

¹⁶⁷ Informações sobre a FASE estão disponíveis no site www.fase.org.br, local de onde retiramos estas informações.

é uma organização prima-irmã da Pastoral Operária. Embora tenha sido articulada por setores da Igreja – seus principais mantenedores são: Advenhat, Misero, Christian e outros fundos internacionais mantidos por bispos europeus para projetos sociais na América Latina – ela não ficou sob a sua jurisdição, assumiu autonomia como ONG. Depois do processo de iniciação política realizado pela Pastoral Operária junto aos trabalhadores da Zona Franca de Manaus, a FASE assumiu a segunda etapa do trabalho assessorando o *staff* da diretoria do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos¹⁶⁸.

No Amazonas, a FASE chegou em 1984 e é vista por nós como o último elo dessa cadeia que começa a se formar com o surgimento das CEBs, que através da união entre leigos e religiosos buscavam meios de enfrentamento à ditadura, criando ambientes para dar vazão às demandas sociais, reprimidas ou silenciadas pelo arbítrio ou como diz Frei Betto “dar voz a quem não tem voz”. Das CEBs surgiram as pastorais e nestas as oposições sindicais de onde nasceu o PT e a CUT. E a estes entes vem se juntar a FASE, na organização dos trabalhadores de Manaus.

¹⁶⁸ TORRES, Iraíldes Caldas. Op. cit., p. 248.

CAPÍTULO 2

A GREVE



CAPÍTULO 2

A GREVE

2.1 – A Paralisação Como Projeto

A greve dos metalúrgicos de 1985 foi planejada com pelos menos um ano de antecedência, mas a sua realização, ou a possibilidade dela, já estava no imaginário daqueles que organizaram a Oposição Sindical Metalúrgica em Manaus, grupo que em 1984 ganhou as eleições e assumiu a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Manaus. Como a maioria dos movimentos sindicais do período, eles tinham como referência São Bernardo do Campo e as greves realizadas pelos metalúrgicos nos anos de 1978/79, momento em que nascia em Manaus a organização dos metalúrgicos dentro da proposta do “Novo Sindicalismo”.

Desde 1979, quando a oposição sindical começou a ser organizada, chegando a formalizar uma chapa que acabou impugnada, havia a convicção de que somente uma medida de força poderia provocar mudanças no relacionamento entre empresas e trabalhadores na Zona Franca de Manaus. Até aquele momento os operários trabalhavam muitas vezes em condições subumanas, atuando em galpões sem refrigeração, por vezes mal iluminados e sujos. Eram condições objetivas de vida como transporte precário, alimentação deteriorada e agressões físicas e morais que faziam com que a indignação desse lugar a ação e à revolta individual, que mais tarde foi canalizada para uma ação coletiva. A alimentação foi o primeiro foco de insatisfação geral, como vimos anteriormente. Por causa de comida estragada ou crua foram promovidos verdadeiros motins¹⁶⁹. Era o prenúncio de que as coisas poderiam mudar, com a organização dos trabalhadores.

A greve, resultado da organização dos operários, se deu dentro de um contexto histórico específico. Teve com certeza uma participação importante da Igreja Católica, através dos grupos de jovens e da Pastoral Operária, instalada em Manaus em 1979. Na Pastoral todos os que participaram da oposição sindical se encontraram,

¹⁶⁹ Motins aqui entendidos como movimentos espontâneos que reúnem um grande número de pessoas que agem de forma desordenada, mas que têm um objetivo em comum como o atendimento imediato de uma determinada reivindicação, podendo ser interpretado como revolta. Neste caso os trabalhadores exigiam a melhoria da qualidade da alimentação.

independentemente da filiação partidária que tinham. Alguns chegaram no início e participaram de todo o processo, outros chegaram no final, encontrando um grupo pequeno mas determinado. Nem todos participaram efetivamente da chapa *Puxirum*, que como vimos anteriormente é uma expressão regional que significa ajuda mútua e que pode ser compreendida como mutirão de solidariedade. A composição da chapa tinha 24 nomes e eram necessárias alianças, como veremos mais tarde. Mas, nestas discussões que aconteciam nos finais de semana estava sendo dado início ao processo de construção das lideranças, que viriam a comandar a organização dentro das fábricas e a paralisação.

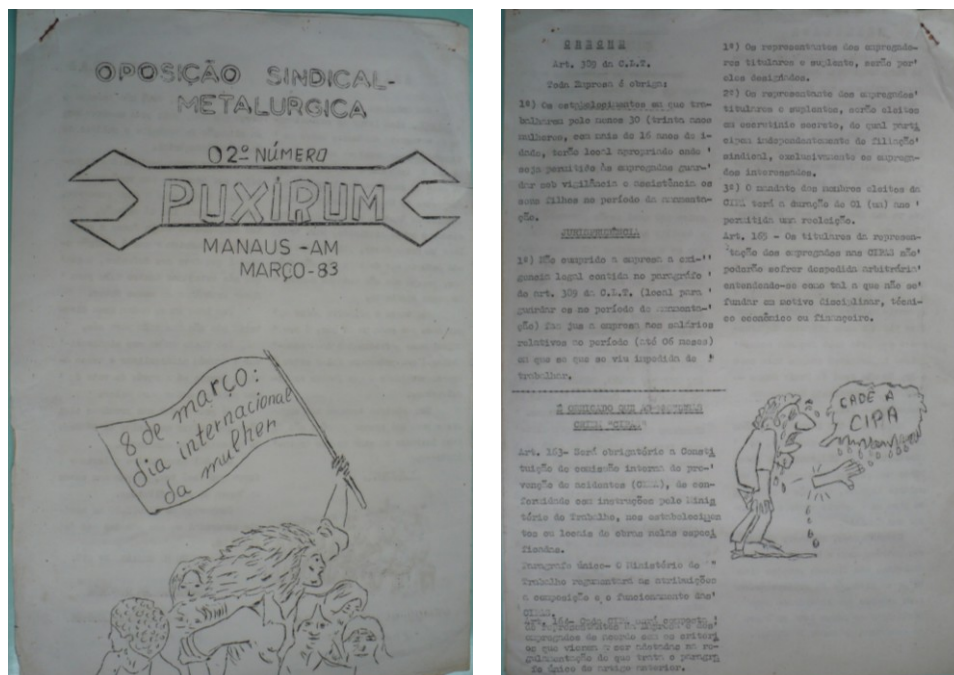
A partir das discussões realizadas na Pastoral Operária foi definido que a organização dos grupos de fábricas era a prioridade para criação de uma base dentro das empresas. Estes grupos, por sua vez, desenvolveram formas alternativas para atrair novos trabalhadores para o movimento, que assumiria o sindicato no dia 14 de fevereiro de 1984, mudando a história da luta dos trabalhadores amazonenses. Foi também através da Pastoral que o movimento de oposição deu seus primeiros passos no estabelecimento de uma forma alternativa de comunicação com os trabalhadores. Em 1980 foi criado o jornal *Parafuso*, que tinha como objetivo denunciar a superexploração do trabalhador nas indústrias da Zona Franca de Manaus, como pudemos observar no capítulo anterior.



Jornal *O Parafuso*, capa e contra capa (página 12)¹⁷⁰

¹⁷⁰ Jornal *O Parafuso*, Ano 3, com número elegível, março/abril 83, digitalizado do acervo da Pastoral Operária de Manaus, páginas 1 e 12.

Em 1983, na edição de março/abril, a capa do *O Parafuso* faz alusão ao “enraizamento” do presidente do sindicato dos metalúrgicos no cargo, com uma charge tomando todo o espaço em que aparece uma mesa rodeada de pessoas com a palavra sindicato sendo formada a partir das letras dispostas em suas camisas e o presidente afirmando “Não saio!!! Não saio!!! Não saio!!!”. A última página (12) é um chamamento para que os trabalhadores se sindicalizassem para poder votar nas próximas eleições, uma vez que para ter direito ao voto era necessário ter pelo menos seis meses de sindicalização.



Jornal *PUXIRUM* de 1983, capa e contra-cap, página 4.¹⁷¹

Com a formação da chapa *Puxirum* para disputar as eleições de 1984 foi criado um novo veículo de comunicação com o mesmo nome da chapa. Tivemos acesso a apenas uma edição deste jornal (também nos arquivos da Pastoral Operária), a de número 2, divulgado em março de 1983, portanto circulou entre os operários ao mesmo tempo que a edição de março/abril de *O Parafuso*. Com quatro páginas o *Puxirum* deu destaque na capa para o dia internacional da mulher, 8 de março. Na página 2, no editorial, é dito que o jornal tem a função de denunciar as irregularidades existentes dentro das empresas e apresentar as propostas da Oposição Sindical Metalúrgica e na

¹⁷¹ A edição de número 2 do *Puxirum* foi a única encontrada no acervo da Pastoral Operária. Não foi possível determinar quantas edições foram impressas e nem os nomes das pessoas que produziam o jornal. Todas as pessoas ouvidas afirmaram que não participaram da elaboração do jornal e que não sabem ao certo quem eram os responsáveis.

matéria ao lado é feito um apelo para que os trabalhadores procurem o sindicato para se sindicalizarem e fiquem aptos a votar.

Graças a estes meios alternativos de comunicação, primeiro o *Parafuso* da Pastoral Operária e depois o *Puxirum*, informativo da chapa de oposição, a mensagem oposicionista entrou pelos portões das fábricas, percorreu as linhas de montagem, ganhou vários espaços e conquistou a confiança da maioria dos trabalhadores sindicalizados. Foram estes que garantiram a vitória da chapa de oposição, uma vez que não havia como desenvolver uma intensa campanha de sindicalização antes da tomada da máquina sindical. Mas é preciso que se ressalte que a primeira eleição realizada em 16 de janeiro não deu quorum e somente numa segunda convocação, em 31 de janeiro de 1984, a chapa *Puxirum* conseguiu vencer as eleições.

Com o “peleguismo” fora da direção do sindicato, a primeira luta foi pra manter a base sindical, porque os derrotados imediatamente tentaram criar uma nova entidade sindical. Depois da eleição, no dia 31 de janeiro de 1984, com a vitória da chapa *Puxirum* com 1851 votos contra 1.377 da chapa da situação, os “pelegos” derrotados se organizaram em torno de uma entidade que havia sido criada anos antes e que estava desativada desde 1978, que seria o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Elétrico de Manaus. A expedição da segunda via do Certificado de Registro foi feita pela Delegacia Regional do Trabalho no dia 2 de fevereiro, portanto, no dia seguinte à proclamação dos eleitos. A tramitação do processo de forma acelerada na DRT em Manaus e no Ministério do Trabalho em Brasília foi denunciada no recurso apresentado no dia 14 de agosto de 1984, pelo Sindicato dos Metalúrgicos ao Tribunal Federal de Recursos, assinado pelo advogado Josevaldo Cardoso de Lima¹⁷². A liminar foi deferida no dia seguinte pelo Tribunal.

O processo de “aprovação” da nova entidade, que acabou sendo “criada” no dia 08 de junho de 1984, mostra claramente o favorecimento do poder público ao peleguismo. Um flagrante de intervenção do Governo em favor da elite empresarial e de seus cooptados. Uma realidade que parece não ter mudado muito no país, até os dias atuais. A disputa judicial para definir qual sindicato representaria os trabalhadores nas indústrias produtoras de eletroeletrônicos só terminou no começo de 1985, quando a carta sindical da nova entidade foi anulada pelo Ministério do Trabalho e o Sindicato dos Metalúrgicos conseguiu enfim assinar o acordo com o sindicato patronal, uma vez

¹⁷² Este documento, em que consta o registro M.S. 104878/84, faz parte do acervo pessoal do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes.

que a Convenção Coletiva de Trabalho de 84/85 havia abrangido apenas as empresas não produtoras de eletroeletrônicos e, portanto, não representadas pelo Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus.

A luta pela preservação da base consumiu energias e recursos financeiros do Sindicato dos Metalúrgicos, prejudicando o trabalho de organização dos trabalhadores e complicando ainda mais os primeiros passos da nova diretoria da entidade. Havia três sindicatos patronais: do setor naval, do setor metalúrgico e do eletroeletrônico. Como foi criado um sindicato para representar os trabalhadores eletroeletrônicos, retirando do Sindicato dos Metalúrgicos a representatividade deste segmento a discussão da Convenção Coletiva de Trabalho de 1984 não abrangeu estes trabalhadores. A CCT 1984/85 somente foi assinada com o sindicato patronal dos eletroeletrônicos no dia 11 de fevereiro de 1985, sendo que a data base da categoria era (e ainda é) 1º de agosto.

Mas se por um lado a criação de um novo sindicato dos trabalhadores representou um entrave ao início dos trabalhos, por outro lado, fez com que se estabelecesse uma espécie de corrente de apoio aos novos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, com a realização inclusive de abaixo-assinados dentro das fábricas de eletroeletrônicos. Em algumas fábricas o movimento para que os operários pudessem continuar sendo representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos foi a primeira grande mobilização. Depois veio a campanha de sindicalização em março, que elevou a base da entidade de 3 mil para 18 mil associados, segundo informações de Ricardo Moraes, e a campanha salarial de 1985 que contou com várias formas de organização/conscientização desde os meses de maio e junho, que culminou com a greve de agosto de 1985.

Luzarina Varela, operária da indústria Evadin que foi uma das líderes da greve na empresa, conta que na fábrica em que trabalhava a movimentação para permanecer filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos mobilizou os trabalhadores

aí o pessoal ganhou o sindicato, em seguida teve uma movimentação lá na fábrica pra apoiar eles. O pessoal que tinha perdido o sindicato tinha montado um outro sindicato, que era o eletroeletrônico, da categoria a qual a Evadin fazia parte e a gente fazia todo um abaixo assinado lá dentro e que este menino, o Brito, foi linha de frente lá¹⁷³.

¹⁷³ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p.1.

Lindemberg Pereira, que em 1985 era operário da indústria Philips e participou do processo de organização dos trabalhadores e da greve, tem clareza de que a tentativa de divisão da categoria em dois sindicatos fazia parte de uma manobra dos patrões, que perceberam que a tomada do sindicato era apenas uma das etapas da luta que vinha sendo empreendida pelos trabalhadores.

Todas as empresas com certeza, os gerentes já sabiam que alguma articulação muito, muito séria vinha acontecendo, tanto que várias manobras já vinham sendo encaminhadas pelas empresas, como, por exemplo, a divisão do nosso sindicato. Eles tentaram, como manobra, dividir a categoria, né? E quando lançaram isso, lançaram de uma forma tão bem feita que para alguns colegas isso era normal e questionavam assim: é verdade, o que que eletroeletrônico tem a ver com motor, com embarcação, com carro, né? E cabia a nós que tínhamos conhecimento, e a preparação, de esclarecer que aquilo era uma forma pra diminuir as forças dos trabalhadores, né? E não uma forma de separar por categoria. Então esse nosso confronto em relação a esta questão prevaleceu, porque a gente ganhou a adesão dos companheiros que entenderam que realmente a intenção era realmente diminuir a força de cada um¹⁷⁴.

Relatos de outros trabalhadores nos mostram que apesar de não estarem organizados os operários já conseguiam de forma pontual algumas vitórias dentro das fábricas. Eles protagonizavam ações que eram mais resultado da explosão da revolta do que propriamente fruto da consciência de classe, como acontecia com as paralisações por causa da precariedade na alimentação, como lembra Amadeu Guedes, um dos líderes da greve na Moto Honda.

Houve movimentos, se a gente for pesquisar, as vezes os jornais nem publicava muito, se pesquisasse via que tinha muitos motins, muitas paralisações por horas, as vezes por dia, por causa da questão alimentar. Ai se reunia, faziam promessa aos trabalhadores que iam resolver, as vezes ficava no mesmo só pra os meninos não ficarem parados e a partir de 80, é, nós reunimos e decidimos que devíamos formar uma comissão específica para nos preparar pra tomar o sindicato do antigo, dos antigos dirigentes, foi escolhido um grupo de operárias e operários pra fazer parte desta comissão e eu fazia parte também¹⁷⁵.

O planejamento para a greve consumiu um bom tempo. Com o trabalho de “formiguinha” os trabalhadores já engajados foram chamando outros, fortalecendo e ampliando os grupos até que atingiram um número satisfatório nas grandes empresas. Alguns dos nossos entrevistados têm muita clareza sobre isso, como Domício Gamenha,

¹⁷⁴ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada em 21 de outubro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p.2.

¹⁷⁵ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p. 2

que também liderou a greve dentro da Moto Honda. Ele afirma que a preparação da greve teve início na campanha salarial do ano anterior

foi uma greve preparada, planejada, nos preparamos praticamente desde meados de 84. Preparando até a nossa data-base que é em agosto, 31 de julho de 85, que é a nossa data base. Então a partir daí nós começamos a organizar as comissões de fábrica. Então, nós tínhamos na Honda. Só na Honda nós éramos mais de 80 pessoas, mais de 80. Porque cada setor, tinha mais de 20 setores, cada setor tinha umas dez, doze pessoas. O setor que tinha mais gente nessa organização era a linha de montagem até porque tinha um dirigente sindical naquela linha. Os militantes, como eu, o Domício, do setor de polimento, tinha 12 pessoas que apoiavam direto, que iam pro sindicato¹⁷⁶.

Outro trabalhador que atesta o longo período de organização da greve é Hamilton Madeira, engenheiro da Philco e um dos líderes do movimento dentro da empresa. Ele ressalta que a greve de 85 começou um ano antes, corroborando com as afirmações de Domício Gamenha. Hamilton diz ainda que o objetivo era chegar ao nível de São Bernardo do Campo, que realizava paralisações deste 1978, como vimos anteriormente. O quadro local era totalmente favorável ao avanço da luta dos operários como relembra Madeira

Primeiro a gente sofria as agruras da super exploração, né? Exploração de todos os níveis. É lógico o capitalismo é internacional, né? A questão do calor, a questão do baixo salário, a questão da rotatividade, reserva de mão-de-obra, é lógico. Então a gente conversava entre si e no sindicato eram os mesmos problemas e o que a gente faz pra resolver isso aí? O que que a gente pensou? Nós pensamos em nos apressarmos. Analisamos e veja só o nosso exemplo, nós seremos igual a São Bernardo (risos). [...] Nós tínhamos como espelho lá, sabe?¹⁷⁷.

A atuação dos trabalhadores do chão de fábrica durante todo o processo de conscientização dos operários foi fundamental para o sucesso da greve. Foi um trabalho persistente, calcado na confiança e no cuidado para não haver prejuízos, em especial àqueles que despontavam como lideranças e que teriam a missão mais tarde de garantir o sucesso da paralisação. Nem sempre as coisas saíram como o planejado, mas quando a paralisação ocorreu havia um grupo formado, organizado e capaz de dar respostas imediatas às necessidades do movimento dentro das empresas. Para que estas lideranças pudessem agir de forma organizada e eficiente foi percorrido um longo caminho. Entre os nossos entrevistados percebemos que a maioria já vinha se preparando, ou sendo

¹⁷⁶ Entrevista com Domício Mateus Gamenha, gravada no dia 14 de dezembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p. 2.

¹⁷⁷ Entrevista Hamilton Madeira Macedo, gravada em 10 de novembro de 2009, idem, digitada, p. 2.

preparado, há vários anos. É o que veremos no próximo item, que trata da formação destas lideranças que independentemente de cargos ou estabilidade traziam a convicção de que precisavam dar a sua contribuição para que as condições precárias dentro das empresas pudessem mudar.

2.2 – A Construção das Lideranças

Os trabalhadores que lideraram o movimento grevista dos metalúrgicos de Manaus de 1985 têm, em sua maioria, uma formação ligada aos movimentos pastorais da Igreja Católica. Alguns dos nossos entrevistados deram os seus primeiros passos em direção ao movimento social através das ações da Igreja no interior do Estado, portanto, raízes na questão agrária. Em Manaus, o primeiro contato com as reflexões sobre a realidade nacional, a ditadura e a superexploração dos trabalhadores se dava nos grupos de jovens que se formavam especialmente nos bairros da periferia, dentro das Comunidades Eclesiais de Base. Dos 11 operários ouvidos apenas um, na época com graduação em curso superior, não teve a sua formação alicerçada em instituições ligadas à Igreja. Hamilton Madeira se juntou à Oposição Sindical através do movimento estudantil, mas também participou das reuniões realizadas na Pastoral Operária.

Para entendermos quem são as pessoas que no dia 1º de agosto estavam nas portas das fábricas, dentro dos ônibus ou participando das comissões organizadoras do movimento paredista, precisamos conhecer um pouco das suas histórias de vida. Precisamos conhecer estes homens e mulheres, agentes históricos que construíram um movimento sindical com tamanha força, até hoje não superado e lembrado como um marco na história da luta operária no Amazonas. Para alguns, depois de 1985, não houve avanços e hoje até mesmo conquistas daquela época foram perdidas. É importante notar que muitas das pessoas que lideraram o movimento paredista, em especial dentro das fábricas, na linha de frente da ação, não eram da diretoria do sindicato e nem mesmo membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA, portanto, eram simples trabalhadores e não tinham estabilidade no emprego. Estes colocaram a cabeça a prêmio em benefício da luta e, é claro, pagaram um preço alto pela ousadia de confrontar com o grande capital. A maioria destes trabalhadores

tem em comum o fato de terem sido demitidos por causa de sua atuação em defesa dos interesses coletivos e de continuarem ainda hoje a militar em algum movimento social.

Começamos pelas pessoas que embora tenham estado na linha de frente da greve não foram dirigentes sindicais. São pessoas que participaram da organização da oposição sindical, trabalharam pela eleição dos companheiros e de todas as campanhas promovidas pela gestão *Puxirum*, mas que nunca foram dirigentes da entidade sindical. Entre os nossos entrevistados, são três os casos: Amadeu Guedes, Maria Gorete e Nonato Neves. Os dois primeiros trabalhavam em empresas que produziam equipamentos eletroeletrônicos e o terceiro em um estaleiro.

Amadeu Guedes nasceu em Fonte Boa, veio para Manaus para trabalhar na Zona Franca de Manaus, “em busca de melhores dias”. O irmão veio na frente e depois a família toda, porque o pai acreditava que os filhos precisavam estudar. Eles chegaram à cidade em maio de 1969, no início da zona franca, e “não tinha nem noção do que era zona franca”. Começou a refletir sobre a realidade nacional alguns anos depois, quando em 1975 participou de um evento religioso. Mais tarde participou de um grupo de jovens e foi seminarista no período de 78/79. Participou de todo o processo de organização da Oposição Sindical Metalúrgica e durante a greve trabalhava na Moto Honda, provavelmente a empresa onde havia uma melhor organização dos trabalhadores e que naquele momento foi fundamental para o sucesso da paralisação, conforme o testemunho de vários entrevistados. Amadeu Guedes lembra que antes de chegar ao distrito já estava participando do movimento jovem no bairro em que morava

Em 75 ocorreu em Manaus um Congresso Eucarístico Nacional, não sei bem o número, não sei precisar, mas acho que foi o nono Congresso Nacional e eu fui convidado por um colega de trabalho para assistir uma noite do evento que foi realizado no Estádio Vivaldo Lima, antes da reforma, né.. no antigo Vivaldão. Eu assisti, gostei... eu era católico batizado só, mas não era engajado em nenhum movimento. Aí achei interessante e depois de um tempo, em 77, um outro colega também, - eu trabalhava no comércio, comerciário -, me convidou para participar do movimento jovem na Compensa, no bairro em que a gente morava. Era um grupo de jovem, que a sigla era I-N-J-O-K, que significava Integração Jovem Comunitária. Era um movimento da juventude católica brasileira que fazia parte de um dos grupos da Pastoral da Juventude em Manaus. E eu fiquei no movimento jovem alguns anos. Fui seminarista por uma época, entre 78/79 e em 79 eu saí e resolvi tirar umas férias nos parentes que eu tenho lá no município de Tefé. Passei um tempo lá, quando retornei a Manaus, a Moto Honda estava chamando, no início de 79, cem funcionários pra trabalhar... Era até a rádio Difusora, no programa Josué Filho que estava pedindo, quem quisesse trabalhar na Moto Honda... naquela época empresa sobrava no Distrito. Tinha de pegar ônibus que estava a disposição destes interessados lá no largo da

Matriz. E eu fui e já, em seguida, no dia 15 de setembro de 79 eu iniciei minha atividade como industriário¹⁷⁸.

Essa convivência nos movimentos ligados à Igreja Católica foi a porta para que Amadeu Guedes chegasse ao movimento sindical nascente em Manaus. A preocupação com as injustiças sociais e a exploração dos trabalhadores já fazia parte das suas reflexões, portanto, estava apto a participar do processo de discussão que estava sendo iniciado.

Como eu já tinha militância no movimento jovem católico conhecia vários colegas de trabalho e eram católicos que tinham engajamento em outros movimentos e não especificamente em movimentos operários. E fui convidado por outras pessoas que estavam iniciando a Pastoral Operária para um dos cursos, esses cursos sobre sindicalismo organizado pelo embrião da Pastoral Operária, né? E participei deste curso no final de semana e no ano de 79 comecei a organizar o primeiro grupo de operários dentro da Moto Honda. Desse grupo de operário participavam algumas pessoas, entre eles o atual secretário de governo, doutor Joaquim Frazão, que na época era um, trabalhava como soldador na Moto Honda. E aí a gente fomos participar dos encontros dominicais que vieram a ser realizados lá no bairro da Aparecida da primeira comissão organizadora da Pastoral Operária, onde já encontrei o próprio Ricardo Moraes, né? A esposa dele, e padre Renato e várias lideranças que fazia parte já do movimento. Fomos conhecendo estas pessoas, estudando, se aprofundando, fazendo estes estudos, né? e a cada dia a gente ia conhecendo, ia começando a entender a realidade no contexto, na realidade que a gente estava vivendo, né? e entender porque que as coisas aconteciam dentro das fábricas, né?¹⁷⁹

Amadeu Guedes não foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos. Na eleição da chapa *Puxirum* o representante da Moto Honda foi Magno Frazão. Guedes, no entanto, foi eleito para a CIPA por alguns mandatos e foi presidente do Grêmio, uma entidade interna que tem como objetivo proporcionar esporte e lazer aos empregados. Ele trabalhou na Honda por “oito anos e onze meses” e como a maioria dos trabalhadores do distrito daquele período deixou os estudos por não conseguir conciliá-lo com as jornadas exaustivas e as horas-extras. Chegou a concluir o magistério, mas não exerceu a profissão porque o salário de professor era ainda mais baixo do que ele ganhava na indústria. Quando concluiu o magistério tinha um cargo de coordenação na empresa que lhe rendia um salário superior ao que ganhava a sua professora. Depois tentou fazer um curso de Mecânica, mas não concluiu por causa do excesso de atividade: “Eu só estudei 84 e 85, não conclui porque eu estava no sindicato, na Pastoral Operária, estava no PT,

¹⁷⁸ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada em 16 de outubro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p.1.

¹⁷⁹ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, idem, digitada, p. 1.

já era membro do PT, inclusive eu fui dirigente do PT. O primeiro dirigente municipal do PT, aí eu tinha muitas atividades”¹⁸⁰. Somente em 2002 ele finalmente entrou na faculdade e fez o curso de Filosofia.

Gorete Barbosa chegou ao movimento social através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e no movimento operário quando estava sendo organizada a Pastoral Operária e o movimento oposicionista dos metalúrgicos. Seu primeiro emprego na indústria foi em 1974. Onze anos depois, em 1985, participava ativamente da campanha salarial que levou à greve. Antes, participou do processo para a tomada do sindicato e da campanha de associação que visava ampliar a base sindical do Sindicato dos Metalúrgicos. Até hoje ela é ligada aos movimentos da Igreja Católica e coordena a Pastoral Operária, que na década de 1990 voltou-se prioritariamente para o apoio aos operários desempregados, buscando formas alternativas de sobrevivência financeira. Ela faz questão de ressaltar a importância das CEBs na sua formação e na luta dos trabalhadores em Manaus.

Eu comecei a participar através da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base. Na época as Comunidades Eclesiais de Base eram muito fortes, eram elas que nos animavam a ingressar nos movimentos sociais, através das Cebbs. Aí, de toda a história do movimento operário brasileiro que aconteceu as CEBs e a Igreja tiveram muita importância inclusive pra gente mobilizar a greve no distrito industrial.¹⁸¹

Durante a greve, Gorete trabalhava na Telefunken e participou da organização do movimento, portanto, não viveu o dia-a-dia da paralisação dentro da empresa. Hoje aposentada, por tempo de serviço, Gorete lembra que o movimento absorvia todo o seu tempo e que muitas vezes a vida pessoal teve que ficar em segundo lugar.

tanto que na véspera da eleição do sindicato... eu tinha me casado na sexta-feira e no domingo nós tinha que dormir dentro do sindicato porque a gente tinha que ir pras portas, pra eleição do sindicato no outro dia. Então eu fiz isso assim. Era tanto lutar, acreditar nessa luta, nessa transformação, que a gente fazia tudo isso. E aí foi muito bonito a direção, quando nós ganhamos, toda aquela, a tirada do pelego – a gente usava muito a palavra pelego na época, né? De tirar ele do poder, de conquistar um novo espaço¹⁸².

¹⁸⁰ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, *idem*, p. 13.

¹⁸¹ Entrevista com Maria Gorete Barbosa de Oliveira, gravada no dia 21 de outubro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p.1.

¹⁸² Entrevista Maria Gorete Barbosa de Oliveira, *idem*, p. 2.

O depoimento de Gorete mostra o comprometimento dos trabalhadores com a luta e a opção pelo coletivo em detrimento da vida pessoal. Era a luta que estava em primeiro lugar. O comprometimento com as mudanças e com as transformação das condições de vida dos trabalhadores é a principal causa, ficando em segundo plano a família e todo o resto, como podemos observar em outros depoimentos¹⁸³.

Nonato Neves nasceu em Rio Preto da Eva e seu primeiro contato com as reflexões sobre as desigualdades sociais foi através do trabalho realizado pela Prelazia de Itacoatiara nos anos de 1970. Ele afirma que o movimento operário de Manaus deve muito à organização dos trabalhadores rurais do Estado, que “ainda estão com sua história por contar”. Para ele o movimento operário é, de certa forma, um reflexo ou o desdobramento do movimento dos trabalhadores rurais do interior do Estado, que contou com o apoio de padres vindos da Itália.

Sou de uma família de nove irmãos. Praticamente todos eles foram ligados à Igreja. Hoje tem movimentos diferentes, muitos ligados a igrejas evangélicas, mais naquele tempo não, era só católico, né? Foi daí que nasceu a história dos movimentos, da nossa luta, enquanto interiorano [...] essa escola de movimentos eclesiais de base que veio pela prelazia de Itacoatiara, o movimento da época encampado até por Dom Jorge, que era o bispo de Itacoatiara, o arcebispo de Itacoatiara, né? Três padres, do qual eu tenho lembrança dos anos 70 que mais atuavam nestas áreas e fundou quase todas as comunidades da Boca do Paraná da Eva até Parintins, Baixo Amazonas, chamava padre Omar. Então era três italianos, foram assim os gravadores da história deste movimento. Ali nasceu, a partir dos anos 70, através das comunidades organizadas, atrás veio um padre chamado Jean Carlos, que hoje é professor da Universidade do Amazonas, na área de Comunicação e também teve grande, foi um grande protagonista no sentido da formação de militantes do movimento do sindicato rural¹⁸⁴.

Em 1974 Nonato Neves veio pra Manaus “para estudar” e quatro anos depois começou a atuar em um grupo de jovens do bairro da Compensa, o Juventude Alegre de Trabalhadores - JAT. Em 1984 começou a trabalhar no estaleiro Estanave e estava lá quando a greve de 1985 aconteceu. Liderou o movimento e foi demitido, indo trabalhar depois na indústria Gradiente. Ele conta que foi neste período que passou a fazer parte efetiva do movimento sindical. Ainda hoje membro da executiva municipal do PT, Nonato Neves, ressalta o papel da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e

¹⁸³ O comprometimento em especial das mulheres com o movimento também pode ser observado no trabalho de Iraildes Caldas, onde vários depoimentos com este sentido são registrados.

¹⁸⁴ Entrevista com Raimundo Nonato Corrêa Neves, gravada em 09 de dezembro de 2009. Digitada, p.1.

Sindicais - Anampos¹⁸⁵ no processo de conscientização dos trabalhadores brasileiros e lembra que havia uma luta mais específica para garantir melhoria na qualidade dos ambientes de trabalho como a obrigatoriedade do fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, aumento salarial; e uma luta mais ideológica que levou à criação do PT. “A gente começou a trabalhar neste sentido para que a gente pudesse trabalhar a independência dos trabalhadores e ao mesmo tempo lutando e criando esta ferramenta, que é a luta do poder político”, ressalta, acrescentando que

Nós tínhamos que procurar o melhor para um todo, melhores condições para a sociedade, para as nossas famílias, e a gente tinha isso na cabeça e isso era uma questão que a gente tinha que trabalhar, que era a organização aqui fora, porque a gente só poderia ter uma casa digna, uma roupa digna e até um carro e tal a partir do momento em que nós tivesse a consciência de que a gente deveria estar na esfera política, na luta política, né? Então isso aí, muita gente não entende. É claro que é muito complexo de se entender esta parte aí. As pessoas geralmente preferem a luta específica, né? que é sua luta profissional, o seu salário, a sua vidinha, né? que lutar por uma questão mais ampla. Então quando nós organizamos, começamos a organizar a CUT, também que a CUT foi um grande marco pra gente [...] Naquela época nós tínhamos na cabeça que a gente precisava unificar as nossas lutas a nível nacional, né? que era a luta de todas as categorias em busca de melhores condições de vida e de trabalho, né? e de emprego. [...] a nossa luta era toda articulada à nível nacional. Nós nunca deixamos de participar da vida como um todo. Participava dos congressos da CUT. Era tirado aqui as nossas lideranças, nossos companheiros pra representar a gente nos congressos da CUT, nas direções da Central Única dos Trabalhadores, nas direções do PT... então a gente entendia muito bem este papel dos trabalhadores, e os trabalhadores compreenderam, né? É claro que depois que vai entendendo o processo, é claro que cada um vai achando melhor, onde pode se encaixar. Mais a luta da Central Única dos Trabalhadores ela teve grande espaço¹⁸⁶.

Nonato Neves como militante do partido político que se formava tem a dimensão clara de onde se situava a greve dos metalúrgicos de Manaus, como parte de um grande movimento nacional de luta pela melhoria da qualidade de vida da população e uma luta política contra o arbítrio. Ele deixa claro também que o movimento em Manaus estava conectado ao movimento nacional dos trabalhadores e em especial aos operários, que naquele momento era liderado pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, embora tivesse importante participação de movimentos operários de outros

¹⁸⁵ Anampos foi uma entidade criada em 1980, de caráter nacional, que reunia representantes dos movimentos sociais, pastorais operárias, comunidades eclesiais de base e sindicalistas que estavam construindo o que seria chamado depois de “novo sindicalismo”. A entidade nasceu de um encontro realizado em João Monlevade, Minas Gerais, que teve como objetivo discutir estratégias para a luta que se travava então contra a ditadura militar e pela melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

¹⁸⁶ Entrevista com Raimundo Nonato Corrêa Neves, gravada em 09 de dezembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p 7.

estados brasileiros, como Minas Gerais, que foi quem chamou a reunião nacional criando a Anampos. Ele também ressalta o papel fundamental desenvolvido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE no momento de organização da greve e na organização dos trabalhadores urbanos de Manaus na segunda metade da década de 1980. Foi com a FASE que ele realmente passou a fazer parte deste processo.

Então, nós começamos a participar mais ativamente na questão da formação. Aí é que a gente foi trabalhar praticamente combinando com a leitura que a gente já tinha no interior, da Igreja, a melhor forma de se organizar no interior de fábrica”¹⁸⁷.

Dois atuantes líderes da greve de 1985 somente vieram a ser dirigentes sindicais na década seguinte: Luzarina Varela em 1990 e Domício Gamenha em 1996. Outros três no momento da greve também não eram dirigentes sindicais, mas participaram da chapa que foi eleita em 1987, com a reeleição de Ricardo Moraes para a presidência da entidade: Isabel Guimarães e João Batista, ambos da CCE e Lindemberg Pereira, da Philips.

Luzarina Varela nasceu no município vizinho de Manaus, Careiro da Várzea. Através da Igreja Católica participou dos movimentos de jovens. Chegou à indústria em 1980, trabalhando na empresa Sonora, fabricante de máquina fotográfica descartável. Na Evadim, empresa em que trabalhava durante a greve de 1985, a sua atuação era destacada na área esportiva. Ela comandava um time de futebol feminino e liderou algumas brigas internas em defesa dos interesses das mulheres, como pelo direito de também jogar sinuca, até então garantido apenas aos homens. Sua postura de defesa da igualdade de direitos pode ser vista como um desafio à ordem social vigente na sociedade, ao poder masculino e à separação entre os sexos de atividades, algumas sendo classificadas como masculinas e outras como femininas.

Eu e certos companheiros tínhamos certa liderança dentro da fábrica por causa de outras questões, coisas que a gente já tinha feito na fábrica: primeiro a gente fundou um time feminino e este time a gente ia para os interiores jogar e era eu que de certa forma tomava conta. E a questão assim do grêmio, mas a gente ainda não tinha esta noção de ser explorado, assim bem esclarecido. A gente tinha um grêmio e eles descontavam o equivalente a zero, zero, vírgula cinco centavos, não era centavos, mas eram três mil e poucos trabalhadores. Só que quem usava o grêmio eram os homens, nós mulheres não usávamos.

¹⁸⁷ Entrevista com Raimundo Nonato Corrêa Neves, *idem*, p. 2.

Quando foi um dia eu e uma moça da administração dissemos vamos jogar sinuca e quando nós chegamos lá disseram que não. Então nós pegamos, claro que eu não tinha esse peso, eu pesava quase a metade, sentamos em cima da mesa de sinuca e digo: ah se vocês não querem deixar vocês também não vão jogar, e foi aquela confusão. O gerente veio e vamos discutir a questão, aí reunimos, reuniu todo mundo e ficou segunda e terça homem, não segunda e quarta homem e terça e quinta mulher e na sexta-feira misto¹⁸⁸.

Quando teve início a campanha salarial de 1985 Luzarina começou a atuar efetivamente junto aos colegas e acabou liderando o movimento paredista dentro da empresa. Sua formação política, no entanto, segundo lembra, começou bem antes.

Eu morava aqui em Manaus, mas todo final de mês eu ia pro interior, onde eu nasci, que foi Terra Nova, no Careiro da Várzea, e lá o padre vendeu uns livrinhos pra nós, do dom Evaristo Arns. Eu me lembro: Igreja, Fé e Política. E a partir da leitura que eu fiz daquele livro eu comecei a comparar a realidade da gente, dentro da fábrica. Em seguida, os companheiros que faziam um curso a noite no Senai, curso de técnico, de ferramenteiro, conheceram o pessoal da oposição sindical metalúrgica na época e eles já vieram cheios de energias e trazer informações pra gente. Só que, qual a estratégia que a gente usava: alguns iam para o sindicato, pro sindicato não, para alguns lugares em que eles se reuniam, outros não¹⁸⁹.

Durante o processo de organização da chapa *Puxirum* Luzarina Varela não participou, embora se mantivesse informada sobre o trabalho dos colegas que estavam articulando a tomada do sindicato. Uma enfermeira, chamada Isa, era uma das pessoas que estimulavam os trabalhadores a buscarem o sindicato para se associarem e poderem votar e era quem colocava Luzarina a par do que estava acontecendo. A primeira campanha de que Luzarina participou foi para garantir a permanência dos trabalhadores do setor eletroeletrônico vinculados ao Sindicato dos Metalúrgicos, como vimos antes. Depois veio a campanha salarial de 1985 e em seguida a greve.

Domício Gamenha também começou o seu despertar para a superexploração do trabalho através da Igreja, quando frequentou o seminário em Belém. Ele nasceu em São Gabriel da Cachoeira, mas ficou alguns anos na capital paraense. Quando retornou à sua cidade foi estimulado por um tio, que era sargento do Exército, a mudar-se para Manaus para conseguir a sua independência financeira, através de um emprego nas indústrias da Zona Franca. O discurso da época era de que em Manaus havia muito emprego e que o caminho para o interiorano era vir para a capital para se tornar um

¹⁸⁸ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada em 20 de outubro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p. 2

¹⁸⁹ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada em 20 de outubro de 2009, digitada, p.1.

industrialário, que assim se livraria da pobreza que era o futuro de todos os caboclos que permanecessem no seu município. Apesar da realidade ser bem diferente, este discurso até hoje ainda faz eco no interior, o que nos leva a imaginar o que não repercutia quando dito para alguém sem qualquer perspectiva de conseguir um emprego, no início da década de 1980.

A primeira vez que Domício Gamenha esteve no sindicato foi em 1984, quando estava sendo discutida a pauta para a campanha salarial daquele ano.

Olha, quando eu comecei a trabalhar na Moto Honda eu praticamente passei dois anos pra começar a participar do sindicato. E pra eu passar pro sindicato fui convidado através de um companheiro nosso que já era dirigente na época, que era o Magno, o Magno Frazão. E através dele é que eu fui participar de uma primeira assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos¹⁹⁰.

A nova diretoria tinha acabado de assumir. Era a primeira Convenção Coletiva de Trabalho – CCT que a gestão *Puxirum* iria assinar com a classe patronal. Naquele momento, segundo avaliação de Domício, não havia organização o suficiente para pressionar os patrões para se chegar a grandes conquistas, por isso o acordo de 1984 não representou grande avanço. A participação nas assembléias deste período o fez despertar e desde então ele se empenhou na organização dos trabalhadores dentro da Moto Honda, onde trabalhava. Para se qualificar para o debate ele participava dos cursos da FASE.

Na FASE a gente participava dos cursos e da formação. Por exemplo, primeiro era o estudo sobre o que era o capitalismo, vinha do feudalismo até o capitalismo. Então a gente fazia este estudo e a partir deste estudo a gente sabia como é que os donos de empresa conseguia explorar o trabalhador. O estudo da mais-valia, por exemplo, é um estudo primordial para o trabalhador. A partir do momento que o cara estuda a mais-valia ele sabe realmente com quantas horas ele consegue pagar o seu salário. Com quantas horas a empresa consegue pagar a questão da luz, o custo da empresa, quantas horas ela tem de lucro. Tudo isso a gente aprende. Com este pequeno estudo a gente consegue aprender muita coisa, olha¹⁹¹.

Domício Gamenha também faz parte do grupo que atuava em várias frentes. Ele era vinculado a partido político, central de trabalhadores e militava na fábrica como operário que era. Para ele, a filiação ao Partido dos Trabalhadores tem significativa importância dentro da sua biografia de militante político e social

¹⁹⁰ Entrevista com Domício Mateus Gamenha, gravada no dia 14 de dezembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p.1.

¹⁹¹ Entrevista com Domício Mateus Gamenha, idem, p. 2.

Eu me filiei ao PT em 84 e fui ligado direto ao sindicato. Comecei a estudar o que era a CUT e o que é o PT. Comecei a estudar pra entrar. Eu ouvia falar muito do PT, do nascimento do PT. E os dirigentes da época eram todos filiados, como o Ricardo Moraes, o Amarildo, o pessoal todo e eles sempre convidavam a gente que era militante, até que em 84, na vinda do Lula aqui em Manaus. Teve uma atividade aqui em Manaus e eu me lembro como se fosse hoje às 16h30 minutos, eu diria assim, eu me filiei em frente a Igreja de São Sebastião. E nesse dia eu me filiei e quem me filiou foi o nosso companheiro Otoni, que já era filiado, o professor Otoni, né?¹⁹²

Isabel Guimarães chegou à Manaus com um diploma de magistério em busca de emprego. Ela veio de Parintins, contrariando a vontade da mãe, e aqui encontrou uma irmã e um irmão que trabalhavam na CCE e na Moto Honda, respectivamente. Tentou alguma coisa diferente dos irmãos, mas depois de procurar trabalho em escolas e escritórios, com 24 anos, impaciente e ansiosa por conquistar a tão sonhada independência financeira, acabou indo trabalhar também na CCE. Dos líderes da greve de 1985 ouvidos, apenas Isabel Guimarães e João Batista não tinham uma formação política anterior. O processo de convencimento e conscientização para a superexploração do trabalho foi feito dentro da fábrica, por um colega de trabalho e na observação das péssimas condições de trabalho oferecidas pela empresa.

Ela conta que resistiu muito. “Eu não vinha (às assembléias do sindicato) porque eu não achava que era importante a princípio, não que eu tinha medo, eu não me importava mesmo”, afirma. A resistência foi vencida somente durante o processo de deflagração de greve de 1985. De tanto ouvir os apelos de um colega de trabalho ela resolveu começar a participar do movimento operário, tomando consciência de que fazia parte da classe explorada

Era o Eduardo, era um técnico eletrônico que trabalha junto comigo em uma linha de montagem de 200 pessoas. Ele era técnico... eram poucos homens na linha de montagem, ficava mais na parte do conserto e de técnico eletrônico. Na montagem mesmo era a mulherada, 70% de mulheres na linha de montagem, no setor de montagem. E o Eduardo sempre falava do sindicato, como o sindicato via a situação atual da empresa. Foi ele que me levou a sindicalizar, né? Então, ele sempre que tinha assembléia ficava convidando os trabalhadores para ir, mas tudo isso muito clandestino, muito clandestino. [...] Esse Eduardo ele ia para o Sindicato, eu não sei quem levou ele a fazer isso. Mas ele ia e toda vez ele me convidava, eu e umas colegas minhas, porque eu me dava muito bem com as meninas... Ele sempre me convidava, e eu sempre saía fora dele, enganava ele. Se ia pro lanche no final da tarde, eu aí para o lanche, eu fugia dele... E no dia seguinte ele chegava e dizia: porque você não foi na assembléia? E eu dizia: outro dia eu vou, e tal. E tentando trabalhar

¹⁹² Entrevista com Domício Gamanha, idem, p.6.

dentro das empresas os grupos de fábricas, né? E estas mobilizações que eles faziam eram reuniões que tinham não no sindicato, eram reuniões em locais que eles tinham. Existia, na minha época era aqui no São Francisco, uma casa da FASE, que era uma instituição de formação política, né? Vinha um pessoal de São Paulo. Eram quadros nacionais que vieram para dar esta conotação política, né? Tanto em boletins, em negociações coletivas e formação política mesmo, de como atuar nas empresas... Era um trabalho clandestino mesmo...¹⁹³

Depois da assembléia geral do dia 31 de julho de 1985 que decidiu pela greve geral nas empresas do Pólo Industrial de Manaus, Isabel Guimarães não deixou mais a militância. Claro que tanta dedicação à causa teve custos à vida pessoal, principalmente quando ela começou a participar dos cursos oferecidos pela FASE.

É em 85 eu entrei em agosto e já foi na greve... da greve já fiquei na militância lá... Aí a gente reforçou os grupos de fábricas. Aí a gente já levava dez pessoas no domingo... inteiro... para fazer estudo. Eu lembro que a gente passou o Natal, do dia 24 para o dia 25 estudando lá. Não tinha esse negócio de família não¹⁹⁴.

O depoimento de Isabel Guimarães, assim como o de Gorete Barbosa visto anteriormente, nos mostra que para estes trabalhadores a causa estava acima das suas vidas pessoais e até mesmo os períodos que deveriam ser destinados ao lazer acabavam sendo utilizados para o estudo da realidade e as formas de luta que poderiam ser desenvolvidas para mudar esta realidade. A rotina da maioria deles era da fábrica para as reuniões, seminários e encontros. Nos finais de semana participavam de “retiros” que eram encontros promovidos para discussões sobre conjuntura nacional e internacional, que contavam com a participação de lideranças nacionais.

No imaginário das lideranças nascentes havia um sonho que poucos conseguiram realizar: participar de eventos nacionais onde se reuniam as grandes lideranças nacionais. Conta Isabel Guimarães que todo sindicalista sonhava em participar de um curso no Instituto Cajamar¹⁹⁵, mas que nem sempre isso era possível porque não podiam se ausentar do trabalho, muito menos se fosse para participar de algum evento que tivesse como motivação a organização dos trabalhadores. Ela lembra

¹⁹³ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009, digitada, p.1.

¹⁹⁴ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, idem, p 9.

¹⁹⁵ O Instituto Cajamar foi criado pelo Partido dos Trabalhadores em 1986, na cidade de mesmo nome localizada na região metropolitana de São Paulo, a partir de discussões feitas na Secretaria Nacional de Formação do PT, em 1985, e foi responsável pela formação de milhares de sindicalistas de todo o país durante a década de 1980.

que para participar do Congresso da CUT de 1986 teve que se arriscar e pediu um afastamento da empresa alegando estar doente.

Aí, tá, eu vou pra lá, viajo e no outro dia, eles (empresa) nem faziam isso, mas já estavam suspeitando de mim. Aí foram lá em casa e chegaram lá e disse: sim eu vim visitar a Ana Isabel que ela está doente e aí o meu irmão disse - nem perguntou quem era o filho da mãe - e disse: não ela tá é pro Rio pro Congresso da CUT. [...] Aí foi quando eu cheguei, era de madrugada, chegamos duas horas da manhã e já fomos direto para a porta da empresa, para parar a empresa¹⁹⁶.

Depois que se tornou militante e mesmo sendo membro da CIPA Isabel Guimarães passou a colecionar suspensões e demissões. Protagonizou “brigas” no Tribunal do Trabalho contra a empresa e acabou perdendo a mais importante delas e por isso não tem o registro dos anos que ficou com seu processo *sub judice* na carteira de trabalho o que a faz hoje trabalhar como cobradora de ônibus, não podendo se aposentar por tempo de serviço tão cedo. Em 2001, afastada do sindicato e desempregada Isabel Guimarães mudou de categoria, tornando-se cobradora de ônibus do transporte coletivo urbano. Como a militância faz parte da sua condição humana hoje ela é diretora do Sindicato dos Rodoviários, que representa os motoristas e cobradores. Reeleita em 2009 a atual direção dos rodoviários tem mandato até 2012.

Com Isabel Guimarães, na empresa CCE, trabalhava João Batista que também começou a militar no movimento operário no processo de deflagração da greve de 1985. Curiosamente João Batista não militava no movimento sindical embora fosse filiado ao Sindicato, então nas mãos dos pelegos. Ele conta que sua atuação começou no momento em que a greve estourou. A partir daí ele se tornou um dos líderes dentro da fábrica e acabou participando da chapa que foi eleita para dirigir o sindicato em 1987.

Comecei a participar diretamente quando espocou a greve, né? Foi quando espocou a greve é que nós participamos diretamente. A gente foi, é visto como liderança porque a gente se manifestava. Aí o pessoal que era oposição viu a gente se manifestando e chamou a gente pra ir participar de algumas reuniões, né? Já com o pessoal, da, da diretoria. Era a outra diretoria que havia tirado o Chiquinho, né?¹⁹⁷

A outra diretoria a que se refere João Batista é a *Puxirum* e as reuniões eram as que eles chamavam de reunião de diretoria ampliada, que reunia os diretores da entidade

¹⁹⁶Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009. Digitada p.9.

¹⁹⁷Entrevista com João Batista da Silva Lopes, gravada em 4 de novembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p.1.

e mais alguns representantes das fábricas para discutirem encaminhamentos e atualizarem as informações sobre o chão de fábrica. Como aconteceu com a colega de fábrica, João Batista, depois da greve permaneceu na militância e nas mobilizações seguintes sofreu perseguição na empresa. A estabilidade proporcionada pela eleição para a CIPA não foi suficiente para garantir a sua permanência na empresa e nem mesmo o fato de ter feito parte da chapa que foi eleita em 87 para administrar o sindicato.

Aliás, teve outra greve em 86, que houve outra greve aí como eu participei já diretamente, eu já tinha a estabilidade da CIPA, aí a gente já podia se manifestar. Mesmo aí a CCE mandou embora, justa causa. Eu e mais algumas pessoas, né? Mesmo assim contrariando o direito, a estabilidade da CIPA. Aí eu fui mandado embora, aí é que houve a outra eleição do sindicato, né? Aí é que eu entrei na direção, aí eu participei nesta época como diretor, porque eu estava *sub júdice*. Estava *sub júdice* podia participar da direção. Aí eu fiquei na direção, eu e outras pessoas, a Ana Isabel que também trabalhou na CCE. Era nós dois que éramos da CCE e que fomos da direção do sindicato dos metalúrgicos¹⁹⁸.

Lindemberg Pereira talvez seja o mais precoce de todos os líderes daquele movimento no que se refere à militância política. Com apenas 14 anos ele se tornou industriário. Naquela época era comum menores trabalharem nas indústrias e cumprirem jornadas exaustivas de mais de dez horas diárias, como ele mesmo se recorda.

Eu lembro de um garoto de 11 anos, né? que ele foi pego por um supervisor. Ele foi pego bebendo num bar... essa era a informação que a gente tinha na época. Um dos supervisores da Semp estava bebendo em um bar e conheceu esse muleque, parece que esse garoto engraxava ou vendia alguma coisa lá. Então arrumou emprego na Semp Toshiba pra ele, mas ele era... ele tinha 10 ou 11 anos, eu tinha, 13, 14, ele tinha 10, 11 anos, né? Da nossa idade nós éramos os mais jovens, mas tinha de 15, 14, 16, né? As meninas, né? Eu lembro que nós éramos os mais jovens, mais tinha muita gente de 14, 15 e 16, meninas principalmente, né? bem crianças mesmo¹⁹⁹.

Mesmo com a pouca idade, Lindemberg Pereira teve como motivação para o trabalho o sonho da independência financeira e de poder, ou como ele mesmo conta, sobreviver e crescer profissionalmente. Ele queria ter acesso ao tênis da moda que seus pais não tinham condições financeiras de comprar. Ele lembra que o tênis da moda era o

¹⁹⁸ Entrevista com João Batista da Silva Lopes, gravada em 4 de novembro de 2009, digitada, p.3.

¹⁹⁹ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada no dia 21 de outubro de 2009, realizada por . Célia Santiago, digitada, p.9.

All Star e a camiseta a Play-boy. O despertar para a realidade, bem diferente das suas expectativas, veio com a observação. Ele ficava intrigado com a pressão que existia dentro das empresas e se perguntava por que tanta repressão.

As regras impostas pelas empresas severamente nos deixava perguntando o porquê daquilo, qual a necessidade de tanta pressão, até para ir ao banheiro precisava-se de uma ficha e do acompanhamento de um guarda de segurança. Então tudo isso nos despertava curiosidade e questionamento. Eu me lembro bem que numa das vezes a gente foi obrigado a bater palmas para o presidente Figueiredo que estava em Manaus, então toda a linha de produção parou pra bater palma no sol quente pra este presidente. Eu lá animado, com a bandeira do Brasil na mão, batendo palma, mas de repente eu vi um tumulto, uma pessoa não concordando com aquilo e o gerente dizendo que aquela pessoa estava demitida na hora. Aquilo, eu que estava concordando com os aplausos, achei que essa pessoa tava reclamando estava correta e porque bater palma pro homem que a gente nem conhecia direito²⁰⁰.

Foi em meio a estas indagações que Lindemberg Pereira conheceu o jornal *Tribuna Operária*, editado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), quando este era distribuído na porta do Colégio São Luiz Gonzaga, onde ele estudava a 5ª série. Curioso, ele perguntou aos que estavam distribuindo o jornal como ele poderia fazer a mesma coisa. Mesmo surpresos pela pergunta vinda de um garoto eles o convidaram para participar das reuniões que aconteciam nos finais de semana na igreja Matriz.

E eu fui lá, conheci e entrei pra Tribuna Operária, antigo PCB ou PC do B não me lembro bem. Mas era o PC do B que faziam isso. E envolvido com aquilo já acabei me envolvendo com o grupo de jovens da igreja e fui puxado pro grupo do frei Bruno, já no bairro, eu morava no São Jorge. Dei uma passada pela Pastoral da Operária onde já se comentava a oposição ao sindicato dos metalúrgicos, né? a Puxirum²⁰¹.

Apesar da curiosidade e da vontade de participar do processo de mudança que ele vislumbrava, Lindemberg Pereira ainda ficou afastado do movimento operário por um período, porque acabou deixando o emprego por não conseguir estudar a noite e trabalhar com a carga de trabalho que tinha. Saiu da Semp Toshiba e foi cumprir o serviço militar. Somente depois do serviço militar é que voltou ao trabalho, então como empregado da Philips.

Em seguida a Puxirum ganhou a eleição. Eu estava um pouco afastado das discussões da oposição, acabei ficando fora da chapa, até porque eu era um

²⁰⁰ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada no dia 21 de outubro de 2009. Digitada, p. 1.

²⁰¹ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, Idem, p.1.

personagem que ficava querendo me encontrar nessa época, né? E já na Philips a gente já estava se encontrando. Eu já fico diretamente participando das reuniões da diretoria do sindicato, mesmo não sendo membro, né? mais já tinha conhecimentos, já tinha referências com alguns companheiros da diretoria e a gente articula a eleição pra CIPA, quando eu fui eleito à CIPA e aí se começa um trabalho, de grupos de fábricas, né? Onde eu assumi, junto com outros companheiros valorosos, o comando do grupo de fábrica da Philips e a gente sabia que outras fábricas tinham estes grupos de fábricas, porque era discutido dentro do sindicato e então, dos grupos de fábricas a gente também discutiu e encaminhou os grupos de bairros, porque nos bairros, onde ficava mais fácil a concentração dos operários a gente deixou de chamar de grupos de fábricas pra chamar de grupo de bairro porque dentro do bairro tinha vários, pessoas de várias fábricas. Não era mais Semp e nem Philips, nem CCE e nem Moto Honda e sim operários daquele lugar. Então os grupos de bairros tomaram muita força, porque os bairros começaram a discutir inclusive a questão da associação. A gente passou a constituir associação. Enfim, tudo isso fortalecendo e encaminhando pra uma vitória, pra as greves que o sindicato poderia chamar a qualquer momento. Então o fortalecimento das greves se dava a partir de cada ponto: dos grupos de fábricas, dos grupos de bairros e nestas associações de bairros onde estavam os operários. Os operários estavam espalhados em todos os lugares de Manaus. Então tudo isto fortaleceu²⁰².

Hamilton Madeira foi o único dos entrevistados por nós que não teve sua formação política e sindical vinculada à Igreja Católica. Ele era estudante de Engenharia na Universidade de Tecnologia do Amazonas (Utam), hoje Faculdade de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e fazia parte do movimento estudantil. Participou do grupo de estudantes, intelectuais e operários que estava discutindo a formação da Oposição Sindical Metalúrgica. Como era empregado da Philco no período da greve, foi uma das lideranças do movimento dentro da empresa. Ele também é interiorano, nasceu em Maués. Esteve no movimento desde o princípio e participou da chapa *Puxirum*.

Eu fazia parte da chamada Oposição Sindical Metalúrgica, a oposição sindical Puxirum. Porque naquele momento tinha contatos com a Anampos – Associação Nacional dos Sindicatos Populares e que ela estava organizando a pré-Cut, pra fundação da ... anterior à CUT. Como nós participávamos também da oposição sindical, que foi muito boa, com unidade com a Igreja, unidade com as igrejas²⁰³

Com relação à FASE, Hamilton Madeira afirma que ela foi fundamental para a organização dos metalúrgicos de Manaus, especialmente porque trazia a experiência de outras localidades. Embora cada lugar tenha suas peculiaridades e o processo de conscientização e organização se dê de forma diferente, ou seja, acontece em um lugar

²⁰² Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, idem, 2.

²⁰³ Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, gravada no dia 10 de novembro de 2009. Digitada, p.1.

de uma forma e em outro de outra forma específica, Hamilton ressalta que as experiências daqueles que vieram contribuir com o movimento em Manaus foi importante.

Eles (os membros da FASE) vieram em missão, né? Missão de organizar os trabalhadores da indústria do Amazonas, e única na Amazônia. E eles fizeram isso aí. Mais primeiro: eu tive a satisfação de receber aula de economia, de abordagem de orçamento. Porque todas as vezes que a gente ia pedir aumento eles diziam que não tinha, a Philco mesmo, que os lucros sumiam... quem nos deu aula na FASE de economia foi o Mercadantes, o Mercadantes veio aqui. Todas as pessoas que na FASE passou: a filha do Che Guevara, Daniel Ortega, presidente da Nicaragua. Então era uma organização que fortalecia a gente, não localizada, mas nacional e internacional e isso abre os horizontes das pessoas, é natural. Hoje eu estou vendo assim, mas antigamente eu nem sabia disso²⁰⁴.

Portanto a base, a formação teórica necessária, Hamilton Madeira e os demais sindicalistas da metade da década de 1980, conseguiram em parte através do contato com sindicalistas de outros estados brasileiros e alguns de outros países. A troca de informações e experiências foi importante porque os sindicalistas de outros lugares já tinham experiências inclusive de greves e os amazonenses ainda estavam em fase de organização, carentes e sedentos de informações.

E nesse momento já haviam organizações internacionais aqui: sindicalistas da Itália, sindicalistas da Holanda... sindicalista da... é da Itália, da Holanda, ... ingleses, eu contatei com uma sindicalista inglesa ligada à Philco Fort. Sabe, nós fizemos quatro congressos, seminários em São Paulo, então o nosso objetivo era crescer no mundo até chegar lá como exemplo o São Bernardo. Nós sempre tivemos como exemplo, a nossa matriz é São Bernardo, nós todos, desses, dessa FASE. E aí houve a necessidade, surgiu a FASE e a FASE nos abordou como direção e abordou a base, ela não priorizava a direção. Metade, metade. Mas, como já foi dito entre a base e a direção, é preferível a base. A base é que se sobrepõe e é verdade, você pode sofrer mas é a base que dá a direção. Então eles ofereceram cursos em módulos, módulo 1, 2 e 3. O primeiro, a grosso modo era observar os problemas. O segundo era como fazer para resolver os problemas e quarto (o terceiro) era aquela velha expressão, da teoria à prática e não ficar no impulso. Porque eles passavam filmes, eles passavam várias informações e tinham companheiros que só iam lá pra ver o filme (risos) e eles perguntavam: você não quer?... Quer dizer, aquele, eu me lembro tanto, até do primeiro filme que começa com uma cena separando o feijão bom do feijão ruim e era eternamente eles fazendo e até hoje nós fazemos isso: separar. Acha a pessoa, a direção observa, separa... a gente dá o quilo conforme aguenta, não pode dar mais e nem menos. Tudo isso nós aprendemos lá (na FASE).²⁰⁵.

²⁰⁴ Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, gravada em 10 de novembro de 2009. Digitada p.1.

²⁰⁵ Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, Idem, p. 2/3.

Este depoimento nos revela a estratégia e a forma de abordagem da FASE que trabalhava com os operários do chão da fábrica, sem participação na direção do sindicato e com dirigentes sindicais. Mas, Hamilton Madeira ressalta que mesmo antes da FASE chegar à Manaus os trabalhadores já vinham se organizando. Com relação à mobilização ele ressalta que antes da grande greve de 1985 foram feitas algumas greves importantes em grandes empresas. Para ele foram estas greves por empresa que prepararam os ânimos dos trabalhadores para o grande confronto. Na sua visão as greves anteriores foram uma espécie de treinamento para a greve geral.

E eu queria fazer justiça a duas greves anteriores, uma na Sony, logo no início, em 80, começou em 79, na Sony e uma greve também da Philco. E qual foi a motivação da greve da Philco? Foi o calor. Eles fizeram os galpões, fizeram as linhas de montagem e o calor continuava, colocaram ventiladores insuficientes e os trabalhadores fazendo televisão a cada minuto. E daí o povo se revoltando, e o povo se revoltando, o suor batendo... Portanto a primeira greve foi por condições de trabalho²⁰⁶.

Entre os integrantes da chapa *Puxirum*, eleita em 84 para comandar o Sindicato dos Metalúrgicos, também foram ouvidos os sindicalistas Silvestre Paiva e Ricardo Moraes. Silvestre Paiva é o único dos líderes da greve de 1985 ouvidos que não nasceu no Amazonas. Ele nasceu em Óbidos, interior do Estado do Pará. Quando veio para Manaus já estava casado e tinha dois filhos. Veio a convite de um cunhado para trabalhar no comércio, mas os baixos salários e a falta de perspectiva neste ramo o fez buscar novos caminhos: foi trabalhar como mecânico no setor naval, mesmo sem saber o que o esperava, sem saber bem qual a tarefa que iria desempenhar.

eu vi que esse negócio do comércio não estava dando certo. Eu procurei trabalhar na Estanave. Eu morava na Compensa, era muito próximo ali de casa. Eu procurei a Estanave porque estava chamando e é uma história meio quando eu falo isso. Estavam chamando montadores, mecânicos, ajudantes de montador e maçariqueiro. Aí no interior tinha um motor que era cabeça quente e tinha um maçarico que dava calor pra poder aquecer a cabeça e depois batia e com o golpe ela dava a explosão. Com isso eu imaginei que eu ia entrar como maçariqueiro, que era essa a função que tava ali. Li na placa, via aquele nome aí eu disse: acho que não é isso não, mas como eu tinha contato, desmontava motor no interior, tinha motor velho montava e desmontava aí eu achava que eu ia entrar como ajudante de montador, porque eu pensei que o montador era o mecânico, aí quando eu cheguei lá, que eu vi que o ajudante de mecânico não tinha nada a ver com mecânica, era montador de balsas, empurradores, trabalhar

²⁰⁶ Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, idem, p.1.

com aço, né? Pô eu fiquei triste, quase eu saía, mas pensei: já que tou aqui vou ficar. E aí eu fiquei trabalhando nisso lá²⁰⁷.

Silvestre Paiva se associou ao Sindicato dos Metalúrgicos em 1980, portanto antes da Oposição Sindical ganhar as eleições. Ele se associou “porque tinha festa, tinha alguns banho, essas coisas todas”. Ele participou do processo de organização da chapa *Puxirum*, mas afirma que quando começou a participar já havia um núcleo inicial formado. Seu vínculo com a Igreja é anterior, do tempo em que ele vivia em Belém, chegando inclusive a ser catequista. Foi atuante como membro da Pastoral Operária e se tornou uma espécie de número dois na liderança do movimento grevista metalúrgico em Manaus, sendo apontado pelos demais ouvidos como um grande negociador e uma peça chave nos embates com a classe patronal. Por causa desta sua característica e pelo fato de trabalhar durante este período no estaleiro Estamam, uma empresa com poucos trabalhadores, entre 40 e 50 empregados, Silvestre foi alçado a uma espécie de articulador direto com a base. Ele percorria os bairros no trabalho de conscientização dos operários, trabalho que foi fundamental para o êxito da greve de 1985, mas também importante para a organização da chapa *Puxirum*, que precisava compor os seus 24 membros.

Alguns companheiros diziam: olha tem o fulano, acho que ele tem essa mesma idéia, topa entrar numa luta como essa. Primeiro pra direção pra ver se a gente conseguia completar os companheiros. A gente tinha uma média ainda de 12 a 13 pessoas. Tinha mais gente, mas era quem ajudava, o pessoal da Pastoral que vinha e ajudava, mas que não tava em fábrica e aí tinha que completar a chapa e aí a gente começou a visitar companheiros de fábricas importantes também pra que tivesse em todas as fábricas, nos setores também, aqueles companheiros que somariam com a gente e que tinham influência. Então era de noite visitando escondido²⁰⁸.

Silvestre Paiva conta que o trabalho clandestino marcou a luta para tomada do sindicato e que as reuniões da Pastoral Operária servia para organizar os trabalhadores e para que eles pudessem discutir a realidade nacional e o papel do sindicato.

As reuniões eram pra discutir um pouco a nível dos direitos da gente como trabalhador. Mais era pra isso. A Pastoral Operária tinha um pouco disso e depois pra poder conhecer o que a gente tinha, como o sindicato. Pra que que o sindicato servia, como categoria. O que que a categoria podia fazer. Pra que que era o sindicato patronal e sindicato dos metalúrgicos, um pouco nesta

²⁰⁷ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p.1.

²⁰⁸ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009. Digitada, p. 2.

compreensão. Era associado porque tinha festa, tinha alguns banho, essas coisas todas. Não pensei que era pra ele defender os interesses nossos, né? foi com isso, foi abrindo a idéia, foi abrindo a idéia e como é que tu faz para participar da direção? Porque diretamente lá, a gente olhava e via o sindicato defendendo os interesses patronal, porque não tinha nenhuma luta de resistência, dizendo do salário. Em outras palavras, não tinha luta contra nada, era tudo a favor de tudo que a patronal tinha. A gente começou a ver isso e juntamos os companheiros pra fazer uma oposição e começamos a verificar como se chegava nesse ponto. Aí foi de fábricas, diversas categorias. Eu era naval, trabalhava na área naval mas tinha os metalúrgicos, tinha o pessoal da Honda, o pessoal da Philips. Aí de cada fábrica maior a gente foi começando a juntar e aí afinar as idéias, verificar que era realmente por ali que ir mesmo. Aí na época da oposição a gente já reunia escondido, até porque se não reunisse escondido não com medo de nada, mas porque a direção do sindicato falava pras empresas que o cara estava participando e eles mandavam os caras embora, então os companheiros eram demitidos, né? então era uma dificuldade para se reunir para fazer oposição ao sindicato. Tinha uma dificuldade muito grande, então a gente tinha esse cuidado. E com isso teve perseguição de polícia, antes da tomada do sindicato você tinha a perseguição das polícias que achavam que a gente estava se reunindo pra fazer alguma contravenção, né? (risos) E o que não tinha nada a ver²⁰⁹.

A articulação a nível nacional fez com que Silvestre Paiva e outros sindicalistas amazonenses participassem dos mais importantes eventos nacionais reunindo trabalhadores, como o congresso em que foi criada a Central Única dos Trabalhadores - CUT, do qual participaram 57 trabalhadores amazonenses, entre urbanos e rurais. Silvestre também recorda que a referência para os líderes sindicais de Manaus era São Bernardo do Campo.

São Bernardo porque eram os metalúrgicos, como categoria metalúrgica a gente tinha um intercâmbio muito bom. À nível de informação de como é eles estavam. Então eles deram este suporte de informação pra gente, e até de orientação de como eles lidavam. Tinha uma diferença grande, a categoria deles era muito grande. Eles têm mais, vamos chamar um pouco mais de grana que o pessoal daqui. Então, de qualquer maneira, em termos de compreensão eles deram luz pra gente neste sentido. [...] A referência eram eles. Por isso eu digo que foi bom porque eles orientavam. Toda esta questão de visita, questão da gente fazer vaquinha, coleta pra poder se alimentar, porque tinha dificuldade do pessoal que tava ali se alimentar, fazer a coleta. Tudo foi um pouco a referência. A referência foi toda São Bernardo e aí a Pastoral Operária²¹⁰.

Ricardo Moraes foi o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos por dois mandatos, eleito em 1984 e reeleito em 1987, com parte da diretoria substituída. Sua militância nos movimentos sociais teve início quando ainda vivia no interior do Estado. Ele nasceu em Manicoré, mas sua família se transferiu para Humaitá, onde ele

²⁰⁹ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009, digitada, p.1/2.

²¹⁰ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, idem, p.4.

participou de grupos de jovens. Segundo ele, o pai havia elegido as mulheres para estudarem e os homens para trabalharem e ele nos primeiros anos acabou sendo auxiliar do pai, primeiro trabalhando em olaria e depois como carpinteiro.

Mas chegou um momento em que eu também queria tocar a minha vida e eu fui ser auxiliar de pedreiro na cidade. Fui auxiliar de pedreiro durante um bom tempo, né? Eu era muito bem relacionado com toda a chefia da empresa, né? e cheguei a ser auxiliar de almoxarifado, sai de fazer massa, carregar pedra, para ir, pra tomar conta do material, distribuir material de almoxarifado, o material de serviço²¹¹.

Nesta época Ricardo ainda não havia sequer cumprido o serviço militar obrigatório. Sua trajetória no movimento social começou quando participou dos grupos de reflexão da Igreja Católica e de um grupo de teatro que trabalhava com temas que na época poderiam ser vistos como revolucionários, encenando peças como *Navio Negreiro* e *Ajuricaba*.

Mas nesse período que eu estava paralelo ao trabalhando na construção civil eu fui prum grupo de jovem, né? da Igreja Católica. Minha irmã era líder, coordenadora lá, e me levou pra lá. E lá nós tínhamos um padre lá, em Humaitá, que trabalhava com jovem e trabalhava com conscientização dos direitos das pessoas, da discriminação, contra a discriminação dos índios, do negro, dava uma noção básica disso e das diferenças sociais. Não era bem uma luta de classes, mais eram as diferenças sociais. Só pra se ter uma idéia o padre era salesiano e por isso não se tinha muito o que se esperar dele, mais era um padre avançado, e tinha outros padres, também salesianos, na mesma época também fazendo o mesmo trabalho de jovens conscientes. Em Manicoré tinha o padre Bernardo, que trabalhou, lutou muito contra os madeireiros, ele era mais ecologista, era um padre europeu. E nós tínhamos um contato com este padre. Por exemplo em mil e novecentos e.... oitenta... em... 78 a gente cantava *Pra não dizer que não falei de flores* em Manicoré, mais não cantava em Humaitá. Cantávamos *Disparada* de Geraldo Vandré também, na igreja.²¹²

Ainda no interior Ricardo Moraes começou a militar na política partidária se filiando ao MDB. Era o tempo do bipartidarismo, quando a Arena apoiava a ditadura e o MDB era a oposição consentida ao regime. A decisão de deixar o interior e migrar para a capital foi tomada a partir da constatação de que em Humaitá não havia muitas perspectivas. A rotina era concluir o Ensino Médio e se tornar bancário ou comerciário. A idéia foi amadurecida durante o período em que cumpriu o Serviço Militar. No Exército ele conseguiu alguns desafetos por causa do temperamento que o mantinha atento às injustiças.

²¹¹ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada em 25 de novembro de 2009, digitada, p. 1.

²¹² Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, idem, p.1.

No Exército eu tive vários conflitos, né? pelo aumento do corte de cabelos pros soldados, tive conflito entre eu e as autoridades lá do Exército, eu era soldado, mais eu sempre conseguia agrupar os soldados pra ficar do meu lado, fizemos um motim lá pra não aumentar o corte de cabelo de um real pra um e vinte e conseguimos manter em um real. Em outro momento eu disse numa reunião grande da Campanha da Fraternidade, um movimento da igreja dentro do Patronato Auxiliadora, eu disse que não sabia qual era o meu papel no Exército, porque o Exército era pra defender a Pátria e no rio Marmelo os americanos escravizavam os índios e o Exército, e nem o Exército não fazia nada. O que que eu tava fazendo lá? O meu papel era beber e comer? Né, eu não plantava nada, eu não criava nada, comia todo dia a custa de quem? Né? Eu não servia prá nada, né? Então, e ... quase que eu vou preso por isso, né? passou raspando a minha prisão. Não fui preso porque a minha mãe era lavadeira e era lavadeira de um sargento, lavadeira de um S2, que é o setor de informação do Exército e foi ele que me chamou na casa da minha mãe e pediu que eu dissesse tudo o contrário, porque eu tava falando algo muito grave. Bem... eu fiz... E tive outros conflitos, de solidariedade, as vezes a coisa não era comigo, então tinha um pouco deste sentimento: da solidariedade²¹³.

Em Manaus, onde chegou em 1978, Ricardo Moraes começou participando de um grupo de jovens católicos no bairro do Alvorada onde morava, o Jucris, que era um grupo de oração.

Cheguei aqui passei alguns tempos, alguns dias atrás de emprego. Não demorei muito tempo, nuns 25 dias e eu estava trabalhando, carregando caixa lá na fábrica. No período em que eu trabalhava na fábrica, eu passava e no final de semana era o grupo de jovem, mas o grupo de jovem era aquela coisa de Deus no céu e todo mundo aqui na terra e quando a gente morrer é possível que tenha uma vaga lá pra gente, lá no céu. E eu ficava muito incomodado com aquilo, porque enquanto lá na fábrica a gente comia comida muito ruim, o ônibus era muito ruim, o tratamento com os operários era muito, muito, era muito maltratado, e ali ninguém discutia nada e todo mundo era feliz e tal, né? E eu incomodado com isso. Eu me comportava como aquele cristão simples lá na minha paróquia mais na fábrica eu tinha uma outra atuação. O primeiro livro que eu comprei aqui foi a CLT. Eu queria saber os meus direitos, aí comprei, pela influência da minha igreja de lá de Humaitá, porque aqui eu não tinha encontrado com ninguém ainda. Eu não sabia quem era quem, mais eu fui e comprei a CLT e a primeira coisa que eu comecei a discutir foi a segurança no trabalho, os acidentes, tinha muitos acidentes, e comecei a questionar todos os problemas da fábrica que eu conseguia vê. Mesmo um pouco cego eu conseguia ver uma série de problemas na fábrica e ... e, uma moça deste grupo de jovens, do Jucris, ela me viu, ela trabalhava na fábrica, na mesma fábrica e ela me viu questionando o não usar luva, o não usar bota, questionando porque não tinha bebedouro para os trabalhadores tomar água, as pessoas, né? porque eu não entendia o que era trabalhador e o que não era. Essa relação de trabalho eu não tinha muito certo.²¹⁴

²¹³ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009, digitada, p.2.

²¹⁴ Entrevista com Ricardo Moraes, idem p. 2/3.

O ambiente de muita reza e pouca ação não o satisfazia. Depois de um curto tempo ele acabou sendo encaminhado para um grupo que já pensava em alternativas mais concretas para a solução dos problemas dos operários, para além das rogativas encaminhadas a Deus durante as preces. Insatisfeito com a falta de ação Ricardo acabou chegando ao grupo de intelectuais, estudantes e trabalhadores que organizavam a Oposição Sindical, levado por uma colega do Jucris, no final da década de 1970. Ele conta que neste grupo finalmente se sentiu em casa, falando com pessoas que estavam dispostas a fazer alguma coisa de concreto para mudar a situação dos trabalhadores explorados em Manaus, que sofriam dentro das fábricas e em outros ramos de atividades como os bancários, os comerciários e os trabalhadores da construção civil.

Era um grupo grande de umas 10 a 15 pessoas. Aí eu achei que o discurso deles, apesar do nível intelectual muito diferenciado do meu, eu achei que ali seria o local, o ideal pra mim ficar. Eu abandonei o meu grupo de jovens. Ainda fiquei indo algumas reuniões nos finais de semana, mais no domingo era a nossa reunião e nós fomos pra esse grupo e de lá... eles coordenavam e eu fui agregando trabalhadores. Eu e outros fomos agregando trabalhadores e fomos criando grupos de fábrica, grupos de religiosos nas fábricas²¹⁵.

O processo de conscientização dos trabalhadores, e a consequente organização da oposição metalúrgica, foi lento. Os operários ignoravam praticamente todos os seus direitos e pouco ou nada sabiam sobre o papel do sindicato da categoria. Os poucos que eram sindicalizados o eram por causa das ações assistencialistas, como vimos pelo depoimento de Silvestre Paiva. A formação se deu em várias frentes, como relembra o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Então, passamos a frequentar o sindicato, mas olha nós éramos tão desinformados que a primeira eleição que aconteceu em 1981 nós, nem um de nós era filiado ao sindicato. Nós não éramos sócios do sindicato. Então foi uma grande decepção. Então o pessoal foi lá pegar os documentos pra poder se inscrever a chapa. Se eu não me engano, ah tinha uns três lá que eram sócios do sindicato, o resto não era. Então nós começamos a nos associar. Então passou a eleição e nós começamos a participar como oposição mesmo, né? mais na clandestinidade... era oposição, mas nós íamos pra assistir a assembléia, ninguém falava nas assembléias, apesar de sentir assim ofendidos com o que a diretoria do sindicato fazia, né? Mais a gente começou a frequentar o sindicato... quando foi chegando próximo da outra eleição em 1983, aí nós já tínhamos mais consciência, já tínhamos mais informação e quem dava formação pra nós era nós mesmos. Por exemplo, sobre legislação trabalhista a gente escolhia uma pessoa que tinha formação em Direito e ele ia dar direitos trabalhistas pra gente, dar palestra nos bairros. Nós passamos a andar nos bairros, fazendo isso e

²¹⁵ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009, digitada, p. 3.

começamos a ir nos grupos de jovens que nós não concordávamos. Fomos pra lá pregar pro operariado, a pregar a participação dos trabalhadores. Aqui tem trabalhador? Tem operário de fábrica? Então começamos a pregar a participação deles no sindicato, né? enquanto vinha as eleições e com isso nós, vamos supor, minamos todos os grupos de jovens da cidade que eram centenas... Passou a ter em cada, cada bairro tinha um grupo ligado à gente, tinha um grupo menor lá²¹⁶.

Marlene Pardo ao falar sobre as primeiras ações do grupo que viria posteriormente a ganhar o sindicato, transcreve um trecho da entrevista concedida por Ricardo Moraes onde ele falava sobre uma ação desenvolvida dentro do Sindicato dos Metalúrgicos, quando este ainda estava nas mãos dos pelegos e que já o apontava como liderança entre os trabalhadores. Ele e um grupo de trabalhadores foram ao sindicato participar de uma assembléia onde seria votada a proposta das empresas de reduzir a jornada de trabalho e os salários, rechaçada pela maioria.

Justamente naquela época o pelego era prá ter sido liquidado pelos trabalhadores porque se não fosse eu e mais alguns companheiros, os trabalhadores tinha guisado, tinham matado o pelego, porque o pelego queria defendê a proposta dele de novo, né, e o pessoal invadiu lá querendo batê. Ele chamou a polícia e a polícia invadiu o Sindicato²¹⁷.

Como a maioria dos trabalhadores que se destacavam entre os demais, Ricardo Moraes também foi vítima de perseguição. Mesmo sendo membro da CIPA, ele foi demitido da Sharp depois de ter participado de uma assembléia no sindicato e se colocado contra a proposta de redução da jornada de trabalho com redução dos salários. A proposta foi derrubada e ele demitido. A causa da demissão foi revelada pelo gerente da empresa em conversa com o próprio Ricardo, logo depois da demissão. Ele ficou quatro meses desempregado, depois conseguiu trabalho na Philips, onde se elegeu novamente membro da CIPA. Sua liderança o levou a ser colocado como cabeça da chapa *Puxirum* e à presidência do Sindicato por dois mandatos consecutivos.

Mas para que a *Puxirum* saísse vitoriosa foram necessárias várias costuras políticas, especialmente porque muitos dos trabalhadores que já estavam engajados no processo acabaram sendo descobertos e foram demitidos, antes que a chapa pudesse ser formalizada garantindo-lhes a estabilidade no emprego, como conta Ricardo Moraes

²¹⁶ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, idem, p.4.

²¹⁷ RIBEIRO, Marlene. De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses. Transcrição feita da entrevista concedida por Ricardo Moraes, p. 303.

E nessa trajetória nós fomos descobertos e muita gente foi mandada embora, muita gente foi mandada embora. Só pra você ter uma idéia, nós, destes 300 que reuníamos nós fomos reduzidos a menos de 20. Todos foram demitidos, porque éramos oposição... Aí nós tivemos que fazer uma outra aliança imediatamente, e qual foi a aliança? Nós fomos fazer aliança com a classe média da fábrica que era chefe de Departamento Pessoal da fábrica, alguns que se comportavam meio de esquerda, tinham um comportamento diferente. Tinha o Simão Pessoa que era ex-chefe do departamento de engenharia, metido a anarquista. Tinha o Hengel que era nível de diretoria da Philips. Tinha vários no departamento pessoal, RH, engenheiros, ... aí nós fizemos uma aliança com eles e eles buscaram um grupo muito importante que eram os presidente de grêmios e trouxeram. Então nós éramos... pra fazer os 24, éramos 16 e o restante eram deles, que era esse pessoal, que fez uma grande diferença na eleição, porque nós sozinhos não ganhava a eleição. E com essa liderança deles, que eram eleitos pra ser presidente do grêmio, aí nós puxamos eles, fizemos uma aliança com eles pra que eles nos ajudassem a ganhar as eleições e, eles não gostavam da presidência do sindicato, só que eles não eram conscientes do nível de força que nós iríamos criar depois e que iríamos ter problemas com eles, com o nível que eles pensavam que era²¹⁸.

Não vamos discutir o processo de desagregação dos operários que se deu após a primeira greve, mas apenas anotamos que ele merece estudo detalhado até para se ter uma visão mais clara do processo seguinte, que foi de desarticulação dos trabalhadores. Certamente é um tema palpitante para futuras reflexões, inclusive porque o processo de desarticulação, nos parece, se dá antes das empresas investirem na reestruturação produtiva no início da década seguinte²¹⁹.

Além dos onze operários, ouvimos também Flávia Carneiro que acompanhou o movimento dos trabalhadores das indústrias, primeiro como militante do movimento da Igreja e do Partido dos Trabalhadores (PT) e depois na condição de empregada do Sindicato dos Metalúrgicos. Ela explica como atuava na época da oposição metalúrgica

Como eu era filiada e militante. Porque há uma diferença. Tem o filiado que milita e os filiados que não militam. É só filiado e não atua, né? Eu era as duas coisas. Quando foi em 83, já na oposição, a gente já ajudava nas atividades de porta de fábrica, na madrugada... e dormia uma turma na casa da irmã Helena. Os homens dormiam na casa do padre Renato, né? Porque na Compensa já tinha grupos de militância, né? dos movimentos sociais²²⁰.

²¹⁸ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 5.

²¹⁹ Sobre a reorganização produtiva das empresas do Pólo Industrial de Manaus ver *Globalização e Reestruturação Produtiva: Um estudo sobre a produção offshore em Manaus*, de Izabel Valle, editado pela Edua, em 2007; *A Organização do Trabalho no Século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*, de Geraldo Augusto Pinto, editado pela Expressão Popular em 2007.

²²⁰ Entrevista com Flávia Gomes Carneiro, realizada no dia 16 de dezembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago. Digitada, p.1.

A principal luta do movimento da Compensa era pela legalização da posse da terra, coisa que até hoje ainda não aconteceu. Mas, o relato de Flávia Carneiro mostra que nas mais diversas frentes de luta, seja pela terra, contra a superexploração dos trabalhadores ou pela garantia dos direitos políticos, os militantes eram os mesmos.

Existia a Pastoral Operária, mas a gente atuava aqui no bairro, que era a Cidecom, era uma comissão de moradores da Compensa e a gente já batalhava pelas, já a questão da terra, que era uma constante. Os donos da terra querendo que a gente se retirasse. Alguns pagavam e voltavam de novo. Os governos da época não tomavam decisões, até o hoje a Compensa 1 ainda não tem título definitivo. Quem tem é a 2. E existia a Cidecom, que existia a luta pela terra, a luta pela criação de uma feira [...] Aí foi uma luta pra feira, pra banco, a luta do combate ao motel, a gente queria uma escola e não um motel (riso) e a gente fazia os movimentos. Deixa eu ver qual era a outra: a usina de lixo. Então a Compensa já, com os mesmos militantes que eram os militantes dos partidos e dos movimentos sociais, combatendo isso aí. [...]

Bem, como militante a gente já ajudava nas portas de fábricas. E quando houve a eleição eu também fui ajudar nas eleições, né? Fui ser fiscal, né? A primeira eleição de oposição. Ajudei mais e em 85 fui chamada para trabalhar na secretaria, parece que de formação. Era uma secretaria que estavam criando no sindicato, uma secretaria nova. A secretaria de formação. Aí foi que eu comecei a trabalhar, em 1985, em maio. Em maio eu entrei, e maio, abril, o dissídio é agosto, então já era a preparação da campanha salarial, né?²²¹.

Pelo relato de Flávia Carneiro é possível também observar que o trabalho de conscientização dos trabalhadores, metalúrgicos ou não, já vinha sendo feito por segmentos da Igreja Católica há muito tempo, em especial pela irmã Helena e pelo padre Renato, lembrados pela maioria dos militantes da época. Embora sem precisar datas ela nos conta que muito antes dos movimentos da Oposição Sindical a questão política já vinha sendo discutida em grupos de jovens que se espalhavam pela cidade

Participava do grupo de jovem... grupo de jovem que existia na cidade de Manaus em tudo quanto era bairro. Aí muito antes, muito antes, a gente tinha uma preparação. Como já se falava no multipartidarismo, porque na época só existia dois partidos, né? devido a ditadura. Então, na discussão do multipartidarismo já se discutia a criação de um partido novo que era o PT, o Partido dos Trabalhadores. E que era uma coisa assim, após uma formação política sobre a realidade brasileira, entendeu? a gente veio ter uma visão mais clara²²².

Embora não fosse metalúrgica, Flávia Carneiro, chamada carinhosamente pelos demais entrevistados de Flavinha, participou inúmeras vezes da distribuição de panfletos nas portas de fábrica e durante a campanha salarial participou de todas as

²²¹ Entrevista com Flávia Gomes Carneiro, gravada no dia 16 de dezembro de 2009. Digitada p. 1.

²²² Entrevista com Flávia Gomes Carneiro, Idem, p. 3.

mobilizações realizadas pela direção da entidade. Ela atuava como empregada do sindicato, mas principalmente como membro dos movimentos sociais e diz que a preparação para a greve fez com que os dirigentes sindicais despendessem um grande esforço para mobilizar a categoria, como o trabalho de distribuição de material informativo nas portas das fábricas, nas madrugadas. Eram momentos de enfrentamentos entre aqueles que queriam trazer os trabalhadores para as discussões e para o movimento e os que atendiam aos apelos ou cooptação da classe patronal.

Já na condição de empregada do Sindicato dos Metalúrgicos, Flávia Carneiro começou a atuar em defesa do direito das mulheres. Nesta primeira diretoria da oposição foi criado um departamento feminino. Em seguida ela foi coordenadora do Comitê da Mulher Trabalhadora, organismo que reunia mulheres de vários segmentos mas que tinha como base o Sindicato dos Metalúrgicos, que criou então uma secretaria na executiva voltada para a mulher, além de dar o apoio ao movimento como um todo. Do período de organização da oposição sindical, das lutas pela terra e do movimento dos trabalhadores em geral, Flávia diz que

o que marcou muito é como os movimentos eram unidos, né? Tinham um objetivo, todos por um, entendeu? Era um tempo assim de grande preocupação de mudança... Até mesmo porque a gente era resquício de ditadura, né? Teve uma união muito grande naquela época... aí vai tendo as desilusões, aí alguns vão saindo, outros vão, né?²²³

Flávia Carneiro é um exemplo, mas não foi a única pessoa que embora não sendo metalúrgica participava ativamente desta fase de organização dos trabalhadores das indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus. Como ela mesma afirma eram muitos os movimentos sociais e os militantes de um eram auxiliares dos outros. Quem militava nos movimentos de bairros, na luta pela terra ou por infraestrutura, por exemplo, auxiliava os operários na sua organização.

2.3 – Na Clandestinidade, a Tomada de Consciência

Todo o processo de mobilização dos trabalhadores para a greve de 1985 nas indústrias da Zona Franca de Manaus se deu na clandestinidade²²⁴. Como vimos

²²³ Entrevista com Flávia Gomes Carneiro, *idem*, p. 5.

²²⁴ Utilizamos o termo clandestinidade por ser ele utilizado por alguns dos entrevistados e no sentido de que a mobilização se dava de forma oculta, disfarçada, de forma a não ser percebida pelos

anteriormente, aqueles que se expunham acabavam sendo demitidos. No primeiro momento de organização parece não ter havido a cooptação. As empresas preferiam demitir a comprar. Mais tarde, com os operários mais organizados a cooptação passou a fazer parte do arsenal usado pelo empresariado contra a organização dos trabalhadores, conforme podemos constatar das falas dos trabalhadores. São vários os relatos que nos apontam para isso e vamos apresentar em outro momento.

As ações clandestinas começaram no início dos anos 80, com as primeiras discussões sobre as arbitrariedades cometidas pelas chefias e para organizar o movimento de Oposição Sindical, num processo sempre crescente que culminou com a greve, mas não sem deixar muitos feridos pelo caminho, como recorda Ricardo Moraes, em depoimento registrado anteriormente. Durante o processo de formação da chapa *Puxirum* mais de 200 trabalhadores que despontavam como lideranças acabaram sendo demitidos, dificultando ainda mais a organização da chapa oposicionista.

O próprio Ricardo Moraes reconhece que ingenuamente num primeiro momento se expôs, acreditando que poderia solucionar os problemas com o diálogo com os administradores das empresas. Ele acreditava que se levasse os problemas para as chefias eles seriam resolvidos. Logo percebeu que não era tão simples assim, começou então a participar do sindicato e acabou demitido. A demissão da Sharp lhe mostrou – e às demais lideranças – que o caminho era outro. Era preciso mobilizar os trabalhadores para o enfrentamento, porque nenhuma conquista viria enquanto os operários não estivessem organizados. E como o aprendizado se dá na luta ele e os outros trabalhadores envolvidos no processo aprenderam que o caminho era a clandestinidade. Foi com esta nova forma de organizar-se que este grupo de metalúrgicos de Manaus conseguiu conquistar a direção de sua entidade e depois fazer a greve geral, que mudou a história do sindicalismo no Amazonas e colocou os trabalhadores locais nas manchetes dos jornais, inclusive dos grandes centros.

Nesta longa caminhada teve de tudo. Até meios poucos ortodoxos foram usados para se avançar na luta. Ricardo Moraes conta que para ter acesso a informações do sindicato, antes da eleição da chapa *Puxirum*, como estratégia eles chegaram a usar pessoas do relacionamento pessoal do então presidente para obter informações sobre o

administradores das empresas. O termo não pode ser visto como se o movimento fosse ilegal, embora no dicionário o termo clandestino possa ser interpretado assim. Neste caso trata-se de uma organização camuflada, disfarçada, definida a partir da necessidade do trabalhador de fugir à perseguição imposta pelo setor empresarial contra a sua tentativa de organização.

encaminhamento de questões da entidade. Outra estratégia utilizada foi infiltrar uma operária na chapa “pelega” para que ela pudesse repassar as informações à oposição. Neste momento eles tinham sido frustrados na tentativa de formar uma chapa para a disputa, porque a maioria dos que militavam na oposição operária se quer era filiada ao sindicato. A estratégia de colocar alguém no grupo da situação nos é contada por Iraildes Caldas Torres.

A operária Cely Aquino Nogueira aceitou participar da diretoria dita “pelega” do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas, para repassar informações ao grupo da oposição sindical. “O Sindicato era assistencialista e há doze anos a mesma diretoria vinha se renovando no poder. Eu aceitei fazer parte do sindicato ‘pelego’ como representante da minha empresa para ajudar a oposição sindical”. [...]

Uma das estratégias utilizadas pela oposição sindical para resgatar o sindicato foi propor à Cely que se infiltrasse na diretoria “pelega” como espiã, para municiar o seu grupo político de informações²²⁵.

Amadeu Guedes também recorda a estratégia de colocar alguém na chapa de situação. Era, segundo ele, o meio de manter a oposição informada sobre as reuniões importantes que nem sempre eram divulgadas para a categoria. A direção pelega em geral não chamava os associados para as discussões, decidindo isoladamente como se os trabalhadores estivessem sendo ouvidos.

Nós introduzimos na última eleição uma pessoa chamada Cely Aquino na chapa do Chiquinho e ela trazia informações, quando ia ter assembléia. As vezes eles não avisavam a assembléia, mas Cely que participava da diretoria informava a gente e a gente informava, comunicava as lideranças das fábricas e no dia das assembléias a gente tava lá... prestação de contas, decidir as coisas... Até que chegou um momento em que o Chiquinho percebeu que quem decidia as coisas não era mais a diretoria, era a assembléia porque quando ele colocava a questão a gente revezava pra discutir a questão e o posicionamento que a gente tinha lá no microfone vencia, as vezes contra a proposta dele, né. E ele começou a ficar preocupado, né? E a gente foi se organizando, montando estrutura, inclusive com a ajuda de vários organismos. Vários organismos nos apoiavam, essa comissão, a oposição sindical metalúrgica. Como, por exemplo, a Associação dos Professores Profissionais, a APPAM, que tinha o professor Aluysio Nogueira como presidente, né? Da Adua sempre teve apoio, do segmento mais progressista da Igreja nos dava apoio aqui em Manaus. Não eram muitos, mas alguns segmentos da Igreja. Só que tinha gente na Igreja também que via a Pastoral Operária como um ... a banda podre da Igreja local, tinha isso também²²⁶.

²²⁵ TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus, Edua, 2005, p. 50.

²²⁶ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009. Digitada, p. 4.

Marlene Pardo relata que as estratégias dos trabalhadores para organizar-se dentro das fábricas nem sempre passavam despercebidas pelos patrões. Obviamente quando descobertos, na melhor das hipóteses, eram transferidos de setor. Mas o mais comum era serem demitidos. Assim como os trabalhadores tentavam enganar os patrões utilizando a Bíblia como estratégia, estes também a usaram para descobrir o que os trabalhadores estavam “armando”.

Para enganar os supervisores e os encarregados, os operários deixavam um violão e as Bíblias guardadas nos armários. Após o almoço os operários reuniam para discutirem seus problemas. Quando alguém ligado à chefia se aproximava, um operário abria a Bíblia e fazia a leitura, seguida dos comentários dos demais, ou tocavam algum canto religioso. A intensificação dos conflitos após a existência deste grupo fez com que os supervisores desconfiassem. Há alguns meses atrás, um deles relatou ao atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que na época era o coordenador do grupo, como o dispersou. Munido de uma Bíblia, este supervisor, pouco conhecido dos operários, infiltrou-se ficando a par dos verdadeiros objetivos das reuniões. Acabou-as, transferindo operários para outras seções, demitindo alguns e proibindo reuniões.²²⁷

Nonato Neves que esteve no movimento deste os primeiros passos, quando das primeiras discussões sobre as condições de trabalho dentro das fábricas e da organização da oposição sindical, tem clareza sobre como se deu todo o processo.

eu quero deixar claro aqui que nós defendíamos o novo sindicalismo. E qual era o novo sindicalismo, né? Nós entendíamos que os trabalhadores precisariam se organizar a partir da base. E como era feita esta organização? [...] Era trabalhado com alguns companheiros que colocavam a sua cabeça a prêmio pra organizar os companheiros, pra daí nascer uma resistência pra combater as formas de servidão, de escravização, que os trabalhadores tinham no interior das fábricas, né? Que era a condição de trabalho. Então primeiro a gente se organizava em torno da luta específica, que a gente caracteriza, que o equipamento de EPIs, que era o capacete, era a luva, era em algumas fábricas, porque as fábricas são diversificadas em sua forma de produção, né? E daí nasceu a questão das inspirações... a partir dessa luta pra questão também aí de entrar a pauta de reivindicações que era a questão do aumento de salários, né? A questão da saúde, porque na época os trabalhadores tinham uma complexidade muito grande de... pra entrar nas fábricas eles tinham que fazer os seus testes de saúde todos nos postos de saúde pública e a partir de 1985 mudou isso aí, que foi uma pauta de reivindicação²²⁸.

Nonato Neves tinha clareza de que a luta dos trabalhadores se dava em dois níveis: um específico, que tinha como objetivo as condições de trabalho e salariais e a

²²⁷ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 301.

²²⁸ Entrevista Raimundo Nonato Corrêa Neves, gravada em 9 de novembro de 2009. Digitada, p. 2.

outra que ia para muito além dos portões das fábricas, que era a luta política pelos direitos civis, em especial pelo retorno da normalidade institucional no país, que então vivia sob o regime ditatorial. Ele ressalta que a necessidade de formação política de quadros entre os operários para ele ficou clara quando da chegada da FASE em Manaus.

A gente tinha a perspectiva, que essa luta poderia trazer pra nós a consciência daquilo que a gente lutava. Porque o trabalhador lutava muito pela questão específica, mas não tinha a compreensão da luta ampla, que a gente chamava a luta mais ampla, que era a luta política. Então quando a gente se organizava no interior das fábricas, enquanto movimento especificamente, nós que éramos de um movimento chamado Novo Sindicalismo, que nasceu nos anos 78 também no ABC, numa articulação chamada Anamos. [...] Então é esse novo sindicalismo. Ele trazia uma característica, nossa, que a gente começou a trabalhar. Foi aquela questão das lutas específicas, que envolvia as categorias, que era uma luta mais geral que englobava todos os credos, os partidos, as cores ... e aí a gente trabalhava no sentido de organizar melhor os trabalhadores. Uma outra questão era a luta geral que a gente poderia trabalhar que era mais ideológica, que era a questão da organização partidária²²⁹.

Talvez por fazer parte no primeiro momento dos trabalhadores do setor naval, que eram em média mais velhos que os trabalhadores do setor eletro-eletrônicos – estes jovens de 15 a 25 anos – Nonato Neves não precisou fazer um trabalho de formiguinha dentro da empresa, tendo mais condições de observar o todo. Ele conta que no estaleiro Estanave, onde trabalhava no início do movimento, a atividade do empregado era mais autônoma do que dentro das empresas do pólo eletro-eletrônico, onde foi trabalhar depois. Nos estaleiros era mais fácil conversar com os companheiros de trabalho, falar sobre a necessidade de organização. “Nos estaleiros eles não ficavam muito no pé das pessoas, por causa da mobilidade e das questões profissionais que era mais individual”. Mas, embora com menos patrulhamento direto os estaleiros seguiam a máxima de que trabalhador engajado no movimento sindical deveria ser demitido e Nonato Neves deixou a Estanave demitido, depois da greve de 85. Ele não tinha estabilidade, não era cipeiro e nem dirigente sindical.

O papel de alguns trabalhadores que não contavam com estabilidade, mas que acreditavam na causa e colocaram-se a disposição mesmo correndo mais riscos, foi fundamental. Este foi o caso de Eduardo, empregado da CCE, que acabou encaminhando Isabel Guimarães para o movimento. Segundo ela, Eduardo “não tinha estabilidade nenhuma, mas ele ficava ali, de vez em quando... ele não tinha outro assunto para nós, era na comida... O bicho era enjoado demais”. E foi a insistência do

²²⁹ Entrevista Raimundo Nonato Corrêa Neves, gravada em 9 de novembro de 2009. Digitada, p. 2/3.

colega que a levou para o movimento: “ é aquela questão: é tanta, tanta... de tanto o sê falar, você acaba falando deixa eu logo ir porque esse cara não vai me deixar em paz e acabou dando certo”, afirma Isabel²³⁰.

A arregimentação de novos aliados era criteriosa. Era preciso muita conversa e observação sobre o comportamento do companheiro para que ele pudesse vir a ser convidado a participar de uma reunião onde estava sendo construído o novo sindicalismo no Amazonas. Observa Luzarina Varela que havia todo um ritual para que o operário pudesse chegar ao grupo. Era necessário cuidar da segurança dos que já faziam parte do movimento. Ela chegou quando a Puxirum já administrava o sindicato e preparava para a greve de 1985.

eles tinham muito cuidado com a questão da segurança. Você reunia primeiro, separado, só com a diretoria do sindicato e no caso ela, porque de repente eu podia ser um dedo-duro e entregar todo mundo, então eu ia saber dela e dos outros eu não ia saber e eu acredito que eles faziam tudo isso nas fábricas, então a gente ia passar por um período, tipo um estágio mesmo até a gente provar que a gente era de confiança pra fazer parte do grupo²³¹.

A sua arregimentação, como ela lembra, também foi cercada de cuidados. Como era uma liderança dentro da fábrica por causa da sua postura em defesa dos companheiros e em especial por causa do time de futebol, como vimos no item anterior, era uma pessoa conhecida. O convite para que ela participasse do movimento veio através de uma colega de fábrica, com quem ela costumava conversar no ônibus no trajeto para casa, uma vez que as duas moravam no bairro da Compensa.

Tinha uma companheira que ela tinha no máximo uns 16 anos, a companheira Rosilene, ela era liderança de clube de jovens na Compensa e na Igreja Católica e a gente conversava quase todos os dias, sentava ao lado no ônibus e ela já estava participando no sindicato de um grupo que eles chamavam de grupo de fábrica, que reunia trabalhadores de várias fábricas e aí ela me chamou, se eu não gostaria, já tinha pegado informação sobre mim primeiro, alguém tinha falado, ela tinha perguntado de alguém: quem na fábrica ela podia confiar e aí as meninas disseram tem uma pessoa aqui, ela não tem medo de pegar a conta, ela fala mesmo, se acontece alguma coisa com a gente na linha ela vai lá e defende a gente , discute com o supervisor, e aí ela veio conversar comigo se eu não gostaria de participar, ela falou sobre a convenção coletiva, porque a convenção coletiva era assim... ela foi explicar que era um documento que a gente aprovava em assembléia e que ia para discutir com os patrões e inclusive nessa época o diretor da Evadin fazia parte do sindicato patronal, aí ela explicou: do mesmo jeito que nós trabalhadores temos o nosso

²³⁰ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009. Digitada, p.4.

²³¹ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 2

sindicato eles também tem. Só que nós temos um único sindicato e eles na época já tinham três sindicatos patronais: estaleiro, duas rodas e o eletroeletrônicos²³².

Como podemos observar na formação dos grupos de fábricas a criatividade e dedicação foram fundamentais. O ônibus, que como vimos antes era uma forma de controle do trabalhador garantindo a sua presença ao trabalho, passa a ser utilizado pelos trabalhadores como espaço para reflexão e arregimentação de novos militantes. Atuando de forma clandestina estes agentes históricos iam aos poucos encontrando e formando novos aliados, encaminhando discussões sobre a realidade dos trabalhadores, inclusive dentro das fábricas, utilizando os mais diferentes subterfúgios. Em comum todos usavam a conversa individual, a intuição e os questionamentos feitos pelos próprios trabalhadores.

Na empresa CCE, conforme relato de Isabel Guimarães, o recurso utilizado foi o “círculo bíblico”, que consistia em reunir um grupo de trabalhadores, em geral após o almoço, para fazer reflexões mais sobre a realidade que vivenciavam que sobre o Evangelho (parte da Bíblia que é a narrativa da atuação de Jesus Cristo).

Era na hora do almoço, né? Existia o almoço, a gente almoçava rápido e era como quando tinha assembléia do sindicato. Quando tinha assembléia eu nem comia direito – aliás hoje eu estou gorda – eu pesava 37, porque eu chegava na fábrica.... me pegava, era o quê 5h15, isto quando era turno, aí tinha porta de fábrica. Entrava 15 para as sete, então eu já chegava sete horas, não tinha mais como tomar café então eu ia direto para o meu posto. [...] Na hora do almoço a gente almoçava rapidinho fazendo aquele rodízio nas mesas e daí já pegava o resto do pessoal, algumas pessoas que a gente tinha para conversar a mais, alguns que não dava para pegar na hora do almoço, na mesa. Mas geralmente era na hora do almoço que a gente fazia, depois da gente almoçar a gente ia para lá para fazer a leitura e passar as informações, na verdade era passar as informações (risos).²³³

Em alguns casos a Bíblia era um instrumento valioso no trabalho de conscientização dos trabalhadores, não exatamente por causa de seu texto, mas porque dentro de suas páginas era possível transportar uma boa quantidade de panfletos. É possível aferir que guardados entre as páginas da Bíblia os informes do sindicato estavam seguros da curiosidade alheia, em especial dos seguranças das empresas e dos encarregados e chefes que atuavam como verdadeiros fiscais das indústrias no processo de intimidação dos operários, como lembra Gorete Barbosa.

²³² Entrevista com Luzarina Varella da Silva, idem, p. 1.

²³³ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009. Digitada, p.5.

A gente pegava os panfletos no sindicato à noite e colocava dentro da Bíblia e levava pra empresa e quando era durante a hora do almoço a gente tava fazendo Círculo Bíblico. Como naquela época as Comunidades Eclesiais de Base eram muito fortes a gente dizia que estava estudando a Bíblia e a gente estava passando as informações do sindicato pros companheiros. [...] Aí, então, quando eles passavam a gente dizia que era a Bíblia, mas era o panfleto que a gente tava lendo pra passar as informações para os companheiros pra sindicalizar os companheiros²³⁴.

Estes panfletos, tanto da campanha de sindicalização, quanto da campanha salarial, mereciam uma atenção especial daqueles que os redigiam. Tinham que ser pequenos, com texto enxuto para poder ser lido rapidamente na entrada ou saída da fábrica, com exceção daqueles que tinham um cunho educativo, como, por exemplo, o pequeno jornal de quatro páginas que foi usado na campanha de sindicalização de 1985. Infelizmente a maioria destes panfletos se perdeu. Alguns poucos ainda puderam ser encontrados no Sindicato dos Metalúrgicos, no acervo pessoal de alguns trabalhadores como Ricardo Moraes e Lindemberg Pereira, que permitiram a reprodução digital, como é o caso do adesivo da campanha de sindicalização realizada em 1985, que faz parte do acervo de Ricardo Moraes, colado na capa de uma pasta onde ainda se encontram alguns documentos do período em que ele foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.



Adesivo usado na campanha sindicalização de 1985²³⁵

²³⁴ Entrevista com Maria Gorete Barbosa de Oliveira, gravada em 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 1.

²³⁵ Adesivo da campanha de sindicalização, datado de 30 de março de 1985, digitalizado do acervo pessoal de Ricardo Moraes.

Alguns dos panfletos tinham que ser bem pequenos porque eram feitos para serem lançados pelas janelas dos ônibus quando os trabalhadores estavam sendo conduzidos para o trabalho ou para as suas casas ao final do expediente, segundo informações dos trabalhadores ouvidos. A forma de distribuição do material de divulgação também seguia uma lógica própria em cada empresa, como podemos observar nos relatos dos trabalhadores. Na empresa Moto Honda a organização, em seus primeiros momentos, contava com a distribuição de informativos do movimento de forma discreta

Dentro da Moto Honda funciona assim: nós tínhamos uma meia dúzia de pessoas, né? confiáveis, porque a gente não podia dar um boletim da Pastoral Operária para um dedo-duro. Aí a pessoa lia e repassava para outro de confiança. Quando todos tinham lido nós tínhamos uma tática de deixar nos banheiros, nos banheiros anonimamente. Deixava no banheiro para outros lerem. Ou fixava com algum adesivo. Quando era assim um panfleto. Normalmente era um panfleto com pouco conteúdo pra leitura rápida... Esse panfleto a gente também distribuía na saída dos companheiros, que eles levavam pra casa, né? Internamente a gente só distribuía para gente que a gente confiava para que não houvesse, não houvesse ... delação, não expusesse o companheiro também. Mas com o pessoal mais chegado a gente sempre trazia, socializava as informações e eles depois repassavam para os grupos deles, nas linhas, seus locais²³⁶.

Mas era preciso muito cuidado, qualquer erro de avaliação poderia prejudicar a todos. O medo de ser delatado e a consciência de que a organização viria com o tempo determinava a forma de trabalho destas lideranças nascentes. O trabalho era de formiginha, no contato individual, na conversa pessoal.

Mais de ouvido a ouvido, porque a questão de passar os panfletos com as propostas das greves a gente só passava para as pessoas mais de confiança, para evitar colocar em risco as lideranças. E era uma conversa, principalmente na entrada, nos ônibus, durante o trajeto, na vinda. Nas conversas que se tinha nos intervalos, pra almoçar e para o lanche. Porque na época na Honda a gente tinha um café da manhã as 9 e meia, almoçava – dependendo da linha – a partir das 11 e até meio-dia e tinha um lanche as 15 horas, né. Então era nestes intervalos que a gente se conhecia²³⁷.

Com a ampliação do número de adeptos ao movimento, novas formas de organização foram sendo criadas dentro da Moto Honda, como conta Guedes

²³⁶ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009. Digitada, p.2/3.

²³⁷ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, idem, p. 6.

Depois que a gente tinha uma organização melhor, a gente tinha um violão. A gente se reunia na, é, no pequeno intervalo do almoço. Porque a gente tinha uma hora pra almoçar. A gente almoçava em média de 15 a 20 minutos. A gente tinha em torno de meia hora pra trocar algumas idéias e conversar. A gente pegava um violão, ficava em baixo de uma mangueira. A gente reunia companheiros e começava a tocar violão, inclusive uma forma de disfarçar esta conversa. Aí a gente cantava música popular, alguns hinos, hinos católicos que a gente conhecia, e principalmente estas músicas populares do Roberto Carlos: Jesus Cristo, A Montanha e algumas músicas que não chamasse muito atenção. E aí a gente ia trabalhando esse pessoal e principalmente o trabalho interno além de ampliar essa, esse grupo, cada dia ele aumentava a gente começamos a fazer reunião fora da empresa²³⁸.

Os banheiros também eram os espaços preferenciais de troca de informações entre os trabalhadores na empresa CCE. A necessidade de ter que registrar o desejo de ir ao banheiro e seguir uma ordem estabelecida pelas chefias de certa forma permitia que as operárias se organizassem, como nos conta Isabel Guimarães

Porque era assim, tinha uma placa para você poder ir fazer xixi, tu via a menina ... a Renife, que era a coordenadora da linha, aí você falava me coloca aí na lista do banheiro. Quantos tem, ah tem cinco. Se você estivesse apertada não tem problema, te lasca aí, vai esperar a sua vez. Aí a gente pegava, lá da frente fulano também ia. Tinha duzentas pessoas numa linha,... então eram duas placas, uma para os homens e duas para mulheres, então eram três placas, aí o que a gente fazia, pegava uma lá da frente e dizia você vai no banheiro agora e eu vou aqui de trás e passava informação: olha o Eduardo foi no sindicato e falou isso, isso e isso. Aí ta, já ia outra também. Na hora da comida também... hoje eu almoço com cinco, conheço, já converso as informações do sindicato, olha a campanha salarial, o piso é este aqui, será que ta bão pra gente. É bom ir para a assembléia, só que ninguém ia... só depois é que ia (risos). Mas pelo menos tinha aquela informação. Quando chegava o boletim do sindicato a gente lia. A maioria lia e guardava, ou então guardava para ler em casa, para não ficar lendo em frente dos caras, porque era tipo assim, você pegava o boletim e o guarda ficava olhando para ver qual era a importância que você ia dá pro boletim. Então o que a gente fazia: guardava e lia em casa, porque aí ninguém ia observar a gente. Mas tinha a informação, pra quem não lia porque tinha medo a gente ia e conversava. Na hora do almoço a gente fazia o quê, hoje a gente almoçava aqui com cinco companheiros, amanhã já sentava em outra mesa ... O Eduardo também, o João Batista também ia passando a conversa. Era mais isso. O negócio de lazer a gente nunca foi de fazer isso, porque nem podia... porque se fulano dissesse vou fazer um lazer em tal lugar, se descobrissem... Outra coisa que o pessoal usava muito era a questão da reunião, reuniões para ler a bíblia. [...]a gente levava a Bíblia, lia um versículo e metia-lhe o sarrafo na questão do sindicato, informação do nosso sindicato, os nossos direitos e tal.²³⁹.

O trabalho de convencimento dos trabalhadores nem sempre era fácil. Aliada à descrença e falta de consciência, encontravam-se as dificuldades de tempo e financeira.

²³⁸ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009. Digitada, p.2.

²³⁹ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, Idem, p. 4/5.

Como vimos anteriormente os operários eram muito jovens e entre eles muitos ainda tentavam se manter estudando, mesmo com jornadas de trabalho exaustivas que eram acrescentadas de horas extras. Estes jovens em geral declinavam do direito de participar das reuniões no sindicato porque à noite iam para a escola. O outro agravante era que ganhando maus salários (o piso era Cr\$ 459 mil), qualquer dinheiro tirado para a causa, como pagar o transporte para ir ao sindicato, poderia comprometer a subsistência do trabalhador. Por isso também, o trabalho de mobilização tinha que ser feito pacientemente e muitas vezes até envolvia custo financeiro para aqueles que já estavam no movimento, como conta Amadeu Guedes

Nas assembléias importantes a gente convidava o companheiro aí se o companheiro dizia: olha eu até tou com vontade de ir mas não tenho o dinheiro, a passagem pra voltar, porque a gente saía da empresa e na rota e ficava próximo de casa... e não tinha como ir pra casa... aí dizia: não se preocupe porque a gente fornece o seu retorno, o dinheiro do seu ônibus, do companheiro. Aí o pessoal ia, as vezes uma vez, duas, as vezes o pessoal começava se engajar. Eu lembro bem do Valeriano, que era um soldador também, participava do movimento de jovens, morava lá no Alvorada, ele ah! Eu não gosto muito disso, sindicato envolve política e eu não gosto muito disso... Aí fomos e tal, as vezes a gente saía, terminava a assembléia do sindicato e aí a gente ia tomar uma cervejinha com ele, batia um papo... ia tratando ele. Aos poucos ia conversando, mudando o assunto e um dia ele já estava participando dos nossos encontros e chegou a fazer parte da chapa como suplente do nosso sindicato. Participou do curso de sindicalismo, mas foi com muito tato²⁴⁰.

Isabel Guimarães também recorda a dificuldade que era mobilizar os trabalhadores para irem ao sindicato. Ela conta que quando tinha assembléia geral era difícil conciliar o sono à noite “pensando como a gente ia conseguir, como a gente ia fazer para levar este povo, sem guaraná, sem cerveja, sem transporte”. Para ela, apesar de todas as dificuldades, cada assembléia representava uma vitória para o movimento porque não havia outro meio a não ser o trabalhador se sacrificar um pouco mais e investir na sua própria organização

.... era do nosso bolso, né? Era cada um por si, então convencer o cara de que ele tem que ir numa assembléia, que é interessante pra ele, e que ele vai ter que pagar a passagem dele e ficar com fome até... tipo assim, termina uma assembléia sete horas da noite. O cara ficar ali, chegar quase duas horas na casa dele ... convencer o cara a fazer isso, né?

²⁴⁰ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009. Digitada, p.3.

A falta de dinheiro com certeza não foi o único fator responsável pela lentidão com que os operários foram aderindo à causa. Entre os diversos fatores podemos encontrar também o medo, que sempre presente na fala dos entrevistados, marcou o período. Ir ao sindicato participar de uma assembléia envolvia muitos riscos. Cuidados precisavam ser tomados, como lembra Domício Gamenha.

A gente ia praticamente escondido. Ia escondido pro sindicato. Ninguém ia direto. Ninguém chegava e parava em frente do ônibus. Saía e ia ficar lá... Saía da Moto Honda e ia ficar lá na Praça da Saudade, e da Praça da Saudade a gente vinha a pé até o sindicato, e um por um. E não podia entrar de muita gente não, porque tinha olheiro, né? dos empresários. Ficavam olhando quem entrava no sindicato e saía.

As precauções que eram tomadas também são apresentadas por Isabel Guimarães. Ela conta que sempre era dito aos trabalhadores os riscos que eles corriam e que eles eram orientados a utilizar o transporte coletivo convencional, deixando, portanto, o ônibus da empresa, e descer num ponto específico para despistar os olheiros. “Quando chegava ali perto da Duque de Caxias, na Ramos Ferreira, a gente descia em paradas diferenciadas, dois, três para não sair aquele mundarel de gente pro sindicato, por causa dos olheiros que tinha”, explica.

E a preocupação com os “dedos-duros” se justificava porque se havia alguém com quem os patrões podiam contar era com os trabalhadores que estavam dispostos a entregar os colegas em troca de algum benefício como um cargo, por exemplo. Diz Marlene Pardo que nem todos os trabalhadores se reconheciam como explorados e que alguns até se identificavam com os patrões, “sendo cooptados pelas mordomias e presentes que recebem e pelos recursos do imposto sindical que manipulam em proveito próprio”²⁴¹. Os casos de delação e cooptação não foram raros e aconteceram durante todo o processo de organização dos trabalhadores, como nos mostra Marlene Pardo

Na Moto-Honda, em abril de 1982 os operários das seções da solda e da pintura, organizaram um movimento e uma pauta de reivindicações que foi distribuída sob a forma de panfleto entre os operários. As reclamações eram dirigidas principalmente contra a insalubridade do trabalho nestes setores. Os operários obtiveram algumas vitórias, porém os organizadores foram delatados por companheiros e demitidos, tendo que mudar de categoria para conseguir outro emprego.²⁴²

²⁴¹ RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 304

²⁴² RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*, p. 293.

Alguns operários foram cooptados. Sabemos do caso da Jean da CCE, operária de descendência colombiana, que rapidamente despontava como liderança, foi promovida e dobrado o seu salário, para que não freqüentasse nem permitisse que suas companheiras fossem às reuniões da P.O. Além da promoção, a operária também recebeu ameaças, caso não cumprisse as determinações.²⁴³

A disposição de alguns trabalhadores de entregarem os companheiros e de comporem com as chefias e dirigentes das empresas permaneceu durante todo o processo de organização dos trabalhadores, na greve e posterior a ela. Perguntado se durante a greve de 1985 houve casos de cooptação, de pessoas que trocaram de lado passando para o lado do trabalhador e delação, Hamilton Madeira respondeu da seguinte forma:

Tudo isso aconteceu. Teve os três (risos). Primeiro eles foram em cima dos que consideravam deles, né? Foram falar e chamar de volta e alguns voltaram sim. Mais até inutilmente porque sozinho não se faz nada. Se tem 100 pessoas na linha de montagem se faltou duas ... É cooptaram, forçaram e alguns voltaram. Esses que eles não conseguiram, nos pontos chaves, alguns resolveram parar mesmo, mesmo altos salários. Então houve, e para mim isso é normal, em todas as greves que nós fizemos.²⁴⁴

Para João Batista Lopes a cooptação de companheiros de trabalho feita pelas empresas é muito presente na sua memória. Quando perguntado sobre algum fato importante de que ele se lembrava, ressaltou a cooptação como uma coisa marcante no processo de organização dos trabalhadores e até atribuiu a ela o enfraquecimento do movimento operário nos anos seguintes:

uma coisa importante também que aconteceu, após este período em que a gente se manifestou dentro da fábrica, houve a cooptação de alguns trabalhadores por patrão, ofereciam vários cargos. Inclusive eu fui um que me ofereceram pra mim sair do sindicato, oferecendo uma casa, um carro e um cargo de supervisor na CCE. Aí eu não aceitei, outros também não aceitaram, mas teve uns que aceitaram. A gente vê hoje, a gente diz que esse camarada se vendeu mesmo. Hoje ele não olha pra gente, até mesmo pros trabalhadores, não anda de cabeça erguida. Isso também foi uma coisa muito importante que aconteceu, que os patrões cooptaram alguns trabalhadores, lideranças de dentro de fábrica, para o seu lado, aí foi quando a greve de 86 quando espocou começou a enfraquecer, porque eles diziam pega o fulano porque vai ter greve e embora vamos dar um cargo pra ele e pronto e o cara já fazia corpo mole. Como supervisor o cara já não vai mais.²⁴⁵

²⁴³ RIBEIRO, Marlene. Op. cit, p. 301.

²⁴⁴ Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, gravada em 10 de novembro de 2009. Digitada, p. 5.

²⁴⁵ Entrevista com João Batista da Silva Lopes, gravada no dia 4 de novembro de 2009, p. 5.

Isabel Guimarães também tem um caso de delação que a marcou. Foi posterior à greve, mas que tem um profundo sentido de falta de consciência do trabalhador que prefere “negociar” com a empresa, prejudicar o colega de trabalho em troca de algum benefício momentâneo. Ela conta que quando já fazia parte da CIPA mobilizou o pessoal da sua linha de produção para não aceitar ir trabalhar no setor da marcenaria porque era insalubre e elas (as montadoras) não tinham treinamento para realizar aquele trabalho. O acerto foi feito numa pequena reunião realizada logo depois do almoço

Cara eu acho que a gente não chegou nem na linha de montagem, nem sentamos e quando vimos mandaram me chamar, o chefe lá mandou me chamar, o gerente. Disse que eu estava fazendo motim e tal e tal. E eu disse: não estou sabendo de nada, não estou fazendo motim não, eu apenas falei e tou dizendo, e só se me obrigarem eu vou, mas a gente foi treinado para fazer isso aqui e tal e tal e vocês colocam a gente na marcenaria, um monte de gente, mexer naquelas máquinas, que nunca mexeu naquelas máquinas, aí um companheiro perde uma mão, perde o pé, porque tinha uns que trabalhava com os pés e aí? Isso é feio para a empresa, é prejudicial para a empresa, para o trabalhador e então eu acho que não deve ir mesmo... Então só deu eu, peguei 15 dias de suspensão pra deixar de ser chata. Mas o povo não foi. Mas teve alguém que dedurou. E só estava lá a nossa moçada e não tinha chefe, chafinho que a gente podia dizer, mas não.²⁴⁶

A formação dos grupos de fábrica, que era a organização de trabalhadores que se reuniam fora da fábrica para discutir os problemas internos e as alternativas para se trabalhar a consciência da categoria, foi fundamental para o processo de organização que levou à paralisação. Hamilton Madeira lembra como era feita a arregimentação dos membros destas comissões, que atuavam na clandestinidade

Eu era do grupo de fábrica da Philco, que era da Ford, que tinha seminário, no caso meu que era menos importante, seminário de São Paulo. Lá que eu encontrei sindicalistas ingleses, tá? E nós estávamos lá como multiplicar, agora podemos dizer assim, observando quem era mais apto a lutar, quem tinha mais coragem, né? quem reclamava primeiro, depois também tinha... os que voluntários também davam as tarefas pra ver se cumpria, e quem não cumpria já estava fora, passava pra outro. Dentro desse um ano fazendo o grupo, e aí com reuniões semanais. [...]

Nós começamos assim, informal... ali... aquele grupamento de sexta-feira, mas dali a gente tirava os mais aptos para reunir na FASE, na sexta-feira. Depois até nós mudamos pra quinta, porque na sexta-feira o cara vai pro happy hall e aí não quer mais. É quinta-feira, o melhor dia da reunião é na quinta-feira, quando recebíamos. Ele ia pra lá, depois ia pra casa e na sexta-feira fazia o que quisesse. Isso foi tudo aprendido com interesse²⁴⁷.

²⁴⁶ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada em 18 de setembro de 2009. Digitada, p. 6.

²⁴⁷ Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, gravada no dia 10 de novembro de 2009. Digitada, p. 3.

No caso da Philco, segundo lembra Hamilton Madeira, não foi utilizado o recurso dos estudos bíblicos como desculpa para reunião com os operários dentro da fábrica. O recurso mais usual era o da visita aos trabalhadores e familiares em suas casas. Nestes encontros falava-se da situação dentro das empresas, da precariedade das condições de trabalho e salário, e formulava-se o convite para que o trabalhador participasse dos encontros que discutiam estes problemas. Talvez por ser realizado externamente o grupo de fábrica da Philco conseguiu manter seus membros no anonimato até a deflagração da greve, impedindo assim que houvesse represália por parte da empresa.

Luzarila Varela recorda que na empresa em que trabalhava a mobilização se deu a partir do grêmio. Os momentos de esporte e lazer eram transformados em momentos de discussões, reflexões e preparação para a greve

Nós usávamos muito o grêmio, e ficava jogando sinuca ali e olha, fazíamos reuniões na casa de colegas à noite: ah vamos tomar uma cerveja lá em casa, aí a gente já sabia: olha vai ter e depois já não era só nós, já tinha vizinhos que morava e dizia a greve vai acontecer, tá. E a gente foi trabalhando isso lá na fábrica e aí tirando quem ia botar a cabeça a prêmio. Nos ônibus, eu acho que ficou assim uns dois meses, você só falava nisso. Agora, naquele cochichado. E a gente conseguiu fazer um negócio legal que no período antes da greve ninguém foi descoberto lá na fábrica pra darem conta e para fazerem medo pro pessoal, mas era assim conversando, muito dentro dos ônibus. Quem já estava envolvido e tinha muita preocupação de nem todo mundo se conhecer. Tinha muito mais gente do que a gente pensava, então se tinha duas rotas, caso pra Compensa – eu morava na Compensa na época – tinha quatro rotas que passavam na Compensa e que davam pra mim ir pra minha casa. Então você sempre tinha colega naquele ônibus, então a estratégia era você ir cada dia em um ônibus e conversando aos poucos. Sentar do lado de um e conversar, sentar do lado de outro conversar e explicar porque que a gente tinha que ir pras assembléias porque a partir do momento em que os trabalhadores começava a ir pras assembléias ele ia começar a ter outra visão, ele ia começar a ver trabalhadores de outras fábricas e iam se animar.²⁴⁸

Participante de todo o processo de discussão da oposição sindical e da organização dos trabalhadores dentro e fora das fábricas, Lindemberg Pereira explica como o movimento foi crescendo e se fortalecendo dentro da sociedade, a partir da sua experiência na Philips.

A gente começou ganhando a CIPA, né? Ganhado a CIPA a gente criou um grupo de discussão de operários da Philips, né? E a gente usava as horas de almoço e tínhamos também algumas idéias, como, por exemplo, a gente fazia

²⁴⁸ Entrevista Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009, p. 3.

reuniões e nos intervalos. Em alguns momentos a gente usava realmente a Igreja. A gente começava a cantar algumas canções religiosas pra disfarçar e ao mesmo tempo, pra disfarçar a segurança que era muito, muito, muito bem antenada. A gente pegava alguns panfletos do sindicato e, e de uma forma sutil, de uma forma não muito exposta, acabava distribuindo pros companheiros e pegava algumas idéias e algumas informações. Neste momento a gente aproveitava pra pegar as opiniões dos companheiros. Nós bolávamos questionários e os companheiros respondiam estes questionários e depois o grupo da coordenação dos operários da Philips sentavam em outro lugar, com mais calma, sistematizava as respostas e entendiam o que realmente era de necessidade imediata para solução daquele problema. Então por exemplo, naquele momento a gente procurava brigar não só pela questão salarial, mais tinham necessidades básicas que tavam mais fáceis de conquistar. Uma vez conquistando fortalecia e despertava a intenção maior dos trabalhadores da Philips. Então a gente levava as informações pra diretoria. Então estas informações básicas que as vezes passavam despercebidas para as grandes lideranças se colocava nas pautas de reivindicação. [...] Isso foi muito importante porque foi daí, que, que estas pequenas conquistas foram criando vontade de conquistar mais ainda, né?

[...] Quando eu fui eleito à CIPA e aí se começa um trabalho, de grupos de fábricas, né? Onde eu assumi, junto com outros companheiros valorosos, o comando do grupo de fábrica da Philips e a gente sabia que outras fábricas tinham estes grupos de fábricas, porque era discutido dentro do sindicato e então, dos grupos de fábricas a gente também discutiu e encaminhou os grupos de bairros, porque nos bairros, onde ficava mais fácil a concentração dos operários a gente deixou de chamar de grupos de fábricas pra chamar de grupo de bairro porque dentro do bairro tinha vários, pessoas de várias fábricas. Não era mais Semp e nem Philips, nem CCE e nem Moto Honda e sim operários daquele lugar. Então os grupos de bairros tomaram muita força, porque os bairros começaram a discutir inclusive a questão da associação. A gente passou a constituir associação. Enfim, tudo isso fortalecendo e encaminhando pra uma vitória, pra as greves que o sindicato poderia chamar a qualquer momento. Então o fortalecimento das greves se dava a partir de cada ponto: dos grupos de fábricas, dos grupos de bairros e nestas associações de bairros onde estavam os operários. Os operários estavam espalhados em todos os lugares de Manaus. Então tudo isto fortaleceu.²⁴⁹

A experiência da Philips é semelhante a de outras empresas. Um pequeno número de trabalhadores comprometidos com a causa metalúrgica se reunia dentro da fábrica para buscar novos aliados e fora dela para traçar metas e discutir estratégias de luta. Quando o grupo estava estruturado e na medida em que ia crescendo buscava-se novas formas de atuação. O recurso das reuniões para leitura de textos bíblicos foi o mais freqüente para ações dentro das indústrias, mas o da reunião nos bairros atendia melhor as necessidades dos trabalhadores que tinham medo de perder seus empregos e por isso temiam participar das discussões dentro das fábricas.

²⁴⁹ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada no dia 21 de outubro de 2009. Digitada, p. 2.

Em algumas fábricas, como na Philips mesmo, a organização dos operários contou com a ajuda de empregados de outros setores, hierarquicamente melhor posicionados dentro das empresas, como lembra Lindemberg Pereira.

Na Philips já tinha pessoas de São Paulo e que já eram experientes, certo. Eu me lembro muito bem do Silobo, o Silobo era um funcionário da Philips de São Paulo, de origem japonesa, acredito. Que estas pessoas de certa forma também nos ajudaram porque eram pessoas que tinham tanto a confiança da empresa, tinham confiança da empresa, mas que tinham uma história de luta em outras cidades. Já tinham, já sabiam que as nossas reivindicações eram justas e, e de vez em quando a gente passava panfletos pra eles e eles deixavam em lugares em que nós não tínhamos acesso. Então, isso eu tenho que reconhecer. Técnicos, e até mesmo engenheiros se propuseram a dar esta contribuição. Por quê? Porque tinham uma história de luta em outro lugar e sabiam o que nós estávamos fazendo, o que nós estávamos querendo era realmente justo, porque eles mesmos chegavam a questionar a forma de que (inteligível) como em Manaus viviam, como viviam. As péssimas condições de salários e de vida que se levava aqui em Manaus²⁵⁰.

Quem sintetiza bem este trabalho de organização dos trabalhadores, da atuação dentro das empresas e da importância do empenho individual de cada um dos que estavam envolvidos no movimento é Gorete Barbosa. Ela ressalta que

Então, eu acho assim, a importância de a gente sempre está unido e tá repassando, uma sempre tava lendo os panfletos pra outra. A gente gravava as músicas dentro do sindicato e levava. Na hora do almoço a gente colocava no banheiro pra ir ouvindo ... Essa coisa miudinha foi que deu essa grande força, essa grande greve²⁵¹.

Como ficou claro pelo depoimento de Nonato Neves havia uma grande diferença de atuação dentro das fábricas de eletroeletrônicos e os estaleiros. No caso do Estamam que era uma empresa pequena, com menos de 50 empregados, a articulação se deu de forma direta sem a necessidade de criar grupo de fábrica, conforme lembrança de Silvestre Paiva. Ele ressalta que desde o primeiro momento acabou se dedicando ao trabalho externo de conscientização dos trabalhadores, inclusive fazendo o papel de visitar os operários em suas residências. “Onde eu trabalhava não cheguei a fazer grupo de fábrica, como era pequeno e eu atuava na Igreja tinha um conhecimento maior que outros companheiros, eu sempre fiquei mais de reunir com outros companheiros de outras empresas em outras empresas”²⁵², explica Silvestre Paiva. Com a tomada do

²⁵⁰ Entrevista Lindemberg Pereira da Rocha, gravada no dia 21 de outubro de 2009. Digitada, p 3.

²⁵¹ Entrevista com Gorete Barbosa de Oliveira, gravada no dia 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 3.

²⁵² Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009. Digitada, p.1.

sindicato o trabalho de conscientização dos trabalhadores passou a ser feito de forma intensiva, “dia e noite”, com visitas e reuniões nos bairros.

Amadeu Guedes também ressalta que até à conquista do sindicato, o trabalho era para arregimentar novos adeptos à causa da mudança da direção da entidade

Antes de 80 a 82 era debater as questões internas nas empresas, trazer mais pessoas para o grupo e para a Pastoral Operária e aproveitar quando este pessoal vinha pra Pastoral dar formação para eles, formar pra que a pessoa tenha uma capacidade melhor de discernimento para a leitura da realidade que a gente tava vivendo naquele momento²⁵³.

Depois o objetivo era organizar os trabalhadores para a conquista de melhoria das condições de trabalho e salário. O quadro de perseguição foi ficando pior. Os empresários já estavam percebendo que a nova diretoria não seria como a anterior e não faria concessões, por isso as perseguições também aumentaram.

Os patrões acordaram pós eleição preocupados. Eles começaram mais vigiar. Vigiar mais os trabalhadores, as lideranças, né, que não tinham estabilidade... alguns que eles sabiam que estavam ligados, perderam seus empregos, né. E começaram a ser duros, mais rígidos com os trabalhadores, mas em compensação o sindicato, onde acontecia alguma coisa o sindicato ia lá pra porta, ia lá pra porta, fazia falação, né. Fazia falação, discutia com os trabalhadores, as vezes impedia que os trabalhadores... queriam liberar os ônibus sem o sindicato falar, as vezes quando bloqueava não só a entrada dos trabalhadores, para comunicar alguma coisa, mais as vezes a saída para dar um informe, para avisar que tinha uma assembléia dia tal, para discutir assunto tal, né. Para discutir reclamações, aquelas mesmas reclamações já citadas de assédio moral, assédio sexual – estes termos não eram usados na época – e a questão de transporte e alimentação, as vezes acontecia muitos acidentes na empresa... não davam o EPI, né, o equipamento de proteção individual. E aí o sindicato ia pra porta. As vezes tinha um chefe que ficava não permitindo que as trabalhadoras fossem, quando necessitasse, no banheiro, né. Aí o sindicato ia pra lá, fazia uma pressão, fazia uma falação, aí eles começaram a respeitar o sindicato... o sindicato passou a ter uma respeitabilidade e ganhou a confiança dos trabalhadores²⁵⁴.

Paralelo à organização dos trabalhadores dentro e fora das fábricas as lideranças dos metalúrgicos costuraram alianças importantes para que a greve pudesse acontecer e ser bem sucedida. Ricardo Moraes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, lembra que os apoios vinham de todos os lados durante o processo de organização, começando pela campanha e eleição da chapa que ele encabeçava. Entre os parlamentares ele

²⁵³ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009. Digitada, p.3.

²⁵⁴ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, idem, p.4.

destaca o apoio recebido de Arthur Neto, deputado federal e Otalina Aleixo, vereadora. Na imprensa, segundo ele, foi fundamental para a vitória da chapa uma matéria divulgada pela TV Amazonas, feita pelo então repórter José Barroncas, mostrando todo o trabalho da chapa de oposição. “Por exemplo, eles mostraram desde a confecção do nosso material artesanal, em mimeógrafo, como era feito, como estava se organizando e isto teve influência lá dentro das fábricas, né?”, ressalta. Outra matéria importante foi de Ronaldo Tiradentes que divulgou o conflito que estava havendo dentro da Estanave nas vésperas da eleição, quando os trabalhadores pediam aumento salarial.

A primeira greve de que Ricardo Moraes se recorda, quando ele já estava na condição de presidente da entidade, foi na Sanyo, “uma greve espontânea que surgiu no decorrer da campanha salarial”. Mas foi neste momento, da discussão salarial de 1984, que se começou efetivamente a trabalhar para que a greve de 1985 acontecesse, como recorda Ricardo Moraes.

Aí passamos a organizar realmente. Aquilo que era grupo de fábrica ligado à Igreja passou a ser grupo de fábrica ligado ao sindicato e mais fazendo a campanha para eleger os cipeiros, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, porque o cara se tornaria estável, com estabilidade não poderia ser mandado embora e aí passaria ser um braço a mais que os diretores, ele passaria a ter estabilidade e poderia reivindicar os seus direitos. Aquilo que o sindicato estava falando fora ele poderia ser uma espécie de retorno da palavra do sindicato dentro da fábrica, né?

E quando foi no outro ano, em 1985, aí a gente já estava mais maduro e mais organizado, aí nós tínhamos grupos de fábricas em aproximadamente 45 a 50% das grandes fábricas. Nas grandes nós já tínhamos.²⁵⁵

Fora das fábricas as relações com outras entidades sindicais também foram sendo intensificadas, de tal forma que quando a greve aconteceu havia uma rede de solidariedade, com aliados comprometidos e que deram sustentação ao movimento, inclusive sendo os responsáveis pela criação do fundo de greve.

Era luta mesmo de classe. Nós ainda não havíamos tomado, ganho a eleição do sindicato da construção civil, mais o Antenor, que era o presidente, era do Pcsão (PCB) e era solidário à greve. Não era um pelegão, mas ele era solidário à greve. O sindicato da construção civil e assim outros sindicatos se apresentavam, como o sindicato rural, o sindicato dos trabalhadores rurais do Amazonas, não aliás, desculpa, do município de Manaus, que era do Careiro, o município de Manaus era um braço, na verdade era inverso. Eles não eram da CUT mas eram solidários porque tinha lá dentro do sindicato, o fundador do sindicato era o senhor Nogueira, [...] O Sindicato dos Jornalistas foi um dos sindicatos importantes nessas reuniões de articulação, eles passaram

²⁵⁵ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 7/8.

inicialmente a estar do nosso lado. Não eram dominados pelo controle das empresas porque as empresas não esperavam isso, essa reação dos jornalistas.²⁵⁶

Entre os aliados destaque para a FASE, que chegou à Manaus após a eleição e posse da chapa *Puxirum*. Os quadros da entidade que desenvolvia anteriormente trabalho junto aos trabalhadores rurais de Santarém, interior do Pará, passou a assessorar a direção do sindicato na organização dos trabalhadores.

Era junto aos trabalhadores rurais e colônia de pescadores. Eles já estavam lá há alguns tempos. E lá já tinha surgido lideranças de trabalhadores feitos por eles, que era a família Avelino Ganza. Os Avelinos. Inclusive nesta época em que ganhamos as eleições nós já tínhamos ajudado a fundar a CUT, a CUT nacional. Tava várias coisas estava sendo criadas neste período. Então nós já tínhamos criado a CUT e o pessoal dos Ganza já eram liderança nacionais, formados pela FASE, que se transformaram em lideranças nacionais, se tornaram dirigente nacional da CUT, né? então eles vieram pra cá, porque lá estava o trabalho feito e eles vieram aqui implantar um novo trabalho na área metalúrgica. Por isso que eles vieram. Foi uma proposta, né? Foi uma proposta articulada por várias organizações nacionais, né? Não foi uma simples vinda pra Manaus, né? E aqui eles fizeram esta proposta de formação política e uma assessoria sindical, e o sindicato pagava por isso, né? E eles nos ajudaram muito... na formação política, ideológica e na questão do sindicato, e na forma de se organizar, né? Por exemplo, eles passaram a produzir todos os boletins do sindicato, os informativos do sindicato eram eles que preparavam numa linguagem fácil e dura pros empresários, né? organizamos, o primeiro momento de organização foi organizar uma campanha de sindicalização, em massa, né? que o nome era: vamos engrenar. Que era uma forma de mover a indústria com os trabalhadores. Era a engrenagem, mas a engrenagem dos trabalhadores e não a engrenagem da fábrica. E tivemos um sucesso muito grande: saímos de três mil sócios pra 18 mil sócios do sindicato e também culminando com a primeira campanha salarial no primeiro ano de mandato²⁵⁷.

Com a ajuda da FASE o sindicato foi aos poucos conseguindo organizar os trabalhadores dentro das fábricas, mas ainda no primeiro ano os operários mostraram que caminhavam para mobilizações maiores. Ricardo Moraes lembra que em 1984 os empregados da Sanyo pararam, numa greve espontânea, mas durante as negociações da Convenção Coletiva de Trabalho 1984/1985, a primeira da gestão *Puxirum*, ainda não havia organização suficiente para um confronto mais direto com a classe patronal. A organização foi se fortalecendo aos poucos e quando chegou o ano de 1985 o sindicato já contava com grupos de fábricas em muitas empresas, cerca de 50%, segundo avaliação de Ricardo Moraes. Ele conta como se dava o processo de discussão das propostas para a campanha salarial.

²⁵⁶ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 12.

²⁵⁷ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, Idem, , p. 7.

Então chamava os trabalhadores para uma assembléia preparatória da pauta, dividia por temas, dividia por grupos de trabalhos e por temas, então pra falar sobre salário tem um grupo, pra falar sobre direitos sociais outro grupo, pra falar de organização, o que nós queremos de organização na fábrica outro grupo trabalhava, né? na elaboração, depois passava pros técnicos pra eles trabalhar estas propostas, que era o grupo ligado à FASE, pra eles trabalhar a redação correta, né? sem erros e etc pra que a gente pudesse levá pra mesa de negociação. Isso começa a partir, é, do mês de abril e maio e quando era em maio a gente já lançava a campanha salarial. Dava entrada na pauta e lançava a campanha salarial e ia pra mesa de negociação, e passamos a contratar também o Dieese pra assessorá a mesa de negociação. A mesa de negociação era fundamental, então Dieese para trazer a questão dos cálculos, a perda salarial, como tinham sido as negociações com as outras empresas em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, enfim onde tinha sindicato mais organizado.²⁵⁸

Com os trabalhadores em processo de organização e o apoio da FASE e do DIEESE era hora de reforçar as alianças. Aliás, esta é uma característica do momento: entidades de classe e movimentos sociais se aliavam, trocavam apoio e reforçavam suas bases a partir da solidariedade uns dos outros, como vimos anteriormente.

Quando nós começamos a campanha salarial de 85 nós começamos a mobilizar os apoiadores pra fazer o fundo de greve. O fundo de greve era organizado pela APPAM e pela Igreja Católica. A Igreja fazia a arrecadação dentro das igrejas, no ofertório para o fundo de greve e com o apoio da APPAM que tinha professores em todos os colégios pedindo que quando as pessoas fossem na igreja deixassem a sua ajuda lá para o fundo de greve. Então a APPAM e a Igreja foram dois braços fundamentais na organização dos trabalhadores da época.²⁵⁹

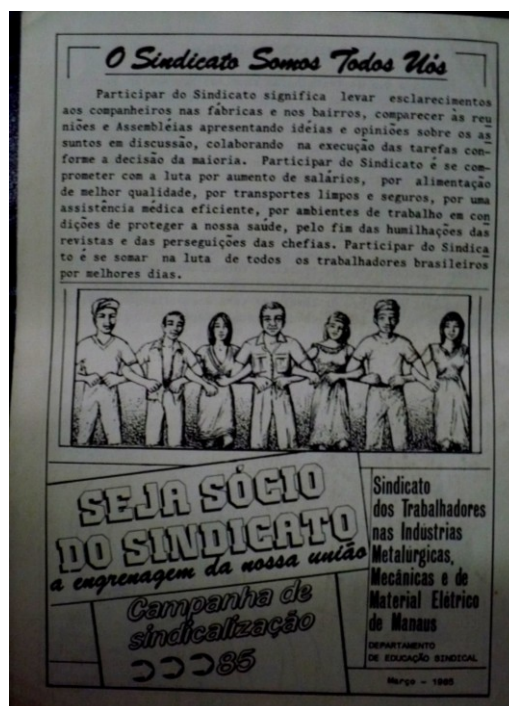
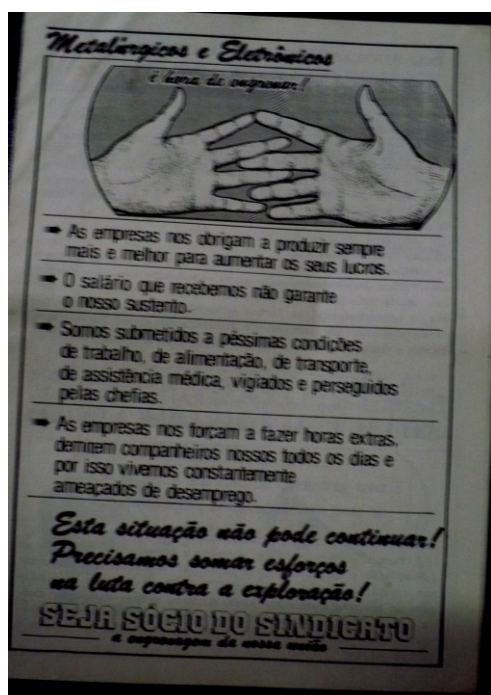
O trabalho de mobilização dentro e fora das fábricas foi intensificado em 1985, já no mês de março, quando aconteceu a campanha de sindicalização cujo título foi “Metalúrgicos e Eletrônicos é hora de engrenar!”. No impresso de quatro páginas datado de março de 1985, distribuído nas portas das fábricas, o discurso era forte e retratava a realidade vivida pelos operários amazonenses. Na capa frases retratando a realidade dos trabalhadores mostravam qual seria o rumo da luta dali pra frente.

– As empresas nos obrigam a produzir sempre mais e melhor para aumentar os seus lucros; - O salário que recebemos não garante o nosso sustento; - Somos submetidos a péssimas condições de trabalho, de alimentação, de transporte, de assistência médica, vigiados e perseguidos pelas chefias; - As empresas nos forçam a fazer horas extras, demitem companheiros nossos todos os dias e por isso vivemos constantemente ameaçados de desemprego.

²⁵⁸ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Dig, p. 8.

²⁵⁹ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, Idem, p. 8.

- Esta situação não pode continuar! Precisamos somar esforços na luta contra a exploração! - Seja sócio do Sindicato, a engrenagem da nossa união.



Jornal da campanha de sindicalização de 1985, primeira e última página ²⁶⁰

Neste jornal, nas páginas dois e três, há uma exposição sobre o que é e para que serve o sindicato, com os textos sempre ressaltando a necessidade dos trabalhadores conhecerem este importante instrumento de luta. O impresso diz ainda que a entidade sindical tem como objetivo “estudar os problemas da categoria, unir e organizar os companheiros, defender os nossos direitos e conquistar as novas vantagens para todos os trabalhadores”. É um chamamento à organização a partir da sua entidade sindical.

Pelo que podemos apreender do texto “Nota dos patrões é mentira do começo ao fim”²⁶¹, distribuída pelo Sindicato dos Metalúrgicos no dia 27 de março de 1985, a mobilização dos trabalhadores já começava a incomodar. O impresso foi distribuído em resposta a uma nota divulgada pelos patrões no dia 25. No dia 26 havia acontecido uma greve na indústria Sanyo, de que vamos tratar no capítulo 3, uma vez que as

²⁶⁰ Jornal da campanha de sindicalização do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus. Com quatro páginas, datado de março – 1985. Encontrado no arquivo do Sindicato, em visita realizada nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2009. Vale ressaltar que não há organização dos documentos e o que ainda restava do movimento de 1985 estava precariamente armazenado em pastas em processo avançado de deteriorização. Sobre a greve especificamente havia ainda no sindicato uma pasta de elástico vermelha onde foi encontrado o manuscrito da reunião de avaliação da greve na noite de 2 de agosto de 1985. Este panfleto também faz parte do acervo pessoal de Lindemberg Pereira que nos permitiu a reprodução digital.

²⁶¹ Nota do Sindicato dos Metalúrgicos, “Nota dos patrões é mentira do começo ao fim”, encontrada no arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos, na pesquisa realizada no período de 20 a 23 de julho de 2009.

informações sobre ela nos chegaram apenas através da imprensa. Dizia a nota que “Restaurando a verdade, comunicamos que o nosso sindicato não tem programado, até o presente momento, qualquer deflagração de movimento grevista”. Era uma resposta a “falsas informações” divulgadas dois dias antes pelo sindicato patronal. É preciso lembrar que neste período greve ainda era tido como algo nefasto, ação própria de baderneiros e daqueles que queriam prejudicar o País, portanto, caso de polícia. A lei antigreve estava em vigor, como vimos no capítulo inicial, e a sociedade brasileira e amazonense ainda estava – ou ainda está? – impregnada dos valores do regime autoritário em que qualquer manifestação de revolta ou de reivindicação dos trabalhadores era tida como uma tentativa contra o Estado.

Mas a nota também nos mostra que o setor empresarial, com apoio do governo, mantinha a mesma cantilena que ouvimos até hoje, de que as indústrias são boazinhas porque oferecem alimentação, transporte, assistência médica e outros “benefícios”, como se isto fosse uma concessão, um ato de bondade do capital. Lembra a nota dos trabalhadores que para isso as empresas recebiam “enormes incentivos e vantagens” e, portanto, não se tratava de concessão, mas de direito dos trabalhadores. Pelo tamanho e conteúdo do texto, que ocupou uma página ofício inteira e relata a situação vivida pelos trabalhadores dentro das fábricas nota-se que se trata mais de uma carta aberta à população que propriamente um panfleto dirigido aos operários. Era o início do processo de divulgação para a sociedade das precárias condições de trabalho dentro das fábricas da Zona Franca de Manaus de uma forma organizada. No entanto, as últimas três linhas, sem dúvida, são dirigidas aos trabalhadores: “Companheiros, o objetivo da Nota dos Patrões é confundir os trabalhadores. Não vamos aceitar provocações. Fique ligado nas informações divulgadas pelo Sindicato”.

E era preciso ficar “ligado” realmente, porque muita coisa aconteceria nos próximos meses. Em abril e maio foram realizadas várias discussões sobre o encaminhamento das propostas para os patrões, através dos grupos de fábricas. No dia 14 de junho foi realizada a assembléia geral para aprovar a pauta de reivindicações que seria encaminhada aos patrões. O chamamento para esta assembléia foi feito através de um panfleto de meia página tamanho ofício. Uma frase marca a disposição para o que viria depois: “União, companheiros, porque vamos à luta”. Infelizmente não tivemos acesso ao farto material de divulgação distribuído pelo sindicato neste período porque as entidades que detinham alguns exemplares não se importaram em preservar a memória do movimento.

As negociações para a Convenção Coletiva de Trabalho 1985/1986 com a classe patronal começaram efetivamente no dia 15 de julho, com reuniões sendo realizadas no Novotel, hotel localizado dentro da área do distrito industrial. Com o objetivo de manter os trabalhadores informados sobre as negociações neste mesmo dia o Sindicato dos Metalúrgicos distribuiu um informativo em quatro páginas com o título “Começam hoje as negociações”, onde explicava o passo a passo das negociações e informa que a comissão que representava os trabalhadores era composta por três diretores do sindicato, cinco trabalhadores da base, “eleitos em assembléia”. Com ilustrações bem humoradas o informativo apresenta a distância entre o que os operários recebem e o que deveria ser o salário mínimo calculado pelo Dieese. A moeda brasileira era o Cruzeiro. O Salário Mínimo legal vigente neste mês era Cr\$ 333,120,00²⁶² e o piso da categoria metalúrgica era de Cr\$ 459.000,00. O salário mínimo necessário para atender as determinações constitucionais, segundo o Dieese, era de Cr\$ 1.141.815. Era um tempo em que os altos índices inflacionários corroíam os salários rapidamente. Entre os meses de maio de 1983 e 1985 os salários dos metalúrgicos foram reajustados em 850%, mas a inflação registrada no período foi de 1.172%²⁶³. Neste mesmo período o lucro médio de oito empresas instaladas em Manaus foi de 274,5%, conforme levantamento realizado pelo Dieese nos balanços das empresas CCE, Gradiente, Sharp, Gillette, Philips, Springer, Dismac e Tecnocério²⁶⁴.

Do acervo pessoal do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, tivemos acesso ao relatório de quatro das seis reuniões realizadas pela comissão de negociações antes da deflagração da paralisação. Os relatórios, segundo Ricardo Moraes, foram elaborados por uma das pessoas que integrava a comissão de negociação, que não foi identificada. O primeiro relatório a que tivemos acesso foi o da reunião do dia 19 de julho, realizada das 12 horas às 18h15. Nele aparece a reclamação dos representantes dos empresários com relação a divulgação pelos representantes dos trabalhadores de que “os debates estavam sendo retardados, morosos, com o objetivo de prejudicar a classe trabalhadora” e a reclamação dos sindicalistas de que estava havendo

²⁶² No ano de 1985 vigoraram três salários mínimos. Até 30 de abril era de Cr\$ 166.560,00. De maio a 31 de outubro o valor fixado era de Cr\$ 333.120,00 e de 1º de novembro em diante, até abril de 1986 era de Cr\$ 600.000,00.

²⁶³ Estes dados contam do informativo “Começam hoje as negociações”, de quatro páginas, encontrado no arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos em pesquisa realizada no período de 20 a 23 de julho de 2009.

²⁶⁴ Dados constantes do informativo de duas páginas (frente e verso) com o título “Patrão só Lucra”. Embora não esteja datado pelo texto podemos presumir que foi distribuído durante o período de negociação da CCT 1985/86, provavelmente entre as assembléias do dia 26 e 31 de julho porque fala da dificuldade das negociações e da divulgação pela imprensa de matérias para desestimular uma possível greve. Material encontrado no Sindicato dos Metalúrgicos.

perseguição dentro das empresas. O presidente do sindicato dos operários denunciou que no dia anterior ao se aproximarem da fábrica CCE alguns trabalhadores teriam sido abordados por pessoas que estavam portando armas. “Não aceitamos este tipo de violência. Não portamos armas nem mesmo agredimos ninguém. Não praticamos, portanto, qualquer tipo de violência para alcançarmos nossas reivindicações”²⁶⁵, teria dito Ricardo Moraes. Nesta reunião foram discutidas cinco cláusulas que se referiam à substituição de empregados e período para efetivação do substituto no cargo, definição de 60 dias para contratos de experiência e liberação do operário para prestar vestibular e permissão para realização de estágio escolar.

No relatório da reunião do dia 24 de julho aparece as discussões feitas sobre algumas cláusulas que acabaram não sendo fechadas. Duas observações anotadas no final revelam que os patrões estavam apostando na desmobilização dos trabalhadores. As observações feitas foram as seguintes: “1. A comissão patronal, no total, utilizou 1:20 da reunião com intervalos; 2. Nenhum cláusula foi fechada nesta reunião”. Vale ressaltar que esta reunião foi realizada das 12 às 20h40 min. Na reunião seguinte o discurso patronal tenta negar o que a prática comprova. Está no relatório que a comissão patronal havia dito que confiava no acordo e que acreditava que até o dia 31 se chegaria a ele, mas que se alguma fábrica parasse, eles encerrariam as negociações. Os representantes dos trabalhadores contra argumentaram que a greve ainda não havia sido proposta e que havia disposição para a negociação²⁶⁶. Mas, a possibilidade da greve estava posta sim, nas discussões realizadas dentro e nas portas das fábricas. A insatisfação com a postura dos patrões que não avançavam nas negociações parecia ser a última gota d’água para a deflagração do movimento. A disposição dos trabalhadores para a greve fica clara na assembléia realizada na noite deste mesmo dia, que teve que ser realizada na rua Duque de Caxias, em frente ao sindicato, por causa do grande número de pessoas, como podemos ver pela ata da assembléia (Anexo).

Informa a ata que a assembléia contou com dois mil associados e durante a leitura pelo presidente dos relatórios das reuniões de negociação “os trabalhadores interrompiam protestando contra as mudanças que houve nas cláusulas aprovadas”. Protestos também foram feitos quando Ricardo Moraes afirmou que os patrões estavam

²⁶⁵ Relatório da “Reunião para negociação do acordo coletivo de trabalho”, realizado no dia 19 de julho de 1985, que não tem assinatura. Copiado do acervo pessoal de Ricardo Moraes.

²⁶⁶ Relatório da “Reunião para negociação do acordo coletivo de trabalho”, do dia 26 de julho de 1985, realizada das 8h20min às 14h10. Copiado do acervo pessoal de Ricardo Moraes.

morosos usando sempre 20 minutos de intervalo a cada discussão de cláusula para conversas em separado.

Prosseguindo, o Sr. Ricardo Moraes avisou que amanhã (dia 27) haverá outra reunião e que por causa da realização da Assembléia de hoje eles estão querendo negociar até domingo (dia 28), anunciou ainda que na reunião de amanhã sejam discutidas as questões Econômicas, uma vez que temos pouco tempo até a data base de 1º (primeiro) de agosto, e que até agora os Patrões estão com morosidade nas questões Sociais. Continuando, o Sr. Presidente, disse que o que se pode perceber até agora é que os Patrões não estão levando à sério as reivindicações dos Trabalhadores, e perguntou se foi de brincadeira o que se reivindicou e todos responderam – não, e pediram pela greve²⁶⁷.

Com a palavra franqueada aos presentes, vários trabalhadores falaram, todos denunciaram abusos praticados nas empresas, a perseguição aos operários e pediram que todos se mantivessem unidos e a “Assembléia unanime pediu para que os informantes dos Patrões que se encontravam no meio da Assembléia se retirassem”, manifestação que pode ser interpretada como um recado para os patrões de que intimidação não iria mais segurar o movimento e ainda uma tentativa de chamar atenção dos “informantes dos patrões” para a organização dos trabalhadores. Quando Ricardo Moraes retomou a palavra e pediu que fossem apresentadas propostas “todos gritavam Greve, Greve”, cabendo ao presidente do Sindicato propor que os trabalhadores aguardassem até o dia 31, prazo final para que as negociações fossem encerradas.

Se até lá os Patrões não se decidirem a dá uma Contra Proposta sobre a questão Econômica ou se a mesma não for compatível com a situação precária dos trabalhadores, todas as fábricas devem parar no dia 1º (primeiro) de agosto. Perguntou se alguém tinha outra proposta contrária como ninguém se manifestou o Sr. Ricardo Moraes colocou a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade²⁶⁸.

²⁶⁷ “Ata da reunião de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus, realizada no dia 26 de julho de 1985”. Transcrita do original que integra o processo TRT, DC 08/85, do acervo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região. Vale ressaltar que as atas das assembleias realizadas pelos metalúrgicos nos dias 26 e 31 de julho, em que a categoria decide pela greve não podem ser encontradas no Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo um empregado do sindicato, anos atrás todos os livros de capa preta antigos foram queimados porque eram velhos. As cópias destas atas só foram conseguidas porque a Justiça do Trabalho criou o Centro de Memória que está sistematizando os documentos e organizando o acervo. É preciso dizer ainda que estas atas somente foram preservadas porque houve a instauração do dissídio coletivo pelos empresários. Elas são parte integrante da documentação apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos.

²⁶⁸ Ata da assembleia geral dos metalúrgicos realizada no dia 26.07.1985. Copiada do acervo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região.

Ao final da assembléia o presidente da entidade denunciou que a classe patronal havia ameaçado encerrar as negociações caso houvesse alguma paralisação nas fábricas e acrescentou que “se alguém for demitido na segunda-feira por causa de algum informante dos Patrões, deve-se parar no mesmo dia”, mostrando que o jogo de contra informação estava ativado. Era o recado do sindicato aos patrões: já temos organização o suficiente para ir para o confronto. O clima tenso que se estabelecia entre patrões e empregados e aparece nas páginas dos jornais, - como veremos no próximo capítulo - não está registrado no relatório da reunião de negociação do dia 27 de julho, o último a que tivemos acesso.

No relatório constam apenas as cláusulas negociadas como as referentes a Medidas de Proteção, Higiene e Limpeza, Atestado Médico e Odontológico, além de algumas informações sobre outras cláusulas que estavam em processo de discussão. No final do relatório aparece a informação de que no dia 28 de julho, domingo, haveria reunião com início às 12h, “com o objetivo de fechar as questões em aberto. Ficando a reunião da próxima segunda-feira, somente para ser discutidas as cláusulas econômicas”.²⁶⁹

O posicionamento da classe patronal, manifesto na última reunião de negociação, e a recusa em aceitar as cláusulas econômicas, podemos observar apenas pelo que consta na ata da assembléia geral do sindicato da noite de 31 de julho (Anexo). A assembléia foi realizada no campo de recreação do Colégio Domingos Sávio porque o número de presentes não permitia se quer que ela fosse realizada na rua, em frente à sede do sindicato, como aconteceu com a assembléia anterior. Segundo a ata, compareceram à assembléia sete mil trabalhadores. Este número varia conforme a fonte. Alguns jornais divulgaram dez mil e algumas lideranças ouvidas aumentam um pouco. Mas o fato é que em toda a história do sindicalismo amazonense nunca se tinha visto tantos trabalhadores reunidos em uma assembléia geral. As fotos desta assembléia são reveladoras de um momento impar do movimento sindical amazonense, como veremos no capítulo seguinte.

O clima de euforia dos presentes à assembléia é registrado logo no início da ata

diante da presença de sete mil (7.000) associados o Sr. Ricardo Moraes de Souza, Presidente da entidade sindical, agradeceu a presença mocça de todos os trabalhadores e como estavam eufóricos devido a expectativa pediu a

²⁶⁹ Relatório da reunião de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho do dia 27 de julho de 1985, realizada de 13h40 as 18h30. Sem assinatura. Copiado do acervo pessoal de Ricardo Moraes.

calma a todos, prosseguindo o Sr. Ricardo anunciou que toda a sociedade amazonense está apoiando a luta dos trabalhadores, continuando fez a leitura das lista de entidades que estão apoiando: Sindicato dos Jornalistas do Amazonas, Associação dos Professores do Estado do Amazonas (APPAM), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros e Cristais, Associação dos Docentes do Amazonas, União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas, Sindicato dos Médicos, Convergência Socialista e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Partidos políticos: Partido Democrático Trabalhista, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil. Políticos: Eduardo Braga, Ivanildo Cavalcante e Melo França²⁷⁰.

Nesta assembléia, Ricardo Moraes alertou que todos os passos dos trabalhadores estavam sendo seguidos pelos patrões, mas disse que eles não deveriam temer. Elias Sereno, diretor da entidade, denunciou o uso por parte de algumas empresas de som alto e o desvio de rotas dos ônibus que transportavam os operários para impedir que as lideranças sindicais pudessem se comunicar com eles nas portas das fábricas. Em seguida foi lida a contraproposta patronal para as cláusulas econômicas que foram recusadas pelos presentes, “que clamaram novamente pela greve”. Quando foi franqueada a palavra um manifestando sugeriu que a comissão voltasse à mesa de negociação, conforme o registro da ata: “O Sr. Marinho (Diretor do Sindicato) propôs que a Comissão voltasse à mesa de reunião para negociar, outros trabalhadores foram contra a proposta e continuaram a propor a greve”. Na sequência o presidente do Sindicato disse que em uma fábrica os supervisores e chefes reuniram os operários para que eles fossem à assembléia defender a proposta dos empresários. A fala do presidente naquele momento, nos parece, tinha mais o objetivo de silenciar quem por ventura fosse favorável a contraproposta patronal que propriamente oferecer novos subsídios à discussão. É a força da liderança se impondo claramente, tanto que na sequência ele pergunta se alguém quer defender a proposta patronal. Obviamente que ninguém se propôs à tarefa tão inglória.

então foi colocado em votação as duas propostas: a primeira de greve amanhã dia 1º (primeiro) de agosto, a segunda a volta da comissão à mesa de reunião, sendo aprovada por unanimidade a aplauso a primeira proposta de greve. A seguir a assembléia se dividiu em grupo de fábrica para traçar diretrizes e estratégias para amanhã, cada grupo deverá escolher uma comissão de cinco (5) pessoas para discutir a respeito do assunto. Essas comissões se reuniram logo após o término da assembléia com a direção do Sindicato, ficando ainda a cargo das mesmas passar para os outros companheiros todas as informações. Os grupos se reuniram e após 20 minutos todos retornaram com as

²⁷⁰ Ata da reunião de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus, realizada no dia 31 de julho de 1985. Copiada do acervo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região.

comissões formadas. Depois que o Sr. Ricardo recebeu os nomes dos membros das comissões, orientou a todos sobre os tipos de repressão que poderiam sofrer dentro das fábricas, pediu silêncio para a execução do hino nacional, todos acompanharam de braços erguidos²⁷¹.

Na memória dos operários ouvidos, esta assembléia muitas vezes se confunde com as seguintes, realizadas durante a greve na Bola da Suframa, uma praça localizada na confluência de várias ruas que saem do distrito industrial e que anos depois foi transformada convenientemente em um centro de eventos pelo Governo do Estado. Com o fim da praça os trabalhadores do distrito não têm mais um local para grandes assembléias, embora hoje esta não pareça ser uma necessidade da categoria.

Sobre esta assembléia é interessante observar o depoimento de Isabel Guimarães, porque é neste momento que ela passa a atuar efetivamente no movimento. Embora tenha dito anteriormente que não participava por desinteresse e não por medo, nos revela agora que o medo também estava presente na sua recusa em participar do processo até então.

Era a última. Eu fui convidada e tal e eu disse: quer saber de uma coisa a gente vai pra lá. E a gente fez diferente ... Pegamos o ônibus da empresa que ia pro centro, porque tinha um que fazia o centro ... Aí acabou o medo... E aí entramos, fizemos uma grande mobilização, pegamos o pessoal... O pessoal lá aperriavam o Eduardo, o Eduardo me aperriava e eu aperriava um outro companheiro do outro setor, tanto é que a gente levou umas 200 ou 300 pessoas só da CCE, certo. Colocamos nos ônibus e fomos pra lá, fomos preparar a grande assembléia que era para discutir a greve... Quando nós chegamos lá não cabia mais no sindicato, estava todo mundo na rua... como não tinham interditado a rua e tava perigoso aí nos subimos para ali ... na Igreja São José, atrás tem um campinho de futebol... acho que ainda tem um campo lá... [...] Domingos Sávio. Saímos em passeata pra lá e aprovamos a greve e aí de lá, desta greve, depois que foi aprovada a greve foi tirada a comissão de greve, comissão de greve geral que ia comandar a greve e dentro das empresas os companheiros que iam coordenar lá dentro da empresa²⁷².

Como revela Isabel Guimarães, com a greve aprovada era preciso organizar os trabalhadores para a tarefa que se lhes impunha: parar as linhas de montagem. O trabalho começou logo após o fim da assembléia. A maratona de reuniões, assembléias, visitas às fábricas e uma série de outras providências duraria até o dia sete quando a greve acabou. Para alguns, foi para além desse dia, com sucessivas reuniões de

²⁷¹ Ata da assembléia do dia 31 de julho de 1985. Acervo do Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região.

²⁷² Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada em 18 de setembro de 2009. Digitada, p. 2.

avaliação que tinham como objetivo sedimentar as bases para novas lutas que se realizariam futuramente.

2.4 – O Dia a Dia da Greve

Decidida em assembléia geral, a greve dos metalúrgicos teve início na madrugada de 1^a de agosto. Na memória dos trabalhadores que a lideraram há uma grande carga emocional em relação a este momento. Ao narrar o que aconteceu naqueles dias de paralisação a maioria o faz com grande emoção, recordando episódios isolados que têm ainda hoje forte significado para eles. A presença maciça de policiais militares nas portas das fábricas, as pressões das empresas e principalmente a grande adesão dos trabalhadores são temas recorrentes nas falas dos nossos entrevistados.

Como a paralisação vinha sendo preparada a algum tempo e na maioria das fábricas, em especial nas maiores, haviam núcleos organizados para garantir o movimento, havia entre os dirigentes do movimento a expectativa de que em algumas empresas a paralisação atingisse um grande número de trabalhadores. O que parece que a maioria deles não esperava era que a adesão dentro das indústrias atingisse níveis tão elevados e nem que a greve chegaria às pequenas empresas. Depoimentos colhidos posteriormente falam na crença de que cinco indústrias parassem no primeiro dia, mas pararam 17, conforme veremos no próximo capítulo pelas notícias dos jornais. Portanto, o movimento embora organizado e preparado, contou com um alto índice de espontaneidade, como aconteceu também no ABC paulista alguns anos antes, conforme podemos observar nas obras de Ricardo Antunes²⁷³.

A surpresa com o grande número de adesão é revelado por Silvestre Paiva que era o que podemos chamar de “segundo nome” na hierarquia do movimento, conforme depoimento dos outros entrevistados. Depois de Ricardo Moraes, o presidente do Sindicato, Silvestre concentrava em si um grande volume de tarefas e consequentemente de responsabilidade.

²⁷³ Entre as obras de Ricardo Antunes que tratam das greves do ABC paulista estão *O que é Sindicalismo*, *A Rebeldia do Trabalho* (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80) e *O Novo Sindicalismo*.

a gente na primeira greve, acho que você já ouviu isso de outros companheiros, que a gente nem esperava que fosse aquilo, né? Seria assim meio surpresa pra nós. Foi assim o primeiro momento, deflagramos a greve, foi deflagrada a greve. A gente sem experiência assim ainda de como lidar com este movimento, mas tinha a força de vontade. A companheirada tinha muita força de vontade, tinha uma boa... Todas as pessoas com quem você conversou contribuíram bastante, porque eles tinham a força de vontade. Então a força de vontade de poucos companheiros fez, ela minou dentro dos outros companheiros que estavam dentro das fábricas também. Eles não podiam fazer quase nada e fizeram muita coisa²⁷⁴.

Além da adesão ser maior que a esperada, os trabalhadores lidavam com a inexperiência. “Tudo era novo. Então em 1985 a greve foi de muita surpresa, pra quem estava dentro e pra quem não estava no sindicato, por tudo que estava acontecendo” como afirma Ricardo Moraes. Eles tinham muita teoria, uma boa assessoria, mas ainda não tinham vivenciado uma greve geral, apenas algumas greves por empresa e com duração mínima, se comparado aos seis dias da greve geral. Também em função dessa inexperiência o momento da greve foi de intensa atividade, de grande aprendizado, além de grande tensão e muita incerteza, o que faz com que alguns se recordem da movimentação daqueles dias como se estivessem em uma guerra.

Nós tínhamos uma organização, mais uma organização sem experiência, vale ressaltar isso. Nós tínhamos uma teoria. Pela primeira vez a gente tava colocando em prática e não tinha ninguém ali pra nos ajudar a não ser o pessoal da FASE que também só tinham teoria, mas que tinham boa teoria, né? Então nós tínhamos os grupos de fábrica. Todas as tarefas eram divididas. Dentro da fábrica todos sabiam o que cada um ia fazer, só que era a primeira vez que iam fazer. Era colocar em prática pela primeira vez uma operação de guerra e colocaram um comandante para comandar, só que o comandante nunca tinha sido comandante. Ele tava pela primeira vez comandando um conflito brutal, que ele nunca tinha passado e nem nunca tinha visto fisicamente, entendeu? Então eu fiquei responsável de munir. O meu papel era de munir as coordenações de fábrica de informações. Eu tinha uma assessoria, de aproximadamente. Eu e um grupo pequeno de aproximadamente cinco pessoas, nós tínhamos uma assessoria de aproximadamente de 12 a 15 pessoas, que nos dava sustentação nas informações que nós estávamos passando, né? Então eu passava as informações para as coordenações das fábricas lá mesmo no local de fábrica e eles passavam essas informações para os demais trabalhadores pelo sistema de som.²⁷⁵

A favor os trabalhadores tinham, além da determinação das lideranças sindicais e do chão de fábrica, a descrença dos patrões, segundo avaliam alguns dos trabalhadores ouvidos. “Os grandes empresários não achavam que os metalúrgicos, que o sindicato

²⁷⁴ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009. Digitada, p. 3.

²⁷⁵ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 9/10.

dos trabalhadores tinha tanta força de parar o Distrito Industrial”, ressalta Gorete Barbosa. Mas na fábrica Telefunken, em que ela trabalhava, a paralisação atingiu 90%. “Só ficou funcionando a questão do escritório, da contabilidade, porque toda a empresa parou”.²⁷⁶

Embora não contassem com a experiência, as lideranças buscaram estudar bem a situação, definir estratégias e estabelecer metas. Investiam na comunicação produzindo um grande número de informativos em formato de panfletos, jornais ou mesmo “mosquitinhos”, que eram panfletos muito pequenos que traziam normalmente apenas uma ou duas frases com orientação sobre como os operários deviam proceder. Infelizmente muitos documentos deste período se perderam, inclusive a maioria dos panfletos que eram distribuídos aos trabalhadores durante o processo de discussão da Convenção Coletiva de Trabalho e nos dias de greve. Os dirigentes sindicais também procuraram se assessorar, buscando apoio no Dieese, que fazia estudos e indicava argumentos que poderiam ser utilizados nas discussões, além de fornecer dados estatísticos sobre a superexploração do trabalhador.

No dia 6 de junho de 1985, ofício encaminhado à direção do sindicato, pelo Dieese, tendo como tema: campanha salarial, encaminha dados para subsidiar as discussões sobre a campanha que estava em processo inicial. O documento diz, entre outras coisas que

O reajuste mínimo da categoria deve ser de 102,3% a partir de agosto de 1985 para recompor o poder aquisitivo de agosto de 82. [...]

Para suprir as necessidades do trabalhador o salário não pode ser menor Cr\$ 939.911 – Esse calculo considera o valor da Ração Essencial de abril de 1985 para a cidade de São Paulo. [...]

O trabalhador brasileiro tem uma das maiores jornadas do mundo. Na grande maioria das categorias profissionais, a jornada é de 48 horas semanais.

Na América Latina, países bem mais pobres que o Brasil tem jornadas bem menores: - Argentina 46; Chile-setor público 40; Equador 40; Paraguai 40; Perú 40; Uruguai 44; Venezuela 48.²⁷⁷

O documento do Dieese diz ainda que os dados do IBGE de maio mostram que há um crescimento industrial no país na ordem de 9,46%, referente ao primeiro trimestre do ano. “A metalurgia cresceu 5,11%; a indústria mecânica obteve 14,67%; a de material elétrico chegou a 15,87%; a de veículos atingiu 17,47%, a de material de

²⁷⁶ Entrevista com Maria Gorete Barbosa de Oliveira, gravada no dia 20 de outubro de 2009, p. 3.

²⁷⁷ Ofício encaminhado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese, no dia 6 de junho de 1985. Digitalizado do acervo do Sindicato dos Metalúrgicos.

transporte teve 18,66%, etc”, afirma o documento. Estes dados eram trabalhados localmente, com o apoio da FASE, e viravam documento de estudo para as lideranças e muitas vezes chegam aos trabalhadores de forma simplificada através dos boletins e outros materiais de divulgação.

Como foi dito antes, depois de terminada a assembléia que decidiu pela paralisação foram organizados os grupos de fábricas, que reunia alguns trabalhadores de cada uma das indústrias para atuar dentro da empresa, puxar e segurar o movimento pelo tempo que fosse necessário. Pelo relato de Isabel Guimarães podemos ver que mesmo com um planejamento anterior a atuação das lideranças dentro das fábricas acabou contando com um grande grau de improvisação e revelando novas lideranças. Na CCE não havia CIPA e a comissão responsável pela paralisação foi formada pela própria Isabel que participava da sua primeira assembléia, Eduardo que era quem a tinha levado para o sindicato e mais dois trabalhadores. Eles foram de madrugada para a porta da fábrica, mas não conseguiram parar a empresa “foi muita repressão... muito guarda, muita polícia... o pessoal entrou (na fábrica)”, lembra.

A empresa CCE, segundo vários depoimentos, e as notícias divulgadas pelos jornais na época, era a empresa que mais reprimia seus trabalhadores e onde eles vivenciavam as piores condições de trabalho. No primeiro dia da greve, no entanto, eles foram recebidos com um belo café da manhã, inclusive com frutas, numa clara estratégia patronal para esvaziar o movimento. É claro que junto veio a proposta de negociação em separado, sem a presença de representantes do sindicato. A resposta foi dada através de uma trabalhadora que até aquele momento não tinha participação no movimento

aí então uma companheira nossa, que estava no anonimato, que nem para a assembléia tinha ido, só que aquela hora ela sobe em cima da mesa e começa a falar, pega a bandeja e joga no chão [...] e começou a falar que queriam nos enganar porque todos os anos a empresa servia um café igual a todo dia e que no momento em que os trabalhadores foram para o sindicato, a empresa vinha com uma proposta e que a empresa não quer falar com o sindicato, quer falar com a gente e serve aquele café para nos enganar e que o reajuste não é aquele que a gente quer... e aí pronto, tumultuou, aí um pegava e falava e outro falava, foi criando aquela ... foi dando incentivo para o pessoal que estava com medo de ... porque tava todo mundo esperando, mas todo mundo com medo de começar ... inclusive os dois companheiros que eram coordenadores, o Tiago e o outro, o outro desmaiou de tanto nervoso, teve outro que nem apareceu na empresa, aí acabou ficando eu, o Eduardo, e outro cara que surgiu e esta menina, a Telma, né?²⁷⁸

278 Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009, p. 1/2.

Ricardo Moraes conta o mesmo episódio do café com algumas variantes. É a preservação da memória coletiva, porque obviamente o presidente do sindicato não estava na fábrica no momento em que a operária jogou a bandeja e se rebelou contra a armação promovida pela empresa, mas o fato, ouvido de terceiros, é significativo daquele momento, em especial porque aconteceu dentro da CCE a empresa tida como a mais repressora²⁷⁹. Na sua versão, a reação da trabalhadora foi motivada por causa da presença de seu marido na tropa de choque enviada para a porta da fábrica. Segundo o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o policial havia pedido à operária que ela não participasse da greve e ela disse que não participaria se ele não fosse para a porta da fábrica “com comportamento de repressão da greve”. Quando ela chegou à fábrica ele estava lá

E ela disse se você está aqui, você disse pra eu não participar e eu disse que você não viesse, mas já que você veio eu vou fazer a greve e foi ela quem puxou a greve porque não tinha organização dentro da CCE pra pará e ela pegou uma bandeja de comida, de café da manhã... ah um negócio interessante na época do período de ameaças de greve eles reforçavam o café, era um café dez, era um café com melancia, com mamão, melão. E aquilo que era pego num copo e um pedaço de pão passava a ser pego numa bandeja, era um bandejão com pão, com queijo e estas coisas todas, né? Então ela pegou a bandeja dela e quando chegou no meio do restaurante ela jogou a bandeja no chão e uma bandeja de inoxidável jogada no chão faz um barulho dos diabos, né? (risos) Então ela bateu a bandeja e pediu pro pessoal pará e boa parte do pessoal começa a parar a partir daí, desse conflito e ele deixa a mulher. No dia seguinte ela continuou na greve e continuou depois²⁸⁰.

Outras pessoas que até então não haviam participado da organização do movimento, tomam a frente e acabam se constituindo em novas lideranças. Este foi o caso de João Batista, colega de fábrica de Isabel, e que somente no momento da greve passou a contribuir efetivamente com o movimento. Ele diz que é tido como liderança porque durante a greve se manifestava e acabou sendo convidado para participar das

279 Sobre memória coletiva e memória dos trabalhadores podemos consultar os seguintes trabalhos: POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.2, nº 3, 1989 SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Algumas experiências no diálogo com memórias, p.191-207, CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Memórias de um trauma: o massacre da GEB (Brasília – 1959).p.173-190; PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral, p. 296-313, todos In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004. Sobre a necessidade de preservação dos lugares da memória temos o trabalho de RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da Memória Operária. In: *O Direito à Memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 47-56.

²⁸⁰ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 20 de novembro de 2009. Digitada, p. 16.

reuniões que aconteciam no sindicato. Antes, ele era associado, mas não participava, acompanhava o movimento, mas sem se envolver diretamente.

Na CCE também aconteceu o fato mais insólito da greve. Trabalhadores obrigados a permanecer nas linhas de produção por suas chefias começaram a desmaiar por causa do calor e de “nervoso”, segundo Isabel Guimarães. Ela conta que inicialmente, depois do episódio da bandeja de café que foi jogada no chão, apenas 40% ou 50% dos trabalhadores não foram para as linhas de montagem, mas que aqueles que foram acabaram não trabalhando e aderindo à greve por causa da tensão registrada na empresa.

Eles (as chefias) até nos ajudaram – porque falaram que o pessoal tinha que trabalhar e que eles não iam abrir a porta, trancou as portas porque o sindicato ia lá obrigar o pessoal a sair da linha obrigado, o pessoal que não quisesse parar, e o pessoal começou a desmaiar, um monte de pessoas que a enfermaria não cabia de tantas pessoas desmaiadas. [...] Ela (a empresa) quis sair por cima e saiu errado, primeiro dando um reajuste que não era o que a gente queria, dando um café querendo nos enganar, né? E negociar sem o sindicato e depois dizer que o sindicato ia arrastar todo mundo lá de dentro que permanecesse na linha de montagem, isso facilitou porque todo mundo desmaiou mesmo e aí parou tudo de vez, né?²⁸¹.

Os desmaios atribuídos à tensão do momento incomodaram tanto a direção da empresa que o presidente do sindicato dos trabalhadores Ricardo Moraes acabou sendo chamado pela direção para conversar com os operários nas linhas de produção e acalmar os ânimos. Depois de amedrontar os trabalhadores que permaneciam trabalhando teve que recorrer ao líder da greve para minimizar os estragos feitos dentro da própria empresa.

O próprio Marcílio Junqueira, diretor da empresa, chegou a me chamar para eu ir pra dentro da fábrica pra explicar que ninguém queria bater nos trabalhadores. Porque a informação dentro da empresa era de que o pessoal que tava fora gritando pro pessoal sair mais era pra bater nos trabalhadores e eu tive que ir pra dentro da fábrica, falar na linha de montagem pras pessoas que tavam com medo. Tinham pessoas que desmaiavam, que passavam mal, com medo daquela multidão do lado de fora²⁸².

Este depoimento nos revela o quanto as empresas estavam despreparadas para aquele momento. As estratégias utilizadas pela CCE como o café da manhã de qualidade e o fechamento dos trabalhadores nas linhas de montagem, revelaram-se

²⁸¹ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009, p. 3.

²⁸² Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 20 de novembro de 2009. Digitada, p. 9.

completamente inúteis e acabaram fortalecendo o movimento dos trabalhadores. Também revela o uso do autoritarismo como forma de “convencimento” dos trabalhadores, que por sua vez se mostravam ingênuos, ao acreditarem, por exemplo, que os trabalhadores em greve iriam invadir a linha de produção para agredi-los. Mostra ainda como a greve era algo novo para o conjunto dos operários do distrito industrial de Manaus, embora fosse um recurso utilizado por muitas categorias de trabalhadores em todo o Brasil deste o final da década anterior.

Luzarina Varela, embora já participasse do movimento, não foi à assembléia geral da noite de 31 de julho que decidiu pela greve geral. Como responsável pelo time feminino da fábrica Evadin ela preferiu participar da final de um campeonato interno e como fazia sempre, aproveitou a oportunidade para falar com “as meninas” e prepará-las para a greve no dia seguinte, isto porque para as lideranças do movimento a situação era irreversível. As empresas não haviam aceitado negociar as cláusulas econômicas e entre os trabalhadores já circulava a informação de que não havia outro caminho a não ser a greve para verem suas reivindicações atendidas pelos patrões. A sua ausência na assembléia não a impediu de fazer parte da equipe de mobilização dentro da fábrica e a sua “missão” lhe foi repassada por uma companheira que esteve na assembléia e na reunião que teve depois para a formação dos grupos de fábrica.

Quando foi de manhã quando eu entrei na rota, uma moça bem novinha, a Célia, disse Luzarina a sua tarefa, [...] você vai ficar na porta da frente do ônibus e o fulano vai ficar na porta de trás, porque tinha duas fábricas, a Evadin componentes e a indústria. A gente trabalhava na Componentes, e a gente usava a mesma rota. Todo dia o ônibus a gente ia lá pra Evadin indústria tomar café e vinha pra componentes, neste dia eles (os líderes do movimento) conseguiram descobrir, através dos guardas lá da fábrica, que avisaram as meninas que eles iam deixar primeiro o pessoal lá pra poder ir pra Evadin indústria. Então tiraram várias pessoas, eram 35 ônibus, então conseguiram colocar duas pessoas em cada ônibus e não deixar o pessoal descer lá na fábrica. Aí quando o motorista parou e disse quem trabalha aqui é pra descer aí eu fui pra porta do ônibus, e o outro rapaz pra porta de trás e eu da frente e eu disse: companheiros a partir deste momento nós estamos em greve, quando a gente tá em greve a gente não tem patrão, nós somos os nossos patrões hoje e nós não vamos descer aqui. Eu pensei que o pessoal ia se rebelar e não rebelou. Desceu uma enfermeira que tinha lá e uma assistente social e o ônibus foi embora lá pra indústria pra gente juntar com o pessoal e foi um pouco disso que aconteceu.²⁸³

Em todos os dias da greve foi realizado o mesmo trabalho nos ônibus para impedir que os trabalhadores se dispersassem. O depoimento de Luzarina nos mostra

²⁸³ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 3 e4.

que nesta empresa o movimento contava com um bom número de participantes, sendo possível inclusive organizar dois trabalhadores por ônibus para garantir a mobilização. Como Lazarina nos revela que eram 35 os ônibus utilizados pela empresa para transporte dos trabalhadores, isto nos mostra que pelo menos 70 trabalhadores estavam na organização da greve.

Seis dias... era todo dia este trabalho. A gente não deixar o pessoal ficar lá pra ir se juntar com o pessoal da outra fábrica... e a gente conseguia entrar na fábrica, tomar café. [...] lá a gente conseguiu entrar, conseguimos almoçar, conseguimos tomar café, porque não sei se você já passou na frente da Evadin, aquela cerca que tem hoje ela era lá embaixo, lá na beira da rua, não era lá em cima, então era mais fácil pra você ter acesso pra dentro da fábrica e eles também preferiam que a gente entrasse, porque era uma maneira de tentar convencer... algumas pessoas, claro que não ficou 100 por cento. Acho que no sexto dia de greve eu acho que uns 20% da turma tinham voltado a trabalhar. [...] e era assim, tipo assim era matar um leão por dia pra tu manter aquele pessoal e aí a partir daquele momento você já começa a se sentir responsável, aí você não está mais apenas como aquela militante que está dentro da fábrica, você já começa a pensar e se esse povo todo for demitido o que que você vai falar pra eles, entendeu? E era sempre colocado que se a gente se mantesse unido a gente ia conquistá.²⁸⁴

A Moto Honda era uma das empresas que contava com melhor organização, segundo afirmam os trabalhadores ouvidos. Vários líderes do movimento se destacaram depois fora dos portões da fábrica e alguns inclusive chegaram a ocupar cargos públicos como secretarias municipais e estaduais. Amadeu Guedes que trabalhava na empresa conta como foi a paralisação, ressaltando esta organização:

No primeiro dia todo mundo foi tomar café e fomos para as linhas de montagem... aí, quando foi... apitou para as linhas funcionarem, né? Aí o pessoal não ficaram próximo das linhas, portanto as linhas não podiam rodar, porque não tinham funcionários suficientes, né? Aí as linhas pararam. Eu não tou lembrado qual das linhas parou primeiro, é que o tempo passou um pouco. Mas foi como efeito dominó. Se a linha não funciona, né? uma linha, por exemplo, do motor, as outras vão parando porque não dá pra funcionar. Então numa linha de 30 pessoas, se só cinco tão lá, e aqueles cinquinho que tão lá vão pensar: só eu vou ficar aqui e voltaram. Aí começamos a se reunir, ficar fora da empresa. Ficamos assim embaixo das mangueiras, porque a Honda tinha muitas mangueiras e ninguém trabalhando. O pessoal da administração, alguns, a maioria começaram a trabalhar, trabalharam lá nas suas funções. Mas a piãozada que vestiam a bata branca, né? - Na época o pessoal da administração, na Honda, usavam uma bata bege e a piãozada usava bata branca, depois é que modificou e de gerente pra baixo, aliás, agora, de gerente pra baixo todo mundo agora é branca - Começou a não trabalhar... [...] Só sei que no primeiro dia quando foi lá pela hora do lanche a maioria ficou no refeitório, ficou lá. Só que depois de três horas o pessoal começou a falar de futebol e não tinha o que

²⁸⁴ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009. Digitada, p.4

fazer. No outro dia, não sei quem foi que deu a idéia, mas o que tinha de dominó dentro da Moto Honda. [...] As mesas do refeitório se transformaram em mesa de dominó, viraram um lugar onde muita gente jogava dominó a partir do segundo dia. No segundo dia a gente já recebeu muitos boletins informando como estava a greve, quais foram as empresas e isto já foi distribuído. Aí todo mundo já distribuía a vontade lá dentro. Estava em greve e o pessoal distribuía a vontade. O pessoal começaram a ler e a se informar, a saber como estava a situação, as propostas do sindicato e aí os pessoal começaram a discutir esses assuntos. [...] No outro dia o pessoal já trouxeram dominó e jornal pra ler. E os jornais estavam estampados. Na época os principais era A Crítica, A Notícia, o *Jornal do Commercio*. Estes principais. Estes eram os três principais jornais que a gente tinha na época. E estampavam, a greve, comentavam, os atritos que houve em empresas. Houve várias ocorrências com o pessoal, só no primeiro dia.

[...] No primeiro dia, na Honda, eu acho que 90% pararam. Algumas áreas ainda continuaram fazendo algumas coisas, mas do segundo dia em diante pararam direto e o pessoal ficaram parados. E aí o sindicato ia na entrada para dar informações e entregar os boletins para as pessoas e aí a gente distribuía lá internamente.²⁸⁵

A facilidade com que a greve se estendeu pela Moto Honda, atingindo todos os setores da empresa já no primeiro dia, é atribuída por Domício Gamenha ao grande número de trabalhadores engajados no movimento durante o período de sua organização. Ele conta que na Moto Honda havia cerca de 80 pessoas mobilizadas e que cada setor contava com pelo menos umas dez pessoas. O setor dele, o de polimento, contava com 12 pessoas engajadas. “O setor que tinha mais gente nessa organização era a linha de montagem até porque tinha um dirigente sindical naquela linha”.²⁸⁶ A linha de montagem é o setor que normalmente tem o maior número de trabalhadores no chão da fábrica, ou seja, trabalhadores com menor qualificação profissional e que ganham salários menores.

Amadeu Guedes ressalta que depois que a greve se estabeleceu, dentro da Moto Honda a repressão foi bem menor e que até mesmo o acesso aos setores acabou sendo facultado aos trabalhadores

Muita gente ficava no seu setor, outros, né? ficavam no refeitório, especialmente de manhã. A tarde, como era quente, o pessoal voltava e ficavam no seu setor porque tinha ar condicionado. Algum setor tinha ar condicionado... nem todos os setores tinham ar condicionado, mas a maioria tinha ar condicionado central. A tarde era realmente muito quente e a gente ficava no setor jogando dominó, conversando. É, mais não trabalhavam, ficavam aguardando, ouvindo notícias. Alguns traziam rádio pequeno pra ficar ouvindo as notícias pelo rádio, além de ler o jornal. Um comprava o jornal, lia e passava

²⁸⁵ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009. Digitada, p. 7/8.

²⁸⁶ Entrevista com Domício Mateus Gamenha, gravada no dia 14 de dezembro de 2009. Digitada, p. 2.

pro outro. Como é que é... as vezes cada um pegava uma página pra lê, pra passar o tempo (risos) e a liderança ficava circulando²⁸⁷.

Mas, a realidade não era a mesma em outras fábricas e o próprio Domício Gamenha conta que teve medo no primeiro momento, quando participou da mobilização com o objetivo de parar a Philco.

Eu diria pra mim foi um dia de muito medo. Olha só, muito medo. Quando no momento nós íamos parar a primeira empresa. Eu diria assim, era a primeira empresa que a gente ia parar, que entrava três e meia da manhã. Antes da Moto Honda nós fomos parar a Philco da Amazônia. Quando chegamos na Philco da Amazônia, quando deparamos com uma fileira mais de 200 soldados da polícia de choque e os trabalhadores chegando de ônibus e os caras mandando entrar e a gente dizia para, para, para... Todo mundo entrou, todo mundo entrou, pouco trabalhador ficou fora da empresa e nesse dia os trabalhadores, todo mundo tenso, a gente nunca tinha parado, dizia assim, essa polícia, o cara fica com medo, todos com máscara, de cacete, do choque mesmo dando porrada na gente, é. Então foi terrível... Mas quando saímos de lá e fomos pra Moto Honda, que lá a gente tava mais mobilizado, aí já foi diferente²⁸⁸.

Trabalhador da Philco na época da greve, Hamilton Madeira, com formação em engenharia, ocupava um cargo técnico. Ele lembra que a empresa tentava passar a imagem de que era mais liberal²⁸⁹ e que por isso os supervisores comentaram que ali não aconteceria o que estava havendo na Moto Honda. A empresa, como nos contou Domício Gamenha, não parou no primeiro dia da greve. “Só que ele não sabia que estava falando sozinho, com o colega dele, e todos os que estavam atrás dele iam parar no outro dia”. No primeiro dia Hamilton Madeira estava na organização do movimento externo à fábrica. No segundo dia ele foi um dos líderes da paralisação.

Nós entrávamos cinco e meia, né? Chegávamos lá quatro e meia, por aí... quatro e meia, cinco. Primeira questão: ninguém vai entrar, ficar aqui na entrada, bater o ponto e ficá. Aí houve uma discussão interna nossa: entrar e bater o ponto ou entrar e ir para a esteira e aí resolvemos por maioria entrarmos, bater o ponto e ficar no pátio. [...]

Então a questão da montagem, né? Nós tínhamos os cabeças de áreas, os organizadores, os pontos chaves ... Esse cabra lá, se ele parasse parava tudo e aí todo mundo ficava ocioso ali atrás e vamos, vamos... havia uma certa força, vamos,vamos, não vamos ficar aí²⁹⁰.

²⁸⁷ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009. Digitada,, p. 10.

²⁸⁸ Entrevista com Domício Mateus Gamenha, gravada no dia 14 de dezembro de 2009. Digitada, p. 3.

²⁸⁹ Aqui a palavra liberal tem o sentido liberalizante, e não liberal no sentido econômico do termo.

²⁹⁰ Entrevista Hamilton Madeira Macedo, gravada no dia 10 de novembro de 2009. Digitada , p. 4.

Pelo depoimento de Hamilton Madeira vemos que a forma de organização fordista²⁹¹ das fábricas/montadoras da Zona Franca de Manaus de certa forma também contribuiu para facilitar a paralisação em algumas fábricas, uma vez que a linha de produção dependia para funcionar que cada trabalhador estivesse fixo no seu ponto de trabalho, ou no seu lugar na esteira. Faltando alguns trabalhadores a esteira teria que ser parada porque faltaria a sequência no processo de produção. Esta característica do trabalho nas empresas do Distrito Industrial de Manaus na metade dos anos de 1980 também pode ser observada em depoimentos de trabalhadoras registrados por Iraildes Caldas²⁹² em que elas lembram que para ir ao sanitário precisavam aguardar que a substituta chegasse aos seus postos de trabalho. O posto não podia ficar desguarnecido, a linha não podia parar. A substituta era em geral uma empregada com mais tempo de serviço e que já havia trabalhado naquele ponto da linha, uma vez que cada operária era responsável pela colocação/montagem de um item no produto.

Por outro lado uma empresa montadora, como qualquer outra empresa, não funciona apenas com a linha de montagem e o conhecimento desta realidade foi o que levou a organização do movimento a cuidar especialmente de formar grupos de fábrica com componentes do maior número possível de setores, mas especialmente das linhas de montagem. Havia, no entanto, setores estratégicos dos quais dependia o sucesso do movimento e que deveriam trabalhar durante a paralisação para dar sustentação à greve, como explica Ricardo Moraes.

Então tinha toda uma articulação, por exemplo, na hora de se organizar o grupo de fábrica nós tínhamos que ter um guarda de segurança. Nós tínhamos que ter um ou uma telefonista, nós tínhamos que ter uma pessoa da área de saúde. Ele não precisava tá na greve, ele não estava organizado pra tá na greve,

²⁹¹ “a linha de montagem em série fordista constituiu-se nada mais do que dois elementos básicos: a) Um mecanismo de transferência que pode ser um trilho, uma esteira, ou um conjunto de ganchos ligados a um mecanismo de tração integrado a um comando único que lhe transmite um movimento regular ao longo do tempo. A cada um desses ganchos, ou em cima da superfície da esteira, os objetos de trabalho são atados e assim são transferidos para praticamente todas as seções de trabalho em que se divide o setor de produção, sofrendo a intervenção dos trabalhadores (que, por sua vez, se encontram distribuídos uniformemente em cada ponto dessas seções) até que possa ser, então, retirado da linha, testado, embalado e levado ao estoque de produtos acabados; b) Um conjunto de postos de trabalho uniformemente dispostos lado a lado, a cada trecho por onde passa o objeto de trabalho trazido pelo mecanismo de transferência, e nos quais já estão presentes, na forma de pequenos estoques e com mecanismos que permitam seu mais fácil acesso aos trabalhadores, os instrumentos, as ferramentas e as matérias-primas que serão utilizadas por eles na tarefa estritamente determinada que têm para cumprir. Esses postos de trabalho são geralmente numerosos, ocupados por um trabalhador cada e ordenados de forma linear e, sendo mínima a intervenção de cada um na produção como um todo (correspondendo a um número pequeno de operações), a cada um deve ser levado o objeto de trabalho semitransformado no mesmo ritmo”. PINTO, Geraldo Augusto. *A Organização do Trabalho no Século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.31/32.

²⁹² TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Edua, 2005.

ele era pra tá dentro da fábrica pra cuidar da greve. Um da cozinha ou dois, podia até ser mais, mas tinha que ter gente destes setores estratégicos, entendeu? Porque estes setores a que eu estou me referindo era o coração da fábrica: segurança, telefone, alimentação e saúde. Então as pessoas passam mal e aí tinha que ter uma pessoa. Na enfermaria são poucas pessoas, mas tinha que ter uma pessoa nossa lá. Então essa pessoa ia dizer não, quando o cara dissesse não vamos dar o remédio pra tal pessoa que tá passando mal, aí ela dizia não tem que dá, ele é um operário da fábrica, entendeu? Então a alimentação: não nós temos que fazer aqui, é o contrário. A nossa greve é preparar a comida pra eles porque eles estão lutando pelos nossos salários, então se ganhar todos nós ganhamos e então vamos preparar a comida e prepará melhor hoje porque é pros grevistas (risos), entendeu? O segurança era para na hora certa abrir a porta pra entrarem ou pra saírem, porque as vezes ficavam presos dentro da fábrica ... Então os setores estratégicos, isso tudo era uma coisa pensada pela coordenação da greve, pra que não faltasse nem um detalhe.²⁹³

Lindemberg Pereira foi um dos líderes da paralisação dentro da Philips. Como era membro da CIPA tinha imunidade e também por isso cabia a ele o esforço de manter o movimento. A cobrança vinha dos dois lados: dos trabalhadores que o viam como líder e do sindicato que tinha nele a liderança que deveria segurar a greve estimulando os trabalhadores a continuarem apesar das pressões da empresa.

cada dia era um aprendizado, cada dia que a gente chegava na porta da fábrica era um encaminhamento diferente. Um belo dia a gente chega na fábrica e nós fomos impedidos de entrar, nós da linha de frente. A polícia estava lá, né? e a comissão de choque e inclusive policiais militares disfarçados, que agora eu senti que muitas vezes a gente foi usado, porque se confundiam com os operários, a gente acabava passando algum tipo de encaminhamento pensando que era funcionário da empresa e na verdade não eram. Eram policiais civis disfarçados e enfim e o que a gente contava quando fomos impedidos, com os companheiros que estavam lá dentro, né? E nós usávamos o microfone, o auto-falante e pedia para que os trabalhadores não parassem, continuassem e fomos na época atendidos, porque a maioria voltou, saiu da fábrica, veio para o pátio da empresa onde nós estávamos e fizemos uma corrente lá e não deixamos mais os ônibus passarem pra a entrada dos funcionários e chegamos a bloquear também as entradas das fábricas, né?, de certa forma, porque se as lideranças não podiam estar lá dentro e também não era interessante que nenhum trabalhador ficasse na linha de produção, mas nas dependências da empresa.²⁹⁴

Uma das características desta greve no distrito industrial foi a corrente de solidariedade que se estabeleceu entre os trabalhadores de fábricas diferentes. Quem tinha mais força e organização dava uma “mãozinha” para aqueles que ainda estavam mais frágeis. Um dos exemplos dessa ação é narrada por Lindemberg Pereira

²⁹³ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 20 de novembro de 2009. Digitada, p. 11.

²⁹⁴ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada no dia 21 de outubro de 2009, p. 4.

num desses momentos, fizemos uma passeata até a Douglas, que era uma empresa vizinha à Philips, então nessa passeata chegamos na Douglas, eu lembro muito bem quando nós chegamos e nós vimos de longe a vibração das funcionárias, porque a maioria era funcionárias da Douglas, vibrando porque elas achavam que tinha chego o socorro, que tinha chego o anjo do céu que ia salvar tudo. Mas realmente, naquele momento era uma força, era um fortalecimento pra elas também e porque uma vez a gente apresentando na porta da Douglas os funcionários da Philips que foram levar solidariedade aos movimentos delas, com certeza isso foi fundamental porque veio crescer e fortalecer mais aquelas companheiras e companheiros que continuaram o movimento, né?²⁹⁵

Luzarina Varela também lembra deste tipo de ação, quando os trabalhadores de uma empresa apoiavam o movimento de outra. Ela lembra especialmente a mobilização que teve início na Moto Honda e que “vieram parando tudo quanto foi fábrica”.²⁹⁶ Outra ação importante para estimular os trabalhadores a continuarem e até ampliar o movimento era a presença da direção do sindicato nas portas das fábricas, em especial do presidente Ricardo Moraes que tinha uma forte liderança. Esta estratégia é lembrada por Amadeu Guedes, ressaltando que eram priorizadas as maiores fábricas e o pedido para que os trabalhadores não aceitassem provocações porque se tratava de um movimento pacífico.

Depois o sindicato ia pras portas das outras fábricas priorizando quais eram as empresas que tinham muitos funcionários que era para o presidente do sindicato ir lá e dizer: nós tamos em greve por isso e por isso. Nenhum companheiro pode trabalhar, deve trabalhar por isso e por isso, né? Nós vamos evitar... manter a calma. Vamos evitar provocações, para alertar as pessoas pra ter muito prudência durante a greve.²⁹⁷

Silvestre Paiva como um dos coordenadores não ficou dentro da empresa em que trabalhava nos dias da greve. Assim como Ricardo Moraes, ele percorria o distrito industrial as vezes resolvendo problemas, outras vezes convocando os trabalhadores à greve e sempre repassando as informações do comando para aqueles que lideravam a paralisação dentro das fábricas. Ele tem algumas lembranças muito interessantes destes dias, como a da chegada em uma fábrica que contava com apenas 13 empregados e ao indagar do vigia sobre os trabalhadores recebeu como resposta que todos haviam se dirigido para a Bola da Suframa. A surpresa foi porque naquela fábrica não havia sido

²⁹⁵ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada no dia 21 de outubro de 2009, p.4.

²⁹⁶ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009. Digitada, p.4.

²⁹⁷ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009. Digitada, p. 10.

realizada sequer uma assembléia geral para discutir a greve, mostrando a espontaneidade do movimento.

Mas nas lembranças de Silvestre Paiva também está registrada a sensação de desconforto que sentiu quando chegou à Bola da Suframa onde seria realizada a primeira assembléia geral dos trabalhadores depois de deflagrado o movimento e se deparou com um número enorme de policiais militares

Eles fizeram um cerco policial que parecia que a gente tava fazendo alguma coisa que tava ferindo alguma coisa da Nação, né? Aí a gente na hora tinha levado bandeirinhas do Brasil, bandeirinhas de papel que a gente tinha feito. Só fizemos acionar aquilo e fazer a nossa manifestação com aquelas bandeirinhas e foi muito marcante aquilo ali, porque até parece que a gente tava (riso) desafiando eles, né? Pra eles, naquele momento, com certeza era um desafio mesmo. Mas pra nós não. Era um ato da gente conquistar liberdade, conquistar, fazer conquista do salário. Isso mexeu, mexeu não, marcou pra mim. E mexe com a gente também, de ver o quanto o aparato da polícia, aparato do Estado, não estava pra sociedade, mas para poucos da sociedade que seria no caso o capital, os empresários. Não tava pra sociedade que precisava deles realmente²⁹⁸.

Neste momento Silvestre Paiva revela a tomada de consciência dos trabalhadores de que o Estado, ao contrário do que deveria, nem sempre defende os que realmente precisam dele. Tendo contra si o poder econômico e o político, representado pelo Estado, o movimento dependia fundamentalmente do empenho individual e coletivo das suas lideranças, que acabavam com excesso de atribuições para atender toda a demanda da mobilização. A rotina para aqueles que atuavam na coordenação geral era extremamente exaustiva. Eram poucas pessoas para executar muitas tarefas.

Praticamente a gente era uma média de 30 pessoas, mas estes trinta pra uma média de 10 ou 12 mil que estavam parados era muito pouco. Então a gente tirava tarefa: vai na casa do fulano que ele tem que levar panfleto, tem que avisar ele pra fazer alguma coisa. O encaminhamento que ia sendo tirado tinha que passar pra outro. Então quem ia era a gente, que era diretor do sindicato, eu, o Ricardo e outros companheiros, uma média de 12 companheiros no máximo. Quem ficava com as maiores tarefas realmente era eu e o Ricardo²⁹⁹.

Ao presidente da entidade era reservado um volume de trabalho que se estendia de uma madrugada a outra. Além das articulações com os movimentos sociais que apoiavam a greve e as negociações com a classe patronal através da Justiça do Trabalho,

²⁹⁸ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009. Digitada, p. 5.

²⁹⁹ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, idem, p. 4/5.

cabia em especial ao presidente da entidade sindical dar sustentação ao trabalho que era realizado nas fábricas, quando os momentos se tornavam mais críticos, como vimos anteriormente no caso da CCE.

Eu rodava todas as fábricas, todas as fábricas. Eu não parava de andar e numa hora x eu me reunia com a minha equipe, assessoria, e dava as coordenadas gerais e a gente voltava pro distrito industrial e a noite tinha o comando de greve. A noite a gente reunia o comando de greve. Cada fábrica tinha um comando e esse comando ia prum determinado local e a gente ia avaliar todos os comportamentos do pessoal e como estava o pique da moçada e o que fazer no dia seguinte. Além das assembléias gerais que a gente tinha, passamos a ter no final da tarde [...] uma reunião de avaliação de como fazer no dia seguinte, né? como seria a estratégia do dia seguinte? [...] O comando de greve ia pro sindicato e dormia no sindicato. Por quê? A gente fazia isso porque, além da gente ficar em reunião até muito tarde, com medo de que esse pessoal pudesse ser atacado no caminho de casa, entendeu? Ou em casa... por um policial mandado ou pessoas pagas pra fazer isso, então essas pessoas ficava no sindicato. Então dormia lá umas duzentas pessoas mais ou menos no sindicato. Compramos colchões e as pessoas dormiam dentro do sindicato e naquela época não tinha ar condicionado não. Era só no chão brabo. Era no chão não, nos colchonetes.³⁰⁰

Cabia também às lideranças o contato permanente com as entidades que davam apoio à mobilização. Estas entidades formaram um comitê de apoio à greve dos metalúrgicos que contou com representantes de várias entidades sindicais. Esse comitê tinha a função de apoio ao movimento tanto política quanto financeiramente, sendo responsável pelo fundo de greve, que deu sustentação financeira ao movimento. Foram os recursos do fundo que garantiu alimentação para os trabalhadores que ficavam no sindicato e/ou percorrendo as fábricas e para aqueles cujas empresas se negaram em algum momento a fornecer alimentação.

Quando nós começamos a campanha salarial de 85 nós começamos a mobilizar os apoiadores pra fazer o fundo de greve. O fundo de greve era organizado pela APPAM e pela Igreja Católica. A Igreja fazia a arrecadação dentro das igrejas, no ofertório para o fundo de greve e com o apoio da APPAM que tinha professores em todos os colégios pedindo que quando as pessoas fossem na igreja deixassem a sua ajuda lá para o fundo de greve. Então a APPAM e a Igreja foram dois braços fundamentais na organização dos trabalhadores da época. [...] Por exemplo, os professores iam pra igreja pedir pra que fosse depositado. O Marcus Barros foi quem coordenou. Na primeira greve o coordenador do fundo de greve foi o Marcus Barros. Isso é só a coordenação dele, mas isso tava o Aluísio Nogueira, tava Ribamar Bessa, Ricardo Bessa, essas personalidades todas aí, eles estavam, e outros nomes que me perdoem

³⁰⁰ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 10.

porque eu não lembro mais. Eles estavam nas rádios pedindo pra que quando as pessoas fossem na igreja fizesse as suas doações para o fundo de greve, né?³⁰¹

O apoio de segmentos da sociedade durante a paralisação também foi importante e a nosso ver determinou, em parte, o posicionamento da imprensa neste momento, como veremos no próximo capítulo. Gorete Barbosa, participou da comissão de mobilização da greve, que era responsável pela distribuição de alimentos e água para os trabalhadores e também ajudava na arrecadação de recursos para o movimento. Ela lembra a boa receptividade da população durante os pedágios que foram realizados para arrecadar recursos como momentos muito especiais, de muita solidariedade.

Olha, naquele período era tão bonito que o povo dava era dinheiro. A gente pedia um real e o povo dava cinco, dava dez. Nas igrejas, nas missas, no final da missa era quilo de arroz, quilos de feijão, tudo o povo doava nas missas. Naquele tempo a coisa era muito animada, o povo participava mesmo. Nós não tivemos problemas durante todos os dias de greve, inclusive com alimentação não. O povo ajudava, as igrejas ajudava... todos ajudava. Dom Milton na época ajudava, que era o bispo da época, entendeu? Menina era... todo mundo participava assim. E o importante é que a gente ficava lá do lado de fora e falando lá na boca de ferro, lá em cima do carro e o povo, quando a gente pensava que não, o povo tava todo do lado da gente, ia pra rua, ia pras caminhadas e era assim a participação. Foi muito boa.³⁰²

O apoio maciço da sociedade civil, o engajamento de várias entidades sindicais e religiosas foi uma constante nesta primeira greve dos trabalhadores metalúrgicos de Manaus. Mas mesmo toda esta mobilização da sociedade não fez com que a greve contasse com o apoio de parte da classe política, como veremos a seguir.

2.5 – A Reação da Classe Política

Quando a greve geral dos metalúrgicos de Manaus de 1985 começou os parlamentos municipal e estadual estavam em recesso. Era o período de férias do meio do ano, que normalmente se estendia por todo o mês de julho e em alguns casos entrava no mês seguinte. A Câmara Municipal de Manaus voltou às sessões no dia 5 de agosto – primeira segunda-feira do mês - e a Assembléia Legislativa do Amazonas apenas no dia

³⁰¹ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, idem, p. 8

³⁰² Entrevista com Maria Gorete Barbosa de Oliveira, gravada em 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 3.

13, terça-feira. A ALE não tinha sessões nas segundas-feiras. Para a maioria dos parlamentares o fato da data base dos metalúrgicos coincidir com o recesso parlamentar deve ter sido um alívio, uma vez que a maioria deles não assumiu qualquer postura em relação ao movimento e outros tantos fizeram pronunciamentos dúbios a respeito da questão.

Nas atas dos poderes legislativos há um farto registro sobre os embates envolvendo os parlamentares em função da paralisação dos metalúrgicos. Nas atas da Câmara temos a transcrição dos discursos dos vereadores, o que nos permite ver com mais clareza qual eram realmente os seus posicionamentos. As atas da Assembléia Legislativa são mais pobres, porque não transcrevem as falas dos oradores, apenas relata o assunto abordado, não nos permitindo conhecer os argumentos dos parlamentares, mas apenas a versão da pessoa que secretariou a sessão.

Como a cidade vivia o período pré-eleitoral na Câmara, que contava com 21 cadeiras, os grandes embates eram travados em torno da sucessão municipal. As eleições nas capitais aconteceriam no dia 15 de novembro e por isso em agosto os partidos já haviam definido os seus nomes e a campanha ganhava corpo. Os nomes dos candidatos a prefeito estavam postos: Amine Lindoso, pelo PDS, Manoel Ribeiro, pelo PMDB, Aluysio Nogueira, pelo PT, e Botinelly pelo PDT. A maioria dos discursos nos primeiros dias de sessão do segundo semestre eram dos vereadores do PMDB e do PDS que defendiam os candidatos de seu partido e atacavam os adversários.

Na primeira sessão ordinária da Câmara de Manaus, realizada no dia 5 de agosto, o primeiro vereador a se referir à greve foi Ivanildo Cavalcanti (PMDB), que aparece na ata da assembléia geral dos metalúrgicos do dia 31 de julho em que foi deflagrado o movimento paredista. O parlamentar parabenizou os trabalhadores pela iniciativa, motivada, segundo ele, pela intransigência da classe patronal. Disse o vereador

Sr. Presidente eu quero também parabenizar o trabalhador do Distrito Industrial, na greve deflagrada, Sr. Presidente, por intransigência dos patrões que provocaram os trabalhadores até que, enfim, os trabalhadores foram obrigados a deflagrar uma greve que até então, Sr. Presidente, era contornável. Mas a ganância patronal é tão grande, que querem pegar, Sr. Presidente, o suor e o sangue do trabalhador amazonense e levar, Sr. Presidente, esse suor em forma de dólar para o Exterior. E aí está o nosso repúdio e o nosso protesto aqueles que, efetivamente, só procuram tirar do trabalhador o pouco que ele tem, que é a sua força de trabalho, vendendo por pouco ou mais nada ao mercado. É aí, Sr. Presidente, que está o nosso protesto, que prevalece na

medida em que o patrão não reconhece o seu exorbitante lucro e procura, Sr. Presidente, querendo se transformar em vítima e ponto toda a culpa no trabalhador. Por isso Sr. Presidente, sem demagogia e sem oportunismo compareci e compareço, ajudei com uma pequena soma dentro das minhas possibilidades ao fundo de greve. E peço, aqui neste momento, que todos os companheiros Vereadores também ajudem os trabalhadores do Distrito Industrial. É no sentido de que eles possam efetivamente arranjar o pão nosso de cada dia com mais decência, porque cabe a eles, ao comando de greve, é angariar esses recursos, no sentido de que possam efetivamente ajudar os trabalhadores que vivem à margem, Sr. Presidente, da própria sociedade que ele constrói, que é a riqueza dessa grande Nação.³⁰³

O próximo vereador a se pronunciar foi Antônio Lira (PMDB) e seu discurso é uma prova do distanciamento da maioria dos parlamentares da realidade dos trabalhadores do Distrito. Elogia os trabalhadores pela greve, mas retoma um discurso muito comum à época de que havia um complô de São Paulo para acabar com a Zona Franca de Manaus. Discurso ainda usado, e infelizmente com sucesso, em todos os períodos pré-eleitorais onde os políticos locais se colocam como os defensores do modelo. Nesta “lógica” os trabalhadores que lutavam contra a superexploração da sua força de trabalho estariam sendo manipulados pelos paulistas para prejudicar o Estado do Amazonas. Vamos voltar a esta questão no capítulo seguinte quando abordaremos o olhar da imprensa sobre a greve, porque é através das páginas dos jornais que vemos com clareza o uso desta xenofobia pelos “paulistas”³⁰⁴. Mas, para ficar mais claro a incoerência do discurso do vereador transcrevemos na íntegra a sua fala.

Sr. Presidente, gostaria de levar a minha solidariedade aos companheiros do Distrito Industrial, por entender; aliás, eu vou me manifestar através da imprensa, pois o que está acontecendo por parte dos patrões, é um boicote para levar daqui a nossa Zona Franca para São Paulo. Mas, eu gostaria de dizer aos tubarões do Distrito Industrial: Da mesma forma que se comportaram os Vereadores de Manaus junto com os senadores e secretários de Estado, nós iremos às últimas consequências, mas, não vai mais acontecer a cruxificação de funcionários, de operários; não vai mais acontecer o que vinha acontecendo anos e anos, o roubo do suor do trabalhador.

Quero dizer, Sr. Presidente, que está de parabéns todos os funcionários do Distrito Industrial. E gostaria, Sr. Presidente de fazer um alerta; gostaria inclusive de implorar, até, a todos os Vereadores para que ficassem atentos e apoiassem aqueles companheiros operários (taquígrafo Ervani).

³⁰³ Ata da reunião do dia 05.08.85, da Câmara Municipal de Manaus, p.5/6, arquivada na Caixa 27, do Arquivo da Diretoria Legislativa, que está no Arquivo Administrativo (arquivo morto), no segundo andar do prédio da CMM. Discurso registrado pela taquígrafa Aldeisy Vaughan.

³⁰⁴ “Paulista” é uma denominação geral utilizada em Manaus para designar todos os brasileiros, vindos de qualquer outro Estado, com exceção do Nordeste, que têm como objetivo explorar as riquezas e a mão-de-obra amazonense. São mal vistos enquanto exploradores ou mesmo na condição de trabalhadores que têm como objetivo “roubar” os postos de trabalho da população local, mas admirados quando se trata de empreendedores, alto executivos ou dirigentes das multinacionais. Uma relação de admiração e ódio, que a nosso ver merece estudo mais aprofundado, especialmente de sociólogos ou outros cientistas sociais.

Gostaria realmente, Sr. Presidente, de fazer um alerta, gostaria inclusive de implorar até a todos os Vereadores para que fossem atentos e apoiando aqueles companheiros operários, porque só assim eu tenho certeza que eles se sentirão mais fortes contando com o nosso apoio. Chega de sacrifícios dos operários, chega de roubarem o suor e a mão de obra daqueles que constroem a riqueza³⁰⁵.

O discurso mais longo deste dia sobre a greve foi do vereador Paulo França, também filiado ao PMDB. Seu discurso, feito após o de Antônio Lira, não foi menos confuso. Disse ele:

Eu me dirigirei hoje a uma pessoa, o economista, o Dr. Marcos Barros Freire, ele naturalmente está acompanhando essa briga dos operários do Distrito Industrial. E sabe que o pleito que fazem os operários não é injusto, Dr. Marcos naturalmente sabe que essas reivindicações tem uma análise mais profunda do que possam supor as pessoas menos avisadas ou então mal intencionadas como tem alguns empresários, Sr. Presidente. A primeira análise que se faz onde se pode apegar para justificar o aumento justo dos trabalhadores, é justamente a remessa de lucros que vem ocorrendo na Zona Franca de Manaus, desde a criação do Decreto 288. E a remessa de lucro Sr. Presidente, se fortalece em outros estados como São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, têm empobrecido nosso Estado do Amazonas. Isso é muito simples de ser ver, de se analisar que São Paulo tem usufruído muito mais da Zona Franca do que nós amazonenses, que as vezes que eles enviam ou se supõem enviar televisões e outros produtos para a Zona Franca, é uma mentira muito grande porque só fica no papel, Sr. Presidente, e esses produtos não chegam na Zona Franca de Manaus.

É preciso estar atento, que a remessa de lucro tem que ser contida, e tem que ser contida nessa forma porque os trabalhadores aumentando o seu poder aquisitivo, aumentando o seu poder de compra, estarão inclusive ajudando o Estado na arrecadação do ICM. E nessa hora, junto, do lado dos trabalhadores, porque eu entendo que não se pode analisar, não se pode deslumbrar uma realidade onde os empresários usufruam de mansões, dão para seus cavalos aveia e maçã e para os nossos trabalhadores apenas lágrimas de sangue, suor, gastos todos os dias nas fábricas Sr. Presidente. E a revolta, Sr. Presidente, é porque as insinuações acontecem e que os trabalhadores podem estar sendo manipulados para prejudicar a zona Franca. Eu entendo que chegou a hora de nós vermos, de nós analisarmos, de nós nos posicionarmos em defesa da Zona Franca, mais para os amazonenses, para os trabalhadores amazonenses Sr. Presidente, porque se eu vejo os cavalos do Sr. Matias Machiline³⁰⁶ sendo tratados a aveia, leite e maçã. É impossível que os nossos trabalhadores continuem sendo ignorados, continuem sendo vilipendiados, continuem sendo aviltados no seu poder de compra dos seus salários, dos trabalhadores. (taquígrafa Aldeisy Wauchan)

³⁰⁵ Ata da reunião do dia 05 de agosto de 1985 da Câmara Municipal de Manaus, p.8/9, discurso registrado pelos taquígrafos Ervani e E. Pinho.

³⁰⁶ Mathias Machiline era o proprietário da Sharp e meses antes havia se envolvido em uma discussão sobre o caráter das mulheres amazonenses ao afirmar que as empregadas da Sharp usavam uniformes para se distinguirem das demais mulheres locais. Esta fala do empresário divulgada pela imprensa e traduzida como se ele tivesse afirmado que as mulheres que trabalhavam na empresa eram prostitutas rendeu alguns pronunciamentos inflamados nas câmaras legislativas e provavelmente alguns votos na eleição seguinte para seus autores.

Eu entendo, Sr. Presidente que o DIESE já se posicionou de que o salário mínimo do trabalhador deveria ser Cr\$ 3.000.000 (Três milhões de cruzeiros). Então, o que os trabalhadores pedem, hoje, solicitam, reivindicam dos seus patrões, é justamente uma medida justa para que possa sobreviver, não subviver, Sr. Presidente, como ocorre atualmente.

Aos trabalhadores é oferecida a alimentação, é oferecida a comida no local de trabalho ou seja nas fábricas, mas há de se lembrar também que os trabalhadores deixam em suas casas uma família que, muitas vezes, não tem o mínimo para sobreviver, Sr. Presidente.

E eu sei que o tempo é curto, é mínimo e encerro, dizendo que na verdade a Zona Franca tem que parar de enriquecer uns poucos, à uma minoria, aos empresários, dando fortalecimento ao lucro. Eu quero neste instante dizer que chegou a hora do trabalhador amazonense, chegou a hora do operário do Distrito Industrial fazer valer realmente a sua força, a força que faz a união, a força que mostra a solidariedade em toda a nossa sociedade, porque, Sr. Presidente, a miséria de muitos, não pode ser, apenas, a benesses que está dirigida a poucos, a uma minoria.

Eu gostaria de dizer que a Câmara Municipal de Manaus está solidária com os trabalhadores do Distrito Industrial.³⁰⁷

Na sequência falou a vereadora Lourdes Lopes do PDS, partido que, como dissemos antes, apoiava a ditadura. Ela estava no momento envolvida em uma briga de “paróquia” com os vereadores Edmilson Fumaça e Luiz Souza, onde a troca de ofensas já havia chegado às mãos dos parlamentares. Como os vereadores do PMDB, Lourdes Lopes também apoiou os grevistas, depois de um longo discurso sobre a candidatura de Amine Lindoso para a prefeitura, afirmando que a sua candidata apoiava os trabalhadores do Distrito Industrial, numa provocação aos vereadores do PMDB, uma vez que o candidato da situação era o empresário Manuel Ribeiro e segundo um jornal local estaria contra a greve dos operários. Lourdes Lopes afirmou que a sua candidata ao contrário manifestava publicamente o seu apoio aos trabalhadores, inclusive com o envio para o jornal A Crítica de uma carta de próprio punho manifestando o seu apoio.

Dona Amine Lindoso apoio de seu próprio punho, indicando e endereçando uma cartinha aos nosso jornal famoso de Manaus, “A Crítica”, onde dona Amine defende o trabalhador, onde D. Amine gostaria, juntamente com todos nós, que houvesse uma unidade dessa classe sindical, e que todos se unissem para conseguir, sem dúvida, um objetivo procípuo: conseguir o seu objetivo irrisório que é o piso salarial; conseguir através dos empregadores que, eminentemente, é uma classe patronal que apóia a usura, apóia verdadeiramente o lado da moeda, o outro lado que vem encarecer e jogar na fome os trabalhadores e, acima de tudo, os seus familiares. Não só d. Amine, mas acredito que a maioria dos vereadores e também em especial a vereadora Lourdes Lopes apóiam a greve no Distrito Industrial, pois é constitucional, é um direito adquirido do trabalhador; esteja ele onde estiver ele tem o direito de

³⁰⁷ Ata da Câmara Municipal de Manaus de 05 de agosto de 1985, p.12/13 e 14.

levantar a voz juntamente com a massa trabalhadora, para conseguir aquilo que lhe é devido e lhe é de direito.³⁰⁸

Lourdes Lopes continuou enaltecendo a sua candidata e afirmou que lamentava que o candidato do PMDB ficasse contra o trabalhador, “apoando a classe da usura que é a classe patronal, apoiando a classe empresarial”, ressaltando que Manoel Ribeiro era ex-presidente da Associação dos Exportadores de Manaus, entidade que congrega várias empresas beneficiadas pelos incentivos da Zona Franca. E depois de tecer uma série de comentários sobre a precariedade das relações de trabalho no distrito industrial a vereadora direcionou sua bateria contra o empresário Mathias Machiline, presidente da Sharp, que meses antes havia sido acusado de discriminar as mulheres amazonenses.

A vereadora também faz críticas à Nova República, afirmando que as mesmas pessoas que “assaltaram o Brasil” continuavam no poder a exemplo de Antônio Carlos Magalhães que antes era chamado de “Toninho Malvadeza” e naquele momento havia se tornado o “Toninho Ternura”. Discurso muito interessante para uma integrante do PDS. Mas, como nos interessa a reflexão da classe política sobre a ação dos trabalhadores, não podemos deixar de transcrever uma parte do pronunciamento da vereadora em que ela, mesmo criticando a postura dos que têm preconceito contra o amazonense reforça a velha tese de que o amazonense é preguiçoso, afirmando:

Esta pessoa (Machiline), considerada persona non grata pela Vereadora Lourdes Lopes, projeto do Vereador Ivanildo Cavalcante, é persona non grata desta cidade de Manaus inteira e, porque não dizer, do Estado do Amazonas, que chama acima de tudo o caboclo amazonense de indolente, que chama acima de tudo o caboclo, nosso irmão de sangue, de preguiçoso. Se eles agem assim é porque oportunidade o nosso irmão amazonense não tem. A única oportunidade que tem é de ser roubado, é de ser assaltado os seus bolsos no mensal quando recebe uma quantia mísera que não dá nem para atender às necessidades básicas de suas verdadeiras famílias.³⁰⁹ (grifo nosso).

Depois de Lourdes Lopes foi a vez do líder do seu partido se pronunciar. Sebastião Reis, líder do PDS, também inicia sua fala ressaltando as qualidades da candidata do partido à prefeitura de Manaus. Sobre o movimento paredista dos operários ele afirma:

Estamos, hoje, aqui, Sr. Presidente, em nome do bom senso e também da dignidade, porque jamais aceitarei patrocínio financeiro de empresário do Distrito Industrial na minha campanha política, para repudiar o comportamento

³⁰⁸ Ata da Câmara Municipal de Manaus do dia 05 de agosto de 1985, p. 18, taquigrafia de E. Pinho.

³⁰⁹ Ata da Câmara Municipal de Manaus, idem, p. 20. Taquigrafia de Aldeisy Waughan.

político administrativo da Suframa, do Governador do Estado e do candidato a Prefeito de Manaus, ex próximo do ano 2.000, segundo o Vereador Bianor Garcia, quando o Jornal do Comércio do sábado, em sua primeira página, este jornal prescreve que Ribeiro é contra a greve do Distrito. Quero parabenizar, Sr. Presidente, o Vereador líder do PMDB pelas suas palavras, as palavras inflamadas do Vereador Ivanildo Cavalcante, do Vereador Antonio Lira e, até, do Vereador Edmilson Fumaça que aqui externaram o seu repúdio, a forma como os empresários tratam os operários do Distrito Industrial.³¹⁰

Sebastião Reis também aproveita para criticar o candidato da situação que segundo a imprensa tinha se posicionado contra a greve dos operários, afirmando que ele é patrocinado pelas indústrias. Depois de um aparte da vereadora Lourdes Lopes, que ressalta mais uma vez a necessidade da oposição eleger o prefeito, Reis volta a se referir aos metalúrgicos, dizendo que apóia o movimento porque ele conta com o apoio da Igreja,

a Igreja Católica de Manaus, que veio publicamente dizer que é favorável a greve, porque a greve é o único instrumento legal que a classe trabalhadora tem para defender e reivindicar os seus direitos. E é em nome desta fé, da fé que nos irmana, da fé que cerca a figura corajosa e brava desse líder sindical, Ricardo Moraes, que, inclusive, tem sido ameaçado não só de morte, mas com propostas propineiras e imorais para que traia os metalúrgicos, aqueles que o levaram a dirigir a sua classe. É dentro destes princípios, Sr. Presidente, que me irmano na luta da Igreja Católica e presto a minha solidariedade aos trabalhadores que lutam para ganhar Cr\$ 670.000. Aqui nesta casa tem Vereador que não consegue, sequer, mais fazer um rancho mensal com o ordenado pelo qual lutam os trabalhadores para comprar comida, roupa para os seus filhos, para comprar remédios, para pagar transporte... É a realidade que lutamos hoje, é dentro deste princípio que vamos brigar, emanados, imbuídos desta fé.³¹¹

O vereador Edmilson Fumaça, para se referir ao movimento operário preferiu a leitura de um discurso previamente escrito, datilografado em uma página e meia, que começa afirmando que a vereança é uma função social e que ele estava ocupando a tribuna para publicamente afirmar que estava ao lado dos grevistas, “que estão em greve geral em busca de um piso salarial de um milhão e 141 cruzeiros, que, inexplicavelmente vem sendo rejeitado pela classe patronal”³¹². Afirma o vereador que o piso solicitado é “irrisório e insignificante”.

³¹⁰ Ata da Câmara Municipal de Manaus, do dia 05 de agosto de 1985, p. 23. Taquigrafia de Amélia Scantelbury.

³¹¹ Ata da Câmara Municipal de Manaus, idem, p. 25/26. Taquigrafia de Ervani Pinho e Amélia.

³¹² Página sem numeração, cópia do discurso escrito, anexada entre as páginas 34 e 35 da Ata da Câmara Municipal de Manaus do dia 05 de agosto de 1985.

Por essas razões, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, é que apoio com toda a minha força, o movimento paredista dos operários do distrito industrial, pois a greve é um instrumento de força que o operário dispõe para atingir aos níveis salariais, que pleiteiam a fim de que possam suportar o custo de vida que vem castigando a todos os amazonenses.

É inacreditável, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, a falta de sensibilidade e de bom senso dos empresários do distrito industrial que, como diz o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, continuam com o coração pulsando nos bolsos de seus paletós, enquanto a classe operária fica passando privações de toda espécie. [...]

É necessário que os empresários do distrito industrial, tirem o coração de dentro de seus bolsos e o recolque no peito esquerdo, a fim de que eles possam melhor e fazer uso da razão, concedendo o piso salarial de um milhão 141 mil cruzeiros pretendido pelos operários.

Desejo a imediata reabertura das negociações, com os empresários abrindo seus corações e concedendo o piso salarial pleiteado pelos operários. É bem verdade que existem fábricas pequenas que vão sentir dificuldades, mas para examinar problemas deste tipo, é que deve haver negociação, com as duas partes fazendo uso do cérebro em busca da razão.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, enquanto os empresários pensarem e agirem com os bolsos e não com o cérebro, eu estarei ao lado dos operários, apoiando, por esta, como já disse acima, é um instrumento de força do qual o operário não pode e nem deve abrir mão.³¹³

Após o pronunciamento de Edmilson Fumaça o vereador Luiz Souza usou a tribuna e ao dar prosseguimento à sua briga com Lourdes Lopes acabou provocando uma série de discussões paralelas levando o presidente a encerrar a sessão por causa do tumulto. No dia seguinte as primeiras falas são ainda sobre o conflito entre os vereadores. O vereador Paulo França líder do PMDB se refere à greve dos metalúrgicos para desagrar o seu candidato a prefeito, Manoel Ribeiro, que havia sido acusado de ser contra o movimento paredista. “Realmente se Manoel Ribeiro estivesse contra os trabalhadores e estivesse simplesmente a favor dos empresários, eu também estaria contra ele”, afirmou o vereador, ressaltando que falara com o seu candidato e que este havia apenas chamado atenção para a necessidade do movimento ser conduzido pelas “lideranças autênticas”, se referindo às notícias que davam conta de que os partidos de esquerda, PT e PC do B, estariam manipulando o movimento operário.

Não vão dizer depois que eu sou contra os trabalhadores, eu sou contra o Partido que tenta manipular a classe dos trabalhadores. Se querem fazer uma manipulação que façam do Sindicato um órgão do Partido, um órgão do Partido dos Trabalhadores, mas não queiram manipular os trabalhadores, Sr. Presidente, porque se manipulação de trabalhadores elegeisse [...] desse resultado hoje o Lula seria Governador de São Paulo e não Franco Montoro do PMDB. E o detalhe mais importante ainda, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, é que

³¹³ Página sem numeração, cópia do discurso escrito, anexada entre as páginas 34 e 35 da Ata da Câmara Municipal de Manaus do dia 05 de agosto de 1985.

mesmo agora na Nova República muitas greves espocaram em todo País e não houve repressão policial, não houve pancadaria em operários, não houve intervenção em sindicato porque o PMDB, o Presidente José Sarney a Frente Liberal tem compromisso com os ideais democráticos, com os ideais da liberdade. E entendo hoje, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, que esse relacionamento não deve ter a ingerência do Estado para tentar superar-se um entendimento, um acordo. Os trabalhadores devem fazer negociações diretas com os seus patrões.³¹⁴

Em aparte o vereador Américo Loureiro, que também era do PMDB, manifestou a sua preocupação com o cumprimento das leis, num discurso em que ao mesmo tempo em que parece defender os direitos dos trabalhadores critica a decisão da greve e o sindicato, mostrando seu total desconhecimento da organização sindical e até mesmo dos procedimentos trabalhistas.

Nobre Vereador Paulo França, esse assunto de greve do Sindicato dos Metalúrgicos, já toma a atenção de toda a nossa cidade como muito bem V. Ex^a está colocando e também coloca os posicionamentos da Nova República. Se não houver cuidado de cumprimento das leis e no direito de que os trabalhadores tem nós vamos voltar no tempo e continuar 64. Nós vamos voltar inclusive aquela época onde descampava de canto a canto deste País a anarquia. As leis existem e elas tem que ser cumpridas. O Ministro do Trabalho hoje, Almir Pazzianoto, foi advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ele também dirigiu meia dúzia de greves ilegais porque a lei de greve que aí está ninguém consegue no mundo fazer uma greve legal, todas elas são ilegais. Então, eu (ilegível) que a primeira coisa, a primeira medida que esse homem devia tomar em prol desse Ministério que ele assumiu, seria expulgar essa lei. Fazer uma lei para que o trabalhador tivesse a sua defesa. Agora, também tem que ressaltar a incompetência dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, porque eles deixaram maliciosamente, o Fernando Bonfim, ganhar tempo e eles não tem mais como recorrer ao dissídio aí recorreram à greve, recorreram a isso que aí está. Eles perderam simplesmente o tempo da legalidade da coisa aí apelaram. Deviam sim, ter competência para dirigir o Sindicato e através das próprias leis que aí estão para serem obedecidas, terminando as conversações da Convenção e não chegando a um acordo, eles impetrariam um dissídio coletivo e o Tribunal iria decidir. Mas aí o Fernando Bonfim maliciosamente ganhou camaradas no queixo e deixou eles perderem o tempo do dissídio e agora apelaram para a greve. Poderão sim provocar uma série de demissões em massa. Eu agradeço inclusive em nome da classe trabalhadora desse Estado, ao Fernando Bonfim e à classe empresarial por terem aberto o diálogo ontem. Em nome dos trabalhadores deste Estado como sindicalista que sou eu digo obrigado a classe patronal por ter aberto as conversações novamente ontem porque eles já tinham fechado e abriram porque quiseram, por bondade.³¹⁵

³¹⁴ Página sem numeração, identificada como III parte da Ata da Câmara Municipal de Manaus do dia 05 de agosto de 1985. Taquigrafia de Ervani Pinho.

³¹⁵ Página sem numeração constante da Câmara Municipal de Manaus do dia 05 de agosto de 1985. Taquigrafia de Raimunda Maquiné.

O discurso de Américo Loureiro pode ser interpretado como resultado do comprometimento de parte da classe política com o empresariado ou como o desejo de agradar aqueles que possuíam recursos e poderiam vir a financiar as próximas campanhas eleitorais. Como sindicalista, que afirmava ser, o vereador deveria saber que a opção pela greve é uma alternativa dos trabalhadores e que a data base dos metalúrgicos era 1º de agosto e, portanto, não tinham perdido o prazo quando optaram pela paralisação. Mas, nos parece que a fala do vereador na verdade mostra o distanciamento entre a prática sindical que o vereador defendia e o “novo sindicalismo”, representado naquele momento pelo Sindicato dos Metalúrgicos.

Outro vereador a apartear Paulo França foi Eduardo Braga, para como ele mesmo afirmou colocar o seu posicionamento sobre a greve. Braga estava trocando o PDS pelo PMDB. Começou pela defesa do candidato Manoel Ribeiro, que a seu ver não teria se posicionado contra a greve, mas dito que era justa e que os empresários estariam esticando a corda “num momento de crise econômico-social e uma tensão social muito grande na nossa cidade”. Na sequência ele falou sobre o seu posicionamento pessoal a respeito do movimento dos trabalhadores.

Eu gostaria de reafirmar o meu posicionamento de que é certo de que precisamos proteger a propriedade particular, a propriedade privada, mas é óbvio, é justo, que tenhamos que garantir a livre manifestação do pensamento, um dos princípios básicos e elementares da democracia. E que também é uma função espoliatória de todo Partido político tentar usar uma reivindicação justa da classe trabalhadora em benefício partidário, em benefício eleitoreiro.

No dia anterior, conforme notícias veiculadas na imprensa, partidários do PC do B e PT haviam entrado em conflito na Bola da Suframa, ponto de concentração dos grevistas. Os dois partidos buscavam filiar os trabalhadores. Braga, depois de lembrar este fato, afirma que a greve é socialmente justa e que

é preciso que haja equilíbrio por parte dos trabalhadores, por parte dos empresários e por parte do governo, [...] o momento é de tensão social, e qualquer manifestação no sentido de tumulto pode deflagrar um problema de agressão física incontornável, levando inclusive a trabalhadores inocentes a morte que não tem como se recuperar.³¹⁶

³¹⁶ Página sem numeração da Ata da Câmara Municipal de Manaus, do dia 05 de agosto de 1985. Taquigrafia de E. Pinho.

Na sequência Paulo França pede que seja registrado em ata que no dia da assembléia geral dos trabalhadores o parlamento municipal estava representado por três vereadores, sendo ele próprio, Ivanildo Cavalcante e Eduardo Braga. Na ata da assembléia geral realmente consta a presença de Ivanildo Cavalcante e Eduardo Braga e Melo França, que supomos ser Paulo França, uma vez que não havia naquele momento nenhum vereador com o nome mencionado na ata.

No dia em que os trabalhadores retornaram ao trabalho, depois de conseguirem uma negociação com os empresários no Tribunal Regional do Trabalho, os vereadores voltaram a falar sobre o assunto. Logo no início da sessão Paulo França pediu uma questão de ordem para fazer uma defesa do governador Gilberto Mestrinho por ele não ter “interferido” nas negociações entre trabalhadores e empresários, atendendo a uma tendência da nova política brasileira, defendida inclusive pelo ministro Almir Pazzianoto. Segundo França

A interferência do governo quer de um lado ou de outro, fatalmente conturbaria ainda mais as negociações. Eu entendo, endosso completamente que os trabalhadores não tenham aceito a interferência do Secretário da Indústria e Comércio, deputado José Cardoso Dutra. Endosso completamente por se nós tivermos consciência, que se nós quisermos viver uma nova realidade não deve haver essa interferência. Os trabalhadores não precisam de ninguém para o estarem conduzindo para um lado e para outro.³¹⁷

A autonomia sindical era uma das reivindicações do “novo sindicalismo”. Os trabalhadores não queriam a interferência do Poder Executivo nas negociações salariais. Mas, é preciso ressaltar que eles também não queriam que o Executivo se posicionasse a favor do capital. A postura favorável do Executivo ao empresariado já havia, inclusive, sido denunciada dias antes pelas lideranças dos trabalhadores quando se recusaram a aceitar o então secretário de Indústria e Comércio, Jose Dutra, como mediador nas negociações com os patrões.

Neste dia o vereador Emílio Santiago também fez uso da palavra para parabenizar os trabalhadores. Disse ele “congratulo-me com a greve que se encerrou, porque com aquela greve os operários cumpriam com o seu dever”, acrescentando que não houve desavenças entre os “sofridos operários”, durante o movimento paredista. Outros vereadores estavam mais preocupados com os riscos que corria a zona franca com a eterna ameaça de redução dos incentivos fiscais, como foi o caso do vereador

³¹⁷ Ata da Câmara Municipal de Manaus do dia 06 de agosto de 1985. p.1/2.

Bianor Garcia que fez um pronunciamento afirmando que Manaus estava em perigo e criticando aqueles que se posicionavam contra as isenções e elogiando os que a seu ver se posicionavam a favor de Manaus, como o ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães. O líder do PMDB, Paulo França, em aparte, também falou sobre a questão da informática e que o desemprego rondava o Distrito Industrial e em seguida apresentou uma reflexão confusa sobre o fim da greve.

E gostaria de acrescentar para concluir, nobre Vereador Sebastião Reis que ontem me posicionei e mostrei efetivamente, havia uma tentativa de manipulação ou manipulação mesmo dos partidos para minha surpresa, tanto do Partido dos Trabalhadores como do PC do B, estão dizendo das negociações que foram bem ou não foram bem; que muitos erros caracterizaram a greve; que os trabalhadores pararam na hora certa. Enfim, uma análise deve estar a critério, deve ser projetada pelo Sindicato dos Trabalhadores e não apenas neste instante, mais uma vez tentar usurpar este direito que tem o trabalhador no seu direito legítimo.

Gostaria, Sr. Presidente, não de fazer um apelo, mas, um alerta, porque ainda ontem alguns trabalhadores me procuraram para mostrar a sua insegurança, porque eles não conseguiram negociar a estabilidade de emprego, a estabilidade nas fábricas. E a Gradiente, a CCE, a Sharp, as grandes empresas, não vão respeitar e vão demitir em massa. Então, é bom que estejamos atentos para este processo, porque não estou fazendo suposição, foram os trabalhadores que já estão com suas cartas de demissão batidas e hoje, estarão fatalmente recebendo aviso prévio.³¹⁸

Mas, antes de concluir não deixou de criticar os partidos que segundo a sua visão estavam manipulando o movimento e voltou a falar da sua preocupação com as demissões ressaltando que o Sindicato dos Metalúrgicos já anunciara que se houvessem demissões haveria novas greves. Américo Loureiro, apartando França também falou dos aventureiros que tentavam manipular os trabalhadores, usando segundo ele uma fala do deputado Arthur Neto que dissera que os operários estavam sendo usados por industriais paulistas. Loureiro disse ainda que o sindicato dos metalúrgicos tinha uma arrecadação de duzentos milhões e meio, dinheiro para custear as campanhas eleitorais do PT e do PC do B. Ao concluir lembra que foi eleito Operário Padrão em 1977.

Já o vereador Sebastião Reis, da tribuna, informou que no dia anterior havia participado da reunião em que foi fechado o acordo entre trabalhadores e classe patronal, justificando sua ausência à sessão do dia anterior, mas também fala sobre a manipulação dos trabalhadores por “políticos politiquinhos” afirmando que precisa fazer justiça porque no local além do professor Aloysio Nogueira e Ricardo Moraes do PT

³¹⁸ Ata da Câmara Municipal de Manaus do dia 06 de agosto de 1985, p. 12/13.

estava o deputado do PMDB João Pedro, “tentando fazer filiação do PC do B. Parece-me que quando é militante do PMDB, não há problema nenhum e ninguém quer ver”³¹⁹. Neste momento o PC do B, assim como outros partidos, estava se organizando e arregimentando trabalhadores para fortalecer suas bases, com o fim do bipartidarismo e o fim da clandestinidade dos partidos comunista. O deputado João Pedro que até então era do PMBD fazia parte do grupo que reorganizava o PC do B no Estado.

Em resposta Paulo França, líder do PMDB, ressaltou que João Pedro estava era filiando para o PC do B e não para o PMDB e apresentou ao plenário o panfleto que, segundo ele, foi distribuído pelo PT no final da greve e que rendeu vaias aos que faziam a distribuição. A briga política pela greve, pelos corações e especialmente pelos votos dos trabalhadores também é revelada por França quando ele conta que ele e Braga foram hostilizados por alguns trabalhadores durante a assembléia em que os operários decidiram pela greve. Segundo ele, os que os hostilizaram eram membros do PT que haviam sido candidatos em 1982 e não haviam conseguido se eleger. Sebastião Reis ao se pronunciar ressaltou a organização dos trabalhadores e questionou as afirmações de que a greve seria motivada por manipulação de empresários paulistas.

Eu gostaria de dizer, para encerrar, que os trabalhadores do Distrito Industrial resolveram suspender a greve, suspender não é acabar, em função de eles entenderem que houve uma vitória parcial no movimento, no momento em que os empresários aceitaram dialogar com as máquinas paradas. E esta, sem dúvida, foi a primeira vitória. E aqui continuo desafiando qualquer empresário do Distrito Industrial ou qualquer homem de bom senso que me prove que com setecentos mil cruzeiros dá pra comer, beber, pagar luz, água, manter fardamento escolar de meninos, para vestir e calçar. Esses empresários do distrito industrial que declararam que em quatro dias havia um prejuízo de quarenta milhões de cruzeiros – o Governador do Estado declarou que só num dia o Estado perde um bilhão e meio – se me provarem que setecentos mil cruzeiros dá para qualquer cristão sobreviver, eu vou acreditar que havia interferência do empresariado paulista: eu vou acreditar em todas essas tentativas de manipulação. Aqui tanto se condena a participação política, mas tem que se condenar a participação aproveitadora daqueles que pegam carona desses movimentos, na tentativa de tornar-se simpáticos aos trabalhadores e como isso faturarem eleitoralmente.³²⁰

Em aparte ao seu líder, a vereadora Lourdes Lopes, ressaltou que os grevistas não conseguiram tudo o que desejavam. mas que “deram um grande passo” e que a sua organização servia de alerta para a classe empresarial. Sebastião Reis ressaltou que mantinha a sua postura de não receber apoio financeiro de empresários e finalizou parabenizando os trabalhadores:

³¹⁹ Ata da Câmara Municipal de Manaus do dia 07 de agosto de 1985, p. 20. Taquigrafia de Amélia.

³²⁰ Ata da Câmara Municipal de Manaus do dia 07 de agosto de 1985, p. 22 e 23. Taquígrafo: E. Pinho.

Essa classe dos trabalhadores precisam se unir muito mais, quero parabenizar o metalúrgico, o Presidente daquele sindicato Ricardo Moraes, que com bravura e eu diria até sem muito estudo Sr. Presidente, estudo de universidade, debater frente a frente com os empresários os seus problemas, as suas lutas e até tecnicamente, mostrando aos empresários porque é muito fácil mostrar que o trabalhador desse Estado é roubado.³²¹

Pelos discursos podemos observar que a greve não chegou a motivar a maioria dos vereadores a se pronunciarem, uma vez que apenas seis deles em algum momento falaram sobre o movimento. E entre os que falaram também nota-se a indefinição de posicionamento. Embora de uma forma geral manifestassem apoio aos trabalhadores, alguns criticaram o líder do movimento e até mesmo a greve, como instrumento de luta dos trabalhadores. É interessante observar também que o momento era de nova acomodação partidária e os discursos dos vereadores do PDS e do PMDB pouco diferem um do outro. Todos queriam de certa forma se colocar como “amigo” dos trabalhadores, obviamente preocupados com os votos, uma vez que a campanha eleitoral se aproximava. Ao final notamos que havia sim uma grande mobilização político-partidária com o PC do B se reorganizando depois de longo tempo na clandestinidade e o PT surgindo como alternativa eleitoral, inclusive com candidato próprio ao cargo majoritário. Neste processo os votos dos trabalhadores metalúrgicos com certeza faria a diferença.

No dia 13 de agosto, primeiro dia de sessão da semana seguinte ao fim da paralisação, a greve dos metalúrgicos voltou a ser comentada na Câmara Municipal, durante reunião solene para homenagear os operários, com a presença do metalúrgico que havia sido eleito Operário Padrão naquele ano, Francisco Fernandes de Almeida, empregado da Philco. O operário foi saudado pelo vereador Ivanildo Cavalcante que destacou a luta do trabalho e do capital e Sebastião Reis que ressaltou a situação de penúria dos operários amazonenses, incentivando-os a continuarem unidos. Também falaram os vereadores Bianor Garcia e Américo Loureiro, que pediu que os trabalhadores elessem como representantes sindicais pessoas que não fossem fazer política e anarquismo.

O homenageado começou sua fala ressaltando que tinha dez anos de Philco e que era diretor financeiro do Sindicato dos Metalúrgicos, fazendo um discurso de críticas dirigidas aos governos que a seu ver não se renovava e de certa forma respondendo àqueles que criticavam o movimento paredista da semana anterior.

³²¹ Ata da Câmara do dia 07 de agosto de 1985, p. 25. Taquígrafo sem identificação.

Gostaria também de me pronunciar um pouco politicamente e dizer em meu nome pessoal e em nome de alguns nossos companheiros aqui, que o nosso país não passou por 20 anos de espúrio e de roubo não, nós continuamos, simplesmente trocaram as “moscas”, mas continuam sugando da mesma maneira. Então, companheiros, nós não viemos aqui para receber enaltecimento dessa espécie política, nós estamos aqui esperando de vocês dedicação e o trabalho de vocês pelas comunidades, e achando que aqui se trabalha pela comunidade e que aqui se define todas as nossas diretrizes que saem do município. Além do mais, como militante sindicalista, eu gostaria de dizer que tenho a honra de fazer parte do Sindicato mais combativo do Estado. E dependendo do nosso sindicato nem mais um sindicato pelego se elege nesse Estado. Desde o dia que o Sindicato dos Metalúrgicos ganhou as nossas eleições, toda classe trabalhadora está protegida, porque nós amparamos toda e qualquer oposição sindical que apareça neste Estado pra derrubar todos esses pelegos e moscas que aparecem por aí a sugar o sangue do trabalhador.³²²

Francisco Fernandes de Almeida criticou os políticos por não terem uma participação ativa durante o movimento grevista. Criticou também os políticos que utilizaram a imprensa para se colocarem contra a greve

Políticos que almejam cargos altos nesse Estado vão ao jornal e se posicionam ao contrário a um ato em que o trabalhador tenta de todas as maneiras possível ganhar um salário mais justo, um salário que dê pra viver. Se trouxe equipes de São Paulo que fez avaliações e se viu que a lucratividade das empresas são excessivas. E as empresas além de serem fortes ainda contam com apoio de alguns políticos que não nos apóiam, políticos que vão ao jornal e se posicionam contrário as reivindicações do trabalhador.

Os deputados, por causa do calendário de atividades da Assembléia Legislativa puderam se esquivar do movimento, porque como dissemos antes o legislativo estadual só retornou do recesso de meio de ano no dia 13 de agosto. A greve já havia acabado há vários dias, mas mesmo assim o deputado Samuel Peixoto usou a tribuna para criticar a atitude da polícia e dos responsáveis pelas fábricas do Distrito Industrial. Foi aparteado por Damião Ribeiro que afirmou que a polícia se fez presente ao distrito “apenas para garantir o patrimônio das empresas”. João Pedro Gonçalves comentando o assunto, afirmou que o modelo econômico do país devia ser modificado³²³.

Quase um mês depois o tema greve voltou a ser assunto no plenário da ALE e causou tumulto, motivando inclusive a interferência da presidência para que os trabalhos pudessem ser reconduzidos. Mas a greve em questão não era a dos

³²² Ata da Câmara da reunião solene realizada no dia 13 de agosto de 1985, sem identificação de página.

³²³ Ata de 50ª Reunião Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, do dia 13 de agosto de 1985, p 1/2

metalúrgicos. Era a dos bancários, que em Manaus fortaleciam o movimento paredista nacional. O primeiro parlamentar a falar sobre o tema foi Damião Ribeiro que “disse, que Nova República veio estimular as greves, visto que os candidatos prometeram soluções imediatas, o que não aconteceu, acrescentando não acreditar na Constituinte”³²⁴. Ele recebeu aparte do deputado Cleuter Mendonça que denunciou que o ministro da Justiça havia contatado os governadores para que eles utilizassem a Polícia Militar para amedrontar os grevistas. O deputado Armando Freitas disse que a ALE vinha recebendo e apoiando os movimentos grevistas, mas que no caso da greve dos bancários ele se colocava contrário porque a seu ver ela visaria apenas “tumultuar a vida da Nação, numa afronta à sociedade brasileira”³²⁵. O deputado Samuel Peixoto, em aparte, discordou de Armando Freitas e segundo a ata “Nessa altura, verificaram-se acalorados debates entre o orador e o seu aparteante, fato que motivou a interferência da Mesa”. Em seguida João Pedro manifestou solidariedade aos grevistas e teve o apoio dos deputados Samuel Peixoto e José Maria Monteiro.

O registro do confronto entre os deputados sobre a greve dos bancários também nos mostra como eram dúbios os seus posicionamentos quando o tema era o confronto entre o capital e a força de trabalho. Assim como na câmara os posicionamentos independem a que partido pertençam os parlamentares. Seus posicionamentos, com raras exceções, se mostram contraditórios.

Com relação a greve geral do metalúrgicos ainda houve um novo momento para discuti-la dentro do parlamento estadual. No dia 17 de setembro há o registro por parte da presidência da Casa do recebimento de ofício do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos comunicando que iria comparecer no dia seguinte à ALE atendendo convite do deputado Samuel Peixoto. Neste mesmo dia há uma reunião extraordinária com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) para discutir questões indígenas, outro tema bastante freqüente nas sessões legislativas nos anos de 1980.

Como confirmado através de ofício, Ricardo Moraes esteve na Assembléia no dia 18 de setembro de 1985, sendo conduzido ao plenário pelos deputados Armando Freitas e Waldir Barros. Com a presença do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos a 66ª reunião ordinária foi transformada em especial. Como convidado, Ricardo Moraes

³²⁴ Ata da 63ª Reunião Ordinária da Assembléia Legislativa do Amazonas, realizada no dia 12 de setembro de 1985, p.1.

³²⁵ Ata da 63ª Reunião Ordinária da Assembléia Legislativa do Amazonas, idem, p.2.

foi o primeiro a falar, agradeceu o convite formulado por Samuel Peixoto e “destacou os resultados da greve dos metalúrgicos”³²⁶. Na ata conta o seguinte registro:

Usou da palavra o deputado Samuel Peixoto, regosijando-se com a presença do visitante e especialmente, pela maneira como vem defendendo os interesses do trabalhador pela conquista de melhores dias para a sua prole. Após, fez as seguintes indagações: - qual a razão que o levou a deflagrar a greve do Distrito Industrial; - qual o apoio da sociedade amazonense nesse movimento grevista; - qual o apoio recebido dessa Casa, por parte dos parlamentares; - quais as anotações contidas em sua agenda, que o levou a responder inquérito na Polícia Federal. Em resposta, o Sr. Ricardo Moraes prestou os seguintes esclarecimentos: que ao confrontar o lucro altíssimo de certas empresas industriais em 82 e o salário dos operários dessas empresas, verificou a grande disparidade existente; por essa razão, esse Sindicato resolveu tomar uma posição; com relação ao apoio da sociedade amazonense, disse que os grevistas receberam total solidariedade. Após, destacou, que por ocasião da greve dos trabalhadores do Distrito, clamavam insistentemente a presença dos parlamentares, visando o apoio da classe política. Finalizando, prestou os devidos esclarecimentos sobre as anotações contidas em sua agenda. Da tribuna, o parlamentar Armando Freitas solidarizou-se com o Sr. Ricardo Moraes, pelo trabalho que vem desempenhando à frente do Sindicato, discordando, todavia, das anotações. A seguir, indagou, se o sindicalista é empregado; se não teme a volta do regime passado. Em resposta o Sr. Ricardo Moraes informou que é funcionário da empresa PHILIPS à cinco anos, e encontra-se afastado para exercer a função de Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Após, frisou que na sua concepção, o Brasil significa melhora de vida, de cultura, de alimentação e saúde para seus filhos. Esgotado o tempo regimental destinado a presente reunião, foi a mesma encerrada e convocada “ex-officio” uma Extraordinária para logo a seguir³²⁷.

Obedecendo ao regimento interno da Assembléia, ao concluir a sessão especial teve início a reunião extraordinária, dando continuidade as discussões que estavam sendo feitas, conforme mostra a ata

A seguir, foi dado prosseguimento aos debates com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Para uma comunicação, manifestou-se o deputado Jamil Seffair, dizendo que se ausentará do plenário para participar de um programa de rádio. Em seguida, usou da palavra o senhor Ricardo Moraes, fazendo um retrospecto do Movimento Militar de 1964, enfatizou que é do PT e não é candidato a cargo político. Prosseguindo o deputado Humberto Michiles, durante sua exposição sobre o que ocasiona as greves, disse que para haver uma democracia plena, deve existir uma sociedade organizada, o que se faz necessário, e os problemas surgidos, dever ser resolvidos entre operários e patrões, uma vez que, no seu ponto de vista, as greves, de fundo político, na atual conjuntura, tem contribuído para prejudicar os trabalhadores, embora entenda, que as reivindicações, têm que ser feitas, porém sem agressividades,

³²⁶ Ata da 66ª Reunião Ordinária da Assembléia Legislativa do Amazonas, realizada no dia 18 de setembro de 1985, p.05.

³²⁷ Ata da 66ª Reunião Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, realizada no dia 18 de setembro de 1985, p.05/6.

fazendo com que os empresários tenham o operário, como parte de seu capital. Indagou: o que ganhou a classe dos trabalhadores em termo de conscientização; o que as greves ocasionaram aos patrões. O visitante explicou sobre a importância que adquiriram as organizações, adiantando que nenhuma demissão é feita sem a comunicação para o Sindicato. Novamente com a palavra o deputado Humberto Michiles, apelou, no sentido de que seja dada uma atenção toda especial às mulheres casadas, visto que existe uma discriminação muito grande quando vão à procura de emprego. Esclarecendo, o senhor Ricardo Moraes, lamentou que isso venha ocorrendo no Distrito Industrial, não só por ser casada, mas também pela idade. Seguiu-se a deputada Elizabeth Azize, dizendo que quando ocorreu a greve, se encontrava ausente de Manaus, e agora ao tomar conhecimento dos fatos, ficou surpresa com a atitude da Superintendência da Polícia Federal, por haver encontrado uma agenda; daí indagar, como a mesma foi encontrada; e se o Processo seria uma maneira de intimidar todas as organizações de classe. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos explicou em detalhes o relacionado com a agenda encontrada no Tribunal, como chegou às mãos da Polícia Federal e registrada nos jornais locais. No seu entender, é uma maneira de intimidar e desmoralizar o seu trabalho diante de sua categoria. Como não houvesse mais oradores inscritos, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos fez suas considerações finais, agradecendo o autor do convite e a todos os deputados que participaram do debate; quanto aqueles que não formularam perguntas, acentuou, que não têm o direito de criticar e nem se pronunciar sobre a questão. Nada mais ocorrendo, foi encerrada a reunião e marcada a ordinária para o dia seguinte, à hora regimental³²⁸.

Embora talvez um pouco longa as transcrições das atas se fazem necessárias para verificarmos como os parlamentos se comportaram diante da greve dos metalúrgicos. Parece-nos que eles, tanto quanto as lideranças do movimento e os empresários ficaram surpresos com a capacidade de mobilização dos trabalhadores e muitos, inclusive, não sabiam como se posicionar em relação à greve, na medida em que paralelamente ou junto com a organização do movimento dentro das fábricas se fazia também a organização do Partido dos Trabalhadores, portanto, uma nova força política que surgia. É interessante lembrar que o país voltava a ter eleições diretas para todos os cargos e que além dos partidos de esquerda tradicionais que voltavam à legalidade o novo partido também iria lançar candidatos nas eleições seguintes, aumentando a concorrência para a disputa das vagas na Câmara Municipal. Observamos que nas eleições municipais de 1988 Ricardo Moraes foi o candidato a vereador com a segunda maior votação, próximo de 6 mil votos. Ele não assumiu uma cadeira no legislativo municipal porque o PT não conseguiu fazer legenda.

³²⁸ Ata da 76ª Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, realizada no dia 18 de setembro de 1985, p.1/2.

2.6 – Entre Vitórias e Derrotas, o Aprendizado

Para que a greve de agosto de 1985 nas indústrias da Zona Franca de Manaus acontecesse foi preciso muito trabalho daqueles que estavam engajados no movimento. Como vimos anteriormente as lideranças nascentes ou “em construção” participavam de seminários, encontros, debates, cursos e uma série de eventos promovidos pela FASE, pelo Sindicato ou pela CUT. Recebiam muita teoria sobre revolução, mobilização de trabalhadores, greves e organização de classe. Para todos foi grande o aprendizado, mas para alguns o preço a ser pago pela militância foi muito alto. Muitos tiveram inclusive que mudar de ramo de atividade porque não conseguiram mais emprego nas indústrias. A partir da crescente mobilização dos trabalhadores as empresas começaram a montar as famosas listas negras com os nomes daqueles que tinham algum tipo de liderança, para impedir o acesso deles ao trabalho. Quem era demitido em uma empresa por causa do movimento operário não conseguia trabalho em outra. Era o castigo por pensar e mais ainda por agir em prol do benefício coletivo.

Inicialmente as listas eram formadas pelas empresas a partir da sua realidade interna. Depois, segundo alguns depoimentos, as divergências evidenciadas dentro do próprio movimento metalúrgico contribuíram para aumentar a perseguição daqueles que discordavam dos rumos que a direção do sindicato estava tomando. Não nos ateremos a esta questão por ser posterior à greve geral, mas o fato é que alguns depoimentos nos revelam que mesmo as diretorias dentro do que convencionamos chamar de “novo sindicalismo” adotou a prática de enviar às empresas os nomes daqueles trabalhadores que não tinham mais estabilidade, como se estivesse “estimulando” as suas demissões. Este é o caso de Luzarina Varela, que guarda até hoje o documento encaminhado pelo sindicato à empresa em que trabalhava “informando” que ela não tinha mais estabilidade, a gota d’água para que ela deixasse o movimento.

Aí quando foi em 90 eu fui pra direção do sindicato e fiquei até 93, quando veio aquela briga no sindicato. Eu fiquei no grupo que ficou contra o Ricardo Moraes, com o Elson Melo, que era o presidente do sindicato e porque foi assim: eu era coordenadora da comissão de mulheres e do conselho fiscal e nós fomos fazer a nossa fiscalização na conta do sindicato e nós encontramos coisas assim que eu e os outros dois conselheiros, que não batiam, contas assim absurdas e aí o que nós colocamos. [...] e naquele momento eu decidi que o movimento sindical pra mim, naquele momento, havia acabado, em 93, pra mim tinha acabado. Aí eles mandaram uma carta, que eu tenho até hoje, assinada pelo atual presidente do sindicato, que na época entrou como tesoureiro na

interventora e pelo vereador Joaquim Lucena, ela colocando lá pra fábrica e a fábrica fez questão de me dá a cópia, que eu não era mais dirigente sindical e que não tinha mais estabilidade. Eles colocaram assim mesmo, tipo assim pode demitir³²⁹

Lindemberg Pereira também tem esta percepção, com relação ao tratamento dado aos opositores dentro do sindicato. Ele também ousou ser contra, só que na eleição anterior a que Luzarina se rebelou. Ele conta que depois de ser demitido da Philips e ter encabeçado a chapa de oposição à diretoria do sindicato em 1989 passou por várias humilhações, até desistir e sem outra opção, buscar trabalho no comércio

Mais com a perseguição de vários companheiros de meu grupo na época, desse movimento metalúrgico, muitos não conseguiram mais mesmo emprego e eu lembro certas humilhações que nós passamos, por exemplo, eu fui fazer uma entrevista numa empresa quando tinha saído da Philips e – eu acho assim que eu era um profissional e deveria ter sido visto como um profissional. Nessa empresa lembro bem que um ex-encarregado da Philips me olha, né? e se afasta e vai em direção a uma sala - isso em uma outra empresa que eu tava fazendo entrevista. E todos os candidatos à seleção foram chamados, fizeram a entrevista, e eu fiquei em pé umas quatro horas aguardando ser chamado até que um dos candidatos chegou pra mim e disse assim: amigo vai pra casa porque eles não vão te chamar não, estão rindo de você lá na sala. Eu simplesmente passei na seleção, me despedi e fui embora. Eu podia ter dito muitas coisas mais não. Era um direito da empresa não me admitir, mas era um direito de me avisar também. Eu tinha o direito de ser avisado que eu não poderia, que não queriam me contratar. [...]

E logo depois eu passei num teste de uma, de uma recursos humanos e a atendente disse: eu tenho uma vaga pra você. Eu fiquei muito contente. Eu fiquei muito feliz. Cheguei na CCE e como era recursos humanos já fui trabalhando, indo para a linha de produção. Quando eu entrei um deles me chamaram e sem mais nem menos e me deram a conta. Não disseram o por que e nem o motivo. Eu sabia que também era uma perseguição, né? Eu também não disse nada. É, saí. Só fiz dizer: onde é que eu assino. E fui pra casa com a esperança de conseguir outro emprego. Foi quando eu mudei de ramo, fui pro comércio, passei pela Mesbla, passei pela Cola-Cola, enfim até hoje.³³⁰

Embora nosso tema seja a greve geral de 1985 e temos como meta nos ater a ele, não poderíamos deixar de registrar pelo menos estes dois depoimentos porque eles são indicativos de que ainda há muito o que se pesquisar sobre o movimento operário em Manaus, tanto antes quanto depois de 1985. É preciso que outros pesquisadores se debrucem sobre este tema e inclusive discutam até que ponto as divergências internas levaram ao fim de um processo que parecia tão promissor. Fica a questão: será que foi a reorganização do trabalho dentro das empresas a única responsável pelo distanciamento

³²⁹ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 7.

³³⁰ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada dia 21 de outubro de 2009. Digitada, p. 6.

registrado a partir da década de 1990 entre o sindicato e os trabalhadores do distrito industrial? O trabalho do professor João Pinheiro Salazar, nos revela que a tão propalada consciência de classe que parecia estar sendo conquistada na metade dos anos 80 não chegou a ser formada. A pesquisa realizada por ele, em 1992, com trabalhadores metalúrgicos revela que “apenas 30,8% dos operários do grupo estudado são sindicalizados, destes, 54,1% são mulheres e 45,9% homens”³³¹. E os sindicalizados em sua maioria revelaram que o eram por causa do oferecimento pela entidade de assistência jurídica e médica, portanto, em função do velho assistencialismo do período getulista que foi combatido pelo “novo sindicalismo” como mencionamos no primeiro capítulo.

Com conotação de esclarecimento político, isto é, com evidências da função do sindicato como instituição de defesa dos operários, sindicalizaram-se apenas 5,4%, cujas razões manifestadas foram “acredito no sindicato” e “porque sou um operário”. [...] 20,5% dos operários não sindicalizados, alegaram simplesmente que não se sindicalizaram porque não gostam. 16,9% porque acham os dirigentes sindicais irresponsáveis. Manifestaram falta de interesse em sindicalizar-se e descrença no sindicato, 13,9%, respectivamente. Simplesmente por não querer sindicalizar-se, 12,0%. Não se sindicalizaram por achar os dirigentes incompetentes, 9,6%. Por falta de oportunidade não se sindicalizaram 6,0%. Porquê acham que os dirigentes falam demais, 4,8%. Porquê nunca foram convidados, 2,4% e finalmente, por ser menor de idade, 1,2%.³³²

Mas, apesar das consequências trágicas para alguns trabalhadores, que viram suas vidas irremediavelmente transformadas por causa da sua postura engajada, o “novo sindicalismo” e a greve de 1985 trouxeram sim resultados positivos para os trabalhadores das indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus. Esta afirmação é possível a partir da análise das Convenções Coletivas de Trabalho daquele período, que mostram claramente a evolução das conquistas sociais. A análise é feita a partir das convenções 78/79, 80/81, 81/82 e 83/84, sendo esta última a que encerra o ciclo anterior ao “novo sindicalismo”. Faltam deste período duas convenções, as 79/80 e 82/83. Nossa análise se restringirá as duas primeiras convenções do período do “novo sindicalismo” através da convenção 84/85, a primeira da nova diretoria e a 85/86, que foi resultante da greve geral de agosto de 1985.

A primeira mudança que salta aos olhos é o número de cláusulas. As convenções até a de 81/82 tinham apenas 13 cláusulas. Na convenção 83/84, quando a oposição

³³¹ SALAZAR, João Pinheiro. O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo-USP, 1992, p. 313.

³³² SALAZAR, João Pinheiro. Idem, p.315 e 317.

sindical já participava mesmo que discretamente das assembléias e pressionava a direção do sindicato, sobe para 21. A primeira convenção da diretoria Puxirum chega a 30 cláusulas e surgem novos itens voltados a questões sociais. Esta convenção foi assinada em agosto com o sindicato patronal dos metalúrgicos e apenas em fevereiro do ano seguinte com o sindicato patronal dos eletroeletrônicos por causa da “criação” do novo sindicato que acabou sendo cassado pela Justiça do Trabalho. Já a convenção firmada durante a greve, a partir de uma nova negociação chamada pelo Tribunal Regional do Trabalho, tem 41 cláusulas³³³.

Uma análise detalhada destas convenções pode ser exaustiva, mas necessária para entendermos como foi importante a greve para os metalúrgicos e demais trabalhadores de Manaus. Não podemos esquecer que uma demonstração de força adotada pelos trabalhadores, como uma greve geral, tem a capacidade de acelerar o processo de conscientização dos trabalhadores e de conquistas, em especial no que chamamos de benefícios sociais. E é exatamente isso que poderemos constatar nesta análise.

A primeira convenção em análise é a de 78/79, assinada em 23 de agosto de 1978, com 12 cláusulas. Nela está previsto o reajuste salarial de 41%, “conforme Decreto 82.119” e piso salarial de Cr\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta cruzeiros). Neste período os salários eram reajustados por decreto pelo governo ditatorial. Na convenção de dois anos depois (não temos a seguinte), de 80/81, apenas 13 cláusulas, com reajuste pelo INPC, “conforme Lei 6.708, de 30 de novembro de 1979”, piso salarial de Cr\$ 4.000,00. Aparece então uma cláusula prevendo “aumento a título de produtividade” que seria de 5% para quem recebia até 3 salários mínimos, 4% de 3 a 6 salários mínimos e 3% para quem recebia acima de 6 salários mínimos. Esta convenção foi assinada em 29 de julho de 1980.

A convenção de 81/82, assinada em 28 de julho de 1981, praticamente repete a anterior. Contendo 13 cláusulas, apenas reduz o aumento salarial “a título de produtividade” para quem ganha em torno de 3 salários mínimos porque o aumento de 5% seria apenas para quem ganha até dois salários mínimos. Para quem ganha de 2 a 6

³³³ Cópias das Convenções Coletivas de Trabalho foram conseguidas junto ao Sindicato dos Metalúrgicos. Elas estavam dispersas em algumas caixas. A maioria, no entanto, estava em uma pasta vermelha, identificada apenas como greve de 1985. Destas convenções nos foi permitido fazer cópia xerográfica. A consulta aos arquivos do Sindicato dos Metalúrgicos foi feita no período de 20 a 22 de julho de 2009.

salários mínimos o aumento seria de 4% e para os demais de 3%. O piso da categoria foi fixado em Cr\$ 8.500,00.

As mudanças começaram a aparecer na última convenção assinada por Francisco Fernandes Vieira, a de 82/83. Nesta já há a participação da oposição sindical, presente nas assembléias quando avisada pela colega infiltrada na diretoria “pelega”. Curiosamente ela é assinada no dia 28 de junho de 1983, portanto, um mês antes do prazo, uma vez que a data-base da categoria era 1º de agosto. Podemos deduzir que a pressa em assinar a convenção está relacionada ao medo da pressão que a oposição fazia às negociações. Também a esta pressão podemos atribuir ao fato de que nesta convenção surgem cinco novas cláusulas, todas de caráter social, coisa que não se via nas convenções anteriores.

As novas cláusulas prevêm que o acerto final quando o trabalhador era demitido deveria acontecer até cinco dias úteis após o término do aviso prévio; que a empresa deveria dispor de quadro para fixação de avisos do sindicato, que poderia, é claro, ser vetado caso contivesse matéria contrária aos interesses da empresa; que os trabalhadores deveriam ter suas faltas abonadas quando fossem motivadas por vestibular ou exames supletivos, desde que comunicadas com 72 horas de antecedência e com posterior comprovação; que as empresas deveriam fornecer aos trabalhadores até o dia 30 de outubro de 1983 o extrato do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Uma cláusula previa também multa de 10% para as empresas que não efetuassem o recolhimento da contribuição mensal descontada dos operários em favor do sindicato.

Na primeira convenção firmada pela gestão *Puxirum* as cláusulas sobem de 21 para 30, mas na verdade são 16 cláusulas novas, algumas são diluídas em outras. E embora Silvestre Paiva tenha dito que nesta convenção o sindicato dos trabalhadores não tenha tido muito o que fazer, uma vez que a categoria ainda não estava mobilizada, já se percebe algumas mudanças e a inclusão de alguns novos temas que indicam o descontentamento da categoria com a situação vivenciada, tanto no aspecto social como no econômico.

No aspecto econômico, as mudanças são: a definição do piso escalonado pelo tamanho da empresa, ficando em Cr\$ 170.000,00 para aquelas com até 40 trabalhadores e Cr\$ 185.000,00 para as demais; surge o abono emergencial que deveria ser pago nos meses de novembro de 1984 e maio de 1985. Antes havia apenas reajuste salarial semestral que acontecia nos meses de agosto e fevereiro. É garantido um abono

emergencial escalonado conforme o número de empregados da empresa variando de 50% a 100% do INPC. Também aparece pela primeira vez o abono previdenciário, determinando que as empresas complementassem os salários dos trabalhadores entre o 16º e 30º dia de afastamento do trabalho. As horas extras passam a ser pagas na ordem de 40% de segunda a sábado e de 100% quando realizadas nos domingos, feriados ou período noturno (das 22h às 5h).

Na cláusula 8ª - Transporte, Alimentação, Fardamento e EPI, o texto diz que as empresas devem fornecer aos seus trabalhadores “transporte e alimentação de boa qualidade” e determina o fornecimento de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual pela empresa, sem custo para os trabalhadores. As empresas também passam a ser obrigadas a fornecer lanche “reforçado” para os trabalhadores no período da tarde. Os trabalhadores que contavam menos de 12 meses para a aposentadoria ganharam a estabilidade, desde que estivessem há pelo menos cinco anos na mesma empresa. Os estudantes tiveram garantido o direito de fazer seus estágios na empresa em que trabalhavam. As trabalhadoras conquistaram nesta convenção a estabilidade no emprego por 60 dias após o término da licença maternidade e o direito da representação sindical fiscalizar as creches mantidas pelas empresas, onde seus filhos deveriam ficar.

O operário contratado para a função de um outro que havia sido demitido sem justa causa passou a ter o direito de perceber o salário igual ao do operário demitido e os contratos de experiência foram limitados a 90 dias no máximo. A cláusula sobre promoção foi modificada para que o treinamento tivesse duração máxima de 90 dias ou de 180 quando se tratasse de cargos de chefia ou supervisão. Também aparece a cláusula da insalubridade que garante aos trabalhadores o direito de receber o adicional com as condições sendo atestadas pela Delegacia Regional do Trabalho e passam a ter validade os atestados médicos emitidos pelos médicos do sindicato dos trabalhadores.

As outras novas cláusulas determinam que as empresas encaminhem ao sindicato dos trabalhadores cópia mensal das quitações feitas com trabalhadores com menos de um ano de atividade, determina o processo de eleição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAS. E mudanças na cláusula sobre o quadro de avisos tiram do texto a possibilidade da empresa vetar os conteúdos.

Observamos pelo texto da CCT 84/85 a preocupação do Sindicato com a rotatividade dos trabalhadores nas empresas e a garantia de alguns direitos que embora hoje pareçam fruto do senso-comum naquela época não eram levados em consideração

pelas empresas como fornecer alimentação de “qualidade” ou garantir espaço para divulgação das informações do sindicato. A mais importante das cláusulas, do ponto de vista da organização dos trabalhadores e do sindicato, segundo os trabalhadores ouvidos foi a que garantiu uniformidade ao processo de eleições das CIPAS. Na cláusula 27 está dito que:

a) As empresas convocarão eleições para as CIPAS, com 60 dias de antecedência, enviando cópia do edital ao Sindicato da categoria profissional nos primeiros 10 dias do período acima estipulado. O edital deverá explicitar prazo e local para inscrição dos candidatos.

b) A eleição realizar-se-á sem a constituição e inscrição de chapa, através de votação em lista única, contendo os nomes de todos os candidatos. As empresas setorizarão, se for o caso, a inclusão dos candidatos.

c) O processo eleitoral e a respectiva apuração serão coordenados pelos membros da CIPA em exercício, em conjunto com o órgão de segurança ocupacional da empresa.

d) No prazo máximo de 10 dias após a realização das eleições a empresa comunicará ao Sindicato o resultado do pleito, relacionando os eleitos e respectivos suplentes.

e) Nas eleições que vierem a ser realizadas durante a vigência desta Convenção Coletiva, o número dos Cipeiros Titulares, previsto na NR nº 5, item 5.3 da Portaria nº 3214/78, com as alterações constantes do quadro I, anexo à Portaria 33, de 27 de Outubro de 1983, obedecerá ao critério de conformidade com o item 5.2 da NR nº 5.

Fica claro que o sindicato dos trabalhadores queria ter, se não o controle, pelo menos o conhecimento, sobre o processo de eleição dos cipeiros, que como falamos anteriormente, a partir daquele momento passava a ser o braço do sindicato dentro das empresas. Com a eleição obedecendo uma série de critérios a representatividade dos trabalhadores ficava assegurada e o processo saía do controle absoluto das empresas como acontecia antes. Como gozavam de estabilidade – nem sempre respeitada pelos empregadores – estes trabalhadores podiam atuar mais livremente dentro da empresa, repassando informes do sindicato e mobilizando os trabalhadores. Como havia a disposição para o futuro confronto, como pudemos constatar pelas afirmações dos nossos entrevistados, esta cláusula acabou constituindo-se num importante ganho para a organização dos trabalhadores, tanto que ela será mantida na próxima convenção, assinada sob a pressão da greve.

É preciso ressaltar também que esta convenção foi assinada no mês de agosto (não tem data o documento, mas a primeira publicação foi no Diário Oficial do Estado de 13 de agosto de 1984) apenas pelo representante do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus, uma vez que estava *sub*

júdice a questão da representação dos eletroeletrônicos. Questão que apenas se revolve no início do ano seguinte, com uma convenção especial sendo assinada no dia 11 de fevereiro de 1985 com o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares de Manaus. No preâmbulo desta convenção está explicado o por que dela estar sendo celebrada em fevereiro

1. Considerando que em agosto de 1984, devido ao impasse gerado pela criação do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO DE MANAUS, em 08.06.84, não foi celebrada Convenção Coletiva de trabalho entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MANAUS e o SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DE MANAUS;

2. Considerando o despacho de Sua Exa., o Ministro do Estado do Trabalho, em 18.01.85, anulando a Carta Sindical concedida ao supracitado Sindicato restabelecendo as prerrogativas do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MANAUS de representar os trabalhadores das indústrias de material elétrico com base em Manaus.

Esta “nova” convenção traz de diferente a definição do piso salarial que fica em Cr\$ 300.000,00 para as empresas com até 100 trabalhadores e em Cr\$ 328.000,00 para as que têm número superior. Portanto, maiores que os salários dos trabalhadores em empresas metalúrgicas. Interessante observar também que na cláusula 8ª é retirada a expressão “de boa qualidade” quando se refere ao fornecimento de alimentação e transporte. Provavelmente isto aconteceu por pressão da classe patronal e foi uma concessão dos trabalhadores, dentro do processo de negociação. Afinal era preciso guardar munição para a convenção seguinte.

No ano seguinte, o processo de negociação com o setor empresarial foi moroso, como vimos anteriormente. Os patrões a cada item pediam tempo para discussão em separado e retardaram ao máximo a discussão das cláusulas econômicas. As questões sociais acabaram sendo acertadas entre ambas as partes e as econômicas somente foram definidas com a greve, quando o Tribunal Regional do Trabalho chamou os sindicatos para uma reunião de conciliação. As empresas entraram com pedido de instauração do dissídio coletivo para declaração da ilegalidade da greve no dia 02 de agosto de 1985, portanto, no segundo dia da greve, uma sexta-feira. A alegação dos empresários era de que as reivindicações dos trabalhadores eram “inteiramente conflitantes com a

legislação trabalhista” e que não haviam sido cumpridas as condições da Lei 4.330/64, a conhecida Lei Antigreve do regime ditatorial.

No primeiro dia de greve representantes dos patrões e dos trabalhadores fizeram uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho em que não houve acordo porque a classe patronal exigia que a greve fosse encerrada para que fossem reabertas as negociações, o que obviamente não foi aceito pelos representantes dos trabalhadores, conforme veremos no próximo capítulo. Eles, pelo menos com base no exemplo de outras categorias, conheciam o velho truque dos patrões para desmobilizar a classe trabalhadora, empregado em praticamente todos os momentos da história de luta dos operários.

Com o pedido de instauração do dissídio coletivo o Tribunal Regional do Trabalho marcou para o dia cinco de agosto, segunda-feira, uma reunião para as nove horas. Neste primeiro encontro as partes pediram para que houvesse mais tempo para a negociação e ficou definida uma nova reunião para as 15h do mesmo dia, que acabou com a convocação de uma nova audiência para o dia 7, às 9h. Nesta terceira audiência, da quarta-feira (dia 7), foi comunicado ao Tribunal o acordo e consequentemente o fim da greve geral. O pedido de desistência do dissídio coletivo foi pedido apenas no dia 9 de agosto, dois dias depois dos trabalhadores voltarem ao trabalho, e apenas na audiência do dia 13 de agosto foi finalmente formalizada a desistência. O processo foi arquivado no dia 29 de agosto de 1985³³⁴.

Fruto, portanto, da negociação feita enquanto os trabalhadores estavam em greve, em reuniões realizadas nos dias 6 e 7 de agosto, a Convenção Coletiva de Trabalho de 85/86 traz 41 cláusulas, 11 a mais que a anterior. Onze cláusulas são novas e outras 11 sofreram alterações, representando novos ganhos sociais e/ou econômicos para os trabalhadores. O piso salarial ficou fixado em Cr\$ 580.000 para as empresas com até 20 empregados, Cr\$ 620.000,00 para aquelas que tinham em seus quatos de 20 a 200 empregados, de Cr\$ 660.000,00 para empresas com número de empregados entre 200 e 500 e de Cr\$ 700.000,00 para empresas com mais de 500 trabalhadores. Como este era um período de inflação alta que consumia mês a mês os salários é difícil fazer

³³⁴ Estes dados constam do Processo DC (dissídio coletivo) 08/85, disponível no Centro de Memória da Justiça do Trabalho, 11ª região, arquivado na pasta sob número 39.

uma avaliação sobre o que representaram estes números para os trabalhadores, mas segundo Luzarina “o nosso salário dobrou na época. Eu me lembro benzinho”³³⁵.

O pagamento das horas extras durante a semana teve o seu valor ampliado para 50%, na convenção anterior era 40%. A complementação previdenciária que era até o 30º dia passou a valer até o 60º dia; ficou definido que em caso de substituição o trabalhador teria direito a gratificação com 30 dias e que com 90 deveria ser efetivado na nova função; os treinamentos para promoção passaram a ter prazo de 60 dias e para casos de chefia de 90 dias; em caso de encerramento das atividades a empresa teria que pagar o aviso prévio de 30 dias; e os trabalhadores passaram a ter o direito de receber seus vales ou salários no último dia útil anterior a data do pagamento quando esta coincidissem com domingo, feriado ou sábado.

Nas questões sociais, entre as novas cláusulas, ou alteradas, estão a que garante aos trabalhadores o direito de faltar dois dias ao trabalho em função do falecimento de sogra, sogro, pai, mãe, irmãos e filhos e ainda de um dia em caso de doença de filho; de receber o comunicado de férias com 15 dias de antecedência; aumento de 10 para 15 minutos de descanso/repouso para cada jornada de 4 horas de trabalho. Da cláusula que trata da destinação de um quadro de aviso para as informações do sindicato é retirada a possibilidade de veto das empresas e é ampliada para 25% a multa às empresas que não repassarem os recursos do sindicato.

O fato de não terem conseguido garantir na CCT a estabilidade no emprego para os trabalhadores que participaram da greve pode ser considerada como uma derrota do movimento. Na cláusula que trata da questão a estabilidade ficou apenas como uma recomendação dos sindicatos patronais aos dirigentes das empresas.

CLÁUSULA 35ª – RECOMENDAÇÃO PATRONAL

Os Sindicatos Patronais comprometem-se a transmitir aos seus associados recomendação de que nenhum trabalhador seja demitido em função de ter participado pacificamente da greve iniciada a 1º de agosto de 1985, nos termos do artigo 26 da Lei 4.330, de 1/06/64³³⁶

Os trabalhadores também tiveram que pagar os dias parados. A cláusula 36 determinou que o desconto fosse feito em duas parcelas, uma no salário de agosto e outra em setembro. Neste caso também se pode registrar apenas uma vitória parcial

³³⁵ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 4.

³³⁶ Convenção Coletiva de Trabalho 85/86. Cópia disponibilizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, no período de 20 a 22 de julho de 2009.

porque ficou definido que as horas não trabalhadas em função da greve não prejudicariam o pagamento dos descansos semanais remunerados e nem seriam consideradas como faltas para efeito de férias.

Apesar da derrota em itens tão importantes como estes dois últimos, a greve teve resultados positivos, porque conquistou aumento salarial e alguns benefícios sociais. Também quebrou um tabu, o mito de que os trabalhadores amazonenses jamais se organizariam o suficiente para fazer uma greve, segundo Ricardo Moraes, na avaliação que faz da paralisação.

Primeiro uma vitória política e uma vitória parcial econômica, mais a vitória política foi a mais importante, né? de ter feito a greve... nós quebramos aí um mito. Um mito da literatura amazonense, do Márcio Souza que tinha escrito um artigo muito grande num jornal Porantim há anos atrás, em 1980. Nós távamos em 85. Em 1980 ele tinha escrito, um artigo grande, falando que os operários do Distrito Industrial jamais fariam greve porque... ele explicava porque a Zona Franca em Manaus. A zona franca veio pra cá pra trabalhar com mão-de-obra indígena, né? que tinha toda uma capacidade artesanal de trabalhar e que isso ... que a capacidade intelectual jamais chegaria ao nível de fazer greve, de fazer lutas desse tipo, né? Então os trabalhadores ... então foi a maior vitória foi a política, né? Tivemos várias vitórias sociais e econômicas, né? mais a política foi fundamental para os trabalhadores acordarem que era possível ser feito, né?³³⁷

Terminada a greve, as demissões foram muitas em algumas empresas, apesar da “recomendação” dos sindicatos patronais. Documento encaminhado pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos ao Dieese no dia 18 outubro de 1985, em que pede informações sobre como organizar dados internos da administração, começa com esta constatação:

Saudações! Por aqui a luta continua. Sofremos muitas demissões desde o fim da greve, mas o ânimo dos companheiros permanece elevado. A situação em termos de oferta de emprego melhorou um pouco e, ao que tudo indica, as fábricas vão contratar mais gente até o final do ano. Entretanto, receiamos que após as férias coletivas, em dezembro-janeiro, ocorram demissões em massa.³³⁸

A avaliação dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos estava certa quanto ao número de contratações, porque no ano de 1985 o saldo de emprego na Zona Franca de Manaus foi positivo. Segundo levantamento feito pelo próprio sindicato, que envolveu

³³⁷ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada em 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 8.

³³⁸ Ofício nº 196/85, destinado ao Dieese, datado de 18 de outubro de 1985, assunto: solicita informações, assinado pelo diretor Silvestre Soares de Paiva e pelo presidente Ricardo Moraes de Souza. Digitalizado do acervo do Sindicato dos Metalúrgicos.

77 empresas, neste ano foram demitidos 6.555 trabalhadores dos setores naval, mecânico, metalúrgico e eletro/eletrônico e foram efetuadas 12.593 contratações, com um saldo positivo de 6.038 empregos. No quadro de demissões, mês a mês, nota-se que há uma elevação no número de demissões nos meses de setembro, outubro e novembro, portanto, imediatamente posteriores à greve. Em julho foram demitidos 340 trabalhadores, em agosto 292, em setembro 462, em outubro 874 e novembro 795. Quando observamos o quadro de admissão vemos claramente que as demissões não são para redução de quadros. No mês de julho foram admitidos 830 trabalhadores, em agosto 665, em setembro 1.067 e em outubro 1.774³³⁹. Portanto, em todos os meses analisados, do segundo semestre de 1985, as admissões foram muito superiores às demissões. Isto nos mostra que as demissões obviamente estiveram relacionadas à greve e a tentativa das empresas de expurgar de seus quadros os agitadores.

Como já dissemos anteriormente as lideranças sindicais buscavam estar sempre bem assessoradas e isto aconteceu também no momento posterior à greve. A paralisação foi objeto de várias reuniões de avaliação. Um documento intitulado “Avaliação do Comando de Greve – Setor Mobilização – Segunda Parte”, encontrado no acervo do Sindicato dos Metalúrgicos, e que convoca para a realização de reuniões nos dias 24 e 25 de agosto (sábado e domingo), às 9 horas, na FASE, mostra a preocupação com uma avaliação criteriosa de todo o processo da greve. No texto inicial que acompanha as avaliações iniciais de cada ponto da greve, como o material de distribuição entre os trabalhadores, as assembléias realizadas e o comportamento dos membros de cada uma das comissões, está dito que

Companheiros,

Estamos cumprindo a avaliação de nossas tarefas na realização da greve. Na primeira etapa foram colocados todos os pontos que se entendeu como positivos e os negativos, sem qualquer discussão de nenhum deles. Vamos agora para a segunda etapa, com a discussão de todos os pontos relacionados. Logo de saída, devemos entender que, desde a preparação até o final da greve, ninguém teve somente acertos, como ninguém teve somente erros. E assim como a constatação dos erros não deve reduzir a nossa satisfação naquilo que acertamos, da mesma forma, essa satisfação não pode reduzir nossa responsabilidade naquilo que erramos.

Uma categoria de anjos, certamente teria a perfeição no lugar da prática, e, por isso mesmo, nunca faria greve. Greve não é coisa de anjo. É forma de luta criada e desenvolvida pelo ser humano explorado, isto é, pelo trabalhador com

³³⁹ Estes dados estão disponíveis em uma planilha elaborada pelo Sindicato dos Metalúrgicos com levantamento das contratações e demissões feitas pelas empresas, com os dados divididos pelos quatro setores: naval, metalúrgico, mecânico e eletro/eletrônico. A planilha faz parte do acervo do Sindicato dos Metalúrgicos.

possibilidades de acertar e de errar, mas, sobretudo, com capacidade para corrigir os erros.

Além da convicção de que sem lutas não há vitória; além da seriedade no planejamento dessas lutas e da responsabilidade na execução de suas tarefas, o permanente esforço para se corrigir os erros é, sem sombra de dúvida, a condição básica no aprimoramento da organização dos trabalhadores e na preservação da greve como a nossa mais importante forma de luta econômica³⁴⁰.

Na avaliação item a item, são apontadas os acertos e as falhas das equipes de panfletagem, de som, de locutores, de imprensa, de datilografia e mecanografia, de transporte, de motoristas, de hospedagem, de alimentação, de coordenação e da comissão de negociação. Também são apresentadas as avaliações preliminares das assembléias realizadas nos dias 14 de junho, para aprovação da proposta dos trabalhadores para ser apresentada à classe patronal para a formalização da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT; do dia 26 de julho quando foi colocada pela plenária a possibilidade da greve e do dia 31, quando a greve foi aprovada e tomada as providências iniciais para a sua realização dentro das empresas, no chão de fábrica. Neste documento também estão listadas as quatro assembléias realizadas na Bola da Suframa durante a greve, em que os trabalhadores nas três primeiras (dia 1º - quinta, 2 - sexta e 5 de agosto – segunda-feira) decidiram pela continuidade do movimento paredista e na última, no dia 6 de agosto (terça-feira) decidiram retornar ao trabalho, aceitando a contraproposta patronal para a CCT. Com relação a esta última assembléia o documento aponta como pontos positivos, entre outros, “compreensão dos companheiros em suspender a greve, esclarecimento dos advogados, habilidade da mesa em colocar a proposta de final da greve”. Como ponto negativo foi apontado que “a desorganização do movimento levou a massa a ficar triste e revoltada com os resultados da negociação, atrasando o nosso movimento”³⁴¹.

E o que dizem as lideranças do movimento de 1985 sobre o período? Todos, sem exceção, afirmam que aprenderam muito e que se possível fosse voltar no tempo fariam tudo de novo, é claro, sem cometer os erros próprios de quem não tem a experiência necessária para fazer tudo certo. Todos também afirmam, de uma forma ou outra, que as

³⁴⁰ “Avaliação do comando de greve – setor mobilização – segunda parte”. Este documento avulso foi encontrado junto com outros relacionados à greve de 1985 no arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos. O documento tem 12 páginas, sendo que as 11 páginas que são anexas ao texto exposto, detalham o que foi apontado como positivo e negativo em cada uma das ações envolvendo a greve, começando pelas equipes de trabalho que atuaram durante a paralisação, a comissão de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho, as assembléias realizadas em todo o processo da greve e ainda o material impresso e distribuído entre os operários.

³⁴¹ “Avaliação do comando de greve – setor mobilização – segunda parte”. Documento avulso encontrado junto com outros relacionados à greve de 1985 no arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos.

ações dos trabalhadores eram uma resposta as dos patrões, ou seja, era na verdade uma reação. Ricardo Moraes faz uma avaliação interessante da prática desenvolvida pelos trabalhadores naquele momento, dizendo que foi perfeito, ressaltando que tudo o que se fez era em reação às condições “cruéis” impostas aos trabalhadores.

Perfeito pelo seguinte: o tratamento era tão cruel com os trabalhadores que não podia ser diferente, não podia ser feito outro tratamento do que foi feito, este conflito, né? Porque não tinha outro. Um dia um sindicalista da convergência socialista, agora, depois de tudo isso, anos depois, ele disse assim: você Ricardo fazia um sindicalismo brutal. Aí eu disse: me admira você falar isso, um sindicalismo brutal. Nós agíamos de acordo com a pressão que era dada contra a gente, então, tinha que ter uma reação pesada, ou seja, brutal, tanto quanto ... Tinha conflitos horríveis, a própria linguagem nossa era uma linguagem de ofender pessoalmente alguns diretores de empresas e coisa e tal, coisa que hoje não aconteceria mais, mas naquele momento era necessário. Era necessário... porque veja bem, você estava embasado em uma ideologia, no Manifesto Comunista está escrito lá: os patrões não satisfeitos em explorar os trabalhadores e trabalhadoras ainda ficam a primeira noite com as filhas dos operários. Então os caras repetiam isso como se fosse hoje, né? Porque o tratamento era muito cruel. E os caras começavam a ver isso como uma forma de defesa. Então tudo isso, pro momento daquela época, foi necessário. E a sociedade foi se modernizando e é necessário hoje que o sindicato seja adequado à modernidade, mas sem perder a verdade, né? sem perder a ternura, né? sem perder o amor, a bandeira, a bandeira continua. As diferenças sociais elas não se acabaram, né? Aquelas eram mais graves³⁴².

Apesar de ter sido prejudicado dentro do processo e ainda hoje estar com dificuldades para se colocar no mercado de trabalho, Lindemberg Pereira afirma como os demais que o aprendizado daquele período foi valioso

Mas com certeza o aprendizado da greve é muito grande. O que você tira de lição depois disso fica para sempre, entendeu? Quando você vê hoje algumas conquistas, hoje estabelecidas na CLT, estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho e você sabe que você participou daquilo, que você deu o ponta-pé inicial, é muito, muito gratificante, né? Não me arrependo de nada... eu só lamento porque algumas empresas ainda insistem em perseguição. Só lamento porque o trabalhador que passou por tudo isso, o operário que passou por tudo isso hoje a visão dele é muito maior do que ele tinha antes, hoje ele consegue dar a sua contribuição três, quatro vezes mais, seja na jornada, seja pra produzir melhor, agora claro sempre buscando respeito, dignidade de trabalho porque isso é importante, né?³⁴³.

342 Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada em 25 de novembro de 2009. Digitada,, p. 15.

343 Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada no dia 21 de outubro de 2009. Digitada, p. 10.

Domício Gamenha avalia que a luta dos trabalhadores dos anos 80 foi fundamental para as conquistas posteriores. A seu ver, foi um momento de aprendizado para todos.

os trabalhadores tomaram bastante consciência, os empresários também começaram a olhar com outro olhar a relação com os trabalhadores. Acabou aquela reivindicação de copo, de colher, não tinha água. Tinha setor que não tinha água. Hoje a maioria das empresas tem água, tem refeitório digno, mas graças à luta, a essa luta que teve destes trabalhadores. Muitos até faleceram e contribuíram pra este processo. Hoje, diria assim, os trabalhadores tem um chão de fábrica bastante preparado, e tem trabalhadores ainda lutando por isso. Tem gente lá dentro, que eu diria sim, graças ao sindicato eles têm uma ferramenta que nós deixamos³⁴⁴

Isabel Guimarães também entende que a luta foi válida, embora ela tenha sido uma das prejudicadas uma vez que depois de vários anos perdeu no judiciário a causa contra a empresa CCE. Todos os anos em que ficou a disposição do sindicato acabaram sem registro na Carteira de Trabalho e ela não pode usá-los para a aposentadoria, por exemplo. Apesar disso, afirma que os resultados positivos daquela luta estão aí, beneficiando as novas gerações de operários.

Hoje tem empresa que tem três tipos de ticket e você come onde quiser, né? Então isto foi uma luta do sindicato... questão de creche, que era a maior briga por causa das crianças, hoje já tem creche. Agora tão brigando por creche nos bairros, porque acham que é melhor... já é uma proposta nova, mas tem a creche. O reajuste do salário... o teu setor de trabalho, porra, era um setor empoeirado, hoje não. Tem empresa que você entra e não quer nem pisar no chão de tão limpa que ela é. Tá certo que ISSO 9000 e tal e tal, mas se não tivesse aquela luta pra quebrar, hoje não tinha. Quer dizer o benefício não é pra mim, mas é pro meu sobrinho que está lá hoje, é pra minha sobrinha, pra minha irmã, prum amigo, que vai pegar um setor de trabalho já decente, um salário decente, o tratamento respeitoso que antes era humilhante, né? Então eu não descarto, eu acho que valeu... [...] Por isso eu não descarto, penso que também foi um momento de luta e que teve que ser feito, né? Eu não me arrependo de nada e não me sinto prejudicada por isso não, mesmo tendo sido afastada... [...] foi perdido como recurso financeiro pra mim, pra minha vida, mas teve um ganho político que ficou, que tá aí pros os companheiros ter uma condição de trabalho melhor³⁴⁵.

Amadeu Guedes, assim como os demais, também tem uma visão positiva deste momento singular da história do movimento operário no Amazonas. Ele ressalta a

³⁴⁴ Entrevista com Domício Mateus Gamenha, gravada no dia 14 de dezembro de 2009. Digitada, p. 6.

³⁴⁵ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada em 18 de setembro de 2009. Digitada, p. 12.

importância dos trabalhadores anônimos, que deram a sua contribuição para que aquele movimento acontecesse

 muita gente passou por este distrito e fizeram história, né? Fizeram história! Hoje muita gente esta anônima, mas participaram deste momento importante para o movimento sindical, do Amazonas. Fizeram história mesmo. E eu, estava nesse movimento (risos), não tomando a frente, mas trabalhando, apoiando, contribuindo, inclusive financeiramente.³⁴⁶

É por concordar com Amadeu Guedes de que os “anônimos” têm muito o que contar sobre as suas experiências como trabalhadores e como participantes do movimento paredista de 1985 que nos propomos a dar voz a eles, embora reconheçamos que o espaço de um único trabalho acadêmico é pequeno para abrigar tantas vozes, tantas memórias e tantas histórias que precisam ser contadas.

³⁴⁶ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada em 16 de outubro de 2009. Digitada, p. 11.

CAPÍTULO 3
TRÊS JORNAIS, TRÊS OLHARES SOBRE A GREVE



CAPÍTULO 3

TRÊS JORNAIS, TRÊS OLHARES SOBRE A GREVE

3.1 – A Imprensa Manauara

A utilização dos jornais como fonte pelos historiadores vem sendo ampliada a partir do entendimento do que são fontes e possuem perspectivas sociais, resultante das reflexões feitas a partir da Nova Escola francesa e da História Social Inglesa. Com este novo olhar sobre o fazer histórico as fontes deixaram de ser apenas os documentos armazenados sob a guarda do estado e passaram a ser qualquer artefato que fale sobre o homem, ou sobre o viver dos homens em um determinado momento histórico. Ou como nos diz Jacques Le Goff, a história pode ser feita “com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”³⁴⁷. E isto o jornal faz muito bem, na medida em que registra impressões, falas e até atos dos agentes históricos que poderão ser revisitados mais tarde por aqueles que se esforçam pela busca do passado.

Entendemos que o debate sobre a confiabilidade deste tipo de fonte também esteja superado. O jornal, como qualquer outro registro deve ser observado com atenção e cuidado. Se antes era tido como fonte suspeita, hoje é visto como “material de pesquisa valioso para o estudo de uma época”³⁴⁸. Ele traz o registro de um aspecto do fato, aquele que pôde ser observado pelo repórter e passou pelo filtro dos interesses momentâneos da empresa jornalística. Fazemos esta ressalva uma vez que trabalhamos com o que convencionou-se chamar de “grande imprensa”, ou seja, o jornalismo feito por empresas de comunicação e a utilizamos “como fonte complementar para o estudo de um determinado tema”³⁴⁹.

Ainda uma palavra sobre a importância do uso do jornal como fonte histórica: ele nos fornece informações que a memória nem sempre pode precisar³⁵⁰. No caso deste

³⁴⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.540.

³⁴⁸ CAPELATO. Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. SP: Contexto/EDUSP, 1988, p.13.

³⁴⁹ CAPELATO. Maria Helena R. Idem, p.34.

³⁵⁰ Algumas das vantagens do uso de periódicos como fontes históricas são apresentadas por Renée Barata Zicman no artigo História Através da Imprensa – Algumas Considerações metodológicas, que integra História & Historiografia: Contribuições ao Debate, do *Projeto História*. Zicman aponta entre as

trabalho temos como exemplo a informação de que a chapa *Puxirum* somente foi eleita para dirigir o Sindicato dos Metalúrgicos em segundo escrutínio. O primeiro realizado no dia 16 de janeiro não registrou o quorum mínimo exigido de 2/3 dos eleitores. Esta informação só nos foi possível acessar através dos jornais. Na memória de nossos entrevistados há o registro da campanha e até mesmo dos confrontos registrados no dia da eleição, que na verdade foram nos dias das eleições, como vemos pelo registro da imprensa. A maioria dos entrevistados também fala que a eleição aconteceu em 1983, quando na verdade ela se deu no dia 31 de janeiro de 1984. É fácil entender esse desencontro. Para eles que viveram todo o processo a referência é 1983, porque foi neste ano que aconteceu toda a mobilização que antecedeu o pleito.

Em 1985 Manaus contava com três jornais diários e com alguns anos de atividade tendo já um público definido: *Jornal do Comércio*, *A Notícia*, *A Crítica*. O *Diário do Amazonas*, que não tem qualquer relação com o jornal de mesmo nome que circulou nas primeiras décadas do século XX, nasceu naquele ano e tinha como característica o jornalismo sensacionalista, voltado quase que exclusivamente para a divulgação de crimes e atos de violência. No nosso trabalho tomamos para análise os três diários que já tinham uma história, por serem os jornais que atingiam toda a sociedade amazonense e por termos exemplares disponíveis durante todo o período da greve e antes dela, uma vez que retornamos às eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos ocorrida em janeiro de 1984 e à greve da Sanyo em março de 1985.

O *Jornal do Comércio* que havia sido criado no início do século por um comerciante local passou por vários donos, sendo que na década de 1930 passou a fazer parte da rede Diários e Emissoras Associados, criada por Assis Chateaubriand. Em 1984 ele havia sido comprado por Guilherme Aluizio de Oliveira Silva, depois de ter pertencido ao empresário Epaminondas Barahúna, que o havia comprado anos antes do grupo Associados. *A Notícia* há pouco também havia sido vendida pelo seu fundador Andrade Neto para o empresário Francisco Garcia, que depois viria a ser vice-governador do Estado e deputado federal. Apenas *A Crítica* continuava sendo administrada pelo seu fundador, o jornalista Umberto Calderaro Filho, sendo o jornal mais vendido na cidade.

Mas, para falarmos da imprensa manauara de 1985, precisamos registrar, mesmo que brevemente a história da imprensa no Estado, e no Brasil. A imprensa no país chega

vantagens do uso dos periódicos a periodicidade, a disposição especial da informação e o fato deles estarem sujeitos apenas a “censura instantânea e imediata” (p.90).

tardiamente em relação à Europa e Estados Unidos. A tipografia veio oficialmente para o Brasil com a família real portuguesa. Antes disso algumas tentativas de dotar a colônia deste tipo de equipamento foram frustradas porque havia um forte controle por parte da metrópole. O primeiro jornal do país, o *Correio Brasiliense*, fundado e dirigido por Hipólito da Costa, surgiu em 1º de junho de 1808, em Londres, três meses antes do surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que tem a primeira edição datada de 10 de setembro de 1808. A *Gazeta* era produzida pela imprensa oficial, que tinha como principal objetivo publicar os atos oficiais e, claro, divulgava as informações sobre a “saúde de todos os príncipes da Europa”. Segundo Nelson Werneck Sodré o primeiro jornal informativo a circular no Brasil foi o *Diário do Rio de Janeiro*, que tem sua primeira edição em 1º de junho de 1821, ano em que acontece a revolução constitucionalista em Portugal e tem como um dos princípios a liberdade de imprensa, determinada pela Lei de 4 de julho de 1821 e posteriormente consagrada na Constituição do Brasil de 1822. O *Diário Constitucionalista*, editado na Bahia a partir de 4 de agosto do mesmo ano foi, segundo Werneck o “primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica” ³⁵¹.

No Amazonas a imprensa somente chega quatro décadas depois, com a instalação da Província. O primeiro jornal foi o *Cinco de Setembro*, que tem como data da edição inicial o dia 3 de maio de 1851. Em janeiro do ano seguinte ele é substituído por *Estrella do Amazonas*. Como aconteceu com o primeiro jornal publicado na Corte em 1808, e outros nascidos nas mais diversas províncias, o *Cinco de Setembro*, se limitava a publicar atos governamentais e “anúncios classificados onde proprietários oferecem gratificações pela restituição de escravos fugitivos e/ou de objetos roubados”³⁵².

As dificuldades, ou a falta de necessidade, do estabelecimento de veículos de comunicação na Província do Amazonas se faziam sentir pelo pequeno número de pessoas letradas e ainda pelo fato da maioria da população local não ter o português como língua materna. Maria Luíza Ugarte Pinheiro também ressalta as dificuldades para se implantar uma tipografia na província e a tradição do uso da oralidade para a transmissão dos saberes pela população local. Muitos falavam o Nheengatu ou língua geral, embora ela tivesse sido “proibida” durante o governo do Marquês de Pombal, no

³⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p.59.

³⁵² SANTOS, Francisco Jorge dos. E outros (org.) *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950): Catálogo de Jornais*. 2ª edição revisada. Manaus: Editora Calderaro, 1990, p. 19.

século anterior. O português só começa a se tornar hegemônico na segunda metade do século XIX.

Por causa destes vários fatores o desenvolvimento da tipografia no Amazonas foi lento até o *boom* da borracha, nas últimas décadas do século XIX. Nos primeiros 30 anos foram poucos os títulos, mas na década de 1880, a situação é completamente diferente, como nos informa Pinheiro.

Com efeito, os trinta anos que se seguiram ao surgimento do primeiro jornal da província (o *Cinco de Setembro*, de 1851) podem ser caracterizados como o momento embrionário da imprensa, com a veiculação de um número bastante modesto de títulos (são apenas 46, ou 12,4% do total de 371 dos jornais arrolados por J. B. Faria e Souza); uma qualidade gráfica precária, visível na presença relativamente maior de folhas manuscritas e/ou impressas em pequenos formatos; uma exigüidade de jornais diários, além da efemeridade da grande maioria dos títulos. Melhor seria compreender esse primeiro momento como um período de lenta expansão, se confrontado com o ritmo mais frenético que se abre em 1880, o que não significa que ele não tenha sido importante³⁵³.

Foi a partir do *boom* da borracha que o número de jornais locais foi ampliado e não apenas os impressos. Os jornais manuscritos comuns no período anterior continuaram a ser editados durante todo o período denominado de *Belle Époque* manauara. Os manuscritos eram na maioria das vezes “consumido em espaços restritos: o ambiente escolar, círculos de vizinhas, passageiros de uma embarcação em trânsito, assíduos freqüentadores de bares, clubes e cafês”³⁵⁴. O quadro vai se modificando aos poucos com a chegada do século XX, quando os jornais datilografados também aparecem com freqüência, até que a imprensa vai se tornando um negócio, uma empresa.

A passagem do século que assinala a transição do jornal para a grande imprensa. O jornal como aventura isolada e pessoal desaparece. A imprensa artesanal ia paulatinamente substituída pela imprensa industrial. Novas técnicas e novos equipamentos são introduzidos no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, onde os jornais se desfazem de suas velhas máquinas, vendendo-as para o interior do país, e se estruturando como organizações comerciais e industriais.³⁵⁵

³⁵³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese de doutorado defendida em 2001 na PUC/SP.

³⁵⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese de doutorado defendida em 2001 na PUC/SP, p. 68.

³⁵⁵ SANTOS, Francisco Jorge dos. E outros (org.) *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*: Catálogo de Jornais (2ª edição revisada). Manaus: Editora Calderaro, 1990.

No início do século XX também é preciso observar a presença em Manaus da imprensa operária, jornais produzidos por e/ou para os trabalhadores, com destaque para os gráficos que foram responsáveis pelo surgimento dos jornais *Guttemberg*, *Operário*, *Recordação* e *A Lucta Social*, entre os anos de 1891 a 1914. Na primeira década deste século o jornal *Tribuna do Caixeiro* tinha sua redação abrigada na Associação do Comércio do Amazonas, fundada em 1906. Já os jornais *Guttemberg* e *O Operário*, feito pelos gráficos, eram impressos na *Associação dos Artistas Gráficos*. Os jornais operários além de tratarem de temas pertinentes ao mundo do trabalho tinham o papel de estimular “a necessidade do trabalhador se instruir (escolarizar) para lutar por seus direitos e romper a sujeição de classe”³⁵⁶. Isto numa categoria em que a maioria era de analfabetos, mesmo entre os imigrantes, fazia a diferença, embora saibamos que o fato de não saber ler nunca foi impedimento para o operário se familiarizar com as informações uma vez que alguns jornais eram lidos em praças para um conjunto de ouvintes. O surgimento dos jornais operários em Manaus segundo Pinheiro está ligado à chegada dos imigrantes europeus que traziam na bagagem as ideologias anarquistas e socialistas.

Com o ingresso dos primeiros imigrantes, Manaus acolheu também uma gama de militantes anarquistas e socialistas que, desde cedo, procuraram dar vazão às suas convicções políticas, qualificando politicamente as tensões e lutas que começavam, timidamente, a se esboçar no cenário local. Mesmo antes das primeiras grandes manifestações de trabalhadores ocorrerem em Manaus, esforços organizativos ligados ao ideário socialista vigente já se faziam notar através da montagem dos jornais operários, da criação de agremiações sindicais e até mesmo através da criação de um partido político para os trabalhadores.³⁵⁷

Na primeira década do século XX Manaus contava com dois jornais diários: *Jornal do Comércio* e *Diário do Amazonas* e mais uma série de jornais com outras periodicidades ou até mesmo eventuais. Observamos que com o declínio da exportação do látex em Manaus os jornais, sejam eles manuscritos, datilografados ou impressos começam a desaparecer. A redução da “riqueza” local, o abandono da cidade por parte dos “barões da borracha”, os altos custos para a produção de um jornal, a falta de profissionais para a realização do trabalho e mais uma série de fatores podem ser apontadas como causas para este declínio. Mas, nem sempre a letalidade dos jornais esteve ligada a estes fatores. Muitos deixaram de circular porque foram alvo da

³⁵⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. p. 95.

³⁵⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Idem*, p. 129.

intolerância dos governantes. Este fato é comum na história do país e também no Amazonas.

A relação dos jornais com o poder nem sempre foi tranquila. Com a chegada da República com os generais chegou também o empastelamento dos jornais. No dia 1º de outubro de 1893 o Jornal do Brasil “é assaltado e ocupado militarmente”, fazendo com que seu editor Rui Barbosa se exile na Inglaterra. O JB se posiciona contrário ao governo “discrecionário de Floriano Peixoto”.

Os governos republicanos de Deodoro e Floriano fecham vários jornais em todo o país. O primeiro historicamente a sofrer violência, a Tribuna Liberal (1888-1889), do Rio de Janeiro, provoca intensa repercussão e expõe uma nascente república pouco tolerante com a imprensa em comparação com o Segundo Império. Outra vítima do florianismo é A Platéia, de São Paulo (1891-1931)³⁵⁸.

No Amazonas o florianismo também fez vítimas entre os jornais. Pinheiro relata o caso do jornal *Guttemberg* que teve sua primeira edição datada de 15 de novembro de 1891, quando se comemorava o segundo ano da República. Quando da primeira crise do sistema republicano e a chegada de Floriano Peixoto ao poder o governador do Amazonas, Taumaturgo Azevedo, deixou o cargo depois de alguns dias de resistência. O jornal *Gutenberg*, que apoiou Azevedo e que passou a fazer críticas ao governo de Eduardo Ribeiro que o sucedeu, deixou de circular e no final de 1892 teve como sucessor o jornal *O Operário*. “Sintomaticamente, o último número do *Gutenberg* é aberto com a nota intitulada ‘Agressão’, dando conta do atentado sofrido pelo jornalista Marcellino da Exaltação Fernandes”³⁵⁹.

Nos anos de 1920 vários jornais também são vítimas de posições políticas contrárias. Com a Revolução de 30 os jornais da capital federal, Rio de Janeiro, são os principais atingidos. “Os revoltosos incendeiam *O País* e invadem o *Jornal do Brasil*, como fariam com outros jornais nos estados. O *JB*, sem garantias, deixa de circular por uma semana”³⁶⁰.

Convivendo em dois momentos com regimes autoritários de fato e de direito, ditadura de Vargas e Golpe de 1964, a imprensa brasileira e amazonense - alguns sendo

³⁵⁸ BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: 1. História da Imprensa Brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1990, p. 119.

³⁵⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*, p. 143.

³⁶⁰ BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: 1. História da Imprensa Brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1990, 142.

convenientes, outros resistindo na medida do possível - foi se modernizando tecnicamente ao longo das primeiras décadas do século XX, nos faltando fontes para clarear mais estes dois períodos. Vale lembrar que em Manaus o segundo período autoritário manteve durante vários meses um censor dentro do jornal *A Notícia* e alguns depoimentos de jornalistas revelam que era preciso por parte dos jornalistas e dirigentes dos jornais verdadeiros malabarismos para garantir a sobrevivência física dos profissionais e dos veículos de comunicação. Este é um período que carece, segundo nosso conhecimento, de pesquisas mais aprofundadas.

Em Manaus temos o relato de alguns jornalistas sobre o empastelamento de jornais no início do regime de 64, como aconteceu com os jornais *Gazeta* e *O Trabalhista*, este jornal do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Em setembro de 1964 foram fechados por determinação do governador Arthur Cézar Ferreira Reis, eleito de forma indireta pela Assembléia Legislativa do Amazonas, para substituir o governador eleito Plínio Ramos Coelho, cassado pelo regime autoritário.

O fechamento destes jornais foi recordado pelo jornalista Frânio Lima, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas no período de 1972-1975, em entrevista concedida em 2009 ao Jornal do Jornalista, editado pela entidade sindical.

A *Gazeta* era de um médico, que depois vendeu para o Arthur (pai do senador Arthur Neto). Então do doutor Arthur foi eleito deputado federal e vendeu para o Gilberto Mestrinho que ia iniciar o governo dele. O Gilberto passou os quatro anos, quando terminou vendeu a *Gazeta* para o Plínio Coelho, que era do PTB, que tinha o jornal *O Trabalhista*. Quando o Jango (presidente João Goulart) caiu o Plínio era governador. Então houve o que eles chamavam “a revolução” em março e Plínio ainda sobreviveu como governador dois meses. Quando o Plínio comprou a *Gazeta* quem foi para a direção do jornal foi o Weselys Miranda Braga. A *Gazeta*, com *O Trabalhista*, foi fechada duas vezes. A primeira em agosto, foi questão de cinco dias, aí houve uma composição, uma espécie de acerto. (...) Nós fazíamos oposição mesmo e nós ignoramos a força da revolução. Nós fazíamos sobretudo oposição ao Arthur Reis, que foi colocado com a saída do Plínio. Quando Weselys assumiu a direção do jornal eu assumi o cargo de secretário de redação da *Gazeta*, que fechou em agosto. Houve então aqueles cinco dias e retorna. Parece que esperavam que o jornal maneirasse, mas não aconteceu exatamente isso. Alguns dias depois, o fechamento definitivo. Quando chegou uma bela manhã, não sei se foi 4 de setembro ou alguns dias depois, chega a polícia e fecha tudo e coloca todo mundo lá no juiz, lá na chefatura de polícia.³⁶¹

³⁶¹ Jornal do Jornalista, Ano III, Número 14, junho/julho 2009, ano. Matéria “ Experiência da ditadura e transformações no jornalismo”, p.6.

O jornalista Messias Sampaio, que presidiu o Sindicato dos Jornalistas de 1976 a 1981, também lembra do fechamento dos jornais *Gazeta* e *O Trabalhista*. Ele trabalhava na *Gazeta*. Com o fechamento foi trabalhar em *A Crítica*. Embora não tenhamos muitas informações a respeito da imprensa partidária no Amazonas sabemos que com o bipartidarismo imposto a partir de 1964 não havia espaço para este tipo de publicação em todo o território nacional, até mesmo porque os grandes jornais também viveram sob a caneta forte da censura. O jornal *A Notícia*, por exemplo, durante um determinado período foi vítima da censura prévia, contando diariamente com um censor que lia as matérias antes delas serem publicadas, vetando aquelas que não eram do interesse dos governantes. Durante muitos anos uma placa na entrada do jornal lembrava o fato. Mas, esta é outra história, que aguarda para ser contada devidamente.

A nossa pesquisa nos remete a um período pouco posterior, que é o fim da ditadura civil-militar que se estendeu de 1964 até 1985 com a eleição do primeiro presidente civil depois do Golpe de Estado. Já havíamos superado a derrota das Diretas Já e José Sarney, eleito vice-presidente na chapa encabeçada por Tancredo Neves, governava. O quadro verificado na imprensa nacional e local era bem diverso de anos anteriores. Não havia mais a censura prévia e os movimentos sociais ganhavam espaço mesmo nas páginas dos jornais considerados mais conservadores.

Os jornais político-partidários, comuns em determinados momentos da vida nacional, haviam desaparecido de Manaus com o regime de exceção e em 1985 os jornais operários do final do século XIX e da República Velha também não existiam mais³⁶². Pelas fontes de que dispomos, acreditamos que o papel do que poderíamos chamar de “imprensa operária”, ou seja, um jornal direcionado aos trabalhadores, foi desempenhado na década de 1980 pelo jornal *O Parafuso*, que como vimos nos capítulos anteriores era publicado pela Pastoral Operária. *O Parafuso* foi criado em 1980 e continuou sendo impresso até 1989.

Com a eleição da Oposição Sindical Metalúrgica para o Sindicato dos Metalúrgicos a entidade sindical começou a editar o jornal *Linha de Montagem*, órgão interno de divulgação direcionado aos operários das indústrias da Zona Franca de Manaus. Infelizmente não conseguimos localizar as primeiras edições deste jornal,

³⁶² Mais informações sobre as inúmeras publicações direcionadas aos operários amazonenses podem ser obtidas na Apresentação da obra *Imprensa Operária no Amazonas*, organizado por Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, publicado em Manaus pela Edua, em 2004. Com relação à imprensa nacional deve ser consultado *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sobré, da Edições Graal, que teve a segunda edição publicada em 1977.

embora saibamos, através de informações dos sindicalistas da época, que o *Linha de Montagem* começou a ser impresso logo no início da gestão Puxirum, portanto, no primeiro semestre de 1984.

Antes de observar como os três jornais divulgaram a greve geral dos metalúrgicos, é preciso que falemos também um pouco sobre o exercício da atividade jornalística naquele momento. Para podermos entender como os três jornais acompanharam o processo de tomada do Sindicato dos Metalúrgicos pela oposição sindical e a mobilização dos trabalhadores é preciso perceber quem e como se fazia imprensa em Manaus. Nos reportamos às entrevistas concedidas por ex-presidentes do Sindicato dos Jornalistas para tentar traçar um panorama do fazer jornalístico em Manaus até o ano de 1985, mesmo que de forma imprecisa e até mesmo falha pela falta de fontes à disposição.

O Sindicato dos Jornalistas no Amazonas nasceu no final dos anos 50, com a Associação Profissional dos Jornalistas em 1957. No ano seguinte tornou-se Sindicato, tendo como primeiro presidente o jornalista Arlindo Porto, que então já era um profissional com reconhecimento junto à sociedade local, ocupando inclusive vários cargos de chefia nos jornais locais como *O Jornal* e *A Crítica*. Arlindo Porto também exerceu um mandato de deputado estadual, sendo cassado pelo regime autoritário em 1968. Desde o seu nascimento e até o ano de 1992 o Sindicato dos Jornalistas funcionou em uma sala emprestada pelo Sindicato dos Seringalistas, ou, o Sindicato da Borracha.

A relação com a classe patronal até as décadas de 1970/80 era clientelista, na medida em que o jornalismo era, em muitos casos, apenas um trampolim para cargos políticos ou um meio de vida enquanto esses trabalhadores não concluíam uma faculdade. Os jornalistas recebiam por produção. Matéria que tinha mais destaque na página valia mais. Observamos pelos depoimentos dos ex-presidentes do Sindicato que mudar este quadro foi um trabalho de décadas. De Frânio Lima, passando por Messias Sampaio, que dirigiu a entidade entre os anos de 1976 a 1981, Aldísio Filgueiras (1982-1984), até Mário Monteiro, que foi presidente de 1984 a 1987 podemos observar a preocupação em organizar a categoria, mudar o relacionamento entre trabalhador e patrão e estabelecer uma conduta ética tanto na relação trabalhista quanto em relação à profissão e à sociedade³⁶³.

³⁶³ As entrevistas com os ex-presidentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas – SJPAM, publicadas em parte no *Jornal do Jornalista*, órgão de divulgação da entidade, faz

É interessante observar a análise sarcástica que o jornalista Aldísio Filgueiras faz deste quadro, quando comenta a atuação profissional dos jornalistas em Manaus até a década de 1980.

O jornalismo era uma espécie de trampolim de pessoas letradas que numa fase da adolescência precisavam trabalhar, porque estavam virando um empecilho dentro de casa. E como sabia ler e escrever ia pro jornal. O jornal é uma coisa muito legal porque você tem contato com muitos extratos da sociedade, e você não tinha muitas opções no início dos anos 80 porque a universidade mal se consolidava e as opções que a juventude tinha era ser comerciário, bancário, preferencialmente bancário do Banco do Brasil, fazer Direito e ser professor... e claro político, que é um viés muito estranho das opções da gente. O jornalismo oferecia vários contatos com os poderes e o jornalismo amazonense tem uma atração fatal pelo poder.³⁶⁴

Outra particularidade do momento era que o curso de jornalismo (Comunicação Social) da Universidade do Amazonas (hoje Universidade Federal do Amazonas - Ufam) havia sido criado no início dos anos 70, sendo que as primeiras turmas concluíram o curso na metade desta década. O número de jornalistas diplomados foi aumentando com o decorrer da década seguinte e em 1985 a imprensa local vivia um momento singular: em todas as redações havia um grande número de jornalistas recém-formados e muitos vindos de outros estados brasileiros, como Paraná, São Paulo e Alagoas, também jovens jornalistas que haviam concluído seus cursos a pouco tempo.

Assim como os demais trabalhadores brasileiros os jornalistas que atuavam no Amazonas viviam o processo de tomada de consciência enquanto classe e como nos ensina Thompson isto se dá no dia a dia, na experimentação, na identificação de necessidades comuns³⁶⁵. O Sindicato dos Jornalistas foi a primeira entidade sindical no Estado a ter como presidente uma pessoa vinculada ao Partido dos Trabalhadores, segundo recorda Aldísio Filgueiras, que diz que “foi o primeiro sindicato petista aqui no Amazonas”³⁶⁶. Isso na época tinha um significado diferente da atualidade. Representava, pelo menos em tese, o compromisso com mudanças, a visão do “novo

parte de um projeto informal desenvolvido pela atual gestão de resgate da memória da entidade. Inicialmente pretende-se ouvir todos os ex-presidentes e registrar estas memórias em forma de matéria no JJ e depois disponibilizá-las no site da entidade www.jornalistasam.com.br. Estas entrevistas foram publicadas nas edições 14 (Frânio Lima), 15 (Messias Sampaio), 16 (Aldísio Filgueiras) e 17 (Mário Monteiro).

³⁶⁴ Entrevista com Aldísio Filgueiras, publicada na edição 16 do Jornal do Jornalista, p.6.

³⁶⁵ THOMPSON, E.P. Algumas Informações Sobre Classe e Falsa Consciência. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

³⁶⁶ Entrevista com Aldísio Filgueiras, publicada na edição 16 do Jornal do Jornalista, p.6.

sindicalismo”, como observamos nos capítulos anteriores. Depois as coisas mudaram, os partidos também.

A proximidade dos jornalistas com os demais trabalhadores que se organizavam era grande, tanto que um ano depois da greve dos metalúrgicos os jornalistas amazonenses também fizeram uma greve geral, atingindo os quatro jornais diários – em maio de 1986 – que tinha como principal reivindicação aumento salarial, aumento no piso salarial da categoria e cumprimento da legislação que determinava a jornada de cinco horas para o trabalho dos jornalistas. Nesta greve os jornalistas contaram inclusive com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos que cedeu uma Kombi para que os jornalistas divulgassem o movimento pela cidade.

É preciso ainda lembrar que como todas as demais categorias profissionais os jornalistas viviam e conviviam com grandes embates internos. Numa mesma redação trabalhavam jornalistas que poderiam ser rotulados – independentemente da idade e formação acadêmica - de conservadores e vanguardistas, na falta de denominação mais adequada. Conservadores aqueles que se limitavam a cumprir ordens e a aceitar como seus os projetos patronais, não lutando por melhorias das condições de trabalho ou mesmo pela divulgação dos movimentos sociais e vanguardistas aqueles que participavam das lutas sociais do momento e das ações promovidas pela entidade de classe da categoria. Entendiam estes que o jornalismo é uma atividade de interesse social e, portanto, deveria ser exercida tendo por base o interesse coletivo e não a conta bancária dos donos dos veículos de comunicação. Em meio a estes dois tipos conviviam um terceiro que denominaremos de carreiristas, nos referindo aqueles que dependendo da conveniência se colocavam como conservadores ou vanguardistas, tendo como único objetivo fazer “carreira”. Seu objetivo central era galgar postos dentro da empresa e agiam dentro das redações dos jornais como aqueles operários que optavam por entregar os companheiros militantes em troca de um cargo. Assim como os dirigentes das indústrias podiam contar com estes operários os donos dos jornais podiam contar com os carreiristas.

Terminada a digressão sobre o comportamento dos jornalistas, ressaltamos que naquele momento as matérias divulgadas pelos jornais, em sua maioria, não traziam os nomes dos jornalistas que a faziam. A luta pela identificação do material se deu num momento posterior e teve como objetivo não só dar visibilidade ao profissional, mas principalmente garantir a integridade do texto elaborado por ele. A idéia era que o texto

assinado não poderia ser alterado pela editoria sem a anuência de quem o escreveu, o que nem sempre acontece atualmente. Na primeira metade da década de 1980 somente eram identificados os autores das matérias consideradas como especiais. No caso da greve dos metalúrgicos de 1985 apenas o jornal *A Crítica* trouxe a relação dos jornalistas que participaram da cobertura.

Assim como os dirigentes sindicais e a classe patronal foram pegos de surpresa pela extensão da greve, os jornais e os jornalistas também o foram. No *Jornal do Commercio*, em que trabalhávamos, a cobertura da paralisação no seu primeiro dia mobilizou boa parte da redação, mas a matéria publicada no dia seguinte foi apenas uma síntese de todo o trabalho realizado. O proprietário do jornal estava viajando, o editor-chefe também. A responsabilidade pela publicação ficou sobre os ombros do chefe de reportagem que decidiu por não publicar as matérias captadas pelos jornalistas e apenas fazer um “resumão” destinando apenas uma página para a greve. *A Crítica* deu duas páginas e *A Notícia* publicou uma matéria com o presidente do sindicato patronal como destaque. Mas, a cobertura da greve feita pelos jornais será abordada mais adiante.

3.2 – A Vitória Eleitoral da *Puxirum*

Mais de um ano antes da greve de agosto a imprensa local já acompanhava os passos do grupo de jovens que se organizava para tomar o Sindicato dos Metalúrgicos. O registro da eleição que aconteceu em dois escrutínios foi feito pelos três jornais, com destaque ora maior em um ou outro, dependendo da posição assumida pelo jornal. Como veremos é clara a opção do *Jornal do Commercio* pela situação, assim como é clara também a opção de *A Crítica* pela chapa de oposição.

Entre os três jornais observados o que primeiro registra a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos é o *Jornal do Commercio*, que aquela altura ainda pertencia a Epaminondas Barahuna e tinha como editor geral o jornalista José Cidade de Oliveira. A matéria da eleição abre a página 4, da edição de domingo, dia 15 de janeiro de 1984. Com o título “Seis mil metalúrgicos elegem amanhã dirigentes sindicais”, a matéria é ilustrada com uma foto do presidente Francisco Fernandes Vieira, candidato à reeleição, com a seguinte legenda: Francisco Vieira está confiante na sua reeleição no Sindicato.

Apenas o presidente é ouvido e é apresentada uma relação de conquistas relacionadas por ele. Mas o que chama atenção é o segundo parágrafo

Francisco Fernandes Vieira que disputa mais um período administrativo, disse que a palavra “fraude” tem servido para justificar a derrota dos que não tem apoio popular, e no caso de eleições sindicais, os que não contam com a confiança dos trabalhadores.³⁶⁷ (grifos nosso).

Aparentemente deslocado do contexto da matéria, uma vez que no início é informado apenas que as eleições acontecerão na segunda-feira, chapas concorrentes e horários, e os seguintes são apenas um “discurso” de candidato, este parágrafo nos leva a uma reflexão. Embora não possamos garantir, acreditamos que este parágrafo foi o recurso encontrado pelo repórter para fazer passar uma informação que julgava importante como o risco de fraude nas eleições, mas que não poderia ser colocada de outra forma uma vez que o jornal apoiava o candidato à reeleição, como veremos nas matérias seguintes. Por estas colocações também podemos perceber que as denúncias de fraudes em eleições, sindicais ou não, eram comuns naquele momento.

A primeira matéria sobre a eleição veiculada no jornal *A Crítica* está na cabeça da página 3, considerada a página mais importante de qualquer jornal, da edição de segunda-feira, dia 16 de janeiro de 1984. Ao lado, como matéria principal da página, a notícia de como está os preparativos para o carnaval na cidade. Com o título “Metalúrgicos vão eleger dirigente” a matéria informa que eram esperados mais de seis mil eleitores, traz a fala de Simão Pessoa candidato a vice-presidente pela chapa *Puxirum* e do então presidente Francisco Fernandes Vieira que era candidato à reeleição. Há uma descrição do clima que envolveu “verdadeiros comícios” nas portas das fábricas.

Na última sexta-feira, por exemplo, a “Puxirum” posicionou-se em diversos setores do Distrito Industrial e através de megafone, os seus integrantes convidam os trabalhadores a partirem para uma mudança sindical, alegando que a atual diretoria não cumpre realmente suas obrigações junto a classe trabalhadora.

Já o candidato da chapa 1, Francisco Fernandes Vieira, que disputa, mais um período administrativo, como presidente, desenvolveu com certa tranquilidade a campanha, confiante principalmente nos efeitos da administração passada sobre os associados³⁶⁸.

³⁶⁷ *Jornal do Comércio*, edição de 15 de janeiro de 1984, p.4.

³⁶⁸ *Jornal A Crítica*, edição do dia 16 de janeiro de 1984, p.3.

O jornal *A Notícia*, como o *Jornal do Comércio*, não circulava nas segundas-feiras. A matéria sobre a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos foi veiculada apenas na terça-feira, dando conta do clima da eleição, com entrevistas feitas com trabalhadores e a informação de que até as 17 horas apenas 120 pessoas haviam comparecido para votar. Na sede da entidade deveriam votar os trabalhadores em férias e os que trabalhassem em empresas pequenas, onde não passariam as urnas itinerantes. O clima da eleição é retratado a partir da entrevista feita com alguns trabalhadores. “Entre seis pessoas entrevistadas, apenas duas tinham noção do que estava acontecendo”³⁶⁹, diz o texto, que acrescenta o depoimento de um eleitor da chapa Puxirum, que estava confiante em mudanças. A matéria também traz a denúncia de que um fiscal da chapa de oposição fora agredido quando esteve na empresa Tecnocério e que os fiscais da *Puxirum* tiveram que recorrer ao Ministério do Trabalho para garantir a sua participação nas eleições.

O clima tenso e o favorecimento à chapa de situação também é retratado na matéria do *Jornal do Comércio*. “Foi preciso a Delegacia Regional do Trabalho intervir no caso e dar permissão para apenas 1 fiscal da chapa 2 acompanhar o trabalho volante de cada urna junto com até 4 fiscais da chapa 1”³⁷⁰. A matéria, que tem como título “Movimentadas as eleições diretas dos metalúrgicos” fala ainda que 130 pessoas trabalharam para a chapa *Puxirum* e sobre a preocupação do candidato de oposição com a possibilidade de fraudes.

A Crítica também retrata a tensão com a matéria “Clima de tensão na eleição metalúrgica”, publicada no canto da página 2, dedicada às últimas notícias, ou seja, as matérias que chegam no momento em que o jornal está sendo fechado. Além de denunciar o espancamento do fiscal da chapa 2 na empresa Tecnocério e dificuldades da oposição durante todo o dia, a matéria explica que a chapa Puxirum teve que entrar com um mandato de segurança contra uma portaria do presidente da entidade que proibia a presença da oposição junto às urnas itinerantes. O mandato de segurança foi impetrado pelo advogado Gerson José de Oliveira, de São Paulo, contratado pela *Puxirum* “com apoio de diversos segmentos democráticos da sociedade”³⁷¹.

Embora não esteja explícito na matéria o apoio dado pelos “segmentos democráticos da sociedade” era muitas vezes em dinheiro mesmo. Vários depoimentos

³⁶⁹ Jornal *A Notícia*, edição do dia 17 de janeiro de 1984, p. 2.

³⁷⁰ *Jornal do Comércio*, edição do dia 17 de janeiro de 1984, p. 4.

³⁷¹ Jornal *A Crítica*, edição do dia 17 de janeiro de 1984, p.2.

dão conta inclusive de que o advogado Hildeberto Dias doava todo o salário de assessor da APPAM para o movimento dos metalúrgicos. Ricardo Moraes afirma que ele recebia pessoalmente o cheque que era dado ao advogado como pagamento. “Era o que ele recebia e dava o cheque inteirinho pra mim, ele abonava, sacava e era pra garantir a alimentação da gente nas reuniões, pra comprar material, pra comprar papel, comprar tinta pro mimeógrafo”³⁷². Também era comum neste período a coleta de contribuições dentro dos sindicatos e outras entidades para garantir os recursos necessários para as mobilizações.

A falta de quorum para a eleição foi divulgada apenas pelos jornais *A Crítica* e *Jornal do Commercio* na quarta-feira, dia 18 de janeiro. *A Crítica* o fez através da matéria “Faltou quorum nas eleições metalúrgicas”, publicada na página 5, em que informa que o quorum exigido era de 2/3 dos eleitores aptos a votar, ou seja, era necessário o registro de 3.525 votos, mas apenas 3.016 foram registrados. Para a eleição seguinte, que seria realizada no dia 31 de janeiro seriam necessários apenas o comparecimento de 50% dos eleitores. Sob o inter título “queimando votos”, onde explica que a decisão de queimar os votos só foi tomada depois de muitos protestos porque o presidente da entidade queria guardá-los. A matéria apresentou um relato sobre a eleição e as estratégias da situação e oposição.

A campanha de Francisco Vieira, que tenta ser reconduzido pela 13ª vez no sindicato, foi baseada em cima das acusações contra os membros da oposição e em cima do seu maior feito: a construção da sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Para ele, os membros da chapa 2 são todos “comunistas e anarquistas”. As faixas colocadas por seu eleitorado em frente ao sindicato, traziam frases como “Chapa 1: contra o comunismo e anarquismo”. Do lado de fora, um verdadeiro mutirão, formado por diversas entidades progressistas, tentava de todas as formas ajudar a “Puxirum”. Professores, partidos políticos, estudantes, tribuneiros e trabalhadores reforçaram o trabalho que a oposição já vinha desenvolvendo há quase três anos.³⁷³

O *Jornal do Commercio* trouxe a notícia na primeira página, em uma coluna, com o título “Não houve quorum nas eleições”, em que chama para matéria na página 4, informando que apenas 3.016 eleitores votaram na eleição realizada na segunda-feira. Na matéria interna, com o título “Três mil votos não definem dirigentes dos metalúrgicos”, fica clara mais uma vez a posição do jornal.

³⁷² Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p.5.

³⁷³ *Jornal A Crítica*, edição de 18 de janeiro de 1984, p. 5.

TUMULTO NA APURAÇÃO

Os tumultos se repetiram durante a apuração dos votos, anteontem à noite no Sindicato. Francisco Vieira, que vinha acompanhando todo o processo de forma pacífica, ignorou a atitude do pessoal da chapa de oposição, apoiado por políticos e entidades estudantis, de tumultuarem o andamento das eleições e da apuração. O sindicalista denunciou, no entanto, que, às primeiras horas da noite, os oposicionistas já embriagados (havia garrafas de cachaça entre eles), “disseram se perdessem iriam fazer “quebra-quebra” dentro da sede, “Foi uma apuração muito agitada, tendo os elementos da chapa 2 promovido a maior algazarra dentro e fora do sindicato”, frisou Francisco Vieira³⁷⁴.

Percebemos por esta matéria que o jornalista designado para cobrir a apuração não foi o mesmo que acompanhou as movimentações no dia da eleição e que este apresenta perfeita sintonia com a linha editorial do jornal, embora possamos sempre levar em consideração a “intromissão” no texto feita pelo copydesck³⁷⁵. A análise de cada uma das matérias publicadas pelos três jornais mereceriam um estudo à parte, que embora nos fascine e nos tente não cabe ser realizado neste momento.

A realização das novas eleições 15 dias depois do fracasso da primeira tentativa, é divulgada pelos três jornais no próprio dia das eleições, 31 de janeiro, segunda-feira. “Eleição metalúrgica decide nova direção” é o título da matéria de *A Crítica*, no alto da página 3, que fala da realização do pleito e apresenta alguns dos argumentos apresentados pelos dois candidatos à presidência. A Notícia mais uma vez destaca a eleição na primeira página com a chamada “Metalúrgicos votam hoje mais uma vez”. Na página 2, a matéria “Metalúrgicos de Manaus vão às urnas novamente” informa que são 5.200 trabalhadores aptos a votar e fala da expectativa de situação e oposição e das críticas que trocam entre si. O presidente, que está à frente do sindicato há 12 anos, ao rebater as críticas de que é pelego afirma que elas partem de “concorrentes com ideologias esquerdistas, para essa criançada todo presidente de sindicato é pelego”³⁷⁶. Esta declaração vem de encontro ao que nos falaram os entrevistados sobre a pouca idade da maioria dos envolvidos com a Oposição Sindical Metalúrgica e é um retrato da massa operária da Zona Franca de Manaus, naquele momento específico.

Já o *JC* trouxe uma chamada de 1ª página com a foto de Francisco Vieira com a legenda: “Vieira quer reeleição”, chamando para a matéria interna na página 4, que é

³⁷⁴ *Jornal do Comércio*, edição de 18 de janeiro de 1984, p. 4.

³⁷⁵ Copydesck era o jornalista responsável pela leitura inicial da matéria escrita pelo repórter. A sua autonomia para alterar o texto dependia da autoridade que ele tinha, determinada pela experiência profissional e pelo relacionamento que mantinha com o editor-chefe e com os repórteres. Contava também o prestígio do repórter junto as hierarquias superiores dentro da redação.

³⁷⁶ *Jornal A Notícia*, edição de 31 de janeiro de 1984, p.2.

ilustrada com uma foto do candidato de oposição Ricardo Moraes e o título: “Eleições dos metalúrgicos hoje podem definir vencedor”. A matéria fala das propostas dos candidatos, destacando as realizações do presidente atual e candidato à reeleição.

Francisco Fernandes Vieira tenta a sua reeleição, baseado em trabalhos já realizados durante os 12 anos que já dirige a entidade, enquanto Ricardo Moraes da chapa de oposição denominada “Puxirum”, quer ser eleito prometendo lutar por melhores salários e melhores refeições, nas fábricas, para os trabalhadores³⁷⁷.

O apoio ao presidente que tentava a reeleição aparece claramente no parágrafo seguinte quando a matéria “informa” que nos 12 anos a frente da entidade Francisco Vieira “fez da classe dos metalúrgicos a maior e a mais bem assistida de todas as categorias”³⁷⁸, além de informar que se reeleito o Vieira iria concluir a sede campestre e criar uma cooperativa de alimentos para vender gêneros de primeira necessidade aos trabalhadores a preços mais baixos.

No dia seguinte, no registro da eleição o jornal *A Crítica* trouxe um relato das tensões registradas na sede do sindicato onde até parlamentares que apoiavam a chapa 2 foram impedidos de ter acesso à entidade e os fiscais da chapa 2 impedidos de acompanhar as urnas itinerantes. O problema só foi sanado com a chegada da Delegada Regional do Trabalho, Eneida Bacury. A matéria, com o título “Eleição de metalúrgicos transcorreu tumultuada” também destaca a diferença econômica entre as duas chapas, sendo que a chapa de situação contava com mais recursos. “A chapa 2, sem a estrutura de “mármore” da situação, fazia a sua campanha através de um auto-falante”, afirma a matéria que relata o caso de agressão aos membros e apoiadores da chapa 2 feita por “garotos bronzeados e atléticos, membros de uma academia de halterofilismo envergando a camiseta “democracia e solidariedade”- slogan da chapa 1”. Os políticos citados na matéria, apoiadores da chapa 2, foram os deputados federais Arthur Virgílio Neto e Mário Frota, o deputado estadual Felix Valois e o presidente da Câmara Municipal de Manaus, Francisco Marques³⁷⁹.

A posse da chapa *Puxirum*, que aconteceu na noite de 15 de fevereiro de 1984, foi noticiada apenas pelo *Jornal do Commercio* e *A Crítica*. O *JC* divulgou matéria no dia falando sobre o ato que aconteceria à noite e no dia 17 deu a matéria da posse, sendo que *A Crítica* deu apenas a matéria sobre a posse, também no dia 17, uma vez que a

³⁷⁷ *Jornal do Commercio*, edição de 31 de janeiro de 1984, p. 4.

³⁷⁸ Idem, ibidem.

³⁷⁹ *Jornal A Crítica*, edição de 01 de fevereiro de 1984, p. 3.

solenidade foi realizada à noite e os jornais não tinham como divulgar o fato já no dia seguinte, por causa do horário determinado para fechamento da edição. Neste momento as redações dos jornais ainda não eram informatizadas e apenas assuntos de extrema relevância faziam com que um jornal fosse “aberto” para o registro, até porque isto implicaria em atrasar a edição do dia seguinte.

Na matéria do dia 15, com o título “Nova diretoria dos metalúrgicos assume hoje o Sindicato”, publicada na página 4, o JC informa que a posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos acontecia às 20 horas e que a chapa de Ricardo Moraes ganhou com 500 votos de diferença da chapa de Francisco Vieira, que parece manter bons relacionamentos dentro da redação uma vez que tem um parágrafo dedicado a ele:

Depois de doze anos dirigindo o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Francisco Vieira, deixa hoje o posto orgulhoso de ter cumprido, segundo ele, com as promessas feitas durante todo esse tempo. É o sindicato mais bem estruturado de Manaus com um perfeito serviço de atendimento médico, odontológico e oftalmológico. Francisco Vieira, disse que queria fazer mais, se fosse reeleito, o que não poderá concretizar, já que a oposição saiu vencedora³⁸⁰.

No parágrafo seguinte o jornal reconhece o esforço dos oposicionistas para tomarem o sindicato, lembrando a campanha realizada durante vários meses até que se chegasse à vitória no final de janeiro.

OPOSIÇÃO À FRENTE

Foi uma luta incessante da oposição sindical dos metalúrgicos para chegar à frente das atividades da categoria. Meses de campanha noite e dia foram de dedicação à luta pela vitória. E foi o que deu numa segunda chamada dos trabalhadores, já que na primeira não houve quorum de definição. A 16 de janeiro os metalúrgicos foram às urnas e só sufragaram pouco mais de 3 mil votos. Na segunda convocação, bastava apenas a metade dos mais de 5 mil associados votarem. Ricardo Moraes saiu na frente com 500 votos de diferença e confirmou a vitória da chapa “Puxirum”.³⁸¹

A matéria sobre a posse foi divulgada no dia 17 de fevereiro pelo *Jornal do Commercio* com o título “Metalúrgicos assumem defendendo as diretas e a sua filiação à Cut”. Nela observamos que a posse da chapa *Puxirum* foi um grande acontecimento, que lotou o auditório da entidade, reunindo mais de 500 pessoas e contando inclusive com a presença do presidente do sindicato patronal, Fernando Bonfim, vários políticos e representantes de outras categorias profissionais. Segundo o jornal, o presidente eleito

³⁸⁰ *Jornal do Commercio*, edição de 15 de fevereiro de 1984, p.4

³⁸¹ *Jornal do Commercio*, idem p. 4.

teria defendido o fim do “peleguismo” no movimento sindical e a filiação do Sindicato dos Metalúrgicos à Central Única dos Trabalhadores (CUT)³⁸².

O jornal *A Crítica* divulgou a posse, como dissemos antes, com matéria na edição do dia 17. Com o título “Festa trabalhista: Eleições Diretas pedida na posse da ‘Puxirum’”, a matéria abre a página 6. Assim como a do JC a matéria de *A Crítica* destaca a presença de lideranças sindicais e políticas e o fato de Ricardo Moraes ter sido aplaudido “de pé” pelos presentes. Classificada como uma festa democrática pelo vice-presidente Simão Pessoa, a posse da Puxirum franqueou a palavra para diversas lideranças. “Por mais de duas horas se manifestaram as mais diferentes entidades, como associação de bairros, jornais alternativos, representantes de partidos e representantes de sindicatos”³⁸³.

A matéria de *A Crítica* afirma ainda que no discurso de encerramento da solenidade de posse Ricardo Moraes teria dito que não seria justo os trabalhadores terem uma arma como o sindicato e não poderem fazer uso dela, afirmando que a nova direção do Sindicato dos Metalúrgicos iria discutir a sua filiação à Central Única dos Trabalhadores. A defesa da proposta de filiação do Sindicato dos Metalúrgicos à CUT parece óbvia. A central trabalhista, que reunia várias correntes do sindicalismo nacional – como vimos no capítulo anterior – havia sido criada no Amazonas há apenas cinco meses e entre os seus fundadores estavam os novos dirigentes da categoria metalúrgica que naquele momento tomavam posse.

O contexto em que a posse da oposição metalúrgica foi realizada merece uma observação. Havia uma grande mobilização nacional em favor da Emenda Constitucional para o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, apresentada pelo deputado matogrossense Dante de Oliveira. Os organizadores da Campanha pelas Diretas Já estavam realizando comícios em todo o país e reunindo milhares de pessoas em torno da proposta. No mesmo dia em que foi divulgada a posse, 17 de fevereiro, foi publicada na primeira página de *A Crítica* uma nota paga anunciando o comício que seria realizado em Manaus no dia seguinte.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DO GOVERNADOR
AMAZONENSES:

³⁸² *Jornal do Commercio*, edição de 15 de fevereiro de 1984, p.4

³⁸³ *Jornal A Crítica*, edição do dia 17 de fevereiro de 1984, p.6

O PMDB, os partidos de oposição e um número expressivo de parlamentares do PDS vêm promovendo a campanha nacional pelas eleições diretas para a escolha do Presidente da República.

A luta por este direito faz parte do programa do Partido e é o anseio majoritário do povo brasileiro.

Face a isso, realizaremos em Manaus o “comício das diretas” no próximo dia 18, às 18:30 horas na Praça do Congresso, com a presença do Presidente Nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Vamos dizer que o Amazonas também quer influir na escolha do próximo Presidente.

GILBERTO MESTRINHO³⁸⁴

Como podemos observar pela nota o chamamento é do PMDB, mas a nota é publicada em nome do Governo do Estado e provavelmente paga pelos cofres públicos. O que não é de se estranhar uma vez que no Brasil há uma grande dificuldade em separar o público do privado, como apontado por Sérgio Buarque de Holanda. Separar interesses de Estado, dos interesses do Governo ou dos partidos políticos parece ser ainda mais difícil. Dificuldade que deve ser ainda maior quando o governador é também o presidente e líder maior de um partido político.

A realização do Comício pelas Diretas em Manaus foi manchete da edição do domingo, dia 19, de *A Crítica*. Com o título “Comício pelas diretas não alcançou sucesso esperado”, a chamada da primeira página fala que o público presente à Praça do Congresso não correspondeu à expectativa dos organizadores e aponta dois motivos para o insucesso, que teriam sido apresentados pelos políticos presentes. O primeiro seria o dia escolhido: um sábado, quando há pouca movimentação no centro da cidade. E o segundo as divergências entre os partidos de oposição ao regime que “culminaram com agressões e faixas rasgadas”³⁸⁵.

Como podemos observar era um momento de muita agitação política em que as oposições que haviam se unido para a campanha de 1982 apoiando Gilberto Mestrinho para governador já se separavam. Os partidos que viviam na clandestinidade estavam retornando à legalidade e o Partido dos Trabalhadores estava se fortalecendo no Estado. Como destacamos nos capítulos anteriores um grande número de trabalhadores militantes eram também filiados ao PT, e alguns ao PDT, e participavam ativamente do movimento político pelas Diretas Já, daí o destaque dado a questão durante a posse da *Puxirum*, ressaltado pelos jornais que fizeram a cobertura do evento.

³⁸⁴ Jornal *A Crítica*, edição de 17 de fevereiro de 1984, 1ª página.

³⁸⁵ Jornal *A Crítica*, edição de 19 de fevereiro de 1984, 1ª página.

3.3 – A Greve Piloto

Outro fato marcante que antecede a greve dos metalúrgicos de agosto e que foi amplamente divulgado pelos jornais aqui estudados é a greve dos operários da Sanyo, que aconteceu no período de 25 a 28 de março de 1984. Para muitos esta greve foi o piloto da grande greve de agosto. Nas matérias veiculadas nos jornais vemos claramente isso, tanto através do discurso dos dirigentes sindicais que representavam os trabalhadores quanto dos que representavam a classe patronal. Nos três jornais encontramos vasto material sobre esta paralisação. A principal reivindicação dos trabalhadores era a equiparação salarial com outras empresas uma vez que a Sanyo da Amazônia S/A era a que pior pagava os seus empregados, a estabilidade no emprego e um reajuste/aumento que totalizaria 120%.

A greve foi divulgada com chamada de primeira página pelos três jornais. O *Jornal do Commercio* com a chamada de capa “Na Sanyo, 900 em greve desde ontem” trouxe uma foto em que aparece dezenas de trabalhadores empunhando um cartaz. Na matéria interna, “Operários continuam em greve na fábrica Sanyo” que toma mais de dois terços das colunas centrais da página 3, ilustrada com uma foto da assembléia realizada no dia anterior no pátio da empresa, está dito que esta era a primeira paralisação na empresa, instalada há 14 anos em Manaus. No inter título “Cotonete” a matéria fala da atuação do presidente do Sindicato Ricardo Moraes no movimento.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, depois dos aplausos que recebeu dos operários da Sanyo, disse que a greve só seria paralisada quando fosse acionado de vez “o cotonete do patrão”. O cotonete a que o presidente se referia era a “greve, que permanecerá sem alteração até os patrões limpem os ouvidos e ouçam nossas dificuldades”³⁸⁶.

O planejamento da greve também é destacado pelo *JC* quando informa que Ricardo Moraes havia dito que “o ensaio da greve havia sido feito desde a segunda-feira retrasada”. Na quinta-feira anterior os operários haviam decidido a não fazer extra no sábado se a empresa não pagasse os 100% das horas trabalhadas anteriormente. Como a empresa não pagou cerca de 1.600 trabalhadores deixaram de realizar extras e na segunda-feira seguinte, dia 25, cruzaram os braços por tempo indeterminado.

A greve da Sanyo foi manchete de *A Crítica* com o título “850 operários param a Sanyo em nova greve no Distrito”. A foto que ilustra a matéria destaca os trabalhadores

³⁸⁶ *Jornal do Commercio*, edição de 26 de março de 1985, p.3

no pátio da empresa e causa um impacto visual forte porque foi tirada do lado de fora da cerca de arame farpado, que ficava acima do muro da empresa.



Primeira página do jornal *A Crítica* divulgando a greve da Sanyo³⁸⁷.

Na matéria da página 7, “Por melhores salários: 850 trabalhadores em greve param a Sanyo”, a recepção dos trabalhadores ao presidente do sindicato é destacada informando que quando ele chegou “a multidão explodiu em aplausos”. A matéria de *A Crítica* destaca a reclamação dos operários amazonenses que se dizem discriminados, sendo que as que pessoas que vem do “sul”³⁸⁸ ficam com os cargos mais elevados e as melhores remunerações, discriminação que teria motivado uma greve na Sharp em 1977. A disposição dos trabalhadores para a luta também é destacada pelo jornal: “A chuva caía lentamente, mas o movimento continuou, recebendo a todo momento solidariedade de outras categorias e entidades, como a CUT, a APPAM, Partidos Políticos, Sindicato de Vidros e Cristais e etc.”³⁸⁹.

A exemplo do *JC*, o jornal *A Crítica* destaca a fala de Ricardo Moraes na matéria “Prejuízo é de 400 milhões”, editada abaixo da principal. A matéria é ilustrada com uma foto também tirada do lado de fora da cerca de arame em que aparece em primeiro plano o presidente do sindicato falando aos trabalhadores.

³⁸⁷ Jornal *A Crítica*, edição do dia 26 de março de 1985, 1ª página.

³⁸⁸ “Sul” pode ser entendido aqui como sinônimo de “paulista”, que como vimos anteriormente é uma denominação genérica para todos aqueles que vêm de outros estados brasileiros e passam a ocupar postos nas indústrias locais.

³⁸⁹ Jornal *A Crítica*, edição de 26 de março de 1985, p. 7.

COTONETE

Ao se dirigir aos 900 grevistas, todos expostos numa área gramada da Sanyo e próxima às alamedas ensolaradas do Distrito Industrial, Ricardo Moraes foi enfático ao dizer que a greve não foi por acaso, foi planejada, e que a categoria só iria conseguir alguma coisa acionando o cotonete do patrão, que é a greve³⁹⁰.

Na terceira matéria sobre o assunto, publicada abaixo das outras duas, com o título “Empresa admite: pode fechar”, em que expõe o posicionamento da empresa em não negociar com os trabalhadores por entender que uma negociação seria extemporânea, porque havia um acordo firmado com o sindicato dos trabalhadores meses antes, *A Crítica* ressaltava a fala do diretor da empresa, Feliciano Hasegawa, em que prevê mais mobilização por parte dos trabalhadores.

Ao se referir a primeira greve nos seus 14 anos de implantação em Manaus, o diretor disse que esses movimentos com a vinda da Nova República serão normais daqui pra frente, pois o pessoal está mais livre, mais democrático e todo mundo estará querendo ter chance de falar.³⁹¹

A fala do diretor da Sanyo nos permite concluir que ele acompanha o crescimento do movimento sindical brasileiro e as transformações registradas no cenário nacional com o fim do regime autoritário e o início do processo de democratização do país. O presidente José Sarney havia assumido a Presidência da República há 10 dias. As necessidades dos trabalhadores brasileiros eram muitas e iam para além da necessidade de falar. Eles queriam pelo menos a recomposição de seus salários que vinham sendo corroídos pela inflação que no ano de 1985 atingiu 233,6%.

O jornal *A Notícia* também deu manchete com a paralisação com o título “Greve no Distrito: Empregados param a Sanyo”, ilustrada igualmente com foto dos trabalhadores em greve. Na matéria da página 3 “Trabalhadores deflagram greve na Sanyo e param toda produção” a principal fonte é o secretário do sindicato Elson Melo que informa ser a greve por tempo indeterminado, dependendo a volta ao trabalho da disposição da empresa em negociar. Em matéria complementar, publicada abaixo da principal, “Sanyo considera greve injusta”, o jornal expõe a posição da empresa destacando que o diretor afirmou que foi pego de surpresa pela greve.

No segundo dia do movimento, registrado pelos jornais no dia 27, *A Crítica* dedica toda a página 7 aos metalúrgicos, destacando a possibilidade da greve se estender

³⁹⁰ Jornal *A Crítica*, edição de 26 de março de 1985, p.7

³⁹¹ Jornal *A Crítica*, edição de 26 de março de 1985, p.7.

por outras empresas com a chamada de capa “Greve pode atingir outras fábricas”. Internamente, a matéria principal “Terceiro dia: Grevistas garantem que podem parar o Distrito” diz que o secretário de Estado de Interior e Justiça, José Dutra, assumira a condição de negociador em nome do Governo do Estado e do sindical patronal. Ele fez uma reunião com os trabalhadores e marcou para aquele dia (27) uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho com a presença dos diretores da empresa. Nesta reunião inicial, na condição de representante dos trabalhadores Ricardo Moraes afirmou que não iria negociar com o Sindicato patronal porque os problemas diziam respeito apenas a Sanyo. A empresa, por sua vez, afirmou que as negociações somente seriam feitas através do sindicato patronal. A informação que deu título a matéria, e a chamada de primeira página, aparece apenas no último parágrafo quando o texto explica que Ricardo Moraes havia comentado com uma repórter de televisão que se fosse convocada uma paralisação geral no Distrito Industrial a maioria das empresas parariam, em especial as grandes. “Mas nós não queremos isso. Só quero lembrar que eles parecem estar forçando isso, com ameaças aos trabalhadores” teria dito Moraes.

Merece atenção especial, no entanto, a matéria no final da página “Mais duas empresas podem parar”, onde é informado que os trabalhadores da Springer e da Moto Honda estariam “ensaiando” paralisações em apoio aos operários da Sanyo³⁹². A informação teria sido divulgada durante reunião realizada por entidades que estavam organizando um fundo de greve para ajudar na manutenção dos trabalhadores caso a empresa cortasse o fornecimento das refeições. As entidades que participaram desta reunião, além do Sindicato dos Metalúrgicos foram:

Oposição Sindical dos Vidros e Cristais, Pastoral Operária, Comissão Indigenista Missionária – CIMI, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas – UESA, Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetagri, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Sindicato dos Médicos do Amazonas, Sindicato dos Assistentes Sociais, Associação Profissional dos Professores do Amazonas e Partido dos Trabalhadores³⁹³.

³⁹² A anunciada greve de apoio aos metalúrgicos da Sanyo acaba acontecendo durante a greve de agosto, quando trabalhadores de outras empresas, como a Imbrima e Sonora pararam, conforme observamos pela relação manuscrita datada de 02 de agosto de 1985, encontrada no Sindicato dos Metalúrgicos e digitalizada. Falta-nos, no entanto, elementos para afirmar que se tratou realmente de paralisações em solidariedade, uma vez que estes trabalhadores tinham suas próprias demandas com relação a salário e condições de trabalho e acabaram sendo representados junto ao Ministério do Trabalho pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, por não contarem com representação sindical que os pudesse representar, como lembra Ricardo Moraes na entrevista concedida para este trabalho.

³⁹³ Jornal *A Crítica*, edição de 27 de março de 1985, p.7.

O texto relata que a comissão era coordenada por representantes do Sindicato, da Pastoral Operária, CUT e APPAM. É indicado o número de uma conta no nome de um dos diretores do sindicato para que a população pudesse colaborar com o fundo de greve. Aqueles que optassem por doar alimentos deveriam entregar na sede do sindicato, na rua Duque de Caxias. Uma outra matéria “Primeira demissão na Sharp do Brasil” afirma que a mulher de um dos diretores do sindicato foi demitida da Sharp em represália pelo apoio dado pelo sindicato à greve ocorrida no sábado anterior na empresa e pela mobilização na Sanyo.

A *Notícia* tem como chamada da capa “Sanyo continua parada com greve de operários” e o noticiário ocupa as três colunas centrais da página 3, com a matéria principal “Greve continua e sindicato diz que espera posição da empresa” falando da determinação dos trabalhadores em continuar com os braços cruzados e a decisão da empresa de não negociar diretamente, mas através do sindicato patronal. No inter título “Fundo de Greve” a matéria informa que está sendo constituído um fundo de greve para auxiliar os trabalhadores e que as doações devem ser encaminhadas ao sindicato.

Sindicalistas frisam o apoio já recebido de diversas entidades a nível nacional como a CUT, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Diadema, Santo André, Niterói, Volta Redonda, Belo Horizonte, Rurais de Santarém e consideram que agora suas reivindicações já se colocam a nível de Brasil³⁹⁴.

Com a matéria “Outras empresas ameaçam aderir” é dito que tanto Ricardo Moraes quanto Elson Melo teriam afirmado que os trabalhadores das empresas Gradiente, Sharp, Philips, Philco e outras poderiam aderir à greve, uma vez que a Sanyo estava levando a questão para o sindicato patronal. “Consideram que se o sindicato patronal está sendo acionado, então a questão dos trabalhadores deve ser vista de forma mais abrangente, razão pela qual outras empresas também enfrentaram a greve dos trabalhadores”. Uma última matéria informava que o secretário de Estado José Dutra havia se apresentado como mediador e de que a Assembléia Legislativa havia convidado o presidente do sindicato dos trabalhadores para comparecer à Casa e prestar esclarecimentos sobre a greve. Ao final a matéria cita a distribuição de uma nota de solidariedade dos Partidos dos Trabalhadores, em que diz que a greve na Sanyo “estabelece um marco na história da classe operária do Amazonas rumo a sua emancipação à construção de uma sociedade sem exploradores e sem explorados”,

³⁹⁴ Jornal *A Notícia*, edição de 27 de março de 1985, p.3.

desejando que a iniciativa se estendesse aos demais trabalhadores “na luta por pão, trabalho e liberdade”³⁹⁵.

Já o *Jornal do Comércio* destacou na primeira página a posição da empresa: “Sanyo não quer acordo com operários em greve”, mas nas sete primeiras linhas afirmava que a posição é contraditória uma vez que o diretor afirmava que a empresa não agüenta mais um dia de paralisação e ao mesmo tempo se recusava a negociar. Na página 3, o jornal publicou apenas uma matéria com o título “Sanyo diz não e greve dos operários continua”, onde é ressaltada a posição da empresa e a nota distribuída pelo sindicato patronal que enumera os “benefícios” concedidos pelas empresas como alimentação, transporte e lazer e pede aos trabalhadores que não participem do movimento paredista que seria ilegal. A nota também foi divulgada pelos outros jornais, só que com menor destaque. O *JC* também divulgou a nota da empresa em que ressalta que há uma convenção coletiva em vigor e que a greve “somente prejuízo acarretará para as partes”, mas acrescentou que “Nem com o pedido da empresa os operários cederam às suas reivindicações”.

Na edição do dia 28, onde é registrado o terceiro dia de greve da Sanyo, a manchete do jornal *A Crítica* é “Eleição para prefeito da capital em novembro”, dando conta da decisão de se realizar depois do golpe de 24 as primeiras eleições diretas para prefeitos das capitais, áreas de segurança nacional, estâncias hidrominerais e os municípios dos territórios, que ainda existiam no país. A chamada sobre a greve com o título “Mais um dia de greve na Sanyo” fala da falta de acordo apesar da reunião realizada à noite pela comissão que contava com representantes dos trabalhadores e da empresa. Na matéria “quarto dia: Negociação não leva a nada e greve continua”, que abre a página 7, - toda dedicada novamente aos metalúrgicos- é dito que a imprensa não teve acesso à reunião de cinco horas na Delegacia Regional do Trabalho, que não conseguiu fechar um acordo, porque a proposta patronal levada aos trabalhadores foi recusada por unanimidade. Ao relatar a assembléia em que os trabalhadores recusaram a proposta diz o texto que o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Simão Pessoa, questionou até onde eles poderiam agüentar. “Isso é importante de ser colocado, pois o crescimento do sindicalismo no Amazonas está nas mãos de vocês”, teria dito o sindicalista que teve como resposta o grito de “Com chuva, ou sem chuva a luta continua”. Chovia quando os trabalhadores da Sanyo decidiram continuar em greve.

³⁹⁵ Jornal *A Notícia*, edição de 27 de março de 1985, p.3.

A Notícia teve como chamada de primeira página “Ainda continua a greve dos operários da Sanyo” e na página 3 a greve recebe além da matéria central “Muita tensão na reunião do DRT”, outras três matérias: “Piquetes no controle da greve”, “Vendedores lucram com a greve comercializando guloseimas” e “Fábrica 3 volta a normalidade”³⁹⁶, sendo que nesta última informa que os operários da unidade de produção de Microondas decidiram voltar ao trabalho, segundo informações do contador da empresa Liberman Bichara Moreno. A linha tinha entre 55 e 60 operários. Os demais continuavam parados. O jornal informa que o clima tenso da reunião podia ser percebido pelos jornalistas a cada abrir e fechar da porta onde a reunião acontecia, já que a imprensa não pode acompanhar as negociações. Na empresa o clima era de tranquilidade.

“Ainda se mantém o impasse na greve dos operários da Sanyo” foi o título da chamada do *Jornal do Commercio*. Na página 3 a matéria “Greve dos operários da Sanyo entra no 3º dia”, fala da realização de duas reuniões, uma pela manhã e outra que se estendeu pela noite, mas sem conseguir fechar um acordo. Em entrevista à imprensa após a reunião o representante da CUT, Adonay Sabá, informou que o secretário de Interior e Justiça apenas reforçou os argumentos patronais e que chegou a evocar a saúde do presidente eleito Tancredo Neves para tentar demover os trabalhadores da reivindicação de 120% de aumento, porque se ele fosse concedido o Distrito Industrial se tornaria um pandemônio³⁹⁷.

Como curiosidade a matéria trouxe a informação de que um dos grevistas estava feliz porque havia recebido a informação de que a mulher estava grávida e que ele esperava com a vitória na greve “poder criar o seu filho com um certo conforto”. *JC* também informou que o sindicato patronal encaminhara ao Tribunal Regional do Trabalho uma consulta sobre a legalidade do movimento e que esta decisão tinha provocado um novo impasse na segunda reunião do dia, realizada a partir de 18 horas e

³⁹⁶ *Jornal A Notícia*, edição de 28 de março de 1985, p.3.

³⁹⁷ Como sabemos a Presidência da República estava sob o comando de José Sarney desde o dia 15 de março, porque o Presidente eleito Tancredo Neves estava hospitalizado desde o dia 14, tendo sido submetido a várias cirurgias. A doença de Tancredo foi acompanhada pela população através dos meios de comunicação, em especial da televisão, que veiculava vários boletins diários sobre sua saúde. O desfecho aconteceu no dia 21 de abril com o anúncio de sua morte. Estes momentos trágicos da história nacional são lembrados com humor pelos jornalistas Edmundo Barreiros e Pedro Só na obra “1985 o ano em que o Brasil recomeçou” da seguinte forma: “Foram 38 dias de agonia para o presidente e para o país. Ateus e pagãos brasileiros se viram entubados por uma onda de misticismo e religiosidade inescapável. A procissão diária em frente ao Incor, em São Paulo, entrava sempre nas transmissões extraordinárias da televisão, invadindo programas, cortando filmes da *Sessão da tarde* e novelas. Em todo o país, organizavam-se rezas, vigílias e missas, muitas vezes com um pé no espetáculo da mídia. No Rio de Janeiro, operários ergueram um altar no Corcovado, para ‘ficar mais perto do céu’. Em qualquer jogo de futebol ou show, havia uma homenagem, uma rezeira, uma mandinga, uma frase com Deus no meio”.

que teria se estendido para além das 23 horas. Na última linha a matéria informa que “já foram levantados doações para o fundo de greve”³⁹⁸.

O fim da greve que durou quatro dias foi divulgado pelos jornais na edição de 29 de março, junto com a matéria da presença de Ricardo Moraes na Assembléia Legislativa para prestar informações sobre a mobilização. *A Crítica* chamou o fim da greve com uma foto legenda na primeira página: “Operários voltam ao trabalho. Chega ao fim greve que parou a Sanyo”. A legenda da foto, que mostra um pássaro sobre o fio de arame em primeiro plano e os trabalhadores pelo lado de dentro da cerca de braços erguidos e desfocados, diz: “Sem os 120% de reajuste nos salários mas com a promessa de estabilidade no emprego por cinco meses, entre outros pontos, os operários da Sanyo decidiram voltar ao trabalho hoje encerrando uma greve de quatro dias”.



Foto legenda anuncia fim da greve na Sanyo³⁹⁹

Esta foto do repórter fotográfico João Pinduca Rodrigues, que lembra a foto do primeiro dia de greve, onde os trabalhadores também aparecem pelo lado de dentro da cerca de arame farpado, é ainda hoje citada por pessoas que acompanharam as movimentações dos metalúrgicos no ano de 1985 como tendo sido feita durante a greve de agosto. O jornal nos mostra que não, que a foto foi produzida durante a greve da

³⁹⁸ *Jornal do Commercio*, edição de 28 de março de 1985, p.3

³⁹⁹ *Jornal A Crítica*, edição de 29 de março de 1985, 1ª página.

Sanyo, no final do mês de março. Portanto, coube ao jornal o registro que não está na memória. A foto ficou na memória provavelmente por causa do forte impacto visual que causou naquele momento, ficando associada à principal greve do distrito industrial.

Na página sete há quatro matérias sobre a paralisação. A principal fica no canto direito da página e tem como título: Mesmo sem os 120% greve chega ao fim. Esta matéria traz a informação de que o fim da greve foi decidido em assembléia geral por maioria, mas que não agradou a muitos trabalhadores.

Foi preciso muita habilidade dos membros da comissão de negociação, principalmente do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes e dos funcionários da fábrica, Carlos Lacerda e Renato Costa. Os principais argumentos foram a possibilidade de que hoje, no seu quinto dia, a greve seria declarada ilegal, podendo representar repressão e outras formas de pressão. A conquista da estabilidade no emprego por cinco meses, efetivação das promessas e promessa de adequação da política salarial da Sanyo com a de todo o Distrito Industrial, foram outros pontos frisados como “conquistas dos trabalhadores”, embora, durante a votação muitos se manifestassem contrários ao acordo. [...]

O presidente do sindicato, Ricardo Moraes, teve que fazer muito esforço para convencer os grevistas a retornar ao trabalho. “Companheiros, é claro que a vitória do trabalhador seria a conquista de 120% nos salários, mas nem tudo que a gente quer é possível”, gritou ao microfone. [...]

Quando a proposta foi colocada em votação, algumas pessoas ainda se manifestaram contra, mas, depois, resolveram caminhar para o ônibus. Hoje, eles voltam ao trabalho, com o encargo de pagar, do jeito que decidirem, as horas que permaneceram parados.⁴⁰⁰

A matéria informa também que enquanto a comissão de negociação se reunia com os encarregados de produção e supervisores os grevistas se divertiam ouvindo fitas do humorista Barnabé, interrompido às vezes para que eles pudessem “vair e atirar bagaço de laranja nos ‘pelegos que furaram a greve’”, mostrando que o movimento já não era tão forte quanto nos primeiros dias. Abaixo desta matéria uma outra com o título “A morte de uma mãe emociona grevistas”, que fala da morte da mãe do operário Carlos Jorge Bezerra que havia sido enterrada na manhã daquele dia. Ainda na mesma página constam as matérias: “Bastaram 90 minutos para a greve acabar”, falando sobre a reunião dos representantes de trabalhadores e patrões na DRT e “Dutra diz que a greve teve um final feliz”, onde é registrado o posicionamento do secretário José Dutra que atuou como mediador que classificou os negociadores de “amadurecidos, sensatos e inteligentes, além de absolutamente sensíveis aos mútuos

⁴⁰⁰ Jornal *A Crítica*, edição de 29 de março de 1985, p.7.

problemas enfrentados”⁴⁰¹. Como vimos no capítulo anterior, e observaremos também mais à frente, a mediação feita pelo secretário não agradou aos trabalhadores que no mês de agosto irão recusar a sua participação no processo de negociação durante o processo de discussão da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

O *Jornal do Commercio* tem como chamada de primeira página “Termina a greve da Sanyo”. Na página três, o jornal traz duas matérias sobre o assunto. Na matéria “Grevistas fazem acordo e retornam ao trabalho” fala que várias reuniões foram realizadas durante os quatro dias de greve e que o acordo foi firmado no final da tarde do dia anterior. Sob o inter título “Fora da Olimpíada” a matéria informa que como saldo da greve os trabalhadores deverão participar das Olimpíadas Operárias que estavam marcadas para o dia primeiro de maio, segundo informações do presidente do grêmio da empresa “quando anunciou que repudiava o diretor cultural Luís Rocha Brasil, o qual, no primeiro dia estava a favor dos trabalhadores, mas ‘com medo de perder o emprego, já no segundo dia, conseguiu virar ‘pelego’”⁴⁰². Em seguida, com o inter título “Mentiras” a matéria reproduz parte da nota divulgada pelo sindicato dos trabalhadores contra uma nota anterior divulgada pelo sindicato patronal que comentamos no capítulo anterior.

Abaixo desta matéria principal “A experiência valeu muito”, traz a fala de cinco trabalhadores que participaram do movimento dentro da fábrica. Todos afirmam a importância da organização dos trabalhadores e da necessidade de lutarem por melhores salários. Reproduzimos dois deles, de dois jovens de 22 e 19 anos, por acharmos mais significativos neste momento de “tomada de consciência” como trabalhadores.

“A experiência que eu tive valeu por todos os anos que eu fiquei parado, sem participar dos partidos políticos, dos sindicatos e das associações de bairro”, disse Josenildo de Oliveira Saldanha, 22 anos, montador à anos da Sanyo. Na sua opinião, o movimento grevista serviu para despertar todo o Distrito Industrial, que exploram os trabalhadores. [...]

De repente – comenta- todos estavam envolvidos e a gente partiu para a luta. Afinal, não temos ninguém a nosso favor, a não ser nós mesmos. Os patrões estão unidos, enquanto nós estamos desmobilizados.

Raimunda de Jesus Freitas, 19 anos, é estudante – operária, e diz que não teria vergonha de seu emprego, se fosse remunerada devidamente. Acho que todo emprego, desde que seja bem remunerado, é benéfico para o trabalhador. Mas, do jeito que está aqui, acaba sendo um mal, porque no final de cada mês, os problemas aumentam pela falta de dinheiro”, diz ela.⁴⁰³

⁴⁰¹ *Jornal A Crítica*, idem.

⁴⁰² ‘*Jornal A Notícia*, edição de 29 de março de 1985, p. 3.

⁴⁰³ *Jornal do Commercio*, edição de 29 de março de 1985, p. 3.

Abaixo desta ainda tem uma última matéria, que com o título “CNBB elogia grevistas”, onde o padre José Maria, secretário da CNBB, que havia participado das reuniões de negociação entre trabalhadores e patrões, elogia os trabalhadores por terem tido a “coragem de se manifestar, de lutarem por seus direitos”, acrescentando que a greve na Sanyo serviu para despertar os trabalhadores de outras fábricas, “que agora sabem que não precisam mais ser pisoteados pelos patrões”.

CONSCIENTIZAÇÃO

O padre José Maria acrescentou, também, que essa primeira greve, de fato, no Amazonas, numa fábrica, revela o novo grau de conscientização dos trabalhadores, de uma forma geral, que começa a perceber a situação de exploração a que estão submetidos, especialmente, na área do Distrito, onde os operários trabalham em regime de “quartel”, além de serem discriminados: “temos informações de que alguns funcionários são preteridos para cargos mais importantes por serem amazonenses, pois os diretores dão preferência à técnicos paulistas, vindos de fora”, enfatizou o padre.⁴⁰⁴

Como pudemos observar no capítulo anterior a Igreja Católica teve um papel importante no processo de organização dos trabalhadores metalúrgicos a partir do trabalho desenvolvido pela Pastoral Operária. Como sabemos os trabalhos pastorais são vinculados à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros – CNBB. Os padres, considerados então progressistas, atuavam junto aos movimentos operários em todo o país. Em Manaus, vamos observar que o apoio deste segmento da Igreja vai continuar presente até pelo menos a greve de agosto, quando as coletas das missas do dia 4 de agosto serão destinadas ao fundo de greve dos metalúrgicos.

O jornal *A Notícia*, também na edição do dia 29 de março, traz na capa a matéria “Funcionários da Sanyo voltam à atividade” e chama para matéria na página 2. Nós não localizamos esta página 2, mas digitalizamos uma matéria na página 5 que fala sobre a presença das lideranças sindicais na Assembleia Legislativa: “Líderes falam sobre greve aos deputados”, onde é dito que “especialistas” do Sindicato dos Metalúrgicos explicaram o porquê da greve em mais de uma hora de reunião. Ricardo Moraes teria dito que por não verem as suas reivindicações atendidas “isso levou os trabalhadores a adotarem a greve, “uma arma legítima”.⁴⁰⁵

As matérias divulgadas por cada um dos jornais nos revelam como eram contraditórios o produto final que chegava à sociedade, fruto de uma série de questões

⁴⁰⁴ *Jornal do Commercio*, idem, p.3.

⁴⁰⁵ *Jornal A Notícia*, edição de 29 de março de 1985, p. 5.

mas principalmente do embate que acontecia dentro das redações. As “cores” com que eram pintados os fatos não dependia apenas do jornal/empresa que as divulgava, mas também do jornalista que a fazia e da capacidade que ele tinha de articular para que seu texto saísse de forma mais completa possível. Isto dependia fundamentalmente de quem era o copydesck encarregado de ler a matéria e do editor da página, e ainda se havia alguma orientação expressa sobre como tema deveria ser tratado por parte da diretoria da empresa/jornal. Estas contradições também podemos observar na divulgação da greve de agosto, como veremos a seguir.

3.4 – Negociação e Impasse

Depois da greve dos operários da Sanyo o quadro de insatisfação só aumentou dentro do Distrito Industrial. A campanha salarial que tem início em maio com as discussões das propostas pelos trabalhadores em assembléias nas portas das fábricas se intensifica em junho com as assembléias para fechar a proposta que o Sindicato dos trabalhadores iria apresentar aos patrões. Como determina a legislação, o encaminhamento da pauta de reivindicações aconteceu em junho e as reuniões de negociação, realizadas no Novotel, tiveram início no dia 15 de julho.

Como vimos pelos relatórios disponíveis no acervo pessoal do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos as negociações se arrastaram por vários dias sem grandes avanços. Perdia-se muito tempo discutindo questões sociais ou com os intervalos solicitados pelos patrões, mas as questões econômicas não avançavam. O *Jornal do Commercio* divulga as negociações nos dias 20 e 23 de julho, voltando ao assunto apenas no dia 27, divulgando a assembléia realizada na noite anterior, onde foi definida a possibilidade de greve para o primeiro dia de agosto. O jornal *A Notícia* também não acompanha as negociações, divulgando matéria a respeito apenas no dia 27 de julho. Já o jornal *A Crítica* acompanha as reuniões de negociação e divulga matérias sobre o andamento das discussões nos dias 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30 e 31. É principalmente através deste jornal que vamos observar o desenrolar dos encontros entre trabalhadores e patrões.

A edição do dia 16 de julho de 1985 de *A Crítica* tem com manchete “Fábio Lucena e Arthur Neto denunciam. Dedo paulista na greve do distrito”. No texto da chamada está dito que o endurecimento por parte da classe patronal nas negociações

atenderia aos interesses das subsidiárias de informática com sede em São Paulo em instrumentalizar o “movimento grevista” para prejudicar a Zona Franca de Manaus. A denúncia, segundo o texto, teria sido feita pelo senador Fábio Lucena e deputado federal Arthur Neto. Na sequência é informado que no dia anterior aconteceu a primeira de uma série de reuniões que aconteceria entre trabalhadores e patrões para a discussão da Convenção Coletiva de Trabalho. A divulgação na página 6 mais parece “um samba de crioulo doido”, com três matérias se estendendo ao longo da página, e sendo apenas a última que fala da negociação. No entanto, as principais reivindicações dos trabalhadores acabam aparecendo nas três.

A primeira matéria tem como título “Fábio e Arthur denunciam. Caldeirão social ferve no distrito industrial”. É um depoimento do controvertido senador Fábio Lucena que fala que empresas de São Paulo estariam interessadas em desestabilizar a Zona Franca de Manaus (velho discurso que continua em vigor em pleno século 21) e por isso emperrando as possíveis negociações entre trabalhadores e empresários, podendo levar a uma greve.

Neste momento há uma discussão sobre a implantação do pólo de informática no Brasil e obviamente uma queda de braço entre os seus dois principais pólos industriais, o de São Paulo e o de Manaus. Dentro deste quadro, o fatalismo do senador é evidente. Depois de denunciar o complô contra o modelo implantado em Manaus, Fábio Lucena afirma que todos podem fazer algo para evitar a “hecatombe”, os empresários que quisessem permanecer em Manaus deveriam negociar com os trabalhadores, o governo do estado deveria ter cuidado ao interferir no processo e os operários deveriam agir com cautela. Os exageros são tantos que alguns trechos da sua fala merecem transcrição:

é preciso que os trabalhadores atuem com senso de responsabilidade que sempre caracterizou os movimentos sindicais sérios, sobretudo aqueles que não obedecem as orientações dos pelegos, pois nada impede um dono de indústria, por exemplo, desses interessados na aniquilação da Zona Franca, tocar fogo em seu estabelecimento e jogar a culpa sobre os operários. O seguro paga o prejuízo.

“A grande verdade é que as autoridades não poderão omitir-se, mas não poderão no sentido de se fazerem sustentáculo dos verdadeiros interesses do Estado do Amazonas, pois a disposição do “lobby” paulista de bombardear a Zona Franca é tamanho que inclusive mortes poderão ocorrer.”⁴⁰⁶

⁴⁰⁶ Jornal *A Crítica*, edição de 16 de julho de 1985, p. 6.

Abaixo desta tem uma matéria com o deputado Arthur Neto com o título “Arthur confirma complô” com o mesmo “alerta”, que é na verdade um artigo escrito pelo deputado, onde ele afirmava, entre outras coisas que

Com o Congresso em recesso, uso a tribuna democrática do jornal para denunciar que o lobby paulista da informática tenciona endurecer nas negociações com os trabalhadores da ZFM, seguro de que os levará ao desespero, à ruptura e à greve. Sabem que a incipiente organização sindical no Distrito Industrial já é bastante para propiciar a reação dos operários e funcionários, em caso de fracasso nas discussões salariais em curso e, nessa linha de pensamento, intentam levar o impasse ao lugar do acordo, da sensatez e da sensibilidade⁴⁰⁷.

Apenas no final da página a matéria “Patrões e operários discutem” trazia as informações sobre o primeiro dia de negociações e informava que patrões e trabalhadores haviam acertado o calendário dos encontros que seriam em dias alternados no Novotel, sempre às 14 horas. Ouvido pela reportagem, Ricardo Moraes afirmou que não acreditava que haverá impasse porque as empresas estavam muito bem economicamente e questionado sobre a possibilidade de greve disse: “Greve geral, não, ainda não estamos tão conscientes politicamente assim”⁴⁰⁸.

Na edição do dia 17, além da manchete “Serve para todos o alerta de greve geral no Distrito”, que fala sobre as “denúncias” do senador e deputado divulgadas no dia anterior, o jornal divulgou um editorial na primeira página onde chamava atenção para a gravidade do momento. A divulgação de editorial na primeira página era rara e este expediente somente utilizado em casos extremos, pelo menos a partir de 1985, ano em que começamos a acompanhar o jornal.

Com o título “Faca de dois gumes” o editorial começa fazendo uma preleção do que seria as atitudes esperadas dos membros de uma sociedade para a “coexistência harmônica”, segue dizendo que o capital e o trabalho a busca desta harmonia teria como objetivo o progresso e a construção da “grandeza do mundo”, acrescentando que estas reflexões se devem ao processo de negociação entre trabalhadores e classe patronal do Distrito Industrial, com a velha e boa proposta da cooperação entre as classes para a construção da sociedade ideal.

⁴⁰⁷ Jornal *A Crítica*, idem, p. 6.

⁴⁰⁸ Jornal *A Crítica*, Idem.

Em síntese: devem os patrões ceder naquilo que podem ceder, assim como deve o Sindicato representante dos operários entender que uma conquista só é realmente conquista quando a fatia conquistada não significa a destruição do todo. A obrigação empresarial de dar aumentos que pode dar corresponde, portanto, ao gesto de grandeza dos operários de perceberem que conseguiram avançar, mas que seu avanço lhes deu a vantagem de preservar a harmonia nas relações sociais do emprego, vantagem que deles transborda não apenas para as empresas mas para a sociedade inteira.

O desenlace mais desastroso é, sem dúvida, a greve. Para evitá-la duas condições se impõem: a) o bom senso da parte dos empresários, que por certo não lhes faltará; b) o elevado grau de politização dos trabalhadores, que com certeza não lhes falta⁴⁰⁹. (grifos nosso)

O editorial continuava dizendo que apesar da greve ser um direito do trabalhador no caso da Zona Franca de Manaus era uma faca de dois gumes porque não interessaria nem aos empresários que queriam “fincar raízes” em Manaus e nem aos trabalhadores, porque a primeira vítima seria “a vigorosa classe dos trabalhadores”. Para o jornal a greve interessava apenas aos inimigos do modelo que a usaria como desculpa para justificar a sua extinção. Enfático o jornal concluiu afirmando que

Só a cobiçam (a greve) os sem caráter, desejosos da destruição da Zona Franca e, conseqüentemente, da disseminação do desemprego, da fome e da desarmonia.

Por isso que o alerta ontem dado pelo senador Fábio Lucena e o deputado Arthur Virgílio Neto, mesmo que contenha exageros ou minimizações, não deve passar despercebidos a todos os que desejam a paz trabalhista e o progresso social e econômico do nosso Estado.⁴¹⁰

A matéria que abre a página 7 desta edição trouxe o título “Greve dirigida. Bonfim endossa alerta de ameaça ao Distrito”. Os dois primeiros parágrafos são destinados à fala do presidente do Sindicato da Indústria de Material Eletroeletrônico do Amazonas - sindicato patronal-, Fernando Bonfim, que ressalta a importância do alerta do senador e deputado argumentando que “eles estão alertando tanto os empresários quanto a classe trabalhadora para os perigos de um movimento grevista em Manaus nas atuais condições que a Zona Franca vem atravessando”. Adiante Ricardo Moraes diz que não quer comentar as divergências entre os patrões sobre a informática e que os trabalhadores não estão “dispostos à negociar 24 horas por dia”. Com o inter título “negociação cordial” a matéria informa como foi o segundo dia de negociações entre os representantes dos trabalhadores e patrões, expondo a posição do representante patronal, Fernando Bonfim, para quem a reunião foi cordial.

⁴⁰⁹ Jornal *A Crítica*, edição de 17 de julho de 1985, primeira página.

⁴¹⁰ Jornal *A Crítica*, edição de 17 de julho de 1985, primeira página.

No dia seguinte, 18 de julho, a matéria que abre a página 7 volta a bater na mesma tecla com o título: “Greve não interessa. Negociações sindicais ainda em ritmo lento”. A matéria informa que no segundo dia de negociações apenas nove cláusulas foram discutidas e que algumas ainda precisam de uma nova redação. No inter título “greve não interessa” mais uma vez foi registrado o discurso patronal de que uma greve serviria aos “inimigos da zona franca”. A matéria também relata uma discussão entre os presidentes dos dois sindicatos em que Ricardo Moraes afirma que os empresários estão querendo ganhar tempo e Fernando Bonfim contesta. No fim da matéria há uma nota de redação⁴¹¹ com o título “Quem perde” onde afirma que a Philco está desrespeitando as normas da Suframa e do Governo do Estado trazendo para Manaus subconjuntos dos aparelhos que são montados em São Paulo, quando eles poderiam ser montados em Manaus gerando emprego para os amazonenses.

No dia 19 o processo de negociação dos metalúrgicos voltou a merecer primeira página no jornal *A Crítica* porque os representantes dos trabalhadores recusaram o secretário José Dutra para atuar como mediador. A chamada “Dutra vetado pelos metalúrgicos” afirma que os trabalhadores entendem que as negociações estão caminhando e que Dutra quando participou de negociações atuou como se fosse um membro da classe patronal. O secretário, como vimos anteriormente, foi o mediador durante a greve da Sanyo, realizada no final de março. Na matéria da página 7, “Ameaça de impasse. Sindicato não aceita Dutra como mediador”, está dito que ao tomar conhecimento de que Dutra poderia vir a ser chamado para mediar as negociações em caso de impasse Ricardo Moraes teria reagido negativamente. Além de afirmar que os trabalhadores não aceitariam a indicação de Dutra e criticar sua atuação anterior, ele divulgou uma nota onde denunciou que algumas empresas não estavam permitindo a divulgação das negociações aos seus trabalhadores. Segundo o jornal, a nota afirmava:

Diariamente, chegam ao conhecimento desta Diretoria, denúncias sobre o tenso clima de terror e perseguições instalado em diversas empresas, onde chefes e supervisores vêm promovendo autênticas caçadas humanas, procurando eliminar todo operário suspeito de participar de atividades sindicais.⁴¹²

⁴¹¹ Nota de redação é um instrumento utilizado para registrar a posição do jornal, seja em resposta a alguma crítica ou afirmação exposta anteriormente ou para marcar posição diante de algum fato ou situação. Neste caso trata-se de firmar posição. Curioso é que a nota aparece dentro do cercamento da matéria sobre as negociações dos metalúrgicos.

⁴¹² Jornal *A Crítica*, edição de 19 de julho de 1985, p.7.

A matéria editada logo abaixo desta tem como título “Dutra não crê em greve no Distrito” tem como principal proposta, nos parece, enaltecer as qualidades do secretário da Indústria, Comércio e Turismo, deputado licenciado, José Dutra, que segundo o texto revela “absoluto conhecimento a respeito de negociações trabalhistas” por ter presidido o Sindicato dos Bancários do Amazonas. Apesar disso, tem algumas reflexões do representante do estado que merecem citação. Ele diz que não acredita na possibilidade de greve no Distrito Industrial de Manaus porque as negociações estão ocorrendo em “alto nível” e que recebera com alegria a informação de que nove das 45 reivindicações dos trabalhadores já haviam sido aceitas pelos patrões, o que demonstraria boa vontade deles e alto senso de responsabilidade, mas acrescenta que “o Governo do Estado, através da minha pessoa, está a disposição para mediar as negociações, caso estas cheguem a um impasse”.⁴¹³



Ricardo Moraes e Fernando Bonfim em primeiro plano na foto⁴¹⁴

Com uma foto que aparece em primeiro plano os presidentes dos sindicatos dos empregados e dos empregadores a chamada de primeira página do sábado, dia 20 de julho tem como título: “Metalúrgicos e empresários: Avanço lento no acordo” informa que as negociações estão lentas e que há denúncias de ambas as partes. Os metalúrgicos denunciavam as empresas que não permitirem que os empregados tomassem

⁴¹³ Jornal *A Crítica*, edição de 19 de julho de 1985, p.7

⁴¹⁴ Jornal *A Crítica*, edição de 20 de julho de 1985, primeira página.

conhecimento das negociações e os empresários de que a Kombi do sindicato dos Metalúrgicos estacionada nos portões impediam o acesso dos ônibus às empresas.

A matéria interna veio na página 2, que é destinada às últimas notícias, ou seja, àquelas matérias concluídas quando o jornal está em processo de fechamento. Com o título “Sindicato acusado de querer ‘fazer mártir’ o texto diz que a reunião no dia anterior havia sido encerrada às 18h30min e que apenas 13 cláusulas haviam sido discutidas. A informação que está no título só aparece no inter título “conflito no distrito”, depois de uma série de reclamações dos representantes dos trabalhadores e dos empresários. “Um empresário chegou a comentar ‘eles querem fazer um mártir a qualquer custo’”, diz o texto. Isto mostra que o editor da página e o repórter tinham formas diferentes de observar o momento. O repórter colocou o argumento na segunda metade da matéria e sem destaque, já o editor a “puxou” para o título.

Naquele sábado as negociações dos metalúrgicos também foi divulgada pelo *Jornal do Comércio* com uma matéria em duas colunas no final da página 3, com o título: “Sindicato denuncia morosidade no acordo”, onde é divulgado o posicionamento de Ricardo Moraes sobre a lentidão com que estavam acontecendo as negociações se contrapondo ao representante patronal, Pedro Alexandre, para quem “as negociações estavam caminhando muito bem”. A matéria informava também que os dois lados não queriam um mediador e que os trabalhadores eram mais enfáticos ao dizerem que se o secretário José Dutra se apresentasse nestas condições eles se retirariam das negociações, além de informar que nem o presidente do Sindicato patronal metalúrgico, Luís Alberto Medeiros, e nem o presidente do sindicato patronal do eletroeletrônico, Fernando Bonfim, participaram da reunião do dia anterior.

Na edição de segunda-feira, 22 de julho, as negociações entre trabalhadores e industriais mereceu uma nota na coluna Sim & Não, a coluna de opinião do jornal. Com o título “Semana Decisiva” o autor comenta que

A semana que hoje se inicia para as negociações entre patrões e empregados do Distrito Industrial. Espera-se que saia uma decisão equilibrada, sem prejuízos para os patrões e muito menos para os operários. Os entendimentos estão bem encaminhados através do diálogo. É preciso ter em vista, tanto por parte dos empresários como por parte dos assalariados, que qualquer decisão extrema só será prejudicial à Zona Franca de Manaus, que está sob fogo cerrado da indústria paulista, em decorrência da questão da informática.⁴¹⁵

⁴¹⁵ Jornal *A Crítica*, edição de 22 de julho de 1985, p. 4, Opinião.

No dia seguinte, 23 de julho, a matéria que trata das negociações havidas na segunda-feira teve como título “Metalúrgicos: Já existe avanços nas negociações salariais”. Ocupando espaço menor que as matérias da semana anterior, mas ainda assim sendo a principal da página 2, a matéria informa que o presidente do sindicato dos trabalhadores admitiu que havia sido registrado avanço nas negociações e que as cláusulas administrativas estavam praticamente encerradas. No entanto, ressalta que a proposta de começar a negociar as questões econômicas não foi aceita pelos representantes patronais. Está dito também que na próxima reunião, que aconteceria na quarta-feira, seriam discutidas as cláusulas dos blocos sociais e sindicais, onde estavam previstas a estabilidade no emprego, férias em dobro e outras⁴¹⁶.

Neste dia o *Jornal do Comércio* publicou uma nova matéria sobre o período de negociações antes da aprovação da greve. Com o título “Metalúrgicos aprovam ‘Pacote administrativo’”, a matéria informava que no dia anterior havia sido encerrada as discussões em torno das propostas administrativas para a Convenção Coletiva de Trabalho, mas acrescentava que em pelo menos cinco itens os patrões ainda irão apresentar a sua contraproposta na próxima reunião. Dizia ainda que o primeiro bloco de discussão: o administrativo foi indicado pelos patrões e que cabia aos trabalhadores indicar o próximo, sendo que o econômico, indicado pelos trabalhadores não foi aceito pela classe patronal, ficando definido que o próximo bloco a ser negociado seria o de política e sindical.

No dia 24, os metalúrgicos voltam à primeira página do jornal *A Crítica*. Com o título “Metalúrgicos denunciam a repressão” a chamada da capa informa que o Sindicato dos Metalúrgicos estava mobilizando “parlamentares, OAB e o Arcebispo Dom Clóvis Frainer contra a repressão que vem sofrendo os sindicalistas durante a campanha salarial”⁴¹⁷. A nota chamava para a página 7, onde a matéria “Denúncia do sindicato: Ação de intimidação contra os metalúrgicos”, falava sobre a pressão que acontecia especialmente nas portas das fábricas onde os sindicalistas não tinham condições de divulgar aos trabalhadores o desenvolvimento das negociações e que o sindicato encaminhara à DRT ofício informando as ocorrências.

⁴¹⁶ Jornal *A Crítica*, edição de 23 de julho de 1985, p.2

⁴¹⁷ Jornal *A Crítica*, edição de 24 de julho de 1985, primeira página.

A possibilidade de greve já aparece estampada na manchete do jornal *A Crítica* do dia 26. A manchete é apenas um título: “Metalúrgicos vão decidir hoje se param o Distrito”. A chamada remete o leitor para a página 6, onde a matéria tem o título “Hoje é o dia D: Metalúrgicos decidem se vão ou não à greve”. A matéria tem como ilustração uma foto do presidente do sindicato patronal e outra de Ricardo Moraes, colocadas lado a lado com a seguinte legenda: “Fernando Bonfim: greve é lamentável. Moraes: negociações insatisfatórias”⁴¹⁸.

A matéria destaca a realização da assembléia e uma entrevista feita com Ricardo Moraes que afirma que a comissão de negociação não irá propor a greve por entender que ainda não é o momento mas que na noite anterior já tinha trabalhadores propondo a greve e que prevaleceria a vontade dos trabalhadores. Traz também a afirmação do presidente patronal de que os empresários estavam preparados para qualquer coisa, inclusive a greve, mas que ela iria “dar munção aos inimigos da Zona Franca”. Ao final o texto ressalta ainda que das 18 questões administrativas apenas oito haviam sido fechadas nas reuniões realizadas até aquele momento e que das 11 questões políticas e sociais apenas quatro estavam fechadas.



A Notícia divulga a assembléia que decidiu pela greve⁴¹⁹

⁴¹⁸ Jornal *A Crítica*, edição de 26 de julho de 1985, p.6.

⁴¹⁹ Jornal *A Notícia*, edição de 27 de julho de 1985, primeira página.

Finalmente no dia 27 de julho, dia seguinte à realização da assembléia geral em que os trabalhadores colocam em votação a greve, os três jornais abrem espaço para a mobilização, incluindo o jornal *A Notícia*, que até então não havia dado nem uma matéria a respeito do assunto. Com o título “4 mil operários decidem pela greve no Distrito Industrial”, a chamada de primeira página é ilustrada com uma foto em três colunas que mostra os trabalhadores na hora da votação com os braços levantados em aprovação a proposta de greve a partir do dia 1º de agosto. Na chamada está dito que as negociações se arrastaram por cerca de 30 dias e que não chegou a um acordo, por isso a decisão por unanimidade pela greve.

Na página interna de *A Notícia* a decisão dos metalúrgicos não mereceu tanto destaque, ficando apenas com uma coluna, abaixo de uma matéria sobre derrame de cheques salários falsos. Com o título “Trabalhadores do DI anunciam greve para quinta-feira” a matéria informava que se até a próxima quarta-feira, dia 31 de julho, os patrões não fechassem o acordo os trabalhadores iriam paralisar o Distrito Industrial e que também ficara definido que se alguma fábrica efetuasse demissões dentro deste período também seria paralisada e que os trabalhadores da Moto Honda denunciaram a empresa por apresentar documento falso em que o sindicato teria concordado com férias coletivas na empresa.

O *Jornal do Commercio* não trouxe foto na primeira página, na chamada “Metalúrgicos param se houver demissões”, deu destaque à decisão dos trabalhadores de paralisarem as empresas que efetuassem demissões durante o período de negociação. O jornal estimava em três mil os presentes na assembléia. Já o jornal *A Crítica*, que vinha acompanhando as negociações salariais divulgou a assembléia geral dos metalúrgicos também com foto na primeira página e com o título “metalúrgicos mobilizados: Dia 31 é prazo da greve”. Na página 2, a coluna Sim & Não voltou ao assunto com a nota “Greve e aumento” onde diz que na semana que se iniciava haviam duas grandes preocupações: a greve dos metalúrgicos que era iminente e o aumento das tarifas dos ônibus e afirma que quem tem os “abacaxis” nas mãos teriam que agir com muita habilidade. Na página 7, a matéria “Trabalhadores dão ultimato de greve” ocupou duas colunas no lado direito superior e não traz fotos. Nela está relatado brevemente a assembléia geral realizada na rua e a decisão dos operários de parar as empresas se até o dia 31 de julho não fossem atendidas as cláusulas econômicas.

“Quando o Sindicato der o sinal, pare o serviço, porque estaremos em greve. Aguarde o sinal.” Este é o panfleto chamado “Mosquito”, que foi atirado sobre a multidão de quase dois mil trabalhadores metalúrgicos que se reuniram ontem, a partir das 19:00 horas em frente ao sindicato. O trânsito fechado por um faixa onde se lia “respeito à liberdade sindical”.⁴²⁰

Como podemos observar a estimativa sobre o número de presentes à assembléia varia de jornal para jornal. A Notícia estimou em quatro mil, *Jornal do Commercio* em três mil e o jornal *A Crítica* em dois mil, número igual ao registrado na ata do sindicato, como vimos anteriormente. No dia 28 apenas o *Jornal do Commercio* divulgou a reunião de negociação ocorrida no sábado, com a chamada de primeira página “Metalúrgicos retomam acordo”. Internamente, na página 4, a matéria “Operários discutem o bloco econômico” fala sobre a reunião e da confiança de que os dois lados manifestam de se chegar a um acordo, embora seja este o bloco mais difícil de negociar.

A Notícia não divulgou a reunião em si, mas deu uma matéria com a seguinte chamada na primeira página “Greve poderá ser negativa à informática”. Diz a chamada que deputados, “sobretudo do PMDB” se reuniram sigilosamente para discutir a greve dos metalúrgicos que poderia “influir negativamente na intocabilidade da Zona Franca de Manaus”. Internamente o jornal trouxe duas matérias sobre o assunto. Na página 5 a matéria tem como título “Parlamentares federais preocupados com a greve”, retoma o assunto da capa. Na matéria está dito que parlamentares federais que se encontravam em Manaus para participarem das convenções partidárias (era período pré-eleitoral) estavam preocupados com as repercussões que poderia ter uma greve no distrito industrial. Com várias falas registradas entre aspas, mas sem identificar os autores, a matéria diz que os parlamentares “admitem que estes distúrbios poderão ter uma ressonância negativa na esfera federal, prejudicando, consideravelmente, a luta que está sendo mantida pela intocabilidade da Zona Franca de Manaus”, reproduzindo o discurso do jornal *A Crítica* de alguns dias antes quando este publicara os “alertas” do senador Fábio Lucena e Arthur Neto, como vimos antes.

Na página 6 com a matéria “Empresários não temem a greve propalada pelos metalúrgicos” o jornal trouxe o posicionamento do empresário Pedro Guilherme, um dos membros da comissão de negociação, que afirmava não acreditar na paralisação e que as negociações serão concluídas com sucesso. Ricardo Moraes reafirmava que a greve é um direito do trabalhador e que poderia ser usada caso os patrões não

⁴²⁰ Jornal *A Crítica*, edição de 27 de julho e 1985, p.7.

aceitassem as cláusulas econômicas. Chama atenção, no entanto, a entrevista com o Delegado Regional do Trabalho, Manoel Nogueira, que segundo a matéria posicionou-se contrário à decisão dos metalúrgicos e conclamou a trabalhadores e patrões à chegarem a um acordo, pondo inclusive a DRT à disposição para mediar o conflito. Nogueira teria dito que os trabalhadores deveriam obter conquistas paulatinamente para não afetar de maneira dramática a economia do país. Destaque também para uma denúncia feita pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de que pessoas ligadas aos diretores industriais das empresas teriam comparecido à assembléia realizada no dia 26 “para identificar e depois ‘dedurar’ os trabalhadores que estavam presentes”⁴²¹.

A mobilização dos metalúrgicos ocupou novamente as páginas dos jornais *A Crítica* e *Jornal do Comércio* no dia 30, véspera da assembléia decisiva para a greve. Em *A Crítica*, a chamada de primeira página “Operários solidários na demissão”, com foto de Ricardo Moraes em cima da Kombi do sindicato falando aos trabalhadores da Moto Honda ressalta que o dia seguinte será o dia D e que os empregados da Moto Honda realizaram mobilização em protesto contra a demissão pela empresa de dois trabalhadores. Na página interna o título da matéria “Estopim aceso. Bonfim teme por novo ABC dos metalúrgicos”, mostra o setor empresarial preocupado com a possibilidade de greve se ampliar e atingir os níveis do ABC paulista e informa que o sindicato havia conseguido reverter a demissão dos dois trabalhadores da Honda. Traz também o texto do panfleto que estava sendo distribuído nas portas das fábricas naquele dia: “‘Atenção companheiros – dizia o panfleto – dia 1º de agosto, poderemos entrar em greve. Alerta geral. Dia 31, quarta-feira, assembléia decisiva no Sindicato, às 18h30. É preciso que todos digam presente’”. A matéria também afirma que as grandes empresas são as mais cotadas para parar como a Moto Honda, Caloi, Sharp, CCE e a pequena fábrica Sedasa, que a do presidente do sindicato patronal Fernando Bonfim.

Já o *JC* tem o tema como manchete do jornal “Empresários recuam para evitar greve no Distrito”, onde afirma que os empresários pediram tempo para os metalúrgicos para evitar a greve, “revelando assim os primeiros sinais de que estão atônitos e concordam em fazer concessões maiores”. Na matéria da página 3 “Patrões pedem tempo para evitar a greve” esta dito que os empresários iriam se reunir em assembléia no Novotel naquele dia para aprovar a contraproposta que seria entregue na manhã

⁴²¹ *Jornal do Comercio*, edição de 28 de julho de 1985, p. 4.

seguinte aos representantes dos metalúrgicos, que por sua vez a discutiriam na assembléia marcada para aquela noite.

No dia da assembléia que definiria, em definitivo, pela greve os três jornais noticiaram o fato. *A Notícia* trouxe uma nota na página 2, na coluna Bastidores, que como as colunas sem uma assinatura específica em geral reflete a posição do jornal. O texto chama atenção pela postura de crítica a situação vivida pelos trabalhadores brasileiros e merece a transcrição.

O DIA “D”

Hoje será decidido, conforme foi anunciado, o ponto crucial das negociações entre os metalúrgicos e o sindicato patronal das indústrias Eletro-Eletrônicas de Manaus. Caso os empresários não cedam o mínimo, os metalúrgicos entram em greve. A situação parece irreversível e a greve é a mais cotada. Ninguém está em boa situação para dar altos salários que ficam restritos a poucos executivos das grandes empresas. Porém, há de se convir que um operário do Distrito Industrial ganha hoje em média 2 salários mínimos, o que é injusto para o trabalhador brasileiro que há 20 anos vem pastando dentro do curral. Aos empresários uma grande tarefa: re-mediare!⁴²²

O *JC* tem uma chamada de primeira página “Metalúrgicos reúnem-se para definir sobre a greve” ilustrada com uma foto de uma bandeira/cartaz enorme onde se lê: Patrões disseram não. Assembléia quarta, às 18:30hs. Sindicato dos Metalúrgicos, com a seguinte legenda: É quase certa a paralisação; ontem não houve acordo. Na matéria da página interna (3) “Sindicato patronal já vê a greve inevitável” diz que Fernando Bonfim, presidente do sindicato patronal, considera a greve inevitável apesar dos empresários terem aprovado algumas concessões aos trabalhadores na assembléia realizada no dia anterior no Novotel, mas que o coordenador das negociações Pedro Guilherme ainda acreditava na possibilidade de um acordo. Com o destaque “Metalúrgicos em ação” foi divulgada a mobilização do sindicato dos trabalhadores para chamar os trabalhadores para a assembléia que aconteceria à noite e o recebimento da entidade de bilhetes denunciando as pressões registradas dentro da empresa CCE.

Os bilhetes informavam também que o dia de ontem foi de reuniões diretores, gerentes e supervisores. Objetivo: convencer os operários a não aderirem a greve, prevista para amanhã, dia 1º, caso as propostas dos patrões não forem aceitas hoje à noite. Além da revelação das reuniões, os bilhetes denunciam ainda a pressão feita pelos supervisores aos operários para que eles não falem ao trabalho amanhã. Do contrário serão demitidos por justa causa.⁴²³

⁴²² Jornal *A Notícia*, edição de 31 de julho de 1985, p.2. coluna Bastidores.

⁴²³ *Jornal do Commercio*, edição de 31 de julho de 1985, p.3.

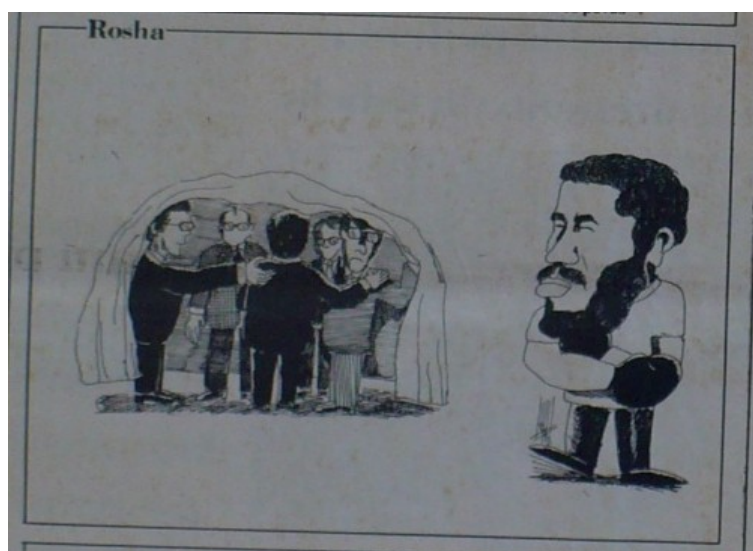
“Decisão sai hoje. Greve no Distrito no dia D” é a chamada de primeira página do jornal *A Crítica*. O título da matéria que abre a página 7 é ainda mais sugestivo: “Dia da Caça. Greve dos metalúrgicos poderá começar à noite”. Nela está a informação sobre a entrega da contraproposta aos metalúrgicos e a possibilidade da paralisação ter início após a assembléia que será realizada à noite. Abaixo desta matéria tem uma outra que demonstra o que será a “guerra” no dia seguinte na CCE como vimos no capítulo anterior pela fala dos nossos entrevistados. A matéria com o título “Rock contra os metalúrgicos” relata a tentativa da CCE de impedir a comunicação do sindicato com os trabalhadores, com o uso de auto-falantes potentes para abafar a voz dos dirigentes sindicais que utilizavam o som de uma Kombi para chamar para assembléia geral.

3.5 – Sete Dias de Manchetes nos Jornais

Como todos os jornais haviam anunciado, a assembléia do dia 31 era a definitiva e como havia sido previsto a decisão dos metalúrgicos foi pela greve. Os três jornais divulgaram a decisão dos operários de cruzarem os braços na edição de 1º de agosto de 1985, com destaque. As manchetes foram as seguintes: “Trabalhadores param o Distrito”, do *Jornal do Commercio*; “Cerca de 1.000 policiais guardam patrimônio das empresas. Distrito em Greve” de *A Notícia* e “Em greve o Distrito Industrial”, do jornal *A Crítica*. (Anexos).

As manchetes mostram que os jornais *A Crítica* e *Jornal do Commercio* “puxaram” pelo impasse nas negociações que levaram os metalúrgicos à greve, por não verem atendidas as suas reivindicações. *A Notícia* destacou a estratégia dos metalúrgicos para a paralisação, anunciando piquetes que seriam realizados próximos às empresas e na Bola da Suframa, que na verdade não estavam previstos. Provavelmente a divulgação dos possíveis piquetes teve como objetivo justificar a presença de mil policiais nas ruas do distrito industrial para “manter a ordem” e obviamente proteger o patrimônio das empresas. A matéria também destacou a posição do Superintendente da Suframa, Roberto Cohen, para quem a greve era manipulada por grupos paulistas. Os três jornais falaram em dez mil trabalhadores presentes à assembléia, três mil a mais que o registrado na ata do Sindicato. Geralmente o número de pessoas presentes é estimado pela Polícia Militar a pedido dos jornalistas que cobrem os eventos em lugares abertos.

Nas páginas internas o tratamento da decisão dos metalúrgicos de cruzar os braços também é diferente em cada jornal. O *Jornal do Commercio* publicou três matérias na página três, ocupando toda a sua parte central. A primeira matéria “Operários do Distrito decidiram pela greve” relata a reação dos trabalhadores à recusa das empresas às suas propostas durante a assembléia. A segunda matéria “Polícia vai evitar piquetes” com base em entrevista do subsecretário de Segurança Pública, Pedro Lustosa, afirma que a operação que envolvia as Polícias Civil e Militar tinha como objetivo garantir que os trabalhadores que não quisessem aderir a greve pudessem chegar aos locais de trabalho, afirmando que os piquetes não seriam tolerados, informando ainda que o policiamento na área do Distrito seria feito por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social e pela Companhia de Choque da Polícia Militar. A última matéria da página “DRT não tem posição definida” fala do posicionamento do delegado do trabalho que até o momento da entrevista “não acreditava na greve”. Na página dois a charge do dia mostra Ricardo Moraes com luvas de boxes e em posição de aguardo enquanto um grupo de empresários de baixo de um lençol conversa.



Charge do JC, divulgada no primeiro dia da greve⁴²⁴

Nesta mesma edição, a mobilização dos metalúrgicos também é assunto para a coluna De Frente e de Perfil, que reunia assuntos variados e era escrita pelo conjunto dos jornalistas, tendo um profissional responsável pelo ordenamento das notas e pelo filtro dos interesses do jornal, logicamente. A nota retrata a importância do momento:

⁴²⁴ *Jornal do Commercio*, edição de 1º de agosto de 1985, p.2.

Expectativa em torno da greve

É muito forte o peso político dos metalúrgicos. A cidade viveu, ontem, durante todo o dia, a expectativa da deflagração da greve, diante do impasse surgido nas negociações empregadores-trabalhadores. O momento é tenso e precisamos levar em conta as duras condições salariais do Distrito Industrial.⁴²⁵

O jornal *A Crítica* reservou a parte central da página 2 para o movimento, abrindo com a matéria “Dia histórico. Trabalhadores decidem por greve até a vitória”, onde está dito que “foi um dia histórico na vida do sindicalismo amazonense. Nunca, em todo movimento tantos trabalhadores foram à rua reivindicar os seus direitos”. Está dito também que no início da assembléia foi tocado, em fita cassete, o hino do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, o que nos remete ao capítulo anterior quando os entrevistados falam da proximidade dos movimentos sociais e de que a FASE antes de vir para Manaus atuava com os trabalhadores rurais de Santarém.

Esta matéria ainda nos mostra que mesmo a greve não era consenso entre os trabalhadores, uma vez que “Quem se atreveu para falar para pedir a continuação das negociações e levar a proposta de greve para ser discutida dentro das fábricas, foi vaiado”. *A Crítica* ainda publicou uma outra matéria, abaixo dessa, com o título “Contraproposta é ‘ridícula’”, onde destaca que as empresas haviam cedido “em quase nada” e apresentava a contraproposta patronal e a fala de Fernando Bonfim reafirmando que os empresários tinham oferecido o máximo que podiam e que estavam preparados para a greve.

Já o jornal *A Notícia* assumiu o discurso patronal no título da matéria principal da página 3: “Impasse nas negociações. Proposta dos metalúrgicos ameaça a sobrevivência das microempresas”. O *lead* (primeiro parágrafo) é tão significativo que merece reprodução. A matéria começa assim:

As microempresas não sobreviveriam se aceitassem as propostas dos trabalhadores, afirmou ontem o presidente do Centro das Indústrias do Estado ao comentar o impasse criado depois da recusa dos metalúrgicos a contraproposta dos patrões. Para Bonfim é bom que se mantenha a paz social que sempre existiu na Zona Franca e se evite a greve.⁴²⁶

O texto continua afirmando que os empresários não fecharam as negociações e que estavam dispostos a conversar com os metalúrgicos, além de ressaltar que a

⁴²⁵ *Jornal do Commercio*, edição de 1 de agosto de 1985, p.2, coluna: De Frente e De Perfil.

⁴²⁶ *Jornal A Notícia*, edição do dia 1 de agosto de 1985, p.3.

contraproposta foi o máximo que as empresas poderiam oferecer. Abaixo desta matéria tem uma segunda, com o título “Sindicato explica por que rejeitou a contraproposta”, que começa da seguinte forma:

“Conversa para boi dormir”, assim definiu ontem o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, à contraproposta apresentada pelos patrões.

Mesmo o Sindicato patronal tendo aprovado aproximadamente 80 por cento da pauta de reivindicações dos trabalhadores, os metalúrgicos continuaram insatisfeitos, como justificou Ricardo Moraes: “Eles fizeram apenas reformular as propostas que já haviam feito na Convenção do ano passado, mas as principais reivindicações que correspondiam as questões financeiras foram rejeitadas sem que nos fosse apresentada nenhuma outra contraproposta”.⁴²⁷

Para fechar o tema, *A Notícia* publica uma matéria em uma coluna com o título: “Cohen afirma que movimento é manipulado”, onde o superintendente da Suframa afirma que o “exagero” nas reivindicações apresentadas pelos metalúrgicos já revelava a decisão de fazer greve e que o movimento seria manipulado por grupos políticos. Segundo ele “existem grupos polemizadores, com cunho político, para incentivar uma greve que só trará prejuízos para Manaus”⁴²⁸.

No dia seguinte todos os jornais divulgaram como foi o primeiro dia de greve. Todos trazem fotos na capa, com destaque. Com a manchete “Greve continua” o jornal *A Crítica* ocupa praticamente 2/3 da primeira página com o movimento dos metalúrgicos. A capa da edição de 2 de agosto trouxe ainda dois títulos menores: “Falhou o acordo” e “Operários esperam mais adesão hoje”. Na primeira chamada esta dito que a reunião realizada no dia anterior por interferência da Delegacia Regional do Trabalho não levou a um acordo, persistindo o impasse entre trabalhadores e empresários. Na segunda foi dito que os grevistas esperavam novas adesões para o segundo dia de paralisação e que no primeiro dia haviam parado 18 empresas.

A foto principal do jornal mostra em primeiro plano Ricardo Moraes falando aos operários na primeira assembléia realizada na Bola da Suframa. A segunda foto é de uma empregada da CCE sendo retirada carregada, depois de ter desmaiado dentro da empresa sob o forte calor e tensão provocada pelos primeiros momentos da greve. A reação da empresa à mobilização dos trabalhadores e o incidente que levou inclusive a

⁴²⁷ Jornal *A Notícia*, edição de 1 de agosto de 1985, p.3.

⁴²⁸ Jornal *A Notícia*, edição de 1 de agosto de 1985, p.3.

direção da empresa a solicitar a presença do presidente do Sindicato dentro da empresa foi abordado no capítulo anterior.



Primeira página de *A Crítica* retratando o 1º dia de greve⁴²⁹

A greve ocupou as duas páginas centrais de *A Crítica*, unidas por um título único “18 fábricas e 12 mil trabalhadores em greve”. Com oito matérias menores e ilustradas por 11 fotos as duas páginas trazem uma visão ampla sobre o movimento. A cobertura foi feita pelos repórteres Mário Adolfo, Inácio Oliveira e Humberto Silva e pelos fotógrafos João Pinduca Rodrigues, Carlos Dias e Antônio Meneses. Informa a matéria principal que a paralisação foi surpresa até mesmo para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos que prometeu que naquele dia pararia a Gradiente e a Sharp as duas maiores empresas do Distrito.

CCE, Semp Toshiba, Moto Honda, Evadin, Philips, Douglas, Springer, Sedasa, Frata, Neo Life, Caloi, Motorádio, Toko, Dismac, Digiplay, Eletrodan e Tecnocério foram as primeiras fábricas a pararem no primeiro dia de greve, num total de Cr\$ 20 milhões de prejuízos.⁴³⁰

A matéria também informa que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, havia entrado em contato com a comissão de negociação para viabilizar um acordo, mas que até o momento isso não havia sido possível. As outras matérias têm os seguintes títulos: “Entidades solidárias”, “Secretário da Justiça”, “Em meio à greve, pausa para o lazer”, “Prejuízo da CCE foi de 1,5 bilhão”, “Polícia só queria manter o patrimônio”,

⁴²⁹ Jornal *A Crítica*, edição de 2 de agosto de 1985, primeira página.

⁴³⁰ Jornal *A Crítica*, idem, p.7.

“Ninguém faz greve ilegal no país”, “Desmaios e Correria na CCE”, “Passeata diz que greve é legal”. Esta última merece citação especial pelo slogan utilizado na manifestação dos trabalhadores, quando se dirigiam para a Bola da Suframa para a assembléia geral que deveria decidir pela continuidade da greve.

“Um, dois, três, a greve é legal. Nós desvirginamos o Distrito Industrial” – era a palavra de ordem gritada até o local da assembléia. Na esquina da rua Iça com a Av. Buriti, eles fizeram a primeira parada para arregimentar o pessoal da Semp Toshiba. Em cima da Kombi do sindicato, o presidente Ricardo Moraes procurava conter os excessos. [...]

A caminho da Bola da Suframa, um rápido tumulto foi gerado, quando os grevistas detectaram, em meio a passeata, um “olheiro dos patrões” que anotava os nomes dos participantes sob pretexto de que era jornalista. O homem, que não chegou a ser identificado foi expulso da multidão, mas antes os trabalhadores rasgaram uma de suas atas e caderneta de anotações.⁴³¹

Estas duas informações exposta pelos jornalistas de *A Crítica* confirmam o que dizem as lideranças ouvidas por nós, de que a mobilização teve grande índice de improvisação com os trabalhadores de uma fábrica “puxando” o outro para o movimento e a constante pressão dos empresários usando para isso trabalhadores que optavam por ficar do lado do patrão. Neste dia a charge do Miranda também trata da mobilização. Um personagem lendo o jornal afirma: 10 mil operários param o distrito industrial. É a greve! Ao que o outro ao lado afirma: Isto é greve.



Páginas centrais de *A Crítica* sobre o 1º dia de greve⁴³²

⁴³¹ Jornal *A Crítica*, edição de 2 de agosto de 1985, p.7.

⁴³² Jornal *A Crítica*, edição de 2 de agosto de 1985, páginas 6 e 7.

A foto de uma empregada da CCE desmaiada sendo carregada por companheiros ocupando a parte central da capa marca a edição do jornal *A Notícia*, com a manchete: “Impasse não é superado. Continua a greve dos metalúrgicos”. O texto fala da impossibilidade de acordo, da justificativa do governador Gilberto Mestrinho de determinar o policiamento do Distrito e ainda sobre as doações para o fundo de greve. Na capa, abaixo do título do jornal, uma série de cinco fotos mostrava o dia da greve.



Capa de *A Notícia* sobre primeiro dia da greve⁴³³

A página 3 quase toda é dedicada ao movimento, com a matéria principal tendo como título “Metalúrgicos continuam em greve”, acompanhada de outras cinco matérias com os títulos: “CCE teve prejuízo de 1,5 bilhão”, “Movimento parou 14 empresas”, “Proposta sem apoio da microempresa” e “Impasses e o movimento nas empresas”. O jornal traz o conflito registrado na empresa CCE informando que algumas grávidas desmaiaram nas linhas de produção porque estavam “amedrontadas com a possibilidade de invasão por parte dos grevistas” e acrescenta que o sindicato convenceu a direção da empresa de que não haveria depredação e por isso o superintendente resolveu “abrir os galpões onde trabalhavam dezenas de operários”.

⁴³³ Jornal *A Notícia*, edição de 2 de agosto de 1985, primeira página.

“Greve no Distrito atinge segundo dia sem solução” foi a manchete do *Jornal do Commercio*, ilustrada com uma foto onde aparece alguns operários segurando o cartaz que dizia “Abaixo a migalha. Em cima o salário justo”.



Primeira página do *JC* do primeiro dia de greve⁴³⁴

A página 3 é aberta com a matéria “Operários do Distrito decidem manter a greve”, onde o jornal informa que 17 empresas pararam no primeiro dia da greve e que estava sendo esperada para aquele dia a adesão de mais quatro. Falando sobre a movimentação dos trabalhadores e a ação dos policiais para garantir o patrimônio das empresas e o direito dos trabalhadores que não quisessem aderir à greve o jornal afirma que pela manhã “houve um incidente na Moto Honda envolvendo policiais de choque, quando os operários foram espancados. A diretoria da Honda negou seu envolvimento no incidente que resultou no ferimento no rosto de um funcionário”.⁴³⁵

As outras duas matérias divulgadas pelo *JC* foram “Pazzianotto tentou negociar”, onde detalha a reunião acontecida na DRT e a proposta do ministro de que as empresas com mais de 300 empregados estabelecesse como piso Cr\$ 900 e “Bola é transformada em palco de reunião”, esta última com foto da assembléia realizada no final da tarde. Ela traz as informações sobre o fundo de greve e de que os metalúrgicos

⁴³⁴ *Jornal do Commercio*, edição de 2 de agosto de 1985, primeira página.

⁴³⁵ *Jornal do Commercio*, idem, p.3.

de Manaus estavam contando com apoio dos sindicatos de metalúrgicos de todo o Brasil e de outras entidades sindicais.

O segundo dia de greve mais uma vez mereceu manchete dos três jornais. As movimentações dos metalúrgicos foram divulgadas na edição de sábado, dia 3 de agosto. *A Crítica* trouxe a manchete “Greve atinge novas unidades. Param grandes fábricas e a ilegalidade é pedida” com foto da assembléia geral da Bola da Suframa. Novamente dedica as duas páginas centrais do primeiro caderno ao movimento e os jornalistas responsáveis pela cobertura do movimento continuam os mesmos com exceção do fotógrafo Pinduca que não participa neste dia, ficando as fotos a cargo de Carlos Dias e Antônio Menezes. A página 6, além da matéria principal “Movimento paralisa a maioria das fábricas”, traz mais seis matérias menores, o mesmo número de matérias da página 7. Nas duas páginas foram utilizadas seis fotografias.



Páginas centrais de *A Crítica* sobre segundo dia de greve⁴³⁶

A matéria principal traz os desencontros de números entre empresas e grevistas com relação ao percentual de paralisação. Na Gradiente, por exemplo, a informação dos grevistas era de que 20% ou 25% dos trabalhadores estavam trabalhando, enquanto o representante da empresa informava que 80% dos trabalhadores não haviam aderido ao movimento. Na Sharp a informação da empresa era que apenas 40% haviam parado, enquanto os grevistas afirmavam o contrário, que 60% tinham aderido à greve. Com o destaque “Quebra-quebra” o jornal relata um incidente acontecido em frente à empresa Springer/National no dia anterior, sem maiores consequências.

⁴³⁶ Jornal *A Crítica*, edição de 3 de agosto de 1985, páginas 6 e 7.

O quebra-quebra começou em frente da fábrica justamente porque os grevistas alegaram que a diretoria da fábrica havia obrigado os funcionários a embarcar nos ônibus. Na saída, o ônibus série 244 da Marlin saiu em alta velocidade da fábrica colocando o coletivo em cima dos grevistas, daí um deles ter jogado uma pedra e conseguiu quebrar o pára-brisa de outro ônibus.⁴³⁷

Uma pequena matéria no alto da página 6 “Grevista acompanham em A Crítica” diz que alguns grevistas estavam com a primeira página do jornal pendurada em galhos de árvores que usavam em frente as empresas e na Bola da Suframa. É claro que o motivo para tal exibição eram as fotos que mostravam a multidão, que como nos relatou nossos entrevistados, faziam muito sucesso entre os grevistas e serviam de propaganda do movimento, estimulando aqueles que ainda estavam indecisos a participar da greve.

Abaixo desta, a matéria “Patrões pedem para a greve ser ilegal” afirma que os dois sindicatos patronais, das indústrias mecânicas e dos eletroeletrônicos entraram como pedido de instauração do dissídio coletivo e pediram a decretação da ilegalidade da greve. Já dissemos que foi graças a esta atitude dos patrões que ainda temos acesso às atas das assembléias gerais que decidiram pela greve.

Enquanto *A Crítica* afirmava que 36 empresas estavam em greve *A Notícia* dizia em sua manchete que eram 35. Com o título “Não houve acordo. Greve pára 35 empresas”, o jornal dedica toda a página 2 à cobertura do movimento. “Não houve acordo ontem. Greve agora atinge 35 empresas” é o título da matéria central, em que são relatadas denúncias dos grevistas contra as empresas, ressaltando o fato de algumas fábricas não estarem fornecendo alimentação e água aos grevistas

DENÚNCIAS

Algumas denúncias foram apresentadas pelos empregados à comissão de apoio à greve, sendo que a mais grave foi feita por quatro funcionários da Moto Honda que, ao carregarem uma bandeira, foram abordados pelos policiais do camburão nº 22.102 que os agrediram, tomando-lhes a bandeira das mãos, rasgando-a.

Na CCE, também uma grave ocorrência. Uma funcionária, 19 anos, passando mal, desmaiou soltando sangue pelo nariz, mas foi impedida de ser assistida pela assistência médica da empresa, tendo que ser levada às pressas para o hospital.⁴³⁸

Na cobertura de *A Notícia* também chama atenção uma pequena matéria no alto esquerdo da página: “Táxis ajudam os grevistas” em que está dito que os taxistas no dia

⁴³⁷ Jornal *A Crítica*, edição de 03 de agosto de 1985, página 6.

⁴³⁸ Jornal *A Notícia*, edição de 3 de agosto de 1985, p.2.

anterior estavam transportando os grevistas gratuitamente até suas casas. “Segundo eles, esta foi uma das formas da categoria contribuir com os trabalhadores em greve”, explica o texto. O jornal reproduz uma queixa de *A Crítica* de que o diretor da CCE não quis falar com a imprensa e que dificultou o trabalho dos jornalistas. Diz o jornal que mesmo com a intervenção de Fernando Bonfim “que desculpou-se pelo diretor geral Marcílio Junqueira”.

Mais uma vez o *Jornal do Comércio* foi o que destinou menor espaço à greve, mas registrou, inclusive na primeira página, que o candidato a prefeito pelo PMDB, Manoel Ribeiro, havia se manifestado contrário ao movimento dos metalúrgicos. Como vimos no capítulo anterior esta matéria rendeu muitas discussões na Câmara e Assembléia. A manchete do jornal “Aumenta as adesões à greve” diz que chegou a 37 o número de empresas paralisadas. Uma chamada menor “Governador vê estranhos na greve” afirma que Gilberto Mestrinho havia dito que “elementos estranhos e considerados suspeitos” estavam infiltrados na greve e argumento semelhante é defendido por Manoel Ribeiro na matéria “Ribeiro é contra greve no Distrito”, onde afirma que os metalúrgicos estariam sendo manipulados por “sindicatos fortes de fora do Estado”. A matéria central da página 3 tem como título: “Greve dá prejuízo de 40 bi e atinge 37 empresas” informa que na segunda-feira seguinte o Tribunal Regional do Trabalho iria chamar as partes para uma reunião. O curioso desta matéria é que a estimativa de prejuízo de “40 bi” foi feito pelo Sindicato dos Metalúrgicos com base no conhecimento que tinha sobre o faturamento das empresas, porque elas, segundo o jornal, “não sabem de quanto é o prejuízo”⁴³⁹.

Mesmo na edição de domingo a greve dos metalúrgicos continuou merecendo destaque nos jornais. Em *A Crítica* e no *Jornal do Comercio* foi manchete. Em *A Crítica* a manchete “Igreja apóia grevistas”, foi acompanhada de uma foto do pedágio que havia sido feito pelos grevistas para arrecadar recursos para o fundo de greve. No *JC* a manchete foi “Ordem é não voltar ao trabalho”. *A Notícia* não deu manchete, mas uma chamada no fim da página com o título “Metalúrgicos continuam em greve”. No jornal *A Crítica* a greve ocupou toda a página 13 e ainda teve duas matérias na página anterior, sendo a primeira “Comitê pede ajuda para os grevistas”, onde uma foto mostra representantes de várias categorias que compõem o comitê de ajuda ao movimento que estava se mobilizando em busca da solidariedade da sociedade. A segunda matéria da

⁴³⁹ *Jornal do Comercio*, edição de 3 de agosto de 1985, p.3.

página 12 “Greve pode ser um complô contra a ZFM” é a fala do deputado Arthur Neto sobre o movimento, que já havia sido divulgada dias antes pedindo aos empresários “bom senso” e que negociasse com os trabalhadores.

A página 13 teve como abertura a matéria “Pedágio cobrado para sustentação da greve”, que divulga o pedágio realizado no dia anterior e que seria repetido no domingo, na área central da cidade em frente à rodoviária, para arrecadar recursos para a manutenção do movimento paredista. Outra matéria “Igreja faz coleta: grevistas” informa que a arrecadação feita nas missas daquele domingo seria destinada pela Igreja Católica para o fundo de greve dos metalúrgicos.

Todas as igrejas católicas de Manaus estarão revertendo a apuração de hoje, durante as missas, em benefício do fundo de greve dos metalúrgicos que se encontram paralisados desde quinta-feira passada.

A informação foi prestada, ontem, durante reunião do Sindicato dos Metalúrgicos, quando a direção sindical se encontrava reunida com as comissões de fábrica. [...]

O monsenhor Pinto, que se encontrava ontem, na Arquidiocese de Manaus, informou que o assunto foi ventilado durante a reunião realizada com o arcebispo de Manaus, Dom Clóvis Frainer e que cada igreja que quiser fazer a sua doação poderá fazê-la⁴⁴⁰.

O *Jornal do Comércio* trouxe duas matérias sobre a greve na página 3. A principal “Sindicatos armam esquema para sustentar a greve” fala da reunião das comissões de fábricas realizada no sindicato e da determinação de continuar o movimento. A outra matéria é “Arthur exige sensibilidade”, semelhante à publicada pela *A Crítica*. Já *A Notícia* trouxe na abertura da página 2 a matéria “Denúncia foi feita no sindicato, ontem. Polícia prepara cerco ao DI”, onde informa que havia “vazado” uma informação de que havia uma operação sendo montada pela Polícia Militar para impedir o acesso das lideranças do movimento grevista ao Distrito para acabar com o movimento. O comando da PM negou a informação. A segunda matéria “Igreja também ajuda operários” fala da orientação da Igreja Católica de arrecadar fundos para a greve e transcreve a nota distribuída pelo arcebispo Dom Clóvis Frainer sobre a mobilização.

“A Arquidiocese de Manaus, inserida na vida do povo, não pode ficar a margem dos acontecimentos, que surgiram na greve deflagrada no Distrito Industrial de Manaus.

Como cristãos, apelamos para que se respeite os direitos fundamentais da pessoa humana, como a liberdade, a alimentação e a integridade física, evitando-se toda e qualquer forma de violência, repressão, intimidação ou atitudes semelhantes. É indispensável a necessidade paciente e construtiva do

⁴⁴⁰ Jornal *A Crítica*, edição de 4 de agosto de 1985, p.13.

diálogo e da negociação em busca de soluções dentro dos critérios da paz e da justiça social. Se existe a greve, é pelas dificuldades de condições de vida de muitos trabalhadores. A todos quanto detenham parcela de responsabilidade recordamos as palavras do Papa João Paulo II: “O justo salários se torna em todos os casos a verificação concreta da justiça de cada sistema sócio-econômico e, em qualquer hipótese, do seu justo funcionamento”.

O momento exige calma, ponderação e esforço comum, mas também urgência e decisão. Só a busca desinteressada da justiça social e do bem comum será capaz de alcançar soluções adequadas.

A complexidade da conjuntura nacional e das graves dificuldades econômico-sociais não pode ficar alheia na mesa de negociações.

Torna-se urgente a solução deste grave problema social, que eclodiu em nossa cidade.⁴⁴¹

Na segunda-feira, dia 5, os jornais *A Crítica* e *A Notícia* voltaram a falar da greve, o *Jornal do Comércio* não circulava às segundas. *A Crítica* além da manchete “Reunião decide a greve” destina a maior parte da página 6 ao movimento. A matéria principal da página “Greve. Negociações podem ser retomadas em negociação” informava que uma reunião entre trabalhadores e patrões seria realizada no Tribunal Regional do Trabalho às 9 horas e que havia a possibilidade de que as negociações encerradas na quinta-feira fossem retomadas. Ao lado desta, uma outra matéria dava informações sobre a atuação dos professores e católicos em apoio à greve com o título “Magistério e Igreja ao lado dos grevistas”, falando da atuação das entidades de classe do magistério e da atuação das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral Operária. Abaixo desta, na matéria “Mutirão dos artistas em apoio ao operário” o poeta Dori Carvalho convocava os artistas amazonenses para uma reunião às 19 horas no Sindicato dos Metalúrgicos para definirem apresentações nas portas de fábricas como forma de contribuir para a permanência dos trabalhadores na greve.

Na sequência *A Crítica* ainda publica as matérias “Aumenta colaboração para fundo de greve” e “Novas empresas vão paralisar produção”. No alto da página, do lado direito, a matéria “Políticos condenam a violência da polícia” diz que o deputado federal Mário Frota e o deputado estadual João Pedro, ambos do PMDB e o candidato a prefeito pelo PT, Aloysio Nogueira criticaram a atuação da Polícia Militar durante a greve, relatando o caso da Philco em que na sexta-feira um pelotão da PM foi usado para intimidar os trabalhadores que queriam aderir ao movimento.

A Notícia não dá manchete, mas tem chamada de primeira página: “Nada definido sobre a greve no Distrito”. Na página 3 a matéria “Greve. Juízes vão ouvir hoje

⁴⁴¹ Jornal *A Notícia*, edição de 4 de agosto de 1985, p. 2.

empregados e patrões no Tribunal do Trabalho” fala sobre a reunião marcada pelo TRT e sobre a situação da greve que atingira até o momento 35 empresas. Mas, abaixo desta matéria o jornal publica uma entrevista com o empresário José Maria Nell, proprietário da empresa Sportiline Nell com o seguinte título: “Povo dá sua opinião sobre a greve”. O empresário logicamente fala que o momento não é para greve e que o Governo do Estado deve intervir forçando uma negociação por causa dos prejuízos para os cofres públicos ocasionados pela paralisação. O “povo” mesmo não foi ouvido. Abaixo desta, em uma coluna, outra matéria “Picolezeiros faturam com greve”, fala do faturamento dos vendedores de picolés e de outras guloseimas que estavam tendo lucro com a greve com a venda nas portas das fábricas, porque tinham como clientes os grevistas e os policiais que estavam em grande número na área do distrito industrial.

Na terça-feira, dia 6, último dia da greve, os jornais trouxeram as informações sobre a reunião realizada no dia anterior no TRT. “Reunião resultou inútil. A greve vai continuar” foi a manchete do jornal *A Notícia*, que praticamente ocupou toda a primeira página com duas fotos dos grevistas na Bola da Suframa e tem ainda uma segunda matéria “Bonfim promete não demitir” em que o presidente do sindicato patronal dos eletroeletrônicos e diretor da Sedasa se comprometia a não demitir os grevistas na sua empresa. A página três também é toda dedicada ao movimento dos metalúrgicos, com a matéria central tendo como título “Sem acordo, greve vai continuar”. As outras matérias falam do apoio dos economistas à greve com a publicação da nota divulgada pelo Conselho Regional de Economia (Corecon) em defesa do movimento; dos atritos registrados entre militantes do PC do B e do PT durante assembléia geral da categoria realizada de manhã para discutir se aceitavam ou não a reabertura das negociações a partir de uma proposta apresentada pelo TRT, o que foi aprovado pelos grevistas; apoio formal do partido PMDB ao movimento; a realização naquele dia de nova reunião de negociação.

Mas, a matéria que chama mais atenção é a última da página, que tem como título “Procurador vai dizer se greve é legal”, onde o procurador Heraldo (ou Geraldo – a matéria registra os dois nomes) afirma que “Dentro da lei não há subsídios para se julgar legal um movimento grevista” e argumenta que os metalúrgicos recorreram à greve sem negociar.

Para o Procurador, no caso do Sindicato Metalúrgico, houve uma inversão do que dita a lei trabalhista. Ou seja, os metalúrgicos à primeira negativa dos patrões, decretaram a greve. E só com a intervenção do Tribunal é

que estão negociando. Ele esclareceu que pelo padrão normal dos fatos, a greve só deveria ocorrer após as negociações.⁴⁴²

O procurador, segundo a matéria, afirma que a priori não poderia dizer qual seria o seu posicionamento (se é que precisava dizer), mas que ele seria decisivo para o julgamento da legalidade ou não da greve. Ao afirmar que não houve negociação o procurador mostrou que desconhecia todo o processo e as reuniões havidas no Novotel, que aliás foi divulgada pela imprensa. Além de servir de alerta para as lideranças do movimento naquele momento a matéria serviu para ilustrar como a legislação brasileira favorecia (ou favorece?) os mais poderosos.

O *Jornal do Commercio* tem uma chamada na capa com o seguinte título: “Reuniões sucessivas não encerram greve”. A matéria da página 3 que tem como título “Patrões cedem mas fim da greve é discutido”, informava que depois de várias discussões havia sido firmado um acordo parcial que seria apreciado pelos trabalhadores em assembléia geral que seria realizada naquela manhã. Segundo o jornal, a última reunião foi encerrada às 2h30 da madrugada do dia 6, ou seja, o mesmo dia da edição do jornal. A matéria fala das reuniões realizadas a tarde e a noite no Novotel com representantes dos trabalhadores e patrões, após o fracasso da reunião convocada pelo TRT em que o juiz Eduardo Barbosa Pena Ribeiro propôs um aumento de 30% sobre a contraproposta patronal e que foi recusada pelos patrões. Ela nos dá a idéia de como foram feitas estas últimas negociações e quem realmente estava disposto a negociar.

Nos 480 minutos de discussões, a situação parecia cada vez mais difícil de ser resolvida. Nesse espaço de tempo, os membros da comissão de negociação dos operários solicitaram dois intervalos para analisar as contra propostas patronais. O tempo de cada intervalo não ultrapassou a 15 minutos. Por outro lado, a comissão patronal solicitou três intervalos para rever as propostas dos representantes dos trabalhadores, sendo que cada tempo demorou mais de uma hora⁴⁴³.

O jornal *A Crítica* traz como manchete “Grevistas e empresários voltam a negociar. Proposta de conciliação não passa pelos patrões” com uma foto em que aparece frente a frente Ricardo Moraes e Fernando Bonfim. A página 8 é toda dedicada ao movimento com a matéria principal “Primeira vitória. Reabertas negociações com operários em greve” relatando a primeira reunião realizada no dia anterior no TRT, a assembléia na Bola da Suframa em que os trabalhadores aprovaram a proposta de

⁴⁴² Jornal *A Notícia*, edição de 6 de agosto de 1985, p.3.

⁴⁴³ *Jornal do Commercio*, edição de 6 de agosto de 1985, p.3.

continuar as negociações e a contraproposta apresentada pelo TRT, além da mobilização realizada dentro da área do Distrito Industrial e algumas estratégias adotadas por empresas para desmobilizar os trabalhadores como a Motorádio que deu férias coletivas e mesmo assim não conseguiu que os trabalhadores se retirassem do movimento porque eles ficaram durante todo o dia em frente à empresa.

O jornal também trouxe uma matéria sobre a briga provocada pelo PC do B com a filiação de operários durante a assembléia. Informava a matéria que ao questionar o deputado João Pedro por estar filiando trabalhadores o dirigente sindical Elcio Melo foi agredido por um pontapé. Outra matéria fala que trabalhadores de empresas não filiados ao sindicato dos Metalúrgicos também estava aderindo ao movimento e relaciona Imbrima e Alfema (de brinquedos), Sonora (fotografia) e Nelima (relógios) e acrescenta que estes trabalhadores seriam assistidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) segundo informações do presidente do sindicato.

“Estão parando porque sentiram que esta é única forma de lutar por melhores salários e acabar com a miséria em que vivem”, teria dito Ricardo Moraes ao questionar o fato dos empresários afirmarem que estes trabalhadores estavam parando em solidariedade aos metalúrgicos e eletroeletrônicos. Nesta edição se encontram várias pequenas matérias, mas o que chama mais atenção são as legendas de uma série de três fotografias editadas lado a lado. As legendas são as seguintes: “Vem, vamos embora que esperar não é saber...” para uma foto da assembléia que mostra uma multidão de trabalhadores com os braços erguidos empunhando pequenas bandeiras; “...Conseguimos conquistar com braços fortes!” para a foto que tem no primeiro plano trabalhadores de mãos dadas para o alto e “Apesar de você amanhã há de ser outro dia!” para a foto que aparece policiais militares em primeiro plano e um grevista com um cartaz atrás.



Série de três fotos com flagrantes da greve registradas no dia 5 de agosto de 1985⁴⁴⁴

⁴⁴⁴ Jornal *A Crítica*, edição do dia 6 de agosto de 1985, p.6

O jornal ainda trouxe mais uma matéria na página 7 com o título “Proposta dos patrões será levada hoje em assembléia” com uma foto da assembléia realizada no dia anterior e a seguinte legenda: “A União faz a força. Só quem não sabia eram os patrões”. A matéria relata as reuniões realizadas no dia anterior, informa que a nova proposta dos patrões será levada à assembléia pela manhã e que estava marcada uma nova reunião de conciliação no TRT na quarta-feira e que a legalidade da greve seria julgada ainda naquela semana. Uma outra matéria “Greve de bilhões”, abaixo da primeira, relaciona os “erros” que teriam sido cometidos pela comissão de negociação dos empresários, que poderia ter negociado e encerrado a greve no primeiro dia quando apenas um pequeno número de empresas haviam parado e os prejuízos seriam menores. A “análise” questiona ainda como a classe empresarial radicada no Amazonas seria vista no “Sul” do país: “Uma coisa porém é certa. Haverá e muito reflexo lá fora da greve dos ‘desacreditados’(para a classe patronal) metalúrgicos de Manaus”⁴⁴⁵.

Como sabemos uma assembléia realizada no dia 6 pôs fim à greve. A sua divulgação pelos jornais foi feita na edição do dia 7. O jornal *A Crítica* trouxe como manchete “Acordo foi fechado de madrugada. Grevistas voltam ao trabalho” com uma foto da assembléia em que foi aceita a proposta patronal. A página 7 é toda dedicada ao movimento onde as matérias falam do último dia de mobilização, do fim das negociações e dos novos pisos estabelecidos, sendo a principal “Greve terminou. Metalúrgicos de volta ao trabalho”. Outras oito matérias fecham a página que conta ainda com quatro fotos, sendo uma do diretor da Springer/National que no dia anterior havia fotografado os grevistas. A legenda o identifica como o “dedo-duro” da empresa.

Mas, na página 5 outras três matérias estavam relacionadas ao movimento. A primeira divulga o discurso do líder do PMDB, vereador Paulo França, na Câmara, quando critica o PT e o PC do B por “manipulação da greve” que nós acompanhamos no capítulo anterior. A segunda “Aloysio considera greve vitoriosa” é uma entrevista com o candidato do PT à prefeitura, professor Aloysio Nogueira, que fala da importância do movimento, critica o deputado João Pedro pela agressão ao diretor do sindicato registrada na segunda-feira e o posicionamento dos partidos comunistas (PCB e PC do B) que diziam apoiar os grevistas, mas apoiavam o candidato Manoel Ribeiro, que havia se colocado contra a greve. A terceira matéria da página 5 “PC do B descobre

⁴⁴⁵ Jornal *A Crítica*, edição do dia 6 de agosto de 1985, p.7.

falha no movimento” é uma entrevista com o presidente do PC do B, Eronildo Braga (o atual deputado Eron Bezerra), criticando a decisão de retorno ao trabalho.

O jornal *A Notícia* tem como manchete “Metalúrgicos retornam hoje ao trabalho. Acabou a greve”, com uma fotografia que ocupa toda a parte central da página. Mais uma vez a página 3 foi destinada ao movimento com exceção apenas das tiras vertical e horizontal que eram utilizadas para uma coluna e um anúncio no rodapé da página. A matéria principal “Todos de volta ao trabalho. Termina a greve dos metalúrgicos” fala da decisão dos metalúrgicos de retornarem ao trabalho e atribui a decisão ao risco da greve ser declarada ilegal pelo TRT e ressalta que a estabilidade de um ano pedida pelos trabalhadores não foi conquistada o que “deixou no ar a possibilidade de muitas demissões”. Destaca também a fala de um operário entrevistado, identificado como Luiz Jorge que afirma que a grande vitória “não foi o aumento ou de salários ou os reajustes, mas fundamentalmente a Unificação dos Metalúrgicos” se referindo à união da categoria conseguida nos seis dias de greve.

Na página 4, na coluna Bastidores, a nota “Final de greve” afirma

Parece que a greve dos metalúrgicos terminou mais por um motivo político do que por motivos de necessidade dos metalúrgicos. O piso salarial proposto pelos empresários e aceito pelos trabalhadores não vai resolver de todo os problemas dos paredistas, entretanto o acordo cessa um movimento que só trouxe prejuízos não só aos empresários como também aos cofres do Estado. Porém fica a lição: se a greve traz prejuízos, intransigência traz muito mais.

A nota, nos parece, tem o objetivo claro de desqualificar o esforço dos representantes dos trabalhadores, insinuando que não conseguiram uma boa negociação. Mas, também critica a intransigência patronal que em última análise teria sido o que motivou a paralisação.

“Metalúrgicos encerram a greve e voltam hoje ao DI” é a manchete do *Jornal do Comércio*. O fim da greve ocupa as três colunas centrais da página 3, tendo a matéria “Acordo suspende a greve nas fábricas do Distrito” que fala das últimas negociações, da assembléia que aprovou o retorno ao trabalho, quando “pelo menos dez pessoas optaram pela continuação da greve”, e os valores definidos para o piso escalonado. Uma segunda matéria “O medo da decisão na Justiça” fala da preocupação dos trabalhadores de que a greve fosse declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho e no final da página a terceira matéria sobre o assunto “Enfim, uma vitória política” é uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos que avalia o resultado da greve e diz que os

trabalhadores estão mobilizados e que poderão parar as empresas onde acontecerem demissões.

A coluna De Frente e De Perfil, na página 2, trouxe três notas a respeito da greve, sendo a primeira

A VITÓRIA POLÍTICA DOS METALÚRGICOS

O Sindicato dos Metalúrgicos e os empresários do Distrito Industrial, após dias de intensas negociações, chegaram ontem a um acordo. Falou-se muito em intenções ocultas, da parte dos trabalhadores, em desmoralizar a Zona Franca com as suas denúncias, mas não fosse a atitude flexível do Sindicato dos Metalúrgicos o impasse ainda estaria montado.

Os trabalhadores fizeram muitas concessões, mas conseguiram garantir a trimestralidade nos aumentos o que poderá a médio prazo conduzir os operários amazonenses a uma situação de melhor dignidade na sua remuneração.

Mas a pergunta que se fazia ontem, no Sindicato, era esta: houve ou não vitória? E a resposta era positiva: sim, a vitória foi sobretudo política!

Uma segunda nota com o seguinte título: “O perigo das demissões” falava do risco dos trabalhadores que haviam despontado como lideranças serem demitidos por revanchismo pelas empresas. A terceira nota “Uma imagem positiva” fala sobre o comportamento da polícia e dos trabalhadores, dizendo que estes passaram uma imagem de que sabiam o que queriam e o que deveriam fazer para conseguir. A nota é encerrada com a seguinte afirmação “Muita coisa ainda se vai escrever sobre essa greve”. O autor ou autora da nota estava certo e sua afirmação continua atual. Hoje, 25 anos depois, ainda há muito o que estudar e escrever sobre este momento ímpar para a história do movimento sindical amazonense.

A greve acabara. Mas, o movimento ainda renderia muita matéria jornalística. No dia 8 foi destaque no jornal *A Crítica* que trouxe na primeira página a fotografia que registra o aperto de mão entre Ricardo Moraes e Fernando Bonfim selando o acordo assinado. Mas o título “Fábrica pára com demissão” da chamada da primeira página chama atenção para a nova batalha que se iniciava: garantir a permanência dos trabalhadores nas empresas. A página 6 desta edição é toda dedicada ao movimento com a matéria principal “Apesar do Acordo Começaram as Demissões”. O texto informa que o acordo seria homologado no dia seguinte pelo Tribunal Regional do Trabalho e que havia ocorrido no dia anterior uma mobilização na empresa Mitsubishi que havia demitido três operários. Segundo o jornal, a paralisação durou apenas alguns minutos porque a comissão sindical solicitou o retorno ao trabalho para negociar com a empresa

a revogação das demissões. Ricardo Moraes teria dito aos jornalistas: “Caso continuem demitindo os operários nas fábricas, nós paralisaremos mais uma vez o Distrito Industrial”. Nos dias seguintes os jornais divulgaram algumas matérias sobre demissões e sobre paralisações por fábrica promovida pela categoria em defesa dos seus empregos.

Também na página 8, do dia 8, a matéria “Ricardo veio agradecer a cobertura” informa que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos visitou o jornal para agradecer a cobertura da greve.

Ricardo Moraes afirmou, na oportunidade, que sem o apoio ostensivo que recebeu de toda a imprensa amazonense, os metalúrgicos não conseguiriam alcançar os ideais, que embora vindos em dosagem média, foi considerado satisfatório em virtude de ser o primeiro movimento promovido pelos trabalhadores do Distrito Industrial.⁴⁴⁶

Vinte cinco anos depois Ricardo Moraes, ao lembrar da primeira greve no Distrito Industrial, ressalta a importância do apoio da imprensa à greve dos metalúrgicos. Ele guarda na memória o trabalho de vários jornalistas que se esforçaram para garantir a divulgação do movimento

Então, os jornais *A Crítica*, o *Jornal do Comercio*, o jornal *A Notícia*, que eram os jornais da época, eles deram todo o apoio e tinha jornalistas que estavam do nosso lado mesmo, jornalistas que partidariamente estavam do nosso lado e tinham até ideologicamente que eram do Pcbão e de outros partidos comunistas que estavam ali do lado da gente.⁴⁴⁷

Outro entrevistado que ressalta a importância da divulgação pelos jornais da greve é Amadeu Guedes. Ele lembra que a partir do primeiro dia de paralisação os jornais circulavam de mão em mão entre os grevistas e que as informações que traziam em geral os estimulavam a continuar no movimento, porque mostraram a mobilização em outras fábricas. Ele ressalta ainda que os operários não tinham, antes da greve, o hábito de ler jornais, até pela falta de oportunidade para a leitura.

Os trabalhadores não comprava jornal porque não tinha tempo de ler. Se ele comprasse o jornal ele lia até chegar na empresa. As vezes o ônibus ou não tinham luz ou vinham com as luzes apagadas porque tinham alguns companheiros que dormiam, porque trabalhavam e na aula e não queriam que ligassem a luz e a gente respeitava, ou no retorno, mas a maioria dos ônibus eram muito deficientes e na maioria das vezes não tinham nem luz suficiente pra ler. No outro dia o pessoal já trouxeram dominó e jornal pra ler. E os jornais estavam estampados. Na época os principais era *A Crítica*, *A Notícia*, o *Jornal*

⁴⁴⁶ Jornal *A Crítica*, edição de 8 de agosto de 1985, p. 6.

⁴⁴⁷ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada em 25 de novembro de 2009. Digitada, p.8.

do Commercio. Estes principais. Estes eram os três principais jornais que a gente tinha na época. E estampavam, a greve, comentavam, os atritos que houve em empresas.⁴⁴⁸

Temos consciência de que há muito mais o que ser dito sobre a imprensa neste momento e sobre a cobertura desta greve. Há muito também para ser dito sobre o momento seguinte, a cobertura jornalística das greves posteriores. O tema é extenso e importante, mas por absoluta impossibilidade de ser trabalhado adequadamente, terá que ficar para outro momento.

⁴⁴⁸ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada em 16 de outubro de 2009. Digitada, p.7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A greve dos metalúrgicos de agosto de 1985 foi sem dúvida um momento ímpar na história do operariado manauara e está inserida no contexto de lutas dos trabalhadores brasileiros na década de 1980. Gestada durante mais de um ano a greve contou com a adesão de um número tão grande de trabalhadores que surpreendeu até mesmo a direção sindical. Pelos relatos ouvidos podemos concluir que se tratou de uma greve econômica, um movimento que visava garantir melhorias salariais e de condições de trabalho para os operários e foram as condições objetivas de vida que fizeram com que a maioria dos trabalhadores do chão de fábrica aderisse ao movimento.

No entanto, precisamos ressaltar que entre as lideranças do movimento encontramos aqueles que tinham pretensões que iam para além da garantia de uma comida limpa e bem preparada ou de um salário que atendesse às necessidades mínimas de sobrevivência dos trabalhadores. Alguns tinham formação política que lhes permitia ver através da luta dos operários contra a classe patronal a construção de um país mais justo, com um sistema político livre do autoritarismo dos anos anteriores.

Nas falas dos trabalhadores percebemos a forte presença da Igreja Católica, como, por exemplo, quando Ricardo Moraes afirma que era necessário “pregar para o operariado” no processo de formação de consciência do trabalhador para se organizarem para o enfrentamento com a classe patronal, utilizando uma expressão pastoral. Ressaltamos, no entanto, que se trata de um segmento da Igreja, que no Brasil ganha força com a Teologia da Libertação e que incorporava as propostas socialistas. Isto também pode ser notado na fala do mesmo dirigente sindical quando ele explica que ele e outros do seu grupo social tiveram uma formação baseada em Karl Marx, revelando a predominância do que poderíamos chamar de socialismo cristão na pregação dos padres e freiras que atuavam junto ao movimento sindical. Como vimos no capítulo 2 e 3 a Igreja comandada pelo bispo Dom Clóvis Frainer apoiou integralmente a greve e não apenas através dos discursos, mas com a presença física dos padres durante alguns momentos de negociação e com a autorização para coleta de donativos através das paróquias.

Os discursos dos políticos nos parlamentos municipal e estadual nos mostram o quanto os detentores de mandatos estavam distanciados das aspirações dos trabalhadores das fábricas instaladas no distrito industrial. Preocupados em agradar

aqueles a quem serviam – se é que tinham consciência de quem eram seus senhores – os vereadores se manifestavam de forma dúbia e alguns discursos beiravam ao ridículo. Algumas falas demonstram o mais absoluto desconhecimento do processo de negociação trabalhista. O vereador Antônio Loureiro chegou a dizer que os metalúrgicos haviam perdido os prazos legais e por isso haviam recorrido à greve, quando isso não era verdade. Outros elogiaram os patrões por terem se disposto a negociar, como se fosse uma concessão da classe patronal e não uma conquista dos trabalhadores, colocando-se na condição de subserviência aos mandatários do distrito industrial. Infelizmente os discursos dos deputados não eram transcritos na íntegra para a ata e por isso não podemos fazer uma avaliação mais clara sobre as suas falas.

Os relatos encontrados nos jornais com entrevista de tantos operários e o registro da violência praticada contra os trabalhadores nos mostram que enquanto eles aprendiam que somente com a união poderiam garantir conquistas básicas, empresários – ou seus prepostos – e o Estado estavam unidos para “permitir” o mínimo possível de avanço. A presença ostensiva da Polícia Militar na porta das empresas num processo claro de intimidação dos trabalhadores e o discurso de que os policiais estariam ali “apenas” para garantir o patrimônio das transnacionais revelam a opção da classe política, contrária aos interesses dos operários. Mais importante que a integridade do trabalhador eram as máquinas e prédios das empresas.

Podemos comparar a divulgação dos jornais pesquisados para este trabalho, em especial *A Notícia* e o *Jornal do Commercio*, com o posicionamento do jornal *Correio Brasiliense* com relação as transformações no Brasil em 1811. O jornal entendia que era preciso reformas, mas só, e não a revolução. “Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós sejam essas reformas feitas pelo povo. Reconhecemos as más consequências desse modo de reformar”⁴⁴⁹, é o trecho do *Correio Brasiliense*, transcrito por Sobré, que bem se parece com a postura dos jornais amazonenses que clamavam para que os trabalhadores tivessem um melhor tratamento dentro das empresas, mas que as melhorias da qualidade de trabalho fossem oferecidas pelas empresas e não fruto da luta dos operários.

Embora com várias observações que podiam ser desfavoráveis à luta dos trabalhadores a divulgação da greve pelos jornais retratou a situação dos operários amazonenses nas indústrias. A exposição da precariedade das condições de trabalho e

⁴⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. RJ: Ed. Do Graal, 1977, p.33.

exploração através de baixos salários deu a sua contribuição ao movimento, em especial nos dias da greve. É preciso ressaltar que a questão da imprensa carece de aprofundamento. Apenas para efeito de registro, lembramos que o produto que chega ao leitor, ou o resultado de uma edição, é na verdade o resultado do que o repórter conseguiu apurar e o que ele conseguiu que passasse pelo filtro do editor ou chefe de redação, que são em maior ou menor grau os “olhos” do patrão/dono do meio de comunicação.

Nossas fontes nos revelaram o momento especial vivenciado pelos movimentos sociais na década de 1980 e a importância da Pastoral Operária, que promoveu o encontro das diversas oposições sindicais que buscavam fincar em Manaus as bases do que seria denominado de “novo sindicalismo”. Elas também nos mostram que embora com suas peculiaridades o movimento dos trabalhadores no Amazonas estava inserido dentro de um grande movimento nacional dos trabalhadores, uma vez que o intercâmbio era intenso entre as lideranças de vários estados brasileiros. A presença de lideranças sociais de outros países e de trabalhadores europeus também nos é revelada, evidenciando a singularidade daquele momento na história da luta dos trabalhadores brasileiros.

Portanto, embora com suas peculiaridades o movimento operário em Manaus, que teve como ápice da sua organização a greve de 1985, está inserido no processo histórico da luta dos trabalhadores brasileiros. Entendemos que não se trata aqui de uma “história regional”, mas de um momento da história dos trabalhadores brasileiros e acreditamos que tais estudos, sobre os trabalhadores de Santos, do Amazonas ou de qualquer outro Estado, para além de São Paulo e Rio de Janeiro

efetivamente contribuem para o conhecimento da história de um determinado quadro urbano, mas também podem levantar questões cuja validade não deva ser apenas local, permitindo, ao contrário, um diálogo com outros trabalhos, experiências históricas e questões historiográficas de amplo alcance no tempo e no espaço⁴⁵⁰.

A greve dos metalúrgicos de Manaus foi consequência de uma série de circunstâncias históricas. A opção da Igreja Católica pelos pobres evidenciada pela corrente denominada Teologia da Libertação, a dedicação de alguns padres, freiras e

⁴⁵⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

leigos vinculados à Igreja à causa da transformação social, as precárias condições de vida dos trabalhadores nas indústrias da Zona Franca de Manaus e a dedicação quase que total de alguns trabalhadores, que sacrificando a vida pessoal – alguns abandonando os estudos, inclusive – dedicaram alguns ou muitos anos de suas vidas ao objetivo coletivo de melhorar as condições de trabalho e salariais na ZFM, são alguns dos elementos que se somaram para que fosse possível a construção daquele momento.

A estratégia de garantir a participação da base nos processos de discussão dos rumos do movimento, com a criação dos grupos de fábricas, realização de assembléias na porta das indústrias e as diversas formas de consultas feitas a partir da realidade dos trabalhadores em seu local de trabalho deu às lideranças a credibilidade que levou à adesão ao movimento e à paralisação. Todos os trabalhadores ouvidos afirmaram que valeu a pena e dão grande importância àquele momento vivido por eles. Têm clareza de que se não fosse aquela organização e a realização daquela greve em especial a situação dos trabalhadores amazonenses hoje seria pior do que é. Eles ressaltam em suas falas que embora com posições divergentes, inclusive partidárias, naquele momento predominou entre as lideranças do movimento a consciência de classe. A consciência de que eram todos trabalhadores e que lutavam contra os patrões. Eram os trabalhadores unidos em torno de um interesse comum e o objetivo comum era mudar as condições de trabalho dos operários.

Embora não tenha sido este o objetivo deste trabalho, não há como deixar de registrar alguns posicionamentos sobre o encaminhamento do movimento sindical metalúrgico de Manaus após a greve de 1985. Pelos relatos e observações dos entrevistados fica claro que a maioria já fez autocrítica e tem consciência de que as brigas internas que se sucederam, em especial a partir de 1986, enfraqueceram o movimento como um todo e pode ser uma das causas para o não avanço da categoria nos períodos seguintes. Alguns deixam claro que a condução do sindicato hoje estaria bem melhor se as lideranças dos anos 80 tivessem tido humildade e boa vontade para aparar as arestas e manter a unidade que foi fundamental para a organização da categoria e a realização da greve geral de 1985.

Com as disputas internas, a luta dos operários foi perdendo o apoio da sociedade. As constantes denúncias de parte a parte na imprensa refletiam bem o clima de beligerância existente e provocou o afastamento de entidades que em 1985 apoiaram integralmente o movimento, inclusive disponibilizando recursos humanos e financeiros

para a greve. “Então eu lembro bem que se a gente tivesse se mantido, se a gente tivesse tido condições materiais de se manter, hoje com certeza a direção desta categoria estaria melhor. A gente teria dado uma contribuição maior ao movimento”, afirma Lindemberg Pereira.

Sabemos que não cabe ao historiador falar sobre o futuro e nem fazer projeções, mas diante da fala de tantas lideranças, a maioria com reflexão muito interessante sobre a história vivida, nos vemos quase que obrigados a pensar nos desdobramentos da greve de agosto de 1985 e concluir que há ainda muito o que ser pesquisado e analisado sobre a trajetória do operariado amazonense, em especial o vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos.

Temos clareza de que este trabalho é apenas uma pequena contribuição para a discussão do movimento operário dos anos 80 em Manaus e que não poderá ser considerado conclusivo com relação ao movimento, porque como nos diz Marc Bloch a história é “um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento”⁴⁵¹. Como temos consciência de que a construção da história é permanente, nos tranquilizamos.

⁴⁵¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 46.

FONTES



FONTES

1 – Fontes Orais/Depoimentos:

Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada.

Domício Mateus Gamenha, gravada no dia 14 de dezembro de 2009, *idem*.

Flávia Gomes Carneiro, realizada no dia 16 de dezembro de 2009, *idem*.

Hamilton Madeira Macedo, gravada em 10 de novembro de 2009, *idem*.

João Batista da Silva Lopes, gravada em 4 de novembro de 2009, *idem*.

José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009, *idem*.

Lindemberg Pereira da Rocha, gravada em 21 de outubro de 2009, *idem*.

Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009, *idem*.

Maria Gorete Barbosa de Oliveira, gravada no dia 21 de outubro de 2009, *idem*.

Raimundo Nonato Corrêa Neves, gravada em 09 de dezembro de 2009, *idem*.

Ricardo Moraes de Souza, gravada em 25 de novembro de 2009, *idem*.

Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009, *idem*.

2 – Periódicos:

A Crítica – edições dos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 1984, 01, 17 e 19 de fevereiro de 1984, 26, 27 e 29 de março de 1985, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27 de julho de 1985, 01 a 08 de agosto de 1985.

A Notícia – edições dos dias 17 de janeiro de 1984, 27, 28 e 29 de março de 1985, 27 de julho de 1985, 02, 03, 04, 06 e 07 de agosto de 1985.

Jornal do Commercio – edições dos dias 15, 17, 18 e 31 de janeiro de 1984, 15 de fevereiro de 1984, 26, 28 e 29 de março de 1985, 28 e 31 de julho de 1985, 01, 02, 03, 06 e 07 de agosto de 1985.

Jornal do Jornalista – edições: 14 (junho/julho 2009), 15 (agosto/setembro 2009), 16 (outubro/novembro 2009).

Parafuso – ano I, nº 3, agosto/80; ano 3, s/nº, março/abril-83 e ano I, nº 4, agosto/80

3 – Outras Fontes:

- Adesivo da campanha de sindicalização de março de 1985. Acervo pessoal de Ricardo Moraes;
- Ata da reunião de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus, realizada no dia 26 de julho de 1985. Transcrita do original que integra o processo TRT, DC 08/85. Acervo Núcleo de Memória do Tribunal Regional do Trabalho;
- Ata da reunião de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus, realizada no dia 31 de julho de 1985. Acervo do Tribunal Regional do Trabalho;
- Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Manaus dos dias 05, 06 e 07 de agosto de 1985, arquivada na Caixa 27, do Arquivo da Diretoria Legislativa, no segundo andar do prédio da CMM;
- Ata da reunião solene do dia 13.08.85 da Câmara Municipal de Manaus;
- Atas das Reuniões Ordinárias da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, dos dias 13 de agosto de 1985 (50ª), 12 de setembro de 1985 (63ª) e 18 de setembro de 1985 (66ª);
- Ata da 76ª Reunião Extraordinária, do dia 18 de setembro de 1985;
- Avaliação do comando de greve – setor mobilização – segunda parte. Documento avulso encontrado junto com outros relacionados à greve de 1985. Acervo Sindicato dos Metalúrgicos;
- Convenções Coletivas de Trabalho dos trabalhadores metalúrgicos 1978/79, 1980/81, 1981/82, 1983/84, 1984/85, 1985/86;
- Impresso da campanha de sindicalização do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus. Datado de março – 1985. Acervo do Sindicato;
- Impresso/Nota do Sindicato dos Metalúrgicos, “Nota dos patrões é mentira do começo ao fim”. Acervo Sindicato;
- Informativo “Começam hoje as negociações”, encontrado no arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos em pesquisa realizada no período de 20 a 23 de julho de 2009;
- Ofício encaminhado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese, no dia 6 de junho de 1985. Digitalizado do acervo do Sindicato dos Metalúrgicos;
- Ofício nº 196/85, destinado ao Dieese, datado de 18 de outubro de 1985, assunto: solicita informações, assinado pelo diretor Silvestre Soares de Paiva e pelo presidente Ricardo Moraes de Souza. Digitalizado do acervo do Sindicato dos Metalúrgicos;

- Planilha elaborada pelo Sindicato dos Metalúrgicos com levantamento das contratações e demissões feitas pelas empresas, com os dados divididos pelos quatro setores: naval, metalúrgico, mecânico e eletro/eletrônico. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos;
- Recurso do Sindicato dos Trabalhadores ao Tribunal Federal de Recursos, apresentado no dia 14 de agosto de 1984. Acervo pessoal de Ricardo Moraes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: www.arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf.
- ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. São Paulo: Editora Unicamp, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo; Ed. Brasil Urgente, 1991
- ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: 1. História da Imprensa Brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1990.
- BARREIROS, Edmundo e SÓ, Pedro. *1985: O ano em que o Brasil recomeçou*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- BATALHA, Cláudio. A Historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (Orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. RJ: Imago, 1993.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

- CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Memórias de um trauma: o massacre da GEB (Brasília – 1959). In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- FARIAS, Orlando. *Dança dos Botos & outros mamíferos do poder*. Manaus: Editora Valer, 2010.
- GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. RJ: Mauad X, 2007.
- GOMES, Angela Castro. *Política: história, ciência, cultura etc.* Texto apresentado para prova de concurso. RJ, 1995.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: Estudos sobre História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.540.
- LUPPI, Carlos Alberto. *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?* S.P: editora Escrita, 1980.
- MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo Brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- MIR, Luis. *Partido de Deus – Fé, Poder e Política*. São Paulo: Alaúde, 2007
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória*. 3ª Ed. S.P: contexto, 1994
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. SP: Contexto, 2010.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na Contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). In: *Revista Canoa do Tempo*, Manaus: Edua, v.1, n.1 – jan/dez 2007.

- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: Edua, em 2004.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus 1899-1925*. Manaus: Edua, 2ª edição, 2003.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese de doutorado defendida em 2001 na PUC/SP.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A Organização do Trabalho no Século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992,
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.2, nº 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, n.14, fev.1997.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da Memória Operária. In: *O Direito à Memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- REIS FILHO, Milton Melo dos. *Quem Vai Descer a Acará? Processo de Construção do Fazer-se Classe do Operariado do Parque Industrial de Manaus – anos 1980*. Dissertação de Mestrado do Programa Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- RIBEIRO, Marlene. *De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses*. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.
- ROMÃO, Frederico Lisbôa. *A Greve do Fim do Mundo. Petroleiros 1995*. Tese de doutorado em Sociologia pela Unicamp, 2006.
- SALAZAR, João Pinheiro. *O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo-USP, 1992,
- SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs). *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, 2ª ed. RJ: C. Brasileira, 2007.
- SANTOS, Francisco Jorge dos. E outros (org.) *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950): Catálogo de Jornais*. 2ª edição revisada. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

- SILVA, Cristiani Bereta da. Escrever histórias do tempo presente. Algumas questões e possibilidades. *Revista Tempos Históricos*, v.09. Mal. Candido Rondon/Pr: Gráfica Líder, 2006.
- SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Algumas experiências no diálogo com memórias. In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.
- SILVA, Fernando Teixeira da e NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964). IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*, 2ª ed. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2007.
- SILVER, Beverly. *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da Classe Operária Inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: Idéias e Militantes Sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e Militantes em São Paulo na 1ª República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Edua, 2005.
- VALLE, Izabel. *Globalização e Reestruturação Produtiva: Um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Manaus: Edua, 2007.
- ZICMAN, Renée Barata. História da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas. In: *História & Historiografia: Contribuições ao Debate*. Projeto História. São Paulo: PUC, 1981. P.89-102.

ANEXOS



Anexo 1:

Ata da reunião de Assembléia Geral Extraordinária do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MANAUS, realizada no dia 26 de julho de 1985.

Aos vinte e seis (26) do mês de julho de mil novecentos e oitenta e cinco (1985), nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, em sua sede própria à rua Duque de Caxias, 958, Praça 14 de Janeiro, reuniu-se os associados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Manaus, para discutirem e deliberarem sobre os assuntos constantes na ordem do Dia conforme edital de convocação de Assembléia Geral Extraordinária Permanente, publicado no Jornal do Comércio no dia 14 de junho de 1985, sendo em primeira convocação às 17:30 e em segunda convocação às 18:30 horas com qualquer número de associados presentes. Em segunda convocação com a presença de dois mil (2000) associados, o sr. Ricardo Moraes de Souza, Presidente desse Sindicato, agradeceu a presença de todos e elogiou a todos pela seriedade que estão demonstrando sobre o assunto a ser discutido. Prosseguindo, o mesmo leu o relatório das reuniões no dia 15, 17, 18, 22, 24 e 26, neste consta as cláusulas que foram discutidas e aprovadas pelo SINDICATO PATRONAL, durante o decorrer da leitura os trabalhadores interrompiam protestando contra as mudanças que houve nas cláusulas aprovadas. Após a leitura o Sr. Ricardo Moraes explicou que as principais melhorias não foram aceita pelos os Patrões, os Trabalhadores se manifestaram em protesto. Como o número de pessoas era muito para a capacidade do auditório, os associados pediram que a assembléia fosse prosseguida na rua. Descendo todos, a assembléia teve continuidade, o Sr. Ricardo Moraes enfatizou que Patrões durante todas as reuniões foram morosos, a cada reunião sem um consenso pediu tempo e se retiravam, retornando vinte (20) minutos depois e sem uma contra proposta. Prosseguindo, o Sr. Ricardo Moraes avisou que amanhã (dia 27) haverá outra reunião e que por causa da realização da Assembléia de hoje eles estão querendo negociar até domingo (dia 28), anunciou ainda que na reunião de amanhã sejam discutidas as questões Econômicas, uma vez que temos pouco tempo até a data base de 1º (primeiro) de agosto, e que até agora os Patrões estão com morosidade nas questões Sociais. Continuando, o Sr. Presidente, disse que o que se pode perceber até agora é que os Patrões não estão levando a sério as reivindicações dos Trabalhadores, e perguntou se foi de brincadeira o que se reivindicou e todos responderam – não, e pediram pela greve. O Sr. Ricardo denunciou que a empresa Evadim e Moto Honda estão apresentando documentos com homologações falsas, para jogar os trabalhadores contra o Sindicato. Asseguir a palavra foi franqueada à todos, os trabalhadores se pronunciaram, protestaram, encentivaram para que a união de todos permaneça até o fim, outros elogiaram o bom desempenho da Comissão que representa os trabalhadores foi denunciadas as péssimas condições de trabalho, higiene e a repressão que existe dentro da empresa Douglas. Foi denunciado também que os Patrões não respeitam o direito de organização e reuniões dos trabalhadores. Assembléia unanime pediu para que os informantes dos Patrões que se encontravam no meio da Asssembléia se retirassem. Foi colocado ainda que os Patrões tem lúculos enormes com a produção dada pelos Trabalhadores e não querem abrir mão de um centavo a mais para estes. Continuando, o Sr. Ricardo Moraes retomou a palavra e pediu que a Assembléia expusessem propostas, - Todos gritavam Greve, Greve, Greve. Então o Sr. Ricardo propôs que se esperasse até quarta-feira (dia 31), se até lá os Patrões não se decidirem a dá uma Contra Proposta sobre a questão Econômica ou se a mesma não for compatível com a

situação precária dos trabalhadores, todas as fábricas devem parar no dia 1º (primeiro) de agosto. Perguntou se alguém tinha outra proposta contrária como ninguém se manifestou o Sr. Ricardo Moraes colocou a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade, o Sr. Presidente informou que haverá Assembléia no dia 31 (trinta e um), quando será passado para todos os informes finais, e que durante toda essa semana haverá Assembléia nas portas de fábricas, todos devem participar. Magno (diretor do Sindicato), usou a palavra para denunciar a demissão de um companheiro na Moto Honda, e pediu para que o mesmo se pronunciasse. Companheiro disse que não será com demissões que os Patrões, iram enfraquecer a luta dos trabalhadores, muito contrário esta ação revolta e mais união. Outro companheiro da Moto Honda denunciou que a empresa pretende demitir 10% dos seus funcionários depois das férias coletivas. O Sr. Elson (diretor do Sindicato), encorajou a todos para que tragam mais companheiros na próxima Assembléia não havendo quem mais quisesse se manifestar, o Sr. Ricardo retomou a palavra, para denunciar que os patrões ameaçaram suspender as negociações se alguma fábrica parar na segunda-feira (dia 29), disse ainda que se alguém foi demitido na segunda-feira por causa de algum informante dos Patrões, deve-se parar no mesmo dia. Sem que houvesse mais assunto ou que alguém quisesse usar da palavra o Sr. Presidente encerrou a reunião, cuja Ata, eu Ana Maria Ramos de Souza, secretária desse Sindicato, lavrei e vai assinada por quem de direito. Manaus, 26 de julho de 1985.

Ata transcrita na íntegra do original que figura como anexo do Processo do TRT, DC 08/85. Assinam a secretária e o presidente da entidade.

Anexo 2

*ATA DE REUNIÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,
MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MANAUS,
REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO DE 1985.*

Aos trinta e um (31) dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e oitenta e cinco (1985), nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, no campo de recreação do Colégio Domingos Sávio, à rua Visconde de Porto Alegre, (...) Precisamente às 18:30 horas, em segunda convocação, diante da presença de sete mil (7.000) associados o Sr. Ricardo Moraes de Souza, Presidente da entidade sindical, agradeceu a presença mocça de todos os trabalhadores e como estavam eufóricos devido a expectativa pediu a calma a todos, prosseguindo o Sr. Ricardo anunciou que toda a sociedade amazonense está apoiando a luta dos trabalhadores, continuando fez a leitura das lista de entidades que estão apoiando: Sindicato dos Jornalistas do Amazonas, Associação dos Professores do Estado do Amazonas (APPAM), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros e Cristais, Associação dos Docentes do Amazonas, União dos Estudantes Segundaristas do Amazonas, Sindicato dos Médicos, Convergência Socialista e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Partidos políticos: Partido Democrático Trabalhista, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil. Políticos: Eduardo Braga, Ivanildo Cavalcante e Melo França. Prosseguindo o Sr. Presidente agradeceu a força e a união que estão demonstrando e pediu silêncio e atenção para que todos possam ouvir e refletir sobre a decisão a tomar, disse que todas as reuniões tanto com o Sindicato patronal e as Assembléias foram documentadas pela imprensa, e que todas as reuniões dos trabalhadores os patrões mandam alguém para lhes informar não devemos nos preocupar com essas perseguições, pois os patrões sempre que puderem irão persseguir e atrapalhar a luta e organização dos trabalhadores. O Sr. Elias Sereno (diretor do Sindicato), denunciou o sistema de som que as empresas estão usando nas portas, para que o Sindicato não possa informar os trabalhadores as ocorrências das reuniões e negociações e ainda o sistema de rádio-amador nos ônibus para desviarem a toa, os trabalhadores repudiaram com protestos. Continuando o Sr. Ricardo Moraes, disse vamos encontrar muitas dificuldades pelo caminho mais que iremos responder com firmeza e união, após leu para todos a contra proposta dos patrões sobre as questões econômicas das reivindicações, foram: 1) 100% de INPC para todas as faixas salariais; 2) aumento real de 4%, 3) antecipação trimestral com base em 80% do INPC para todas as faixas salariais, 4) piso salarial escalonado por empresas: até 20 empregados – Cr\$ 580,00, 21 a 300 empregados – Cr\$ 614,00, 301 a 1.300 empregados – Cr\$ 630,00 mais de 1.301 empregados – Cr\$ 670,00, 5) horas extras: 50% dias úteis, 100% sábado, domingo, feriados e dias compensados, 6) 14º salário – disseram NÃO, 7) redução de jornada de trabalho 40 horas – disseram NÃO. Ao término da leitura – todos repudiaram e clamaram por greve. O Sr. Ricardo prossegui fazendo comparações do que foi dado com o que foi reivindicado: 30% acima do INPC, 100% do INPC, 14º salário, 40 horas semanais, 200% e 300% das horas extras, estabilidade de um (1) ano de emprego e comissão de fábrica: depois perguntou para a Assembléia se o Sindicato deveria aceitar a contra proposta dos patrões, os trabalhadores responderam unânime – NÃO, e clamaram novamente pela greve, continuando o Sr. Presidente teve a apresentação da Comissão de Negociação dos trabalhadores: Ana Maria de Souza Pereira (sanio), Jurandir da Silva Brito (Philips), Jorge Roberto Tales da Costa (Caloi), Enoque Rodrigues Catique (Sanio), Ariosto Neves Rodrigues (Alfema Norte), Elias Sereno de

Souza (Philips), Silvestre Soares (Estamam), Ricardo Moraes (Presidente do Sindicato), Paulo Araujo (assessor jurídico), Socorro (advogada) e Sérgio (Dieese). Logo após a palavra foi franqueada a todos que desejasse se pronunciar e dar proposta. Os trabalhadores se pronunciaram repudiando a proposta do Sindicato Patronal e propuseram a greve. O Sr, Marinho (Diretor do Sindicato) propôs que a Comissão voltasse à mesa de reunião para negociar, outros trabalhadores foram contra a proposta e continuaram a propor a greve. Após todos os pronunciamentos o Sr. Ricardo usou a palavra para denunciar em uma empresa os supervisores e chefes reuniram os funcionários para que os mesmos viessem para a assembléia defender a proposta patronal. Prosseguindo o Sr. Ricardo perguntou se mais alguém gostaria de fazer mais alguma proposta, como não houvesse quem quisesse fazer, perguntou ainda se alguém gostaria de defender a proposta patronal, ninguém se manifestou, então foi colocado em votação as duas propostas: a primeira de greve amanhã dia 1º (primeiro) de agosto, a segunda a volta da comissão à mesa de reunião, sendo aprovada por unanimidade a aplauso a primeira proposta de greve. A seguir a assembléia se dividiu em grupo de fábrica para traçar diretrizes e estratégias para amanhã, cada grupo deverá escolher uma comissão de cinco (5) pessoas para discutir a respeito do assunto. Essas comissões se reuniram logo após o término da assembléia com a direção do Sindicato, ficando ainda a cargo das mesmas passar para os outros companheiros todas as informações. Os grupos se reuniram e após 20 minutos todos retornaram com as comissões formadas. Depois que o Sr. Ricardo recebeu os nomes dos membros das comissões, orientou a todos sobre os tipos de repressão que poderam sofrer dentro das fábricas, pediu silêncio para a execussão do hino nacional, todos acompanharam de braços erguidos. Logo após o Sr. Presidente encerrou a reunião, cuja a ata eu, Ana Maria Ramos de Souza, Secretária do Sindicato, lavrei e vai assinada por quem de direito. Manaus, 31 de julho de 1985.

Ata transcrita do processo TRT DC 08/85. A ata está assinada pela secretária e pelo presidente.

1985

EXEMPLAR: 1.50

291

Anexo 4
Primeira página do jornal *A Notícia* do dia 1º de agosto de 1985

Loteria para todos
Resultado de ontem 31.07.85
Extração das 13 horas
1º 6732
2º 9121
3º 0753
4º 0317
5º 7938

Coleção de Agosto
a Notícia
UM GRANDE JORNAL
ANO XVI Nº 4.557 - MANAUS, QUINTA-FEIRA, 1 DE AGOSTO DE 1985
PREÇO DO EXEMPLAR R\$ 1,500

Loteria Federal
Resultado da extração de ontem 11.31.85
Loteria Federal:
1º 131.128
2º 55.971
3º 29.368
4º 21.084
5º 03.320

Tempo
O céu fica parcialmente nublado, mas, com a temperatura variando entre 22 e 34°C (máxima) e 23 e 25°C (mínima). Vento nordeste fraco, visibilidade boa.

Dólar
O dólar está cotado hoje no Brasil a Cr\$ 4.440 (compra) e Cr\$ 4.460 (venda). Na Europa a moeda norte-americana flutua em baixa na maioria dos mercados de divisas, embora tenha subido frente à libra. Valor no paralelo (Brasil) Cr\$ 4.750 (taxa Cr\$ 1.500).

Ouro
O ouro fechou em Londres a 324,25 dólares contra US\$ 325,75 por uma onça, anteriormente. Em Zurique, onde o fechamento anterior foi de 322,50 dólares, o metal fechou a US\$ 327,50 a onça-ouça.

Open
A taxa do dia para o open, ontem, foi de 11,65%. O ganho no mês ficou em 10%.

Bolsa
A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro fechou em alta com 10%. As ações da Maquett "pp" tiveram um ganho inicial. Em São Paulo houve alta de 1%. As ações mais apreciadas foram as da Mendes Junior "pp" e do Centro Ind "pp".

Caderneta
Mais de 5 milhões de depósitos (14% do total) foram perdidos pelas cadernetas de poupança, em julho, segundo informou ontem o Ministério da Fazenda. Francisco Dornelles, Agente Financeiro, afirmou que, principalmente os pequenos, a caderneta não oferece mais vantagens. O principal defeito é a cobrança antecipada de inflação, mas registrada em julho.

Banco
A Secretaria de Impostos da Presidência da República divulgou ontem 8 notas fiscais emitidas pelo Presidente José Sarney, abastecido no Ministério da Fazenda o crédito de Cr\$ 900 bilhões para aplicação na desapropriação de ações da capital dos Bancos Sul Brasileiro e Habsham, e na construção do capital do Banco Meridional do Brasil S.A.

Legislativo
O Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, declarou ontem como importante o período legislativo que se inicia hoje. Segundo ele, os assuntos principais a serem debatidos serão: o projeto de emenda constitucional nº 46 para a Assembleia Nacional Constituinte, e a votação da Lei dos Partidos.

Conselho
O Conselho Interministerial de Salários das Empresas Especiais (CISE), composto pelos Ministros João Sarney, do Planejamento, Almir Pimenta, do Trabalho, e Francisco Dornelles, da Fazenda, homologou ontem acordos com 22 entidades sindicais pelo Governo. Todos os acordos foram homologados com base de 100% do INPC, além de benefícios indiretos concedidos aos funcionários.

Inps
Três homens armados se apossaram do prédio do INPS, ontem, no Município de Barcelos, a 207 quilômetros de Recife. Eles inutilizaram documentos contendo as informações da Polícia Federal sobre 600 processos de aposentadoria fraudulentas, que estavam sendo pagos pela autarquia nos últimos meses.

Cerca de 1.000 policiais guardam patrimônio das empresas

Distrito em greve

Aproximadamente 10 mil metalúrgicos reunidos à noite de ontem em assembleia na quadra do Colégio Domingos Sávio decidiram parar o Distrito hoje.

Cerca de 20 mil metalúrgicos estão em greve desde zero hora de hoje, paralisando os trabalhos em pelo menos 10 grandes empresas do Distrito Industrial, entre as quais a CCE da Amazônia, Sharp do Brasil, Moto Honda, Sanyo, Sony e Gradiente. A decisão foi tomada em assembleia geral realizada ontem na sede do Sindicato, com a presença de 10 mil associados. Foram formadas comissões para atuar junto às fábricas e impedir o acesso de trabalhadores que pretendam furar a greve. Uma comissão maior atuará próximo à praça Pereira da Silva, a Bola da Suframa, onde serão formados piquetes e barrados os ônibus que se dirigem às empresas com os operários. Mas o patrimônio das indústrias será resguardado. A Polícia Militar deslocou de madrugada cerca de mil homens que se encarregaram de manter a ordem no Distrito. O Superintendente da Suframa, Roberto Cohen, disse que a greve dos metalúrgicos é manipulada por grupos políticos, e defendeu a volta das negociações para solucionar o impasse surgido. Fernando Bonfim, do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, disse que a proposta apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos representa um golpe de misericórdia nas microempresas, mas que o diálogo não havia sido fechado. Revelou ainda que a contraproposta feita aos trabalhadores representou o limite da capacidade das empresas. **Página 3**

Coritiba vence Bangu e é o campeão brasileiro 85

O Coritiba venceu ontem o Bangu por 6 a 5, no Maracanã, após empatar nos 90 minutos normais da partida e nos trinta da prorrogação. Os dois times converteram os 10 pênaltis possíveis, mas Ado, do Bangu, chutou fora, dando a vantagem para o Coritiba, que marcou o gol da vitória através de Gomes - que também deu o gol da prorrogação.

Estrangeiros são evacuados de Kampala

Um comboio de socorro composto por mais de sessenta veículos, transportando centenas de pessoas - a maioria das quais estrangeiros - partiu ontem de Kampala sob escolta militar armada, tomando o caminho do Quênia e da segurança. A maior parte dos evacuados eram funcionários dos organismos das Nações Unidas e das embaixadas ocidentais. Acompanhados por seus dependentes, A campal de Uganda, informaram, está desprovida de alimentos, água potável e atendimento sanitário. **Página 1 do 3º**

Aprovada pela CEF compra de táxi a álcool

A diretoria da Caixa Econômica Federal, aprovou, ontem, a proposta para financiar 80 por cento do valor da fatura de compra de táxi a álcool, a taxa de 10% ao mês, sendo 1% de juro e 9% de comissão de custeio. Este financiamento será dado somente para a compra de carros novos, cujo preço de pagamento varia de 6 a 24 meses. Além disso, desde 24 de junho o táxi a álcool está isento do IPTU. **Página 2**

Câmara reabre oficialmente dia de hoje

A Câmara reabre, oficialmente, no dia de hoje, primeiro de agosto, mas realiza sua primeira reunião somente na segunda-feira. As mudanças previstas para o recesso parlamentar, a exceção da sessão de repositória. Eduardo Braga ao PMDB, não aconteceram. **Página 5**

TUDÓ
SANTA FÉ - CONZATO
SA FÉ - 1ª e 2ª, Manaus

TRANSFÔRO - Fica alojamento, informação e transporte, visando a quem vai de avião, também aceita quem vem de ônibus. Preço: R\$ 10,00 por pessoa, incluindo transporte e alimentação. **TRANSFÔRO** - Fica alojamento, informação e transporte, visando a quem vai de avião, também aceita quem vem de ônibus. Preço: R\$ 10,00 por pessoa, incluindo transporte e alimentação.

